



Impresso Especial

99134-1/2002-DR/SC
IOESC

CORREIOS

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO LXXIII

FLORIANÓPOLIS, (SEXTA-FEIRA) 05 DE OUTUBRO DE 2007

NÚMERO 18.222

SUMÁRIO

Governo do Estado.....	01
Atos do Poder Judiciário.....	
Atos do Poder Legislativo.....	
Atos do Poder Executivo.....	02
Gabinete do Governador.....	05
Gabinete do Vice-Governador.....	
Secretarias de Estado	
Administração.....	14
Agricultura e Desenvolvimento Rural.....	
Assistência Social, Trabalho e Habitação.....	14
Comunicação.....	
Coordenação e Articulação.....	14
Desenvolvimento Econômico Sustentável.....	14
Educação.....	14
Fazenda.....	37
Infra-estrutura.....	41
Planejamento.....	41
Saúde.....	42
Segurança Pública e Defesa do Cidadão.....	43
Turismo, Cultura, e Esporte.....	
Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional.....	44
Ministério Público.....	45
Autarquias Estaduais.....	45
Fundações Estaduais.....	55
Economias Mistas.....	56
Concursos e Licitações.....	56
Tribunal de Contas.....	
Repartições Federais.....	
Prefeituras Municipais.....	80
Câmaras Municipais.....	
Publicações Diversas.....	82

GOVERNO DO ESTADO

Luiz Henrique da Silveira
Governador.

Leonel Arcangelo Pavan
Vice-Governador

Antônio Marcos Gavazzoni
Secretário de Estado da Administração

Paulo Eli
Diretor Geral

Maria Teresinha Debatin
Diretora de Gestão Documental

Gustavo Barata Gomes
Gerente de Publicações

Jair Manoel de Oliveira
Gerente Industrial

GOVERNO DO ESTADO

LEI Nº 14.127, de 05 de outubro de 2007

Dispõe sobre a destinação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM, incidente sobre a exploração de carvão mineral, destinada ao Estado de Santa Catarina, instituída pela Lei federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, decorrente do art. 20, § 1º, da Constituição Federal, com percentuais definidos pelo inciso II do § 1º do art. 2º combinado com o inciso I do § 2º do art. 2º da Lei federal nº 8.001, de 13 de março de 1990, será aplicada pelo Estado, em conta específica, na Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC.

Art. 2º Os recursos do CFEM destinados à FAPESC serão empregados da seguinte forma:

I - 80% (oitenta por cento) em financiamento de programas e projetos de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação tecnológica do setor de mineração do carvão catarinense; e

II - 20% (vinte por cento) na concessão de bolsas para alunos carentes.

Art. 3º Os recursos distribuídos na forma do art. 2º serão utilizados em projetos e programas que valorizem o desenvolvimento sustentável do setor carbonífero catarinense, autorizados pela FAPESC, em conformidade com regulamento aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 05 de outubro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

IVO CARMINATI
SÉRGIO RODRIGUES ALVES
JEAN JACKSON KUHLMANN

LEI Nº 14.128, de 05 de outubro de 2007

Declara patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina os murais artísticos de autoria de Martinho de Haro, localizados no Colégio Industrial do Município de Lages e no antigo Palácio das Indústrias, no Município de Florianópolis.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam declarados patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina, por seus valores históricos e artísticos, nos termos e para fins das disposições contidas nos arts. 9º, inciso III e 173, inciso IV, da Constituição Estadual, as construções artísticas que constituem os murais de autoria de Martinho de Haro, localizados no Colégio Industrial do Município de Lages e no hall do antigo Palácio das Indústrias, situado à Rua Felipe Schmidt, nº 485, no Município de Florianópolis.

Parágrafo único. O tombamento dos bens culturais de

importância estadual de que trata o caput far-se-á na forma do disposto no Capítulo II da Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 05 de outubro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

IVO CARMINATI
GILMAR KNAESEL

LEI Nº 14.129, de 05 de outubro de 2007

Declara de utilidade pública o Centro de Recuperação Reviver - CRER, do Município de Chapecó.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia

Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Recuperação Reviver - CRER, com sede e foro na Cidade e Comarca de Chapecó.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 691, de 4 de outubro de 2007

Acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º no art. 2º do Decreto nº 820, de 21 de dezembro de 1999, e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência privativa que lhe confere a Constituição do Estado, art. 71, I e III, e considerando o disposto no art. 97 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 820, de 21 de dezembro de 1999, passa a vigorar acrescido dos §§ 1º, 2º e 3º com a seguinte redação:

"Art. 2º

[...]

§ 1º O Banco do Estado de Santa Catarina S/A -

BESC terá exclusividade para operação de linha de crédito especial aos servidores ativos, inativos e pensionistas do Estado, para reestruturação de dívidas mediante consignação em folha de pagamento, com prazos de pagamento entre 49 (quarenta e nove) a 72 (setenta e dois) meses, conforme estabelecido em instrumento contratual firmado com o Estado.

§ 2º Após a incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC pelo Banco do Brasil S/A, a operação da linha de crédito prevista no parágrafo anterior será efetuada com exclusividade pelo Banco do Brasil S/A, nos termos do contrato de prestação de serviços financeiros firmado com o Estado.

§ 3º As taxas de juros e demais condições para a operação da linha de crédito mencionada no § 1º deste artigo obedecerão às normas regulamentares aplicáveis às demais operações de crédito."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 4 de outubro de 2007.
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Ivo Carminati
Antônio Marcos Gavazzoni

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 05 de outubro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

IVO CARMINATI

LEI Nº 14.130, de 05 de outubro de 2007

Declara de utilidade pública a Academia Criciumense de Filosofia, no Município de Criciúma.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Academia Criciumense de Filosofia, com sede e foro no Município e Comarca de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 05 de outubro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

IVO CARMINATI

DECRETO Nº 692, de 4 de outubro de 2007

Aprova Resolução nº 001, de 27 de agosto de 2007, do Conselho Estadual de Alimentação Escolar - CEAE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 71, incisos I e III, da Constituição do Estado, bem como as disposições do art. 18 da Resolução nº 32/FNDE, de 10 de agosto de 2006 e da Lei nº 11.720, de 22 de maio de 2001.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Resolução nº 001, de 27 de agosto de 2007, do Conselho Estadual de Alimentação Escolar - CEAE, que promove modificações no Regimento Interno do Conselho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 4 de outubro de 2007.
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Ivo Carminati
Paulo Roberto Bauer

RESOLUÇÃO Nº 001, de 27 de agosto de 2007

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Alimentação Escolar - CEAE.

O CONSELHO ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CEAE, usando de suas atribuições legais e:

Considerando que a Resolução nº 32/FNDE de 10 de agosto de 2006, determina a formação do CEAE como colegiado deliberativo, instituído no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

DECRETO Nº 693, de 4 de outubro de 2007

Aprova Termos a Convênio, celebrados entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e os Municípios que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 71, incisos I e III, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados os Termos de Convênio, que a este acompanham, em extrato, celebrados entre o Estado de Santa

Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e os Municípios abaixo relacionados:

I - Termo de Convênio nº 12.172/2007-0, com o Município de Jacinto Machado;
II - Termo de Convênio nº 12.176/2007-2, com o Município de Major Vieira;
III - Termo de Convênio nº 12.182/2007-7, com o Município de Monte Castelo;
IV - Termo de Convênio nº 12.186/2007-0, com o Município de Itaiópolis;
V - Termo de Convênio nº 12.187/2007-8, com o Município de Itá;
VI - Termo de Convênio nº 12.188/2007-6, com o Município de Canoinhas;

VII - Termo de Convênio nº 12.189/2007-4, com o Município de Campos Novos;
VIII - Termo de Convênio nº 12.190/2007-8, com o Município de Itapiranga;
IX - Termo de Convênio nº 12.191/2007-6, com o Município de Belmonte;
X - Termo de Convênio nº 12.192/2007-4, com o Município de Apiúna;
XI - Termo de Convênio nº 12.193/2007-2, com o Município de Concórdia;
XII - Termo de Convênio nº 12.194/2007-0, com o Município de Arabutã;
XIII - Termo de Convênio nº 12.196/2007-7, com o Município de Mafra;

XIV – Termo de Convênio nº 12.200/2007-9, com o Município de Agronômica;
 XV – Termo de Convênio nº 12.201/2007-5, com o Município de Lebon Régis.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 4 de outubro de 2007.
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
 Ivo Carminati
 Paulo Roberto Bauer

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 12.172/2007-0. **CONVENIENTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de Jacinto Machado. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e José Mota Alexandre, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 12.176/2007-2. **CONVENIENTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de Major Vieira. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e Orildo Antônio Severgnini, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 12.182/2007-7. **CONVENIENTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de Monte Castelo. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e Sirineu Ratochinski, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 12.186/2007-0. **CONVENIENTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de Itaipópolis. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e Ivo Gelboke, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 12.187/2007-8. **CONVENIENTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de Itá. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e Jairo Luiz Sartoretto, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 12.188/2007-6. **CONVENIENTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de Canoinhas. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e Leoberto Weinert, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 12.189/2007-4. **CONVENIENTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de Campos Novos. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e Nelson Cruz, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 12.190/2007-8. **CONVENIENTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de Itapiranga. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e Vunibaldo Rech, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 12.191/2007-6. **CONVENIENTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de Belmonte. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e Mauri Searanti, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 12.192/2007-4. **CONVENIENTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de Apiúna. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e Jamir Marcelo Schmidt, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 12.193/2007-2. **CONVENIENTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de Concórdia. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de

janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e Neodi Saretta, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 12.194/2007-0. **CONVENIENTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de Arabutã. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e Ademair Petry, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 12.196/2007-7. **CONVENIENTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de Mafra. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e João Alfredo Herbet, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 12.200/2007-9. **CONVENIENTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de Agronômica. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e Paulo Roberto Tschumi, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 12.201/2007-5. **CONVENIENTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e o Município de Lebon Régis. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e Milton Sebastião de Melo, pelo Município.

DECRETO Nº 694, de 4 de outubro de 2007

Aprova Termos a Convênio, celebrados entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e os Municípios que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 71, incisos I e III, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam aprovados os Termos de Convênio, que a este acompanham, em extrato, celebrados entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED, e os Municípios abaixo relacionados:

I – Termo de Convênio nº 12.173/2007-0, com o Município de Peritiba;

II – Termo de Convênio nº 12.174/2007-6, com o Município de Papanduva;

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SED -
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo
 de Convênio nº 12.199/2007-1. **CONVENIENTES:** O Estado de
 Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação - SED,
 e o Município de Seara. **OBJETO:** Consiste em estabelecer um
 sistema de cooperação técnica entre a Secretaria e o Município,
 visando a disposição do pessoal do magistério da rede estadual
 lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão
 ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à
 origem. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 1 (um) ano, a contar de 1º de
 janeiro de 2007, condicionada sua eficácia a publicação deste
 extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 28 de agosto de 2007.
SIGNATÁRIOS: Paulo Roberto Bauer, pela Secretaria e
 Edemilson Canale, pelo Município

DECRETO Nº 695, de 5 de outubro de 2007

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, os bens imóveis constantes das seguintes áreas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o art. 71, incisos III e XIX, da Constituição do Estado, bem como o disposto no arts. 2º e 5º, alínea "I" e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de

RODOVIAS	KM	EXTENSÃO	FAIXA	TRECHO
SCT-486	27,00	500m	40m	Brusque Entrocamento BR-101
SCT-486	12,00	600m	40m	Brusque Entrocamento BR-101
SCT-301	135,30	600m	40m	Entrocamento BR-280(São Bento do Sul)Fragosos
SCT-301	137,90	500m	40m	Entrocamento BR-280(São Bento do Sul)Fragosos
SCT-302	285,00	200m	40m	Entrocamento BR-470(Rio do Sul)Aurora/Ituporanga
SCT-302	284,00	400m	40m	Entrocamento BR-470(Rio do Sul)Aurora/Ituporanga
SCT-477	185,00	400m	40m	Timbó Entrocamento BR-470
SCT-477	186,00	700m	40m	Timbó Entrocamento BR-470
SCT-413	85,20	500m	40m	Luiz Alves - BR-470

Art. 2º Fica o Departamento Estadual da Infra-Estrutura - DEINFRA, entidade da administração indireta vinculada à Secretaria de Estado da Infra-Estrutura, autorizado a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. O Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA será representado nos atos expropriatórios pelo seu Diretor Geral ou para quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4º Nos termos do art. 15, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de Imissão de Posse do Imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 5 de outubro de 2007.
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
 Ivo Carminati
 Mauro Mariani

DECRETO Nº 696, de 5 de outubro de 2007

Aprova Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 17.444/2006-0, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC e o Município de Blumenau.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência privativa que lhe confere o art. 71, incisos I e III, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art.1º Fica aprovado o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 17.444/2006-0, que a este acompanha, em extrato, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC e o Município de Blumenau.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 5 de outubro de 2007.
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
 Ivo Carminati
 Jean Jackson Kuhlmann

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC - EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO - ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 17.444/2006-0. CONVENIENTES: O Estado de Santa Catarina, por intermédio da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC e o Município de Blumenau. CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO: Fica alterada a Cláusula Sétima do Convênio,

21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º São declarados de utilidade pública para fins de aquisição por doação ou desapropriação, amigável ou judicial, os imóveis atingidos pela faixa de domínio das rodovias abaixo discriminadas, bem como as jazidas de material a serem utilizadas na construção destas rodovias, embora situadas fora da faixa de domínio.

que a este deu causa passando, a ter a seguinte redação: "Fica prorrogado o prazo de vigência do Convênio até 31/12/2010." CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do convênio ora aditado. DATA: Florianópolis, 13 de setembro de 2007. SIGNATÁRIOS: Antônio Carlos Zimmermann, pela JUCESC e João Paulo Kleintübing, pelo Município.

DECRETO Nº 697, de 5 de outubro de 2007

Aprova o Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Comodato nº 8.566/2006-9, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - SSP, com a intervenção do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e a Associação de Bombeiros Comunitários de Fraiburgo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência privativa que lhe confere o art. 71, incisos I e III, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Comodato nº 8.566/2006-9, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança

Pública e Defesa do Cidadão - SSP, com a intervenção do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e a Associação de Bombeiros Comunitários de Fraiburgo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 5 de outubro de 2007.
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
 Ivo Carminati
 Ronaldo José Benedet

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO - SSP - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CBMSC - EXTRATO DE COMODATO - ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Comodato nº 8.566/2006-9. PARTICIPES: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - SSP, com a intervenção do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e a Associação de Bombeiros Comunitários de Fraiburgo. CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES: 1.1 - Acrescentar o parágrafo único à Cláusula Segunda com a seguinte redação: "Parágrafo Único - Torna-se sem efeito a limitação de uso do objeto do item 1.4, da Cláusula Primeira, sendo ela "...para utilização exclusiva no 2º Grupo do 2º Pelotão da 1ª Companhia do 2º Batalhão de Bombeiro Militar, sediado no Município de Fraiburgo..."; 1.2 - O item 3.1 da Cláusula Terceira passará a ter a seguinte redação: "3.1 - DA COMODATÁRIA, ATRAVÉS DO CBMSC." CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO E VIGÊNCIA: Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do Termo ora aditado e vigência a contar da data de assinatura, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Fraiburgo, 30 de julho de 2007. SIGNATÁRIOS: Ronaldo José Benedet, pela Secretaria, Adilson Alcides de Oliveira, pelo CBMSC e Carlos Alberto Marques, pela Associação.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar o(s) seguinte(s) Atos(s):

ATO nº 2070 - 5/10/2007

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve NOMEAR, com base na competência atribuída pelo parágrafo único do art. 79, da Constituição Estadual, MOACYR DE MORAES LIMA FILHO, para exercer o cargo de DESEMBARGADOR, do Tribunal de Justiça.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
 Governador do Estado

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
 Secretário de Estado da Administração

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 289

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Dispõe sobre a inclusão de informações e procedimentos nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização, prevista em lei, paga pelo seguro obrigatório", por ser inconstitucional.

Os pareceres da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, os quais acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornecem os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 05 de outubro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
 Governador do Estado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PAR 401/07

Parecer nº

Processo nº. PPGE 6785/077

Origem: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação

EMENTA: Autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa. Projeto de iniciativa parlamentar. Ampliação de atribuições de órgão público. Criação de despesas em projeto cuja iniciativa compete do Governador do Estado. Vício de inconstitucionalidade. Recomendação de veto.

Senhor Procurador-Geral,

Atendendo à solicitação contida no Ofício nº 558/CC-DIAL-GEMAT, de 19 de setembro de 2007, a Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação requer a manifestação desta Procuradoria sobre o autógrafo do projeto de lei de iniciativa parlamentar, que "Dispõe sobre a inclusão de informação de procedimentos nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização, prevista em lei, paga pelo seguro obrigatório".

Da leitura do texto aprovado pela Assembleia Legislativa, constatamos que o seu art. 1º e o parágrafo único criam atribuições para os órgãos públicos, além do que terão de editar e manter atualizado os novos formulários de Boletim de Ocorrência, os quais deverão conter informações sobre os critérios e condições para o recebimento de prêmio do seguro obrigatório de que trata a Lei Federal nº 6.194/74.

O desempenho das atividades inseridas no Autógrafo do Projeto de Lei nº 202/07 importa na disponibilização de recursos humanos e de materiais para dar execução a essa nova atribuição, além de exigir a destinação de recursos financeiros para a sua execução.

O que caracteriza um órgão público da Administração Direta é a existência de agentes públicos e de certas competências administrativas a serem exercidas.

Nesse sentido é a definição de Hely Lopes Meirelles. Para ele os órgãos públicos "São centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem. São unidades de ação com atribuições específicas na organização estatal" (Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, 25ª ed., ano 2000, pág. 62/63).

O órgão público é tanto a parcela mais abrangente da administração, que são as Secretarias de Estado, quanto os seus segmentos menos expressivos, tais como as diretorias, gerências, setores e serviços.

Então, quando se cria um serviço, que é a menor parcela de um órgão, este procedimento equivale ao processo de criação de órgão público, cuja iniciativa de lei é da competência exclusiva do Governador do Estado, nos termos do art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição do Estadual (art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da CF).

O conjunto de atribuições criadas pelo artigo 1º, do Autógrafo do Projeto de Lei nº 202/07, representa a criação de parte de um serviço, que irá se incorporar ao órgão existente, de sorte que essa ampliação tem por consequência o surgimento de nova unidade de ação do órgão.

Nesse contexto, a medida legislativa ora aprovada, por ter criado uma parte das atribuições de órgão público, deveria ter observado a regra inscrita no art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição do Estado, que reproduz as disposições do art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Carta Federal, que assim dispõe:

"Art. 61 -

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI".

O art. 84, inciso VI, a sua vez, estabelece o seguinte:

"Art. 84 - Compete privativamente ao Presidente da República:

VI - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

A matéria já foi objeto de deliberação pelo Supremo Tribunal Federal, que reafirma a inconstitucionalidade de projetos de lei de origem parlamentar que, de alguma maneira, ampliam ou modificam as atribuições de órgãos públicos, conforme se verifica dos seguintes excertos:

"Segundo a Carta da República, incumbe ao chefe do Poder Executivo deflagrar o processo legislativo que envolva órgão da Administração Pública, alínea e do § 1º do artigo 61 da Constituição Federal" (ADI 2.799-MC, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 1º-4-04, DJ de 21-5-04).

"Compete privativamente ao Poder Executivo (CF, alínea e do inciso II do § 1º do artigo 61) a iniciativa de projeto de lei que confere atribuição a órgãos subordinados ao Governador do Estado" (ADI 2.443-MC, Rel. Min. Mauricio Corrêa, julgamento em 7-6-01, DJ de 29-8-03).

"É indispensável a iniciativa do Chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/01, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelam as atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação" (ADI 3.254, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 16-11-05, DJ de 2-12-05).

Ademais, a medida legislativa proposta também importa em aumento de despesa pública, em afronta ao art. 63, "caput" e inciso I, da Constituição Federal, e art. 52, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Observa-se ainda que o projeto, no ponto referente à geração de despesa para o Poder Executivo, incorre em desrespeito ao princípio orçamentário de que trata o art. 167, inciso II, da Constituição Federal, o qual veda a realização de despesas superiores aos créditos orçamentários ou adicionais.

Nesse aspecto, os recursos do orçamento já possuem uma destinação específica, sendo que a criação de novas despesas estaria na dependência de uma suplementação da dotação do orçamento do Poder Executivo, o que não afasta o defeito de inconstitucionalidade, porquanto haverá despesas que superam os atuais créditos orçamentários.

Em suma, O projeto contém vício de inconstitucionalidade pelo simples fato de criar despesa pública não contemplada na lei orçamentária, afrontando as disposições do art. 167, inciso II, da Constituição da República, e art. 123, inciso III, da Carta Estadual.

Portanto, além da instituição de despesa, a proposição incorre em vício de inconstitucionalidade, uma vez que a iniciativa para propor leis que discorram sobre a criação de órgãos públicos ou parcela de atribuições está afeta exclusivamente ao Governador do Estado, conforme se depreende do disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Carta Magna, e no art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição Estadual.

Por menor e mais simples que seja tarefa criada pela lei, não há se negar a ocorrência de ofensa ao princípio da separação dos Poderes do Estado, inscrito no art. 3º, da Constituição Estadual (art. 2º, da C.F.), porquanto houve a criação de um encargo novo, cuja execução foi incumbida aos órgãos do Poder Executivo por meio de lei de iniciativa parlamentar.

Em que pesem a relevância da matéria, aliado aos bons propósitos do autor da proposição, a mera constatação da existência de dispositivo de lei que estabeleçam conflito com as disposições constitucionais impõe a adoção de providências no sentido de afastar tal vício de inconstitucionalidade, que compromete a eficácia da norma legal.

O projeto aprovado pela Assembleia Legislativa foi remetido para exame e parecer da Procuradoria Geral do Estado, a fim de orientar a decisão do Senhor Governador do Estado, tendo em vista o que estabelece o art. 54, § 1º, da

Constituição do Estado, "verbis":

"Art. 54 - Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembleia Legislativa o encaminhará ao Governador do Estado para sanção.

§ 1º - Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Assembleia os motivos do veto".

A verificação da inconstitucionalidade ou da contrariedade ao interesse público é função que não está sujeita ao exclusivo critério discricionário ou ao juízo político do Governador do Estado, cabendo a este apenas a constatação fática de que alguma disposição legal não está em conformidade com os preceitos constitucionais ou são considerados contrários ao interesse público.

Isto porque, ainda que se justifique a necessidade de edição de lei, não cabe à autoridade que possui poder de veto a formulação de um juízo eminentemente discricionário quanto a sua conveniência, eis que deve prevalecer o princípio da supremacia das normas constitucionais sobre as demais.

Aliás, o poder de veto atribuído ao Governador do Estado faz com que seja especialmente necessário o seu regular exercício de pleno controle da constitucionalidade das leis, a fim de, como lembra Kelsen, evitar "atentado à fronteira politicamente tão importante entre a esfera do governo e a esfera do parlamento".

Com efeito, a verificação da constitucionalidade das leis é procedimento de observância obrigatória, que não se submete à discricionariedade ou ao juízo político do Governador do Estado, cabendo a este um juízo de ponderação de valores apenas na verificação do interesse público.

A vista da incompatibilidade das normas da proposição parlamentar diante do texto constitucional, conforme demonstrado precedentemente, recomendamos a oposição de veto ao Autógrafo do Projeto de Lei nº 202/07, nos termos do art. 54, § 1º, da Constituição Estadual.

Estas são as considerações de ordem jurídica que submetemos à deliberação de Vossa Excelência.

Florianópolis, 01 de outubro de 2007.

Silvio Varela Junior
Silvio Varela Junior
Procurador Administrativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA

PROCESSO: PPGE nº 6785/070

INTERESSADO: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação.

ASSUNTO: Of. nº 560 - Dispõe sobre a inclusão de informações e procedimento nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização, prevista em Lei paga pelo seguro obrigatório.

Sr. Subprocurador - Geral do Contencioso.

De acordo com a manifestação retro.

A Vossa consideração.

Florianópolis, 02 de outubro de 2007

Leandro Zanini
Leandro Zanini

Procurador - Chefe da Consultoria Jurídica

Visto.

Encaminhe-se ao Exmo. Sr. Procurador Geral do Estado.

Florianópolis, 02 de outubro de 2007.

Sergio Luiz Mar Pinto

Subprocurador - Geral do Contencioso



ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PPGE nº 6785/077

Assunto: Autógrafo de origem parlamentar." Dispõe sobre a inclusão de informações e procedimentos nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização, previsto em lei, paga pelo seguro obrigatório." Inconstitucionalidade. Recomendação de veto.

Interessado: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 401/07, às fls 23/28, da lavra do Procurador Administrativo, Silvio Varela Júnior, referendado pelo Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Leandro Zanini.

Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 02 de outubro de 2007.

Adriano Zanotto
ADRIANO ZANOTTO
Procurador-Geral do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício nº 3370.6/GABS/SSP Florianópolis, 27 de setembro de 2007.

Senhor Secretário,

URGENTE

Em atenção ao pedido de Análise de Autógrafo de Projeto de Lei nº 202/07, de origem parlamentar, que "dispõe sobre a inclusão de informações e procedimentos nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização, prevista em lei, paga pelo seguro obrigatório", objeto do Ofício nº 568/SCC-DIAL-GEMAT, dessa Pasta, encaminho o Parecer nº 125/2007, emitido pela Consultoria Jurídica, que consubstancia posicionamento desta Pasta acerca da matéria em tela.

Atenciosamente,

Ronaldo José Benedet
Ronaldo José Benedet
Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

Del. Paulo Roberto Dias Neves
Deputado Geral do SSP
Matr. 226.311-4

Excelentíssimo Senhor
IVO CARMINATI
Secretário de Estado de Coordenação e Articulação - SCC
Florianópolis - SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER nº 125/2007

Processo ISSP 8190/070

Interessado: Diretor de Assuntos Legislativos da Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação

Assunto: Autógrafo de projeto de lei, de origem parlamentar, que "dispõe sobre a inclusão de informações e procedimentos nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização, prevista em lei, paga pelo seguro obrigatório".

Senhor Diretor-Geral,

O Ilustríssimo Senhor Diretor de Assuntos Legislativos da Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação solicitou a análise e emissão de parecer jurídico por esta Pasta acerca do Autógrafo do Projeto de Lei nº 202/07, que trata do assunto acima mencionado.

Como bem ressaltou o Diretor supracitado, nos termos do artigo 54, § 1º, da Constituição do Estado, a matéria deve ser apreciada sob duas vertentes: A constitucionalidade e o interesse público.

Quanto ao aspecto da constitucionalidade, esta COJUR entende que o aludido projeto ofende os preceitos do art. 50, § 2º, VI c/c o art. 71, IV da Constituição do Estado, *in verbis*:

"Art. 50 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição

§ 2º - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

VI - a criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 71, IV, (NR)

Art. 71 - São atribuições privativas do Governador do Estado:

IV - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

Ocorre que o Projeto de Lei em epígrafe, ao determinar que se faça constar nos boletins de acidentes de trânsito com vítimas (via de regra, expedidos nas Delegacias da Polícia Civil), procedimentos relativos ao recebimento de indenização paga pelo seguro obrigatório - DPVAT - conforme prevê a Lei Federal nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, direciona a sua aplicabilidade aos órgãos da Administração Pública do Poder Executivo, especificamente, da Polícia Civil, como mencionado alhures, atribuindo-lhes competências de natureza procedimental, iniciativa legislativa de origem parlamentar que, como aduzido acima, para nós, afronta as normas constitucionais ora transcritas, segundo as quais tal medida é da competência privativa do Senhor Governador do Estado.

Além disso, cumpre ressaltar que entendemos ser de bom alvitre não compartilhar as informações atualmente constantes nos boletins de acidente de trânsito com vítimas, os quais, em geral, resultam na instauração de procedimento policial de natureza penal com outras informações de natureza civil, nesse mesmo documento, em face da autonomia das instâncias civil e penal e as consequências dela advindas, as quais serão inevitavelmente apuradas em processos distintos.

Dessa maneira, ao nosso ver, haveria a possibilidade de ofensa ao Princípio Constitucional da Eficiência, direcionado à Administração Pública em geral (art. 37, "caput", da C.R.), com o consequente prejuízo para a adequada prestação dos serviços públicos, em razão da excessiva quantidade de informações de natureza civil a serem constadas nos aludidos boletins, os quais têm por escopo, via de regra, a apuração de responsabilidade criminal de pessoas envolvidas em acidentes de trânsito com vítimas, fato que contrariaria o prefaleado princípio constitucional, em virtude do aumento desnecessário da burocracia no preenchimento dos mencionados atos administrativos.

De outra banda, sem maiores delongas, cabe aduzir que o vício de iniciativa legislativa em questão também leva à pecha de inconstitucionalidade do P.L. nº 202/07, em face da quebra do Princípio Fundamental da Autonomia dos Poderes do Estado (art. 32, da Constituição do Estado), segundo o qual um Poder não pode inibir-se, de direito e de fato, nas atribuições constitucionais e legais de outro Poder, como ocorreu no presente caso, como demonstrado.

Quanto ao aspecto do interesse público decorrente do Autógrafo do P.L. nº 202/07, cumpre dizer que, apesar da importância do seu conteúdo material para os cidadãos envolvidos com os fatos nele previstos, em face dos vícios de inconstitucionalidade apontados nesta manifestação jurídica, por sua relevância e preponderância, o mesmo fica naturalmente afastado, pois ele seria afetado de maneira inevitável pela aprovação de projeto de lei que ofende a Norma Fundamental do Estado, gerando verdadeira balbúrdia jurídica e inconciliáveis entraves de ordem prática.

Pelo exposto, no tocante à competência desta Pasta para analisar a presente matéria, sugere-se o **veto total** do autógrafo sob comento, em face dos vícios de inconstitucionalidade aventados incidirem sob parte substancial dos dispositivos do P.L. nº 202/07, fato que, na prática, inviabiliza a consecução do seu objetivo maior, qual seja, a celeridade da concretização dos procedimentos para o recebimento da indenização paga pelo seguro obrigatório - DPVAT.

Por derradeiro, a teor do disposto no art. 71, IV, "a", da Constituição deste Estado, não obstante os vícios acima apontados, cabe ressaltar que a matéria tratada pelo Projeto de Lei nº 202/07, na verdade, se for o caso, poderá ser objeto de regulamentação mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, pois dela não decorrerá aumento de despesa para o Estado.

É o parecer, S.M.J., que encaminho a Vossa Excelência para sua judiciosa apreciação e posterior deliberação.

Florianópolis, 25 de setembro de 2007.

Hercilio Emerich Lentz
Consultor Jurídico

MENSAGEM Nº 290

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Estabelece a inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina", por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 05 de outubro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PAR 388/07

AUTOGRAFO DO PROJETO DE LEI N.º 202/07

EMENTA: Autógrafo do projeto de Lei N. 20/07 que estabelece a inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina. Ingerência do Poder Legislativo em atribuições típicas do Poder Executivo. Legislação concorrente. Inconstitucionalidade.

Sr. Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica,

O Senhor Secretário de Estado da Coordenação e Articulação encaminha a esta Procuradoria o autógrafo de projeto de Lei supra referido, de origem parlamentar, para exame de sua constitucionalidade.

A inviabilidade, por inconstitucional, de projetos de lei para inclusão de alimentos na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina já foi analisada e aprovada por esta casa em brilhante parecer do Dr. Éderson Pires, que ora transcrevemos na íntegra e que nos vale como

embasamento para sugerirmos o **VETO INTEGRAL** do projeto de lei ora analisado, vejamos:

"Processo PPGE nº 259/071
Origem: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação
Interessado: Estado de Santa Catarina

Análise de autógrafo. Origem Parlamentar. Dispõe sobre a inclusão da banana natural e industrializada na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina. Afirma a autonomia do Conselho Estadual de Alimentação. Ausência de critérios científicos para a providência reclamada. Ingerência do Poder Legislativo em atribuições típicas do Poder Executivo. Legislação Concorrente. Inconstitucionalidade.

Senhor Procurador-Geral:

Cuida-se de solicitação formulada pelo Secretário de Estado da Coordenação e Articulação no sentido de que seja analisado autógrafo submetido à apreciação do Sr. Governador pela Assembleia Legislativa, em projeto de lei de origem parlamentar que dispõe sobre a inclusão da banana natural e industrializada na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

O texto aprovado estabelece que o Conselho Estadual de Alimentação adotará as medidas necessárias para o atendimento ao disposto nesta Lei, impondo a inclusão da banana natural ou industrializada no programa de merenda escolar.

Referido projeto legislativo veio a este órgão central de consultoria jurídica para análise quanto a sua constitucionalidade, razão pela qual não será apreciado o mérito, até porque indiscutível a relevância do tema. O referido projeto de lei foi objeto de exaustiva discussão no âmbito parlamentar, tendo em vista as disposições contidas na Lei Estadual 11.522, de 12 de setembro de 2000, que cria o Conselho Estadual de Alimentação Escolar, com competência administrativa relacionada à gestão do programa de merenda escolar, inclusive com o indispensável acompanhamento nutricional.

A relevância da discussão é incontestável e o fato de haver outros projetos de igual natureza, anteriormente aprovados e sancionados, não lhes retira o vício de inconstitucionalidade relacionado à autonomia do Poder Executivo na gestão do ensino em sua plenitude, consoante disposições contidas nos artigos 208 e ss. da Constituição Federal.

É que a competência estabelecida pela Lei 11.522/2000 ao Conselho Estadual de Alimentação Escolar no desempenho de atividade tipicamente executiva, com autonomia relacionada ao programa de alimentação nas escolas, é flagrantemente afrontada pela norma aprovada e objeto de análise.

Se há um conselho executivo com atribuição e competência específica para gerenciar o programa de alimentação escolar, não se pode admitir imposições através de proposições legislativas que tangenciem os critérios técnicos e nutricionais norteadores de um programa oficial.

A conclusão no sentido de que a proposição normativa não é adequada é ainda reforçada pelo fato de os documentos que instruem o processo legislativo em nenhum momento indicam que o Conselho Estadual de Alimentação Escolar não tenha a banana como um ingrediente costumeiramente utilizado, fator que talvez legitimasse uma revisão de critérios ou uma recomendação legislativa neste sentido, mas jamais uma norma impositiva, ou seja, de conteúdo obrigatório.

Cia, tanto a Constituição Federal quanto a Constituição Estadual estabelecem que compete ao Poder Público a oferta do ensino, mediante a adoção de programas de suplementação alimentar. Nada mais.

Não é crível que se admita, a partir dessa orientação constitucional, que ao Legislativo foi atribuída competência ou até mesmo legitimidade para dizer quais itens deverão compor o cardápio da merenda escolar, com uma providência legislativa específica para cada pretensão de inclusão.

No plano federal a Lei 8.913, de 12 de julho de 1994 já determinava que o cardápio da alimentação escolar seria composto por um corpo técnico de nutricionistas, com a aprovação do Conselho de Alimentação Escolar.

A medida provisória 2.178/36, ainda em vigor por ser anterior à EC 32, por sua vez dispõe em seu artigo 6º:

Art. 6º Os cardápios do programa de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito

Federal e dos Municípios, serão elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do CAE e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semi-elaborados e aos in natura.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios utilizarão, no mínimo, setenta por cento dos recursos do PNAE na aquisição dos produtos básicos.

A Lei Estadual nº 11.522/2000, anteriormente citada, segue a orientação federal e não pode ser desconsiderada por normas específicas que lhe afetem o conteúdo ou que determinem interpretações equivocadas, especialmente indicativas da obrigatoriedade da inclusão de determinado produto no cardápio da alimentação escolar sem que critérios técnicos nutricionais sejam observados.

A competência do Estado Membro para legislar concorrentemente sobre educação, a teor do que dispõe o artigo 24, IX da Constituição Federal, não admite a possibilidade de afronta às normas gerais editadas pela União.

No que tange à iniciativa legislativa, por outro lado, não está a matéria arrolada dentre as privativas do Chefe do Poder Executivo (Constituição Federal, art. 61, §º 1º, I e II e Constituição Estadual, art. 50, § 2º) e sob este aspecto não há restrição a ser apontada.

Sob o aspecto orçamentário, por outro lado, não se verificarão óbices, dada a referência contida no Artigo 2º, conclusiva no sentido de cabe ao Conselho Estadual de Alimentação a avaliação da forma como será incluída a banana natural e industrializada no referido programa.

De se observar, por oportuno, que não há nestes autos qualquer informação relacionada à utilização da banana nos programas já existentes, o que poderia atestar inclusive a total desnecessidade deste tipo de proposição legislativa.

Em face do exposto, considerando-se que no âmbito da competência concorrente não pode o Estado Membro se afastar da respectiva orientação normativa federal e que a atividade de gerenciamento do programa de alimentação escolar caracteriza-se como atividade tipicamente executiva, já disciplinada por leis Federais e Estaduais, opino pelo veto integral ao presente autógrafo.

Este é o parecer que submeto à consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 15 de janeiro de 2007.

EDERSON PIRES
PROCURADOR DO ESTADO
OAB/SC 12.594
(assinado)

Salve melhor juízo, estas são, em breve parecer, as considerações de ordem jurídica que submetemos a Vossa Excelência.

Florianópolis, 27 de setembro de 2007.

TAITALO FAORO COELHO DE SOUZA
Procurador do Estado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA

PROCESSO: PPGE nº 6663/079

INTERESSADO: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação
ASSUNTO: Of. nº 561/07 - Projeto de Lei nº 20/07 - Estabelece a inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

Sr. Subprocurador - Geral do Contencioso.

De acordo com a manifestação retro.
À Vossa consideração.

Florianópolis, 27 de setembro de 2007

Leandro Zanini
Procurador - Chefe da Consultoria Jurídica

Visto,
Encaminhe-se ao Exmo. Sr. Procurador Geral do Estado.

Florianópolis, 27 de setembro de 2007.

Sergio Luiz Mar Pinto
Subprocurador - Geral do Contencioso



ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PPGE nº 6665/071

Assunto: Autógrafo de projeto de lei nº 020/07 que "estabelece a inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina."

Interessado: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho a manifestação do Procurador Chefe da Consultoria Jurídica, Leandro Zanini, referente ao Parecer nº 388/07 de fls. 40/45, da lavra do Procurador do Estado Taitalo Faoro Coelho de Souza. Encaminhe-se à Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 27 de setembro de 2007.

ADRIANO ZANOTTO
Procurador-Geral do Estado

MENSAGEM Nº 291

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Altera o inciso III, do § 2º, do art. 4º, da Lei nº 11.392, de 2000, que institui a Política Estadual de Prevenção e Controle às Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, à Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, dispõe sobre a discriminação aos portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV e adota outras providências", por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 05 de outubro de 2007

LUÍZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PAR 391/07

Processo PPGE nº
Origem: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação
Assunto: Autógrafo do projeto de lei nº 0330.5/2007, que altera o inciso III, do parágrafo 2º, do artigo 4º da lei nº. 11.392, de 03 de maio de 2000, que "Institui a política estadual de prevenção e controle às Doenças

Sexualmente Transmissíveis - DST, à Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, dispõe sobre a discriminação aos portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV e adota outras providências"

Sr. Procurador-Geral do Estado

O Senhor Secretário de Estado da Coordenação e Articulação encaminha a esta Procuradoria autógrafo do projeto de lei supra referido, de origem parlamentar, para análise de sua constitucionalidade.

Referido projeto altera a redação do inciso III, no parágrafo 2º, do artigo 4º da lei nº 11.392, de 03 de maio de 2000, que institui a política estadual de prevenção e controle às Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, à Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, dispõe sobre a discriminação aos portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV e adota outras providências.

A redação aprovada pela Assembléia Legislativa é a seguinte:

"Art. 4º (...)

§ 2º Os cartazes informativos serão afixados:
III - nos motéis e afins em todo o território do Estado de Santa Catarina, no interior de todos os seus quartos e apartamentos, em locais bem visíveis, e ainda em outros estabelecimentos privados que quiserem aderir à campanha."

Este, em síntese, o autógrafo ora analisado.

Passo a sua análise.

A lei nº 11.392, de 03 de maio de 2000, ora alterada, tem a constitucionalidade de diversos de seus artigos questionada perante o Supremo Tribunal Federal por intermédio da ação direta de inconstitucionalidade nº 2341, proposta pelo Sr. Governador do Estado, em 26 de outubro de 2000.

Dentre os dispositivos impugnados está o artigo 4º, em sua íntegra.

Este artigo possui a seguinte redação:

"Art. 4º As campanhas públicas serão realizadas através de palestras, debates, afixação de cartazes informativos, vídeos educativos, mensagens em estádios de futebol, ginásios desportivos, cinemas, veiculação em emissoras de rádio e televisão, dentre outros locais de acesso público.

§ 1º Os seminários, palestras e debates serão realizados em estabelecimentos públicos ou privados, com especialistas no assunto, propiciando a participação de organizações não-governamentais que trabalham com prevenção e controle à AIDS.

§ 2º Os cartazes informativos serão afixados:

I - em veículos de transporte coletivo, escolar e individual por táxi, em dimensões, formatos e dizeres compatíveis com cada um, fixados em decreto;
II - nos estabelecimentos públicos estaduais, particularmente os de natureza educacional, saúde e lazer.

III - nos estabelecimentos privados que quiserem aderir à campanha.

§ 3º Será obrigatória, nas salas de cinema do Estado, a exibição de um filme contendo recomendações sobre a prevenção e controle às DST e à AIDS, antes de cada sessão. Os filmes serão gratuitamente colocados à disposição das empresas exibidoras pelo Poder Executivo, que poderá produzir diretamente os filmes, contratar sua produção ou autorizar a exibição de filmes produzidos por outras entidades ou pessoas físicas. Ficará a cargo da Comissão Estadual de AIDS a escolha das peças a serem vinculadas.

§ 4º As emissoras de rádio e televisão deverão veicular, durante pelo menos dois minutos por semana, mensagens alusivas às formas de prevenção e controle contra a AIDS e contra a discriminação das pessoas com HIV. As mensagens deverão ser veiculadas dentro da programação normal, pelo rádio entre sete e dezenove horas, e pela televisão entre dezoito e vinte e duas horas. O material a ser divulgado deverá ser oferecido gratuitamente pelo Poder Executivo, através da Comissão Estadual de AIDS, sendo facultado o direito das emissoras de difundir material produzido com exclusividade por elas mesmas, por outras entidades públicas ou privadas, assim como por pessoas que lidam com o tema, sob rigorosa fiscalização do referido Poder. O material produzido deverá veicular conteúdo que ofereça informações claras e rigorosamente científicas na prevenção e controle à AIDS e sobre a não discriminação dos cidadãos soropositivos.

§ 5º As administradoras dos estádios de futebol e ginásios desportivos do Estado ficam obrigadas a anunciar em seus placares eletrônicos, ou locais visíveis, mensagens de prevenção e controle à AIDS e sobre a não discriminação dos cidadãos soropositivos. O material produzido deverá veicular conteúdo que ofereça informações claras e rigorosamente científicas na prevenção e controle à AIDS e sobre a não discriminação dos cidadãos soropositivos.

§ 6º Fica vedada a divulgação discriminatória, por qualquer meio, de mensagens que vinculem a epidemia de HIV e AIDS a grupos específicos ou com conteúdos que possam real ou potencialmente gerar preconceito e discriminação, a ser avaliado e aprovado pela Comissão Estadual de AIDS."

Portanto, a alteração legislativa aprovada passa a impor à administração pública a obrigação de produzir maior número de cartazes para atendimento dos estabelecimentos indicados na nova redação do inciso, como também aos particulares a obrigação de afixá-los.

Na ação direta de inconstitucionalidade antes referida e cuja cópia segue em anexo, afirma-se que a obrigação imposta ao Poder Executivo no artigo 4º, especificamente, ocorreu com violação ao princípio da separação dos Poderes e resulta em aumento da despesa, sem que haja previsão orçamentária.

Não obstante o pedido de liminar formulado na ação direta de inconstitucionalidade ainda não tenha sido analisado pelo Supremo Tribunal Federal, estando concluso ao relator desde 17 de dezembro de 2002, entendo que o

posicionamento deve ser mantido, pois o vício de iniciativa não restou suprido, o que acarreta em violação aos seguintes dispositivos constitucionais estaduais:

"Art. 32. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 50. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º A iniciativa popular de leis será exercida junto a Assembleia Legislativa pela apresentação de projeto de lei subscrito por no mínimo um por cento dos eleitores do Estado, distribuídos por pelo menos vinte Municípios, com não menos de um por cento dos eleitores de cada um deles.

§ 2º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - (...)

VI - a criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 71, IV.

Art. 71. São atribuições privativas do Governador do Estado:

I - (...)

II - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

III - (...)

IV - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; e

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos."

Recentemente decidiu a Corte Estadual:

"Constitucional. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Estadual criando novas atribuições para órgãos da administração pública do Estado. Norma de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Projeto de gênese parlamentar. Violação dos artigos 32, 50, § 2º, VI, e 71, II e IV, a, da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade manifesta. Procedência do pedido." (ADI nº 2000.021132-0, DJSC de 24 de setembro de 2007)

Portanto, por violação aos artigos 32, 50, § 2º, VI e 71, II e IV, "a", todos da Constituição Estadual, recomendo o veto integral ao autógrafo.

É a manifestação que submeto ao exame de Vossa Excelência.

Florianópolis, 27 de setembro de 2007.

Leandro Zanini

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica



ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PPGE nº 6656/072

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei nº 0330.5/2007, que "altera o inciso III, do parágrafo 2º, do artigo 4º da Lei nº 11.392, de 03 de maio de 2000 que institui a política estadual de prevenção e controle às Doenças Sexualmente Transmissíveis e adota outras providências".

Interessado: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 391/07 de fls. 24/27, da lavra do Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Leandro Zanini.

Encaminhe-se à Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 27 de setembro de 2007.

ADRIANO ZANOTTO
Procurador-Geral do Estado

MENSAGEM Nº 292

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes ou placas em hospitais, postos de saúde, ambulatorios e funerárias, com informações sobre o DPVAT", por ser inconstitucional.

Os pareceres da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, os quais acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornecem os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 05 de outubro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PAR 402/07

Parecer nº

Processo nº. PPGE 6787/070

Origem: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação

EMENTA: Autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa. Projeto de iniciativa parlamentar. Ampliação de atribuições de órgão público. Criação de despesas em projeto cuja iniciativa compete ao Governador do Estado. Vício de inconstitucionalidade. Recomendação de veto.

Senhor Procurador-Geral,

Atendendo à solicitação contida no Ofício nº 560/CC-DIAL-GEMAT, de 19 de setembro de 2007, a Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação requer a manifestação desta Procuradoria sobre o autógrafo do projeto de lei de iniciativa parlamentar, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de fixação de cartazes ou placas em hospitais, postos de saúde, ambulatorios e funerárias, com informações sobre o DPVAT".

Da leitura do texto aprovado pela Assembleia Legislativa, constatamos que o seu art. 1º cria atribuições para os órgãos públicos, pois, tendo sido autorizado a realização de despesa (art. 3º), deduz-se que o Poder Executivo é o executor da medida ali prevista.

O desempenho das atividades inseridas no dispositivo acima importa na criação de uma estrutura física e de recursos humanos, além de exigir a destinação de recursos financeiros para a sua execução.

O que caracteriza um órgão público da Administração Direta é a existência de agentes públicos e de certas competências administrativas a serem exercidas.

Nesse sentido é a definição de Hely Lopes Meirelles. Para ele os órgãos públicos "São centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem. São unidades de ação com atribuições específicas na organização estatal" (Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, 25ª ed., ano 2000, pág. 62/63).

O órgão público é tanto a parcela mais abrangente da administração, que são as Secretarias de Estado, quanto os seus segmentos menos expressivos, tais como as diretorias, gerências, setores e serviços.

Então, quando se cria um serviço, que é a menor parcela de um órgão, este procedimento equivale ao processo de criação de órgão público, cuja iniciativa de lei é da competência exclusiva do Governador do Estado, nos termos do art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição do Estadual (art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da CF).

O conjunto de atribuições criada pelo artigo 1º, do Autógrafo do Projeto de Lei nº 147/07, representa a criação de parte de uma estrutura, que irá se incorporar ao órgão existente, de sorte que essa ampliação tem por consequência o surgimento de nova unidade de ação do órgão.

Nesse contexto, a medida legislativa ora aprovada, por ter criado uma parte do órgão mediante ampliação de sua estrutura, deveria ter observado a regra inscrita no art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição do Estado, que reproduz as

disposições do art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Carta Federal, que assim dispõe:

"Art. 61 -

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI".

O art. 84, inciso VI, a sua vez, estabelece o seguinte:

"Art. 84 - Compete privativamente ao Presidente da República:

VI - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

A matéria já foi objeto de deliberação pelo Supremo Tribunal Federal, que reafirma a inconstitucionalidade de projetos de lei de origem parlamentar que, de alguma maneira, ampliam ou modificam as atribuições de órgãos públicos, conforme se verifica dos seguintes excertos:

"Segundo a Carta da República, incumbe ao chefe do Poder Executivo deflagrar o processo legislativo que envolva órgão da Administração Pública, alínea e do § 1º do artigo 61 da Constituição Federal" (ADI 2.799-MC, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 1º-4-04, DJ de 21-5-04).

"Compete privativamente ao Poder Executivo (CF, alínea e do inciso II do § 1º do artigo 61) a iniciativa de projeto de lei que confere atribuição a órgãos subordinados ao Governador do Estado" (ADI 2.443-MC, Rel. Min. Mauricio Corrêa, julgamento em 7-6-01, DJ de 29-8-03).

"É indispensável a iniciativa do Chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/01, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelam as atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação" (ADI 3.254, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 16-11-05, DJ de 2-12-05).

Ademais, a medida legislativa proposta também importa em aumento de despesa pública, em afronta ao art. 63, "caput" e inciso I, da Constituição Federal, e art. 52, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Observa-se ainda que o projeto, no ponto referente à geração de despesa para o Poder Executivo, incorre em desrespeito ao princípio orçamentário de que trata o art. 167, inciso II, da Constituição Federal, o qual veda a realização de despesas superiores aos créditos orçamentários ou adicionais.

Nesse aspecto, o fato de a lei aprovada pela Assembleia Legislativa se referir à dotação do orçamento do Poder Executivo, bem como a abertura de crédito suplementar (art. 3º), não estaria afastado o defeito de inconstitucionalidade, porquanto as verbas do orçamento do Estado já contam com destinação específica, sendo certo que a autorização para eventual suplementação não supre a omissão financeira.

Portanto, a proposição incorre em vício de inconstitucionalidade, uma vez que a iniciativa para propor leis que disoçram sobre a criação de órgãos públicos, ou parcela deles, está afeta exclusivamente ao Governador do Estado, conforme se depreende do disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Carta Magna, e no art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição Estadual.

Aliada a essa circunstância que compromete a validade da proposição parlamentar, o projeto contém vício de inconstitucionalidade pelo simples fato de criar despesa pública não contemplada na lei orçamentária, afrontando as disposições do art. 167, inciso II, da Constituição da República, e art. 123, inciso III, da Carta Estadual.

Por menor e mais simples que seja tarefa criada pela lei, não há se negar a ocorrência de ofensa ao princípio da separação dos Poderes do Estado, inscrito no art. 32, da Constituição Estadual (art. 2º, da C.F.), porquanto houve a criação de um encargo novo, cuja execução foi incumbida aos órgãos do Poder Executivo por meio de lei de iniciativa parlamentar.

Em que pesem a relevância da matéria, aliado aos bons propósitos do autor da proposição, a mera constatação da existência de dispositivo de lei que estabeleçam conflito com as disposições constitucionais impõe a adoção de providências no sentido de afastar tal vício de inconstitucionalidade, que compromete a eficácia da norma legal.

O projeto aprovado pela Assembleia Legislativa foi remetido para exame e parecer da Procuradoria Geral do Estado, a fim de orientar a decisão do Senhor Governador do Estado, tendo em vista o que estabelece o art. 54, § 1º, da Constituição do Estado, "verbis":

"Art. 54 - Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembleia Legislativa o encaminhará ao Governador do Estado para sanção.

§ 1º - Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Assembleia os motivos do veto".

A verificação da inconstitucionalidade ou da contrariedade ao interesse público é função que não está sujeita ao exclusivo critério discricionário ou ao juízo político do Governador do Estado, cabendo a este apenas a constatação fática de que alguma disposição legal não está em conformidade com os preceitos constitucionais ou são considerados contrários ao interesse público.

Isto porque, ainda que se justifique a necessidade de edição de lei, não cabe à autoridade que possui poder de veto a formulação de um juízo eminentemente discricionário quanto a sua conveniência, eis que deve prevalecer o princípio da supremacia das normas constitucionais sobre as demais.

Aliás, o poder de veto atribuído ao Governador do Estado faz com que seja especialmente necessário o seu regular exercício de pleno controle da constitucionalidade das leis, a fim de, como lembra Kelsen, evitar "atentado à fronteira politicamente tão importante entre a esfera do governo e a esfera do parlamento".

Com efeito, a verificação da constitucionalidade das leis é procedimento de observância obrigatória, que não se submete à discricção ou ao juízo político do Governador do Estado, cabendo a este um juízo de ponderação de valores apenas na verificação do interesse público.

A vista da incompatibilidade das normas da proposição parlamentar diante do texto constitucional, conforme demonstrado precedentemente, recomendamos a aposição de veto ao Autógrafo do Projeto de Lei nº 147/07, nos termos do art. 54, § 1º, da Constituição Estadual.

Estas são as considerações de ordem jurídica que submetemos à deliberação de Vossa Excelência.

Florianópolis, 01 de outubro de 2007.

Silvio Varela Junior
Silvio Varela Junior
Procurador Administrativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA

PROCESSO: PPGE nº 6787/070

INTERESSADO: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação
ASSUNTO: Of. nº 560 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes ou placas em hospitais, posto de saúde, ambulatório e funerárias, com

informações sobre DPVAT.

Sr. Subprocurador – Geral do Contencioso.

De acordo com a manifestação retro.

À Vossa consideração.

Florianópolis, 02 de outubro de 2007

Leandro Zanini

Procurador – Chefe da Consultoria Jurídica

Visto,

Encaminhe-se ao Exmo. Sr. Procurador Geral do Estado.

Florianópolis, 02 de outubro de 2007.

Sergio Luiz Mar Pinto

Subprocurador – Geral do Contencioso



ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PPGE nº 6787/077

Assunto: Autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa. Projeto de iniciativa parlamentar. "Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes ou placas em hospitais, postos de saúde, ambulatórios e funerárias, com informações sobre DPVAT."

Interessado: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 402/07, às fls 23/28, da lavra do Procurador Administrativo, Silvio Varela Júnior, referendado pelo Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Leandro Zanini.

Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 02 de outubro de 2007.

ADRIANO CANOTTO
Procurador-Geral do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício nº 3371.6/GABS/SSP Florianópolis, 27 de setembro de 2007.

Senhor Secretário,

URGENTE

Em atenção ao pedido de Análise de Autógrafo de Projeto de Lei nº 147/07, de origem parlamentar, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes ou placas em hospitais, postos de saúde, ambulatórios e funerárias, com informações sobre

DPVAT", objeto do Ofício nº 567/SCC-DIAL-GEMAT, dessa Pasta, encaminho o Parecer nº 126/2007, emitido pela Consultoria Jurídica, que consubstancia posicionamento desta Pasta acerca da matéria em tela.

Atenciosamente,

Ronaldo José Benedet

Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

Del. Paulo Roberto Dias Neves
Diretor Geral do SSP
Matr. 226.311-4

Excelentíssimo Senhor

IVO CARMINATI

Secretário de Estado de Coordenação e Articulação - SCC
Florianópolis - SC



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER nº 126/2007

Processo ISSP 8186/073

Interessado: Diretor de Assuntos Legislativos da Secretária de Estado da Coordenação e Articulação

Assunto: Autógrafo de projeto de lei, de origem parlamentar, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes ou placas em hospitais, postos de saúde, ambulatórios e funerárias, com informações sobre o DPVAT".

Senhor Diretor-Geral,

O Ilustríssimo Senhor Diretor de Assuntos Legislativos da Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação solicitou a análise e emissão de parecer jurídico por esta Pasta acerca do Autógrafo do Projeto de Lei nº 147/07, que trata do assunto acima mencionado.

Como bem ressaltou o Diretor supracitado, nos termos do artigo 54, § 1º, da Constituição do Estado, a matéria deve ser apreciada sob duas vertentes: A constitucionalidade e o interesse público.

Quanto ao aspecto da constitucionalidade, esta COJUR entende que o aludido projeto ofende os preceitos do art. 50, § 2º, VI c/c o art. 71, IV da Constituição do Estado, *in verbis*:

"Art. 50 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 2º - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSULTORIA JURÍDICA

VI - a criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 71, IV. (NR)

Art. 71 - São atribuições privativas do Governador do Estado:

IV - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

Ocorre que o Projeto de Lei em epígrafe, ao determinar que sejam afixados e mantidos, genericamente, dentre outros locais (privados), em hospitais, postos de saúde, ambulatórios e demais estabelecimentos de saúde públicos e em postos militares avisos sobre o seguro obrigatório de danos causados por veículos automotores de vias

terrestres – DPVAT – direciona a sua aplicabilidade para a organização e o funcionamento de determinados órgãos da Administração Pública do Poder Executivo, especificamente, das áreas da Saúde e Segurança Públicas, impondo, assim, ao Poder Executivo Estadual um ônus que resultará em despesa pública para a sua efetiva execução, iniciativa legislativa de origem parlamentar que, como aduzido acima, para nós, afronta as normas constitucionais ora transcritas, segundo as quais tal medida é da competência privativa do Senhor Governador do Estado, no caso dos órgãos públicos do Poder Executivo.

De outra banda, sem maiores delongas, cabe aduzir que o vício de iniciativa legislativa em questão também leva à pecha de inconstitucionalidade do P.L. nº 147/07, em face da quebra do Princípio Fundamental da Autonomia dos Poderes do Estado (art. 32, da Constituição do Estado), segundo o qual um Poder não pode imiscuir-se, de direito e de fato, nas atribuições constitucionais e legais de outro Poder, como ocorreu no presente caso, conforme demonstrado.

Além disso, convém lembrar que, a teor do disposto no inciso I do art. 52 da Constituição Estadual, via de regra, não é admitido aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, por meio de emendas parlamentares, razão pela qual, com muito mais propriedade, pode-se afirmar que não é permitido aos mesmos adotarem a iniciativa do próprio projeto que prevê em seu bojo aumento dessa despesa, em face do evidente vício de origem.

Quanto ao aspecto do interesse público decorrente do Autógrafo do P.L. nº 147/07, cumpre dizer que, apesar da importância do seu conteúdo material para os cidadãos envolvidos com os fatos nele previstos, em razão dos vícios de inconstitucionalidade apresentados neste Parecer, por sua relevância e preponderância, o mesmo fica naturalmente afastado, pois ele seria afetado de maneira inevitável pela

aprovação de projeto de lei que ofende a Norma Fundamental do Estado, gerando verdadeira balbúrdia jurídica e entraves de ordem prática de difícil solução, notadamente, nas finanças públicas.

Cumprasse asseverar, por derradeiro, que o § 2º do art. 54, da Constituição Estadual, preceitua que “o veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea”, possibilidade que não pode ser aventada no presente caso em face dos vícios apontados nesta manifestação jurídica.

Diante do exposto, no tocante à competência desta Pasta para analisar a presente matéria, sugere-se o **veto total** do autógrafo sob comento, diante dos vícios de inconstitucionalidade aventados incidirem sob parte substancial dos dispositivos do P.L. nº 147/07, fato que, na prática, inviabiliza a consecução do seu objetivo maior, qual seja, a ampla divulgação de avisos sobre o seguro obrigatório de danos causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT.

É o parecer, S.M.J., que encaminho a Vossa Excelência para sua judiciosa apreciação e posterior deliberação.

Florianópolis, 25 de setembro de 2007.

Hercílio Emerich Lentz
Consultor Jurídico

SECRETARIAS DE ESTADO

ADMINISTRAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar (as) seguinte (s) Portaria (s):

PORTARIA nº 579 - de 26/9/2007
FAZER CESSAR, conforme consta do Processo SEAP 12442/070, a designação de INEIDA MOSER, matrícula nº 208902-5, lotada na DGRH - SEA, efetuada pela Portaria nº 983, de 02/06/2006, com a vigência prorrogada pela Portaria nº 1856, de 19/12/2006, para desempenhar funções junto ao IPESC.

PORTARIA nº 587 - de 26/9/2007
CONCEDER EXONERAÇÃO, de acordo com o art. 169, da Lei nº 6.745/85 e conforme Processo SEAP 16866/070, a MARCO TULIO VIERA DE MENEZES, matrícula nº 379227-7, do cargo (927) de ANALISTA TÉCNICO EM GESTÃO DE REGISTRO MERCANTIL, Classe III, nível I - A, da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO - JUCESC, a partir de 01/10/2007, por ter sido nomeado para exercer outro cargo público.

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
Secretário de Estado da Administração

ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0045/2007
Origem: Pregão nº 0082/2007-SEAP-8253/072/2007.
Contratante: Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação. **Contratada:** Loca Auto Locadora de Veículos Ltda, CNPJ nº 04.649.441/0001-70. **Fundamentação:** Processos PSST 322/075 e 899/070 e Lei 8.666/03. **Objeto:** locação mensal de 02 (dois) veículos para transporte de passageiros. **Valor mensal:** R\$ 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta reais). **Item Orçamentário:** Ação: 4403, Elemento de Despesa: 3.3.90.39, Fonte: 0100. **Vigência:** da assinatura até 31/12/2007. **Assinam:** **Contratante:** Secretária Dalva Maria De Luca Dias; **Contratada:** Eduardo Martins Guedes, Diretor. Fpolis-SC, 26/09/2007.

DEMP 30060/079

COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2007-SCC
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE

COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO.

CONTRATADA: AVIATION CENTER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: fornecimento, instalação e a consequente homologação junto aos órgãos competentes de um Sistema de Radar Meteorológico na aeronave XINGU II, prefixo PT-MCG, tipo E121, nº de série 121068, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no ANEXO I do Edital de Tomada de Preços nº 045/2007-SCC.

DATA DE ASSINATURA: 02/10/2007.

VIGÊNCIA: A vigência do presente Contrato estende-se até o término da garantia dos equipamentos e serviços prestados, **VALOR GLOBRAL:** R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), sendo que serão R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais) em materiais; R\$ 11.000,00 (onze mil reais) em serviço; R\$ 3.000,00 (três mil reais) em discrepâncias de materiais, e, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em discrepâncias de serviços.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.39 e 33.90.30.

ASSINADO POR: Ivo Carminati, Secretário de Estado de Coordenação e Articulação, e Luiz Gonzaga Amarante de Oliveira Filho, Diretor da empresa Aviation Center. Florianópolis, 04 de outubro de 2007.

DEMP 24098/076

DESENV. ECÔNOMICO E SUSTENTÁVEL

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTÁVEL

Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2007, do Processo PRODEC Nº 342/04, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e da Secretaria de Estado da Fazenda, denominado Contratante, e a empresa HACO ETIQUETAS LTDA., de Blumenau (SC), CNPJ/MF 82.645.862/0001-36, denominada Contratada, referente à concessão de incentivo do PRODEC, destinado à expansão da unidade industrial, aprovada pela Resolução nº 364/05 de 13/12/2005 do Conselho Deliberativo do PRODEC, com base na Lei nº 13.342/05, de 10/03/2005. Características do incentivo: 1) Montante: R\$ 5.436.889,00 (Cinco milhões quatrocentos e trinta e seis mil oitocentos e oitenta e nove reais); 2) Percentual: 60% do incremento do ICMS normal; 3) Prazo de Fruição: até 120 meses, limitado ao montante do incentivo; 4) Prazo de Carência: 48 meses, por parcela creditada. 5) Amortização: cada parcela será integralmente paga no mês de término da carência; 6) Taxa de Juros: 4% a.a.; 7) Atualização Monetária: 100% (cem por cento) da UFIR ou, na falta desta, outro índice que, a critério do Poder Executivo, seja adotado para atualização dos tributos estaduais. Florianópolis, 31 de agosto de 2007.

SIGNATÁRIOS: Pelo Contratante: Jean Jackson Kuhlmann, Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, e Sérgio Rodrigues Alves, Secretário de Estado da Fazenda. Pela Contratada: Ricardo Guedes Lowndes, Sócio Administrador, Alberto Conrad Lowndes, Sócio Administrador, e Cornélia Conrad Lowndes, pela sócia Conrad Empreendimentos e Participações S.A.

DEMP 28918/070

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

PORTARIA P/2246 - de 12/09/2007

RETIFICAR, a Designação de MARIA GORETTI DIAS MONSERRAT, matrícula nº.167938-4-01, ocupante do cargo de Professor (701), Nível MAG-11-C, com 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função de Diretor de Escola (cód.144)-70%, na EEB.MACHADO DE ASSIS, código 763000748530, município de TIMBÓ GRANDE (9971), efetuada pela Portaria P/387 de 09.03.2007, na parte referente ao código e percentual de gratificação da função, que deverá ser: (cód.146-80%).

PORTARIA P/2247 - de 12/09/2007

ALTERAR, a Designação de MARY NEY CORDEIRO, matrícula nº.185662-6-01, Ocupante do Cargo de Professor (701), Nível MAG-10-C, com o regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função de Diretor de Escola (cód.146)-80%, na EEB.FREI MENANDRO KAMPS, código 767000892650, município de TRÊS BARRAS (8359), efetuada através da Portaria P/335 de 05.03.2007, na parte referente ao código e percentual de gratificação da função que deverá ser: (cód.144)-70%, a partir de 31.07.2007.

PORTARIA P/2370 - de 03/10/2007

DISPENSAR, da função de SUPERVISOR (cód.086)-SE-FC-1, da GEPOP, código 74803000000, município de FLORIANÓPOLIS (8105), ELENA TRENTIN BORGES, matrícula nº.145004-2-01, Analista Técnico Gestão Educacional (935)-Nível 98-43-8-01, lotada na DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO/GEPOP, código 748030000000, município de FLORIANÓPOLIS, com 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/09/2007.

PORTARIA P/2372 - de 03/10/2007

DESIGNAR, de acordo com o anexo XIII, da Lei Complementar nº.381 de 07.05.2007, ELENA TRENTIN BORGES, matrícula nº.145004-2-01, lotada na GEPOP, código 748030000000, município de FLORIANÓPOLIS (8105), com 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função de Assistente de Serviços Técnicos Administrativos (cód.188)-70%, na DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO/GEPOP, código 748030000000, município de FLORIANÓPOLIS (8105), a partir de 01/09/2007.

PORTARIA P/2363 - de 02/10/2007

RETIFICAR, a Portaria P/1868/SED de 07.08.2007, publicada no Diário Oficial nº 18.187 de 16.08.2007, página 4, onde se lê: BRIGITE WOEHL FARIAS, matr.147292-5-01, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, leia-se, BRIGITE WOEHL DE FARIAS, matr.046528-3-02, ocupante do cargo de Consultor Educacional onde se lê: EVA REGINA MIRANDA SOUZA, cargo de Assistente Técnico Pedagógico; leia-se cargo de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional, onde se lê: todos lotados na SDR de Criciúma do Sul, leia-se, todos lotados na SDR de Criciúma, onde se lê: FABIANA TRI MILANEZ,

lotada na EEB. Rubens de Arruda Ramos, município de Morro da Fumaça, leia-se: EEB. Rubens de Arruda Ramos, município de Criciúma.

PORTARIA P/2379 - de 03/10/2007
DESIGNAR, de acordo com o artigo 39, Lei nº 6745/85, HELIETE ALDEMIRA DOS SANTOS, matr.166827-7-01, Analista Técnico Gestão Educacional (935), nível 98-43-4-01, com 40 (quarenta) horas semanais, para responder pela função de AUXILIAR (034), nível SE-FC-3, na Diretoria de Apoio ao Estudante e à Rede Física Escolar/DIAE, cod.747000000000, município de FLORIANÓPOLIS (8105), a partir de 01.10.2007.

PORTARIA P/2364 - de 02/10/2007
TORNAR INSUBSISTENTE, a Portaria P/2153 de 05.09.2007, publicada no Diário Oficial nº 18.207 de 14.09.2007, página 6, por duplicidade de publicação.

PORTARIA P/2253 - de 13/09/2007
FAZER CESSAR, conforme Processo RHSE 26968/070, os efeitos da Portaria nº.266, publicada no Diário Oficial de 27.02.2007, que prorrogou a Portaria P/1516/05, que concedeu licença sem remuneração a JEANNINE MIRANDA AGOSTINI, matrícula nº.180573-8-02, Professor (701), Nível MAG-10-D, a partir de 04/09/2007.

PORTARIA P/2362 - de 02/10/2007
CONSIDERAR EXONERADA, de acordo com o artigo 57, item I, da Lei nº.6844, de 29.07.86, conforme Processo RHSE 20457/073, a MARIA LETICIA SOLAREWICZ, Professor Normalista, lotada na EI TAUNAY, município de CANOINHAS (8073), a partir de 21/03/1969.

PORTARIA P/2373 - de 03/10/2007
DISPENSAR, da função de ASSISTENTE DE SERVIÇOS TÉCNICO ADMINISTRATIVOS (cód.188)-70%, da DIDH, código 748000000000, município de FLORIANÓPOLIS (8105), HEIDI APARECIDA S. CUSTODIO RUIZ, matrícula nº.159673-0-01, Professor (701), Nível MAG-10-G, lotada na Diretoria de Desenvolvimento Humano/DIDH, código 748000000000, município de FLORIANÓPOLIS (8105), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/09/2007.

PORTARIA P/2374 - de 03/10/2007
DISPENSAR, da função de ARTIC. DE SERV. TEC. PEDAGÓGICOS (184)-90%, da Diretoria de Educação Básica e Profissional/DIEB, cod.712000000000, município de FLORIANÓPOLIS (8105), TEREZINHA MENEGHEL, matr.135952-5-01, Analista Técnico Gestão Educacional (935), nível 98-44-3-01, com 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01.09.2007.

PORTARIA P/2248 - de 13/09/2007
RETIFICAR, conforme Processo RHSE 23902/078, a Portaria P/1101, de 18.05.2007, que Designou ROSANE DOS SANTOS DUARTE, matrícula nº.190806-5-01, ocupante do cargo de Professor (701), Nível MAG-10-E, com 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função de Diretor de Escola (cód.145)-80%, na EEB.COMERCIAL LAGUNENSE, código 769000938660, município de LAGUNA (8185), na parte referente ao cargo efetivo, que deverá ser: EAB/Orientador Educacional (896), Nível MAG-10-E.

PORTARIA P/2252 - de 13/09/2007
PRORROGAR, conforme Processo RHSE 26119/072, os efeitos da Portaria P/2248, publicada no Diário Oficial de 26.11.2003, que concedeu licença sem remuneração a ELEIDE MONICA DA VEIGA JACQUES, matrícula nº.163839-4-01, Professor (701), Nível MAG-11-E, lotada na SED, município de FLORIANÓPOLIS, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 18/07/2007 até 16/07/2009.

PORTARIA P/2375 - de 03/10/2007
DESIGNAR, de acordo com o anexo XIII, da Lei Complementar nº 381 de 07.05.2007, ARISTIDES SILVA LOPES, matr.318065-4-03, com 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função de ART.DE SERV. TÉCNICO PEDAGÓGICOS (184) - 90%, na Diretoria de Educação Básica e Profissional/DIEB, cod.712000000000, município de FLORIANÓPOLIS (8105), a partir de 02.09.2007.

PORTARIA P/2376 - de 03/10/2007
DISPENSAR, da função de SUPERVISOR (086), nível SE-FC-1, da Diretoria de Educação Básica e Profissional/DIEB, cod.712000000000, município de FLORIANÓPOLIS (8105), ARISTIDES SILVA LOPES, matr.318065-4-03, Analista Técnico Gestão Educacional (935), nível 98-42-2-01, com 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01.09.2007.

PORTARIA P/2377 - de 03/10/2007
DESIGNAR, de acordo com o artigo 39, Lei nº 6.745/85, LIDIA MARIA LEONEL DA SILVA, matr.238361-6-01, Analista Técnico Gestão Educacional (935), nível 98-34-6-01, com 40 (quarenta) horas semanais, para responder pela função de SUPERVISOR (086), nível SE-FC-1, na Diretoria de Educação Básica e Profissional/DIEB, cod.712000000000, município de FLORIANÓPOLIS (8105), a partir de 02.09.2007.

PORTARIA P/2378 - de 03/10/2007
DESIGNAR, de acordo com o anexo XIII, da Lei Complementar nº 381 de 07.05.2007, EDNA CORREA BATISTOTT, matr.186313-4-01, com 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função de ASSIST. DE GESTÃO DE PESSOAL (183) - 70%, na Diretoria de Educação Básica e Profissional/DIEB, cod.712000000000, município de FLORIANÓPOLIS (8105), a partir de 08.05.2007.

PORTARIA P/ 2265 - 14/09/2007

CONCEDER EXONERAÇÃO, ART.57, ITEM I, LEI Nº.6844/86, OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

MATRÍCULA	NOME	GEREICH	DESCRIÇÃO DA U.E.	MUNICÍPIO	A PARTIR DE
355847-03-9	CIMENY MACIEL FRANCO	777 40	EEB MAR EURICO GASPAR DUTRA	8093 CURITIBANOS	01/02/2007
126540-04-7	HILTON BORBA E SILVA	754 10	EEB ALMIRANTE BOITEUX	8025 ARAQUARI	01/09/2007
330349-02-7	NOELI BURILE	759 10	EEB WALTER FONTANA	8083 CONCORDIA	01/08/2007

PORTARIA P/ 2266 - 14/09/2007

CONSIDERAR EXONERADO(A), de acordo com o artigo 57, item I, da Lei nº 6844, de 29/07/86, os servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME	GEREICH	MUNICÍPIO	A PARTIR DE
374106-01-0	MAURO RODRIGO DA COSTA	758	TREZE TILIAS	01/10/2006
373933-01-3	RENATA ALVES FERNANDES	753	BLUMENAU	23/05/2006

PORTARIA P/ 2264 - 14/09/2007

CONCEDER PROGRESSO FUNCIONAL VERTICAL, nos termos da alínea A, inciso II, § 2º, do art 15, da Lei 1139, de 28/10/92, combinado com a alínea A, inciso II, dos arts 3º e 4º, do Dec. 3001, de 30/11/92, aos membros do Magistério Estadual, abaixo relacionados

MATRÍCULA	NOME	GEREICH	CARGO	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL	A PARTIR DE
308386-04-1	CHRISTIANI DOS SANTOS GUEDES	754	PROFESSOR	MAG-10-A	MAG-11-A	01/09/2006
203548-03-0	SELMO KLAUBERG	770	PROFESSOR	MAG-07-A	MAG-10-A	01/09/2006
220436-03-3	VILMA CHAPETON SAMAYOA ZUNINO	762	PROFESSOR	MAG-07-D	MAG-10-A	01/09/2006

PORTARIA P/ 2267 - 14/09/2007

DISPENSAR DA FUNÇÃO OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

MATRÍCULA	NOME	GEREICH	CÓD./FUNÇÃO	LOCAL DE ATUAÇÃO	MUNICÍPIO	A PARTIR DE
310778-04-7	ADELOR BECHTOLD	778	153 ASSESSOR DE DIRECAO-80%	CEJA DE IBIRAMA	IBIRAMA	31/08/2007
204123-04-5	ANGELICE DE ARAUJO KIRCHNER	754	148 DIRETOR ESCOLA-90%-3-TURNOS	EEB DR GEORG KELLER	JOINVILLE	31/08/2007
165732-01-1	LUIZ CARLOS BOF	758	151 ASSESSOR DE DIRECAO-60%	EEB PREF SILVIO SANTOS	OURO	03/09/2007
173637-03-0	ROSALI MARTINS	752	202 SUP DE ED PROFISSIONAL - CEDUP	CEDUP ABILJO PAULO	CRICIUMA	02/09/2007
220442-04-8	TANIA REGINA CARDOSO	754	151 ASSESSOR DE DIRECAO-60%	EEB SANTA CATARINA	SAO FRANCISCO DO SUL	23/08/2007

PAULO ROBERTO BAUER
Secretário de Estado da Educação

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

PORTARIA P/2273 - de 18/09/2007
DESIGNAR, conforme Processo SR20 300/063, PSEC 11537/060 e PSEC 8398/062, os servidores Públicos Estaduais: ANA MARIA CUNHA PEIXOTO, matrícula nº.287222-6-01, ocupante do cargo de Analista Técnico em Gestão Educacional, GR/NV/REF: 98/43/01, e MARIA ANA ROCHA DE SOUZA, matrícula

PORTARIA P/2384 - de 04/10/2007
TORNAR INSUBSISTENTE, conforme Processo RHSE 20994/079, a Portaria P/2095, de 27/08/2007, que excluiu EDELCELY RIBEIRO HAAG, matrícula nº.345199-2-03, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico (0471), da Portaria P/1739, de 25/07/2007, de exoneração, lotada na EEB.Plácido Olimpio de Oliveira, código 754000203890, município de JOINVILLE (8179).

COMUNICAÇÃO nº 25 - de 03/10/2007

A Secretaria de Estado da Educação comunica os indeferimentos das solicitações do Progresso Funcional Vertical/2006, nos termos da letra a, inciso II, § 2º, do artigo 15, da Lei nº 1.139, de 28.10.1992, dos membros do Magistério Público Estadual, abaixo relacionados, bem como a relação dos códigos-motivos de indeferimento:

LEONIR SUDOSKI DA SILVA, matr.155205-8-01, cod.08, proc.30045/061
CLÓVIS PIRES FILHO, matr.324275-7-01, cod.08, proc.31513/068
VIRGÍLIO AFONSO VEIT, matr.201551-0-04, cod.08, proc.31906/060

códigos dos motivos de indeferimento do progresso funcional vertical:
cod.08 - habilitação profissional concluída após 30.09.2006.

nº.171450-3-01, ocupante do cargo de Supervisor Escolar, GR/NV/REF: 29/09/01, a primeira lotada na SED, FLORIANÓPOLIS e a segunda na SDR de TUBARÃO, para, sob a presidência da primeira constituem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, a fim de apurar possíveis irregularidades ocorridas na Escola de Educação Básica Professora Tomé Machado Vieira, localizada na Rua Júlio Boppé, nº.2355, Bairro Oficinas, município de TUBARÃO, CEP.88.702,36 - Fone - (48) 36264961.

SILVESTRE HEERDT
Secretário de Estado da Educação, em exercício

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Diretoria de Gestão Documental

Responsável pela impressão,
venda e distribuição do
Diário Oficial do Estado



Fone: (48) 3239-6000 - Fax: 3239-6011
Rua Duque de Caxias, 261
Saco dos Limões
Caixa Postal 138
88045-250 - Florianópolis, SC
dgao@sea.sc.gov.br

VENDAS
Fone: (48) 3251-8950
Rua Tenente Silveira, 225- sala 5
Edifício Hércules
88010-300 - Florianópolis, SC



A DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

PORTARIA P/ 2360 - de 02/10/2007
CONSIDERAR ADMITIDA, conforme Processo RHSE 10882/065, a ALAIDE DE SOUZA, matrícula nº.119365, Admitida para atuar em caráter temporário na EE.SANTA TEREZINHA, município de BRUSQUE, no período de 01/07/1977 até 31/12/1977.

PORTARIA P/ 2365 - de 02/10/2007
TORNAR SEM EFEITO, conforme processo RHSE 1867/070, a Portaria P/1615 de 16.07.2007, que alterou a habilitação de MAISA ADRIANA CARVALHO FRANOÁ, matr.378374-0-01, por duplicidade.

PORTARIA P/ 2322 - de 27/09/2007
RETIFICAR, conforme Processo RHSE 26942/070, a Portaria P/1584, de 13.07.2007, que Atribuiu Exercício na EEB.MARECHAL RONDON, código 752000122460, município de CRICIÚMA (8089), de JONI MARCIO DE FARIAS, matrícula nº.330632-1-01, Professor (701), Nível MAG-10-A, na parte referente a vigência que deverá ser: a partir de 01.07.2007.

PORTARIA P/ 2366 - de 02/10/2007
TORNAR SEM EFEITO, conforme processo S18E 3427/072, a Portaria P/1636 de 16.07.2007, que alterou a habilitação de CRISTIANE DE FATIMA GUEDERT, matr.316304-0-02, por duplicidade.

PORTARIA P/ 2367 - de 02/10/2007
TORNAR SEM EFEITO, conforme Processo RHSE 18375/073, a Portaria P/1613, de 16.07.2007, que alterou a habilitação de ROSANGELA DA SILVA, matr.379182-3-01, por duplicidade.

PORTARIA P/ 2332 - 01/10/2007

LOTAR, ART 60, LEI 6844/86, ALTERADO PELA LEI COMPLEMENTAR 48/92, OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS

MATRÍCULA	NOME	GEREI	CH	DESCRIÇÃO DA U.E.	MUNICÍPIO
191440-01-5	ANA MARIA DOS SANTOS CARDOSO	765	20	EEB SANTA TEREZINHA	8055 BRUSQUE
142045-01-3	ARNETE INES DA ROLT DE SOUZA	752	40	EEB ANTONIO COLONETTI	8137 ICARA
293605-02-4	CATIA ANSELMI PIRES	779	40	EEB JORNALISTA JAIR CALLADO	8105 FLORIANOPOLIS
315442-03-4	ELAINE CRISTINA FRANCISCO	764	10	EEB EUFRAZIO AVELINO ROCHA	8391 MARACAJA
123850-01-7	FATIMA APARECIDA SOARES NUNES	751	40	EEB SANTO ANJO DA GUARDA	8367 TUBARAO
200609-01-0	HAROLDO DUMS	757	40	EEB CRISTO REI	8199 MAFRA
323617-03-0	KARLIN GISELE LEOBET ALBERTON	777	10	EEB SANTA TERESINHA	8093 CURITIBANOS
272514-03-2	LUCINEIDE MARTINS SCHEIJERMANN	765	40	EEB GOV IVO SILVEIRA	8055 BRUSQUE
286527-04-0	MARCOS PINOTTI	765	40	EEB JOAO XXIII	8055 BRUSQUE
344565-02-8	MARIA CLARA ANDERSON LEMOS	766	40	EEB JOAO ROBERTO MOREIRA	8317 SAO DOMINGOS

PORTARIA P/ 2381 - de 03/10/2007
RETIFICAR, conforme Processo RHSE 29934/079, a Portaria P/2104, de 31.08.2007, que Alterou a Portaria que Admitiu em caráter temporário, RENI POCKSYWNICKI ROSA, matrícula nº.335440-7-01, para atuar no CEJA DE SÃO BENTO DO SUL, código 757007015050, município de SÃO BENTO DO SUL, na parte referente a Carga Horária que deverá ser: 10 (dez) horas semanais.

PORTARIA P/ 2344 - de 01/10/2007
CONSIDERAR DISPENSADA, conforme Processo RHSE 20304/072, da Portaria P/6082/86/SE de 15.05.86, a DIRLEI TEREZINHA SCHENATO, matrícula nº.196625, que Admitiu em caráter temporário na EEB.SEDE SAPIENTIA, município de FRAIBURGO, a partir de 31/12/1986.

PORTARIA P/ 2345 - de 01/10/2007
CONSIDERAR DISPENSADA, conforme Processo RHSE 11149/078, da Portaria P/13911/84 de 13.11.1984, que admitiu em caráter temporário na EEB.PROFESSORA OTILIA U. UNGARETTI, município de CAMPO BELO DO SUL, a DIRLEI TEREZINHA DE LIMA RIBEIRO, matrícula nº.190092-7, a partir de 31/12/1984.

PORTARIA P/ 2361 - de 02/10/2007
CONSIDERAR DISPENSADA, conforme Processo RHSE 39411/052, da Portaria P/2679/86, de 20.03.86, a HELENA MARIA BOM MORGAN, matrícula nº.144399-2, que Admitiu em caráter temporário na EF.GOVERNADOR LACERDA, município de VIDEIRA, a partir de 10/02/1987.

PORTARIA P/ 2383 - de 04/10/2007
ALTERAR, de acordo com o Processo RHSE 25968/076, a Portaria P/1673 de 18.07.2007, que admitiu em caráter temporário CASSIA REGINA PIRES, matrícula nº.378349-9-01, para atuar na EEB.MARIA CORREA SAAD, código 769000948620, município de GAROPABA, a partir de 03.07.2007 a 30.07.2007, na parte referente a Habilitação que deverá ser: HAB.300.

PORTARIA P/ 2380 - de 03/10/2007
RETIFICAR, conforme Processo RHSE 29909/074, a Portaria P/1155 de 25.05.2007, que Alterou a Portaria que admitiu em caráter temporário, VANIA KMECIK, matrícula nº.279208-7-01, para atuar na EEM.MANUEL DA NÓBREGA, código 757000986390, município de RIO NEGRINHO, na parte referente a carga horária que deverá ser: 20 (vinte) horas semanais.

PORTARIA P/ 2382 - de 04/10/2007
RETIFICAR, conforme Processo nº.0IEE 628/077, a Portaria P/2189 de 10.09.2007, que CESSOU a alteração de carga horária temporária em vaga transitória excedente e a Portaria P/2228 de 11.09.2007, que ALTEROU a carga horária pelo Decreto nº.4.622, de 09.08.2006, de CLAUDIO AMORIM, matrícula nº.306432-8-04, lotado no Instituto Estadual de Educação, município de FLORIANÓPOLIS, na parte referente ao lotacional, que deverá ser: código 740000000190.

125682-01-3	MARLISE WIESNER	753	30	EEF TESTO CENTRAL ALTO	8259	POMERODE
299621-03-9	MAYLEY DE OLIVEIRA ANDRADE	765	40	EEB SANTA TEREZINHA	8055	BRUSQUE
344257-02-8	OLAVO LARANGEIRA TELLES DA SILVA	765	40	EEB GOV IVO SILVEIRA	8055	BRUSQUE
252701-03-4	PAULO ROBERTO MOHR	803	40	EEB ARAUJO FIGUEIREDO	8371	URUBICI
139933-01-0	RITA DE CASSIA AMORIM SANT'ANA	753	40	EEB PEDRO II	8047	BLUMENAU
258772-02-6	ROSI GESSY DA SILVA ROCHA	779	40	EEB IRINEU BORNHAUSEN	8105	FLORIANOPOLIS

PORTARIA P/ 2334 - 01/10/2007

ATRIBUIR EXERCÍCIO, ART. 69, PARÁGRAFO ÚNICO, LEI 6844/86, ALTERADO PELA LEI COMPLEMENTAR 48/92, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

MATRÍCULA	NOME	GEREI	CH	DESCRIÇÃO DA U.E.	COD. MUNIC.	MUNICÍPIO
347690-03-1	CIRO PEREIRA BARBOSA	762	30	EEB XV DE JUNHO	8161	ITAJAI
163499-01-2	DARIO INACIO DALCASTAGNE	762	40	EEB MARCOS KONDER	8139	ILHOTA
217769-03-2	NORMA MATTIELLO FRANA	762	40	EEB ANITA GARIBALDI	8163	ITAPEMA
337661-03-3	VILMA KONFLANZ SCHMIDT	759	20	EEB GEN LIBERATO BITTENCOURT	8157	ITA

PORTARIA P/ 2337 - 01/10/2007

ALTERAR TEMPORARIAMENTE, EM VAGA VINCULADA, A CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES ABAIXO RELACIONADOS:

MATRÍCULA	NOME	GEREI	CH/ANTERIOR	CH/ATUAL	VINCULADO A	DATA INÍCIO	DATA FIM
286315-04-4	ABEL JOSE KARASEK	760	20	30	138577-01-1	17/09/2007	15/12/2007
166146-01-9	AMERI DE LOURDES PLATTAU GIORDANI	758	20	40	145870-01-1	24/09/2007	21/12/2007
324458-01-0	CELESTINO GLAAB	767	20	30	289366-03-5	17/09/2007	15/12/2007
296338-03-8	CLAUDETE SILVA	767	10	20	131252-01-9	17/09/2007	01/10/2007
314992-03-7	CLAUDIA ESTELA DE MARCO	766	10	20	170825-01-2	20/09/2007	18/12/2007
328720-02-3	DIGIANE DORIGON	752	30	40	314116-04-0	01/08/2007	31/01/2008
220285-01-9	EDUARDO CASSOL TAGLIAPIETRA	802	10	30	330511-03-2	19/09/2007	02/11/2007
220285-01-9	EDUARDO CASSOL TAGLIAPIETRA	802	10	30	330511-03-2	04/09/2007	18/09/2007
192886-01-4	IDA SCHLINDWEIN	779	20	40	238797-01-2	04/09/2007	18/09/2007
331084-03-1	JULIANA PAULA DE OLIVEIRA	756	30	40	186241-01-3	03/09/2007	17/09/2007
315647-04-8	LUCÉLIA FATIMA NARDI DOS SANTOS	766	20	30	139521-01-1	15/09/2007	31/01/2008
326636-03-2	MAGDA FRANCIELLI RIBAS ALTMANN	757	30	40	128917-01-9	02/09/2007	30/10/2007
109493-03-9	MARIA JANETE ACCORDI	752	10	20	298977-03-8	16/08/2007	29/09/2007
330971-01-1	MARIA JANETE FRANCAZAK	767	10	40	131252-01-9	17/09/2007	01/10/2007
271568-02-6	MARIA LUIZA FURTADO COELHO	754	20	40	166021-01-7	19/09/2007	17/12/2007
210360-01-5	MARLENE TERESINHA HENRIQUE FARIAS	758	20	40	154886-01-7	08/09/2007	07/10/2007
322426-04-0	MATEUS DE ANDRADE	755	30	40	152959-01-5	18/09/2007	16/12/2007
296656-03-5	MIRIAN PAIM DE JESUS	756	10	40	278314-04-2	13/09/2007	31/01/2008
344779-02-0	PAULO PACELLI DE OLIVEIRA	754	20	40	187520-01-5	13/08/2007	30/08/2007
169985-01-7	ROSALBA ZACARIAS PAVANATI DUARTE	769	20	40	165718-01-6	01/09/2007	31/01/2008
191987-01-3	ROSANE ASSIS DA SILVA	764	20	40	139700-01-1	24/09/2007	14/12/2007
157942-01-8	ROSILENE APARECIDA BREHM DE ANDRADE	762	20	40	146459-01-0	11/09/2007	09/12/2007
153530-01-7	SALETE CENDRON RAMPON	802	20	40	153531-01-5	11/09/2007	10/10/2007
317536-03-7	TERLUCY MARCIANA AYROSO	768	20	40	199066-03-7	30/07/2007	31/01/2008
124226-01-1	VILMAR JOSE BOTTAMEDI	754	30	40	144158-01-2	06/09/2007	05/10/2007
347036-02-9	VIVIANE CORREA	752	10	40	166365-01-8	10/09/2007	08/11/2007

PORTARIA P/ 2338 - 01/10/2007

ALTERAR a carga horária, Decreto nº 4.622, de 09/08/2006, dos professores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME	GEREI	CH/ANTERIOR	CH/ATUAL	A PARTIR DE
321545-03-8	ADRIANA CORDEIRO	762	10	30	30/07/2007
313837-03-2	ADRIANA CYNARA DALLORSOLETA TAMANH	766	10	20	01/08/2007
281320-04-3	ANGELA MARIA FARIAS GRECHI	764	10	20	30/08/2007
249421-04-3	GLORIA MARIA MAZZUCO	752	20	40	22/08/2007
157806-01-5	IARA SILVIA CANDIDO CHIODELLI	803	20	40	25/09/2007
368078-03-9	LUIZ CARLOS DE ALMEIDA BATISTA PUSTIGL	779	10	30	01/07/2007
286527-04-0	MARCOS PINOTTI	765	10	40	11/08/2007
217452-05-9	NATALIA MARIA CONTI	752	30	40	22/08/2007
165422-01-5	ROSELI DE FATIMA SCHIVINSKI	767	20	40	29/08/2007
148386-01-2	SULAMITA NUNES CORREA	803	20	40	26/09/2007

PORTARIA P/ 2339 - 01/10/2007

ALTERAR TEMPORARIAMENTE, EM VAGA TRANSITÓRIA EXCEDENTE, A CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES ABAIXO RELACIONADOS:

MATRÍCULA	NOME	GEREI	CH/ANTERIOR	CH/ATUAL	DATA INÍCIO	DATA FIM
313837-03-2	ADRIANA CYNARA DALLORSOLETA TAMANH	766	20	30	01/08/2007	14/12/2007
288201-01-9	LOURDES CLAUDETE SCHWADE SUFREDINI	740	10	20	01/08/2007	21/12/2007
344590-02-9	MARIA ANGELA FORCELLINI	754	20	30	02/08/2007	31/01/2008
290939-01-1	MARILSE CRISTINA DE OLIVEIRA FREZE	779	10	40	01/02/2007	31/01/2008
156366-01-1	VALDETE REGINA CORREA MOYSES	769	20	40	01/09/2007	31/01/2008

PORTARIA P/ 2340 - 01/10/2007

FAZER CESSAR, A CARGA HORÁRIA DO DECRETO Nº.4622/06, DOS PROFESSORES ABAIXO RELACIONADOS:

MATRÍCULA	NOME	GEREI	CH	Nº DA PORTARIA	A PARTIR DE
321545-03-8	ADRIANA CORDEIRO	762	40	00419	29/07/2007
323617-03-0	KARLIN GISELE LEOBET ALBERTON	777	20	00238	01/08/2007
335616-02-7	MARIA ROSANA CHIODINI INEICHEN	753	40	00244	30/07/2007

PORTARIA P/ 2341 - 01/10/2007

FAZER CESSAR, A CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA EM VAGA TRANSITÓRIA EXCEDENTE, DOS PROFESSORES ABAIXO RELACIONADOS:

MATRÍCULA	NOME	GEREI	CH	CH/F	Nº DA PORTARIA	A PARTIR DE
313837-03-2	ADRIANA CYNARA DALLORSOLETA TAMANH	766	10	20	00659	31/07/2007
339504-03-9	BERNARDETE FIGURA CHIARELLO	760	20	40	00301	20/09/2007
328678-03-9	ELIZANDRA LEANDRO	752	10	40	01665	19/09/2007
306578-04-2	GRACILENE MONDARDO	752	20	30	00659	18/09/2007
157806-01-5	IARA SILVIA CANDIDO CHIODELLI	803	20	40	00203	24/09/2007
262146-04-0	ISABEL CRISTINA MOCCELINI	802	20	30	01054	20/09/2007
261409-04-0	JAIR ADRIANO LUCRECIO	764	20	30	00659	21/09/2007
165656-01-2	LIAMAR SOLANGE GONZATTI PELLIN	753	20	40	00502	19/03/2007
286527-04-0	MARCOS PINOTTI	765	10	40	00203	10/08/2007
344590-02-9	MARIA ANGELA FORCELLINI	754	20	40	01054	01/08/2007
169985-01-7	ROSALBA ZACARIAS PAVANATI DUARTE	769	20	40	01778	31/08/2007
237947-01-3	SALETE REGINA ADRIANO BOEIRA	779	20	40	00529	30/07/2007
148386-01-2	SULAMITA NUNES CORREA	803	20	40	00203	25/09/2007

PORTARIA P/ 2342 - 01/10/2007

FAZER CESSAR, A CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA EM VAGA VINCULADA, DOS PROFESSORES ABAIXO RELACIONADOS

MATRÍCULA	NOME	Nº DA PORTARIA	CH	CH/F	GEREI	A PARTIR DE
333331-03-0	ADRIANA BORGES FERREIRA	00720	20	40	764	12/08/2007
281320-04-3	ANGELA MARIA FARIAS GRECHI	00739	10	20	764	29/08/2007
223001-04-1	GIANE APOLINARIO	00720	20	30	752	12/09/2007
315647-04-8	LUCILIA FATIMA NARDI DOS SANTOS	02096	20	40	766	14/09/2007
326636-03-2	MAGDA FRANCIELLI RIBAS ALTMANN	00431	30	40	757	01/09/2007
199249-04-0	OLEGARIO JOSE MACEDO	00463	20	40	779	31/07/2007
150002-01-3	PAULINA JIENTARA	00431	20	40	757	21/09/2007
165422-01-5	ROSELI DE FATIMA SCHIVINSKI	00463	20	40	767	28/08/2007
177486-01-7	SONETE COELHO MAZON	00739	20	40	752	23/09/2007
156366-01-1	VALDETE REGINA CORREA MOYSES	01995	20	40	769	31/08/2007
347036-02-9	VIVIANE CORREA	01995	10	30	752	09/09/2007

PORTARIA P/ 2343 - 01/10/2007

ALTERAR, A CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES ABAIXO RELACIONADOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 4º, DA LEI Nº. 1139/92

MATRÍCULA	NOME	GEREI	CH/ANTERIOR	CH/ATUAL	A PARTIR DE
366779-02-0	RENATA DAL PONT PEREIRA	779	30	20	01/08/2007

PORTARIA P/ 2354 - 02/10/2007

ADMITIR EM CARATER TEMPORARIO, ARTIGO 2. DA LEI 8.391/91, OS PROFESSORES ABAIXO RELACIONADOS:

MATRÍCULA	NOME DO FUNCIONÁRIO	HAB.	C.H.	LOT.	DISC.	VAGA	MATRÍCULA & NOME DO TITULAR	MOTIVO	DESCRIÇÃO DA U.E.	MUNICÍPIO	INÍCIO	FIM
324222-01-6	EUNICE MARIANO DE CAMARGO	300	20	740	1785	E			INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCACAO	FLORIANOPOLIS	14/09/2007	23/12/2007
233674-01-0	FABRICIO BERNARDINI SCHWEITZER	100	10	740	0319	V	160239 01 CELIA DALVA ALMEIDA	AULAS EXCEDENTES	INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCACAO	FLORIANOPOLIS	24/09/2007	23/12/2007
368777-01-5	LUCIA FERNANDES MOREIRA FRANCO	300	20	740	0304	V	BASTOS MARTINS	APOSENTADORIA	INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCACAO	FLORIANOPOLIS	02/09/2007	30/11/2007
368777-02-5	LUCIA FERNANDES MOREIRA FRANCO	300	20	740	0610	E	149414 01 7 ROSANGELA MORAIS DA ROSA	LIC. SAUDE EFETIVO	INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCACAO	FLORIANOPOLIS	25/08/2007	19/10/2007
328274-01-0	MARIA GORETE PEIXOTO DE LIMA	300	20	740	0304	V	211712 01 6 MARIO CESAR BRINHOSA	LIC. SAUDE EFETIVO	INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCACAO	FLORIANOPOLIS	20/09/2007	19/10/2007
					0304	V	218684 03 2 SORAYA MACIEL GOULART CHAVES	LIC. SAUDE EFETIVO	INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCACAO	FLORIANOPOLIS		
					0304	V	211712 01 6 MARIO CESAR BRINHOSA	LIC. SAUDE EFETIVO	INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCACAO	FLORIANOPOLIS		
301698-01-6	ROGERIO SILVA LUZ	300	10	740	0304	V	149414 01 7 ROSANGELA MORAIS DA ROSA	LIC. SAUDE EFETIVO	INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCACAO	FLORIANOPOLIS	02/09/2007	30/11/2007
384212-01-6	ALICE KAROLINY VIEIRA DE SOUZA	100	20	751	0302	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF ARNO HUBBE	TUBARÃO	30/07/2007	10/08/2007
359596-01-0	BIANCA FERNANDES PEREIRA	100	20	751	0307	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB NS DE FATIMA	RIO FORTUNA	14/08/2007	12/09/2007
324741-01-4	CLAUDETE REIS LUCIO FERREIRA	030	20	751	0003	V	177467 01 JANDIRA MARCON NUNES	DISPENSA	EEB NS DE FATIMA	TUBARÃO	30/07/2007	13/09/2007
					0003	V	177467 01 JANDIRA MARCON NUNES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOSE BOTEGA	TUBARÃO	14/08/2007	28/08/2007
382482-01-9	CRISTIANE PRADO BENEVENUTO	100	20	751	0304	V	296762 03 6 JOAO BATISTA DE SOUZA	DISPENSA	EEB MONS BERNARDO PETERS	TREZE DE MAIO	09/09/2007	07/12/2007
					0330	E	JOAO BATISTA DE SOUZA	DISPENSA	EEB MONS BERNARDO PETERS			
					0535	E	JOAO BATISTA DE SOUZA	DISPENSA	EEB MONS BERNARDO PETERS			
335314-01-3	DALTO MARTINS VENANCIO	300	40	751	0612	V	149272 01 1 SANDRA MARTINS BECKHAUSER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB HENRIQUE FONTES	TUBARÃO	02/09/2007	01/10/2007
					0612	E	SANDRA MARTINS BECKHAUSER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF ANGELICA CABRAL			
					0612	E	SANDRA MARTINS BECKHAUSER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF ANGELICA CABRAL			
349910-01-3	DANIELA NUNES GUIMARAES	300	20	751	0475	E		DISPENSA	EEB CONEGO NICOLAU GESING	BRAÇO DO NORTE	22/08/2007	07/12/2007
383817-01-0	DEISI BOING OENNING	100	40	751	0513	E	223417 01 3 NAGILA OENNING	DISPENSA	EEB DITE FREITAS	GRÃO PARÁ	04/09/2007	03/10/2007
					0528	V	DACOREGIO ZOMER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DR MIGUEL DE PATTA			
					0628	V	331340 03 9 ROSALBA DE MENEZES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DR MIGUEL DE PATTA			
					0307	V	331340 03 9 ROSALBA DE MENEZES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DR MIGUEL DE PATTA			
					0307	V	331340 03 9 ROSALBA DE MENEZES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DR MIGUEL DE PATTA			
					0307	V	331340 03 9 ROSALBA DE MENEZES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DR MIGUEL DE PATTA			
					0611	E	ROSALBA DE MENEZES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DR MIGUEL DE PATTA			
336669-01-3	ELISANGELA DA SILVA OLIVEIRA	100	30	751	0304	V	179346 02 2 MARIA KEMPER NANDI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF PE HERIBERTO BORGERT	GRÃO PARÁ	13/08/2007	27/08/2007

382611-01-2	FELIPE FERNANDES	100	10	751	0628	E	179346 01 2 MARIA KEMPER NANDI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF PE HERIBERTO BORGERT				
381624-03-9	FLAVIA CRISTINA MENCK RAHAL	300	20	751	0401	E		LICENCA PREMIO DISPENSA	EEB HERCILIO LUZ	TUBARÃO	10/09/2007	08/12/2007	
385349-01-7	JACKELINE SOETHE	100	40	751	0301	V	314729 03 ANDERSON VOLPATO ALVES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MONS FRANCISCO GIESBERTS	ARMAZEM	01/08/2007	19/12/2007	
					0301	V	282154 03 EDISEIA SUETHE FAUST HOBOLD	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SAO LUDGERO	SÃO LUDGERO	28/08/2007	11/09/2007	
					0301	V	282154 03 EDISEIA SUETHE FAUST HOBOLD	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SAO LUDGERO				
					0301	E	EDISEIA SUETHE FAUST HOBOLD	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SAO LUDGERO				
378015-01-5	JORDANA DE SOUZA GOULART	100	40	751	0307	V	143143 01 9 SIRLEI BARCELOS CORREA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DR OTTO FEUERSCHUETTE	CAPIVARI DE BAIXO	27/08/2007	10/09/2007	
					0307	V	143143 01 9 SIRLEI BARCELOS CORREA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DR OTTO FEUERSCHUETTE				
378015-01-5		100	40	751	0307	E	SIRLEI BARCELOS CORREA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DR OTTO FEUERSCHUETTE	CAPIVARI DE BAIXO	27/08/2007	10/09/2007	
					0307	E	SIRLEI BARCELOS CORREA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DR OTTO FEUERSCHUETTE				
381206-01-5	LINDOMAR BALLMANN	300	20	751	0437	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB NS DE FATIMA	RIO FORTUNA	01/09/2007	30/10/2007	
					0536	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB NS DE FATIMA				
327467-01-5	LUIZ ANGELO TAVARES	300	20	751	0536	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB IMACULADO CORACAO DE MARIA	PEDRAS GRANDES	01/08/2007	07/12/2007	
382369-01-5	MARIA SANTOS DA SILVA	030	20	751	0003	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SAO JOAO BATISTA	CAPIVARI DE BAIXO	29/08/2007	12/09/2007	
379378-01-8	MARY JOSE RAYMOND CARDOSO	030	20	751	0001	V	225431 01 SIMONI PINTO DOS SANTOS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF TOME MACHADO VIEIRA	TUBARÃO	03/08/2007	01/09/2007	
375506-01-1	RODRIGO DARELA DE SOUZA	100	20	751	0304	V	193774 01 ELIANE SILVA DE OLIVEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB HENRIQUE FONTES	TUBARÃO	01/08/2007	30/08/2007	
					0304	V	193774 01 ELIANE SILVA DE OLIVEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB HENRIQUE FONTES				
					0304	E	ELIANE SILVA DE OLIVEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB HENRIQUE FONTES				
					0304	V	193774 01 ELIANE SILVA DE OLIVEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB HENRIQUE FONTES		31/08/2007	29/10/2007	
					0304	V	193774 01 ELIANE SILVA DE OLIVEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB HENRIQUE FONTES				
306054-01-3	SAMADAR MENDES SANDRINI	300	20	751	0304	E	ELIANE SILVA DE OLIVEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB HENRIQUE FONTES				
					0001	V	165978 01 2 MARIA DA GLORIA DE MEDEIROS GONCALVES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB GOV ADEBAL RAMOS DA SILVA	TUBARÃO	21/08/2007	04/09/2007	
299977-02-3	SEBASTIAO FARIAS PAES	100	10	751	0611	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF ALDA HULSE	TUBARÃO	09/08/2007	06/10/2007	
353770-02-6	SIMARA ESTEVAM EDUARDO	100	10	751	0302	V	114677 02 7 WOLNEI SERAFIM	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB BERNARDO SCHMITZ	SANGÃO	30/07/2007	28/08/2007	
383593-01-6	SIMONE DO NASCIMENTO FERMINO	300	20	751	0001	V	165978 01 2 MARIA DA GLORIA DE MEDEIROS GONCALVES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB GOV ADEBAL RAMOS DA SILVA	TUBARÃO	21/08/2007	04/09/2007	
384386-01-6	SINARA ESTEVAM EDUARDO	100	10	751	0304	V	114677 02 7 WOLNEI SERAFIM	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB BERNARDO SCHMITZ	SANGÃO	30/07/2007	28/08/2007	
					0304	E	WOLNEI SERAFIM	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB BERNARDO SCHMITZ				
					0330	E	WOLNEI SERAFIM	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB BERNARDO SCHMITZ				
327614-01-7	SOLANGE BECKER COSSA FERREIRA	100	20	751	0302	V	170989 01 5 ITAMAR DA ROSA FERREIRA	LICENCA PREMIO	EEB DOM JOAQUIM	BRAÇO DO NORTE	03/09/2007	01/12/2007	
232312-01-5	VALDETE MARIA ROCHA DA SILVA	300	20	751	0001	V	145264 01 9 MARIA DE FATIMA TEIXEIRA RIGONI	LICENCA PREMIO	EEB DOM JOAQUIM				
					0001	V	145264 01 9 MARIA DE FATIMA TEIXEIRA RIGONI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF CELIA COELHO CRUZ	TUBARÃO	03/08/2007	17/08/2007	
121886-02-7	ANTONIO JOAO DE FREITAS	300	20	752	0307	V	148160 01 6 MARIA HELENA MADEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PRINCESA ISABEL	MORRO DA FUMAÇA	19/09/2007	12/10/2007	
					0307	V	148160 01 6 MARIA HELENA MADEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PRINCESA ISABEL				
					0307	E	MARIA HELENA MADEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PRINCESA ISABEL				
					0307	E	MARIA HELENA MADEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PRINCESA ISABEL				
300465-01-1	ARISTELA DE OLIVEIRA	300	20	752	0001	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PRINCESA ISABEL				
384492-01-7	DANIELA MAXIMO RAMOS	030	20	752	0001	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ENG ERNANI COTRIN	LAURO MÜLLER	13/09/2007	27/10/2007	
328720-01-3	DIGIANE DORIGON	300	10	752	0301	V	314116 04 SILVANA CITADIM MADEIRA	LIC. SAUDE ACT FUNCAO GRATIFICADA	EEB PRINCESA ISABEL	MORRO DA FUMAÇA	02/09/2007	18/12/2007	
364142-01-2	EDSON GABRIEL DA SILVA DOS SANTOS	300	40	752	0307	V	148160 01 6 MARIA HELENA MADEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PRINCESA ISABEL	MORRO DA FUMAÇA	29/08/2007	17/09/2007	
					0307	V	148160 01 6 MARIA HELENA MADEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PRINCESA ISABEL				
					0307	E	MARIA HELENA MADEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PRINCESA ISABEL				
					0307	E	MARIA HELENA MADEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PRINCESA ISABEL				
331681-01-5	ELAINA FUNK CIPRIANO	300	20	752	0319	V	319845 03 6 RODINEI BOGER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PRINCESA ISABEL	MORRO DA FUMAÇA	06/09/2007	05/10/2007	
383259-01-7	ELIANE TEIXEIRA PASSETO	300	20	752	0003	V	223013 03 5 ELISALBA FLORENTINO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MIN JARBAS PASSARINHO	CRICIÚMA	01/08/2007	15/08/2007	
336879-01-3	ELIAS BITTENCOURT MENDES	300	20	752	0401	V	298977 03 8 CELIA RUBIA TOPANOTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB CEL MARCOS ROVARIS	CRICIÚMA	16/08/2007	14/09/2007	
					0401	V	278754 04 7 JOSELIA LARIA BOSIO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB CEL MARCOS ROVARIS				
					0319	V	298977 03 8 CELIA RUBIA TOPANOTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB CEL MARCOS ROVARIS				
					0319	V	298977 03 8 CELIA RUBIA TOPANOTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB CEL MARCOS ROVARIS				
332507-01-5	FABIANA VIEIRA DE SOUZA	300	20	752	0628	V	251471 03 MARIA LUCIA MENDES TOPANOTTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ANTONIO COLONETTI	IÇARA	03/09/2007	17/09/2007	
					0628	V	251471 03 MARIA LUCIA MENDES TOPANOTTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ANTONIO COLONETTI				
369928-01-5	GIZELE TRICHEIS NAZARIO	300	20	752	0401	V	278754 04 7 JOSELIA LARIA BOSIO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB CEL MARCOS ROVARIS	CRICIÚMA	01/08/2007	15/08/2007	
					0401	V	298977 03 8 CELIA RUBIA TOPANOTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB CEL MARCOS ROVARIS				
					0319	V	298977 03 8 CELIA RUBIA TOPANOTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB CEL MARCOS ROVARIS				
385396-01-9	GIZELLI RAMPINELLI	100	20	752	0628	V	295154 03 1 EDILEUZA APARECIDA BITENCOURT ALVES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MARIA JOSE HULSE PEIXOTO	CRICIÚMA	29/08/2007	27/09/2007	
					0628	V	295154 03 1 EDILEUZA APARECIDA BITENCOURT ALVES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MARIA JOSE HULSE PEIXOTO				
382940-01-5	ITALEINE CUCKER	300	20	752	0001	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAO FRASSETTO	CRICIÚMA	11/09/2007	10/10/2007	
384429-01-3	IURI KIESLARCK SPACEK	100	20	752	0301	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MARIA JOSE HULSE PEIXOTO	CRICIÚMA	28/08/2007	11/09/2007	
349637-01-6	IVONE SOLIGO MACHADO	300	20	752	0001	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ENG ERNANI COTRIN	LAURO MÜLLER	13/09/2007	27/10/2007	
050834-01-9	IZENE GRASSO COMELLI	300	10	752	0302	V	327883 02 ROSANE CAMATTI DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB LINDOLFO COLLOR	CRICIÚMA	03/09/2007	02/10/2007	
377135-01-0	JOELSA DE CARVALHO DOMINGOS	300	20	752	0304	E	ROSANE CAMATTI DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB LINDOLFO COLLOR				
385367-01-5	JOSIMAR SIMAO BAZILIO	100	20	752	0302	V	366097 01 4 ADRIANO DE OLIVEIRA DIAS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PRINCESA ISABEL	MORRO DA FUMAÇA	13/08/2007	11/09/2007	
					0302	V	366097 01 4 ADRIANO DE OLIVEIRA DIAS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PRINCESA ISABEL				
					0302	E	ADRIANO DE OLIVEIRA DIAS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PRINCESA ISABEL				
385399-01-3	LIANA BORBA BARTOSIAK RODRIGUES	100	10	752	0612	V	272927 03 KELIN MAGNA BENEDET	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MARIA JOSE HULSE PEIXOTO	CRICIÚMA	28/08/2007	09/09/2007	
					0612	E	KELIN MAGNA BENEDET	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MARIA JOSE HULSE PEIXOTO				
300475-01-9	LUCIANE VICENTE	300	20	752	0001	V	154086 01 6 EUNICE TERESINHA DA SILVA DIAS	LICENCA PREMIO	EEF PROF LIGIA CHAVES CABRAL	LAURO MÜLLER	17/09/2007	15/12/2007	
341053-02-6	MARIA EDILEA CARDOSO CAETANO	300	40	752	0401	V	271277 04 6 TEREZINHA DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAQUIM RAMOS	CRICIÚMA	30/08/2007	13/09/2007	
					0401	V	164806 01 3 SILVIA REGINA RAMOS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAQUIM RAMOS				
					0202	V	271277 04 6 TEREZINHA DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAQUIM RAMOS				

174316-02-3	MARIA ELIZABETE VICENTE DANIELSKI	300	20	752	0001	V	154086 01 6 EUNICE TERESINHA DA SILVA DIAS	LICENÇA PREMIO	EEF PROF LIGIA CHAVES CABRAL	LAURO MÜLLER	17/09/2007	15/12/2007
382885-02-9	MIRIAM RODRIGUES CARDOSO	300	30	752	0401	V	252730 02 8 ROSALIA SIMIANO DE AMORIM	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB LINDOLFO COLLOR	CRICIÚMA	20/08/2007	03/09/2007
					0202	V	252730 02 8 ROSALIA SIMIANO DE AMORIM	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB LINDOLFO COLLOR			
					0202	E	ROSALIA SIMIANO DE AMORIM	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB LINDOLFO COLLOR	CRICIÚMA	22/08/2007	18/09/2007
385315-01-2	NAIMARA RAMOS DE JESUS	100	20	752	0307	V	183168 02 ANA LUZIA FERNANDES RODRIGUES VALERIO	LIC. ACOMP. FAM.	EEB MARIA JOSE HULSE PEIXOTO			
					0307	V	183168 02 ANA LUZIA FERNANDES RODRIGUES VALERIO	LIC. ACOMP. FAM.	EEB MARIA JOSE HULSE PEIXOTO	CRICIÚMA	05/09/2007	03/10/2007
263556-02-9	NELSON ANTONIO DA SILVA	150	20	752	0301	V	250568 03 1 JOAO ARCANGELO TRAMONTIM	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAO FRASSETTO	ICARA	04/09/2007	02/12/2007
					0301	E	JOAO ARCANGELO TRAMONTIM	LICENÇA PREMIO	EEB ANTONIO COLONETTI			
362756-02-9	ROBERGIA CARDOSO RODRIGUES	100	10	752	0255	E		LICENÇA PREMIO	EEB ANTONIO COLONETTI			
					0612	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ENG ERNANI COTRIN	LAURO MÜLLER	10/09/2007	09/10/2007
361385-01-2	VANESSA DE FATIMA CUSTODIO DAMBROS	100	20	752	0612	V	292295 03 9 GREISI TERESINHA COAN BEZ BATTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ENG ERNANI COTRIN			
					0611	E	GREISI TERESINHA COAN BEZ BATTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ENG ERNANI COTRIN			
					0612	E	GREISI TERESINHA COAN BEZ BATTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ENG ERNANI COTRIN			
					0628	E	GREISI TERESINHA COAN BEZ BATTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ENG ERNANI COTRIN	CRICIÚMA	29/08/2007	27/09/2007
364330-01-1	VANUSA BRISTOT BURIGO SAVI MONDO	300	20	752	0001	V	149159 01 8 ZENAIDE SAVI ZANETTE	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MIN JARBAS PASSARINHO			
358053-01-9	ALESSANDRA CALDEIRA DA COSTA	300	20	753	0001	V	167116 01 2 LOURDES TENFEN	LICENÇA PREMIO	EEB PROF LOTHAR KRIECK	BLUMENAU	24/08/2007	21/12/2007
324552-01-7	EDVALDO MANOEL DE OLIVEIRA	100	10	753	0302	V	316975 03 8 CINTIA PRISCILA CRISTOFOLINI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB GOV CELSO RAMOS	BLUMENAU	23/08/2007	21/09/2007
385241-01-5	EVERTON DE VARGAS	100	20	753	0304	V	352641 03 ELIZABETE HELENA ENINGER TRENTINI	LIC. GEST. EFETIVO	EEF PROF FLORENTINO VETTER	INDAIAL	03/09/2007	21/12/2007
					0611	E	ELIZABETE HELENA ENINGER TRENTINI	LIC. GEST. EFETIVO	EEF PROF FLORENTINO VETTER			
					0202	V	125680 01 7 GEOVANE MARITSA MARTINS NOVAES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB RAULINO HORN	INDAIAL	30/08/2007	28/09/2007
339218-01-0	FABIANA AZEREDO	100	40	753	0401	V	314708 03 8 IVO SERGIO BARBETA	LICENÇA PREMIO	EEB PEDRO II	BLUMENAU	21/09/2007	19/11/2007
377152-02-0	GISELI PERIN	300	40	753	0202	V	314708 03 8 IVO SERGIO BARBETA	LICENÇA PREMIO	EEB PEDRO II	BLUMENAU	22/08/2007	21/12/2007
369203-01-5	ISABEL MARIA DA CONCEICAO	010	20	753	0001	V	293309 04 8 SIMONE APARECIDA DA SILVA	FUNCAO GRATIFICADA	EEB BRUNO HOELTGEBAUM	BLUMENAU	10/09/2007	21/12/2007
385277-01-6	JACKSON ROBERTO ROEDER	150	30	753	0422	E		CEDUP	CEDUP HERMANN			
					0851	E		CEDUP	CEDUP HERMANN			
382966-01-9	KARIN EMRICH	300	20	753	0001	V	167116 01 2 LOURDES TENFEN	LICENÇA PREMIO	EEB PROF LOTHAR KRIECK	BLUMENAU	24/09/2007	21/12/2007
363939-01-8	LEANDRO DOUGLAS LEITE	100	30	753	0304	V	290189 03 7 MARISA NOVELLETO HOFFMANN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF JOSE VIEIRA CORTE	BLUMENAU	13/08/2007	27/08/2007
					0302	V	290189 03 7 MARISA NOVELLETO HOFFMANN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF JOSE VIEIRA CORTE			
					0302	E	MARISA NOVELLETO HOFFMANN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF JOSE VIEIRA CORTE			
					0304	E	MARISA NOVELLETO HOFFMANN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF JOSE VIEIRA CORTE			
379512-01-8	LIANE MOSER DE OLIVEIRA WILHELM	300	40	753	0319	V	288062 01 8 FABIANA DE FATIMA CIPRIANI BUCHE	LICENÇA PREMIO	EEB PROF JOAO WIDEMANN	BLUMENAU	11/09/2007	09/12/2007
					0319	V	288062 01 8 FABIANA DE FATIMA CIPRIANI BUCHE	LICENÇA PREMIO	EEB PROF JOAO WIDEMANN			
					0319	E	FABIANA DE FATIMA CIPRIANI BUCHE	LICENÇA PREMIO	EEB PROF JOAO WIDEMANN	BLUMENAU	19/09/2007	18/10/2007
364899-01-0	MARCIA ROSA AGOSTINHO	010	20	753	0001	V	185634 01 3 ANA REGINA DE SOUZA SCHEUER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB VICTOR HERING	BLUMENAU	21/08/2007	21/12/2007
318565-01-6	MARIA DAS GRACAS MATIAS DO AMARAL	030	20	753	0001	V	169278 01 ELIANE SESTREM	DISPENSA	EEB ARNOLDO AGENOR ZIMMERMANN	GASPAR	01/08/2007	21/12/2007
384193-01-6	MARLENE DIAS HUSCHER	010	20	753	0003	E		AULAS EXCEDENTES	EEB COMENDADOR ARNO ZADROZNY	BLUMENAU	27/08/2007	10/09/2007
363744-01-1	MERI HISI COSTA	300	20	753	0001	V	124846 01 4 ESTEFANIA THRUN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB TEOFILO NOLASCO DE ALMEIDA	BENEDITO NOVO	30/07/2007	28/08/2007
331777-02-3	OSMIR RAIZER JUNIOR	100	40	753	0302	V	212672 01 9 PEDRO KOCH JUNIOR	FUNCAO GRATIFICADA	EEB PROF HERIBERTO JOSEPH MULLER	BLUMENAU		
					0304	V	181254 01 8 TEREZINHA APARECIDA CARDOSO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF HERIBERTO JOSEPH MULLER			
					0302	V	181254 03 8 TEREZINHA APARECIDA CARDOSO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF HERIBERTO JOSEPH MULLER			
					0302	V	181254 01 8 TEREZINHA APARECIDA CARDOSO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF HERIBERTO JOSEPH MULLER			
320996-01-2	RUBENS PACKER	300	20	753	0001	E	185401 01 1 ROSANGELA DA ROCHA PAGANINI	DESDOBRAMENTO	EEB HERCILIO DEEKE	BLUMENAU	13/08/2007	21/12/2007
319346-01-2	SURAMA DA SILVA SANT ANNA DE SOUZA	010	20	753	0003	V	185834 01 3 ANA REGINA DE SOUZA SCHEUER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB FREI GODOFREDO	GASPAR	08/09/2007	07/10/2007
167111-02-1	ZENILDE SARAMENTO	030	20	753	0001	V		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB VICTOR HERING	BLUMENAU	19/09/2007	18/10/2007
370687-01-2	ANA ROSA GONZATTO NEVES	300	40	754	0003	V	238786 01 7 TEREZINHA MAZZUCCO MARQUES	LICENÇA PREMIO	CEI NS APARECIDA	JOINVILLE	20/08/2007	18/12/2007
344573-01-9	DEISE CRISTINA DA COSTA	100	20	754	0301	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEF TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	GARUVA	26/08/2007	24/09/2007
385394-01-2	FLAVIO PREBIANCA	100	30	754	0475	E		DISPENSA	EEB CONSELHEIRO MAFRA	JOINVILLE	13/09/2007	21/12/2007
367421-01-5	NADIR DOS SANTOS NASCIMENTO	030	40	754	0001	V	157641 01 JANI TEREZINHA ROSA DE JESUS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF NICOLA BAPTISTA	SÃO FRANCISCO DO	11/08/2007	10/10/2007
385273-01-3	ROSANGELA VIEIRA	010	40	754	0001	V	131593 01 5 MARLI DE FATIMA DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF RUI BARBOSA	JOINVILLE	03/08/2007	17/09/2007
384414-01-5	JONATHAN LUIZ NARDELLI	100	20	755	0319	V	178488 01 9 HILDA JOCHEM BERTOLI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ARNO SIEVERDT	POUSO REDONDO	07/08/2007	05/09/2007
					0319	E	HILDA JOCHEM BERTOLI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ARNO SIEVERDT			
					0628	V	086753 01 5 ASSIZIO LELIS LENZI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB GUILHERME ANDRE DALRI	SALETE	13/09/2007	11/10/2007
230764-01-2	JULIANA VENTURA FRONZA	100	20	755	0628	V	086753 01 5 ASSIZIO LELIS LENZI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB GUILHERME ANDRE DALRI			
					0536	V	142814 01 4 ARLINDO JACOB WEBER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB GUILHERME ANDRE DALRI			
					0330	E	ARLINDO JACOB WEBER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB LETICIA POSSAMAI	POUSO REDONDO	15/08/2007	12/12/2007
385357-01-8	JURACI SCHWEITZER VERDI	100	10	755	0612	E		LIC. GEST. ACT	EEB PADRE JOAO KOMINEK	SANTA TEREZINHA	15/09/2007	21/12/2007
382809-01-3	MARIELI SCHMIGUEL	010	20	755	0001	V	179817 01 TEREZINHA DE OLIVEIRA MACHADO	AGUARD. APOSENTADORI	EEB PADRE JOAO KOMINEK	SANTA TEREZINHA	15/09/2007	21/12/2007
368203-01-0	RODOLFO REIBERG	300	20	755	0001	V	179817 01 TEREZINHA DE OLIVEIRA MACHADO	AGUARD. APOSENTADORI	EEB PADRE JOAO KOMINEK	RIO DO SUL	12/09/2007	10/10/2007
385353-01-5	SCHEILA MARIA PIRES VIANA	010	40	755	0001	V	188962 01 1 ARLETE DO NASCIMENTO JACINTO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF LUIS LEDRA	RIO DO CAMPO	17/09/2007	21/12/2007
226839-01-6	ZENILDO WAJSCZYK CAPISTRANO	300	20	755	0001	E		AGUARD. APOSENTADORI	EEF DR WALDOMIRO COLAUTTI	RIO DO CAMPO	24/09/2007	22/12/2007
385395-01-0	ADELAINE JEREMIAS	100	30	756	0301	V	263349 03 3 ADICELIA MARIA ANTUNES DO A LINDER	LICENÇA PREMIO	EEB EMILIANO RAMOS	CAPÃO ALTO		
					0301	V	263349 03 3 ADICELIA MARIA ANTUNES DO A LINDER	LICENÇA PREMIO	EEB EMILIANO RAMOS			
366548-01-8	CRISTIANE OLIVEIRA VELHO	300	40	756	0001	V	123285 01 1 ANA VITERBINA MACHADO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB NS DOS PRAZERES	CORREIA PINTO	06/09/2007	05/10/2007

352391-01-8	FLEANE MARIA FOGACA CORREA	100	10	758	0255	V	210588 02 3 MARIS EDITH BATISTA MARCON	LICENCA PREMIO	EEB JOAO PAULO I	CORREIA PINTO	20/08/2007	18/12/2007
381497-01-1	MARIA BEATRIZ DE MACEDO	300	20	758	0001	E	148227 01 CREMILDA SCHEMES	LICENCA PREMIO	EEF ISIDORO SILVA	ANITA GARIBALDI	20/08/2007	18/12/2007
343469-01-9	TEREZINHA APARECIDA DOS SANTOS	030	20	758	0001	V	PEREIRA MARION	LICENCA PREMIO	EEB MAJOR OTACILIO COUTO	CAMPO BELO DO SU	21/08/2007	22/08/2007
343469-01-9		300	20	758	0001	V	148227 01 CREMILDA SCHEMES PEREIRA MARION	LICENCA PREMIO	EEB MAJOR OTACILIO COUTO		23/08/2007	18/11/2007
355044-02-7	ANA LUCIA CZORNEI	100	20	757	0612	V	228409 03 MARIA JUSSELIA RATUCHINSKI ZANGHELINI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MARIA AVELINA DE OLIVEIRA FURTADO	PAPANDUVA	31/07/2007	13/09/2007
					0301	V	228409 03 MARIA JUSSELIA RATUCHINSKI ZANGHELINI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MARIA AVELINA DE OLIVEIRA FURTADO			
					0612	E	MARIA JUSSELIA RATUCHINSKI ZANGHELINI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MARIA AVELINA DE OLIVEIRA FURTADO			
292134-01-0	ANGELA STOEEL WITT	010	40	757	0001	V	203399 02 2 SOELI DE FATIMA DE GOSS MATIOSKI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF MARIO DE OLIVEIRA GOELDNER	MAFRA	14/09/2007	28/10/2007
					0001	E	SOELI DE FATIMA DE GOSS MATIOSKI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF MARIO DE OLIVEIRA GOELDNER			
380434-02-8	BRUNA FRANCISCA MARQUES	150	20	757	1796	E	168485 01 LUCIA CHUPEL OCZKOVSKI	CEDUP	EEB MANOEL ESTEVAO FURTADO	MAFRA	01/08/2007	12/12/2007
330306-01-3	CARINA HELENA GREIM	300	20	757	0003	V	168485 01 LUCIA CHUPEL OCZKOVSKI	LICENCA PREMIO	EEB MANOEL ESTEVAO FURTADO	PAPANDUVA	10/09/2007	08/12/2007
374183-01-4	CHRISTIAN ALESSANDRO NEHLS	150	40	757	0255	V	271698 04 4 RUBYO TAUSCHECK BECKER	LICENCA PREMIO	EEB BARAO DE ANTONINA	MAFRA	17/09/2007	15/12/2007
					0255	V	159625 01 3 LOURIVAL NIEZER	LICENCA PREMIO	EEB BARAO DE ANTONINA			
374183-02-4	CHRISTIAN ALESSANDRO NEHLS	100	40	757	0690	V	155019 01 5 JULIA BRAZ	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB BARAO DE ANTONINA	MAFRA	28/08/2007	11/09/2007
					0301	V	155019 01 5 JULIA BRAZ	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB BARAO DE ANTONINA			
					0475	V	155019 01 5 JULIA BRAZ	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB BARAO DE ANTONINA			
					0690	E	JULIA BRAZ	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB BARAO DE ANTONINA			
326217-01-0	ELISABETE ALVES	300	20	757	0003	V	168485 01 LUCIA CHUPEL OCZKOVSKI	LICENCA PREMIO	EEB MANOEL ESTEVAO FURTADO	PAPANDUVA	10/09/2007	08/12/2007
375194-02-5	KAROLINE GRAMS	150	20	757	1796	E	181875 01 9 MARIA LUIZA LEMOS DE SOUZA PRESTES	CEDUP	EEB PEDRO GONCALVES RIBEIRO	MAFRA	01/08/2007	12/12/2007
308928-01-2	SELMA DA APARECIDA CARDOSO RIBEIRO	300	20	757	0001	V	196974 04 9 MARCELINA GRANEMANN BONIN ORACZ	LICENCA PREMIO	EEB PEDRO GONCALVES RIBEIRO	MONTE CASTELO	25/09/2007	19/12/2007
385467-01-1	SERGIO FERNANDO CHICALSKI GAIA	100	40	757	0307	V	196974 04 9 MARCELINA GRANEMANN BONIN ORACZ	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB VALENTIN GONCALVES RIBEIRO	MONTE CASTELO	31/08/2007	09/10/2007
					0307	V	196974 04 9 MARCELINA GRANEMANN BONIN ORACZ	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB VALENTIN GONCALVES RIBEIRO			
					0307	E	MARCELINA GRANEMANN BONIN ORACZ	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB VALENTIN GONCALVES RIBEIRO			
					0307	E	MARCELINA GRANEMANN BONIN ORACZ	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB VALENTIN GONCALVES RIBEIRO			
343541-01-5	TAMARA VENGUE	300	20	757	0001	V	181875 01 9 MARIA LUIZA LEMOS DE SOUZA PRESTES	LICENCA PREMIO	EEB PEDRO GONCALVES RIBEIRO	MONTE CASTELO	25/09/2007	19/12/2007
362791-02-8	TATIANE CALABAIDE TAVARES	100	40	757	0304	V	157180 01 5 MARLENE SONAGLIO BERNARDI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ALINOR VIEIRA CORTE	PAPANDUVA	02/09/2007	01/10/2007
					0302	V	157180 01 5 MARLENE SONAGLIO BERNARDI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ALINOR VIEIRA CORTE			
					0302	E	MARLENE SONAGLIO BERNARDI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ALINOR VIEIRA CORTE			
375043-01-4	TERESINHA APARECIDA LACHOWICZ	100	40	757	0628	V	317312 03 7 ISABELLE SCHOLZE	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF MARIO DE OLIVEIRA GOELDNER	MAFRA	18/09/2007	17/10/2007
					0628	V	317312 03 7 ISABELLE SCHOLZE	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF MARIO DE OLIVEIRA GOELDNER			
					1493	E	ISABELLE SCHOLZE	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF MARIO DE OLIVEIRA GOELDNER			
373855-02-8	VANESSA MARIA NAZARIO VIEIRA DE CARVAL	100	20	757	0301	E		DISPENSA	EEB PEDRO GONCALVES RIBEIRO	MONTE CASTELO	03/09/2007	20/12/2007
288707-01-9	ANDREIA APARECIDA SCALABRIN PINHO	010	20	758	0001	V	144748 01 3 ILIANE APARECIDA DE DEUS E SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF ODILON FERNANDES	HERVAL D'OESTE	20/09/2007	18/12/2007
359400-01-9	ARACELY AMALIA VIEL	300	40	758	0202	V	196489 03 SALETE VILARINO LIRA DE MATTOS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SAO CRISTOVAO	CAPINZAL	04/09/2007	02/12/2007
264134-01-8	DIREI MARIA SCHNEIDER BOESING	300	30	758	0301	V	132700 01 3 EDIR TEREZINHA DELAVY ROCHA	LICENCA PREMIO	EEB DEP NELSON PEDRINI	JOAÇABA	10/09/2007	08/12/2007
					0301	V	132700 01 3 EDIR TEREZINHA DELAVY ROCHA	LICENCA PREMIO	EEB DEP NELSON PEDRINI			
					0301	E	EDIR TEREZINHA DELAVY ROCHA	LICENCA PREMIO	EEB DEP NELSON PEDRINI			
263099-01-0	ELENIR ZONTA	300	20	758	0001	V	153528 01 5 MARCIA APARECIDA LESNIESKI CLOSS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB VITORIO ROMAN	VARGEM BONITA	12/09/2007	10/11/2007
363722-04-0	IEDA SALETE VERGANI	300	20	758	0001	E		LICENCA PREMIO	EEB SAO JOSE	HERVAL D'OESTE	14/09/2007	12/12/2007
283789-01-7	JANE MARIA GREZELE	100	40	758	0307	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEF ERNESTO HACHMANN	CAPINZAL	10/09/2007	24/09/2007
					0307	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEF ERNESTO HACHMANN			
					0307	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEF ERNESTO HACHMANN			
					1497	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEF ERNESTO HACHMANN			
321513-01-0	JOCEMARA DE LIMA	300	20	758	0001	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEF ERNESTO HACHMANN	CAPINZAL	14/09/2007	13/10/2007
364927-01-0	KASSIA FERNANDA CALLAI	030	20	758	0001	V	154886 01 7 ALZIMAR IZABEL DALPIZZOL VITTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DEP NELSON PEDRINI	JOAÇABA	08/09/2007	07/10/2007
374413-02-2	LIANE ORSATO PEROSA	300	20	758	0001	V	144748 01 3 ILIANE APARECIDA DE DEUS E SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF ODILON FERNANDES	HERVAL D'OESTE	20/09/2007	18/12/2007
326750-01-4	LUCIA REGINA BRESCHIANINI ROSA	300	40	758	0001	V	154354 01 7 SANDRA APARECIDA ROSSETTI ANZOLLIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB VITORIO ROMAN	VARGEM BONITA	17/09/2007	16/10/2007
193158-03-0	MARILENE MACHADO	300	20	758	0001	V	153528 01 5 MARCIA APARECIDA LESNIESKI CLOSS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB VITORIO ROMAN	VARGEM BONITA	12/09/2007	10/11/2007
385037-01-4	MARIZA LUCIA SONEGO	300	20	758	0001	V	141700 02 2 SALETE MARIA FOPPA BARETTA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MATER DOLURUM	CAPINZAL	12/09/2007	02/10/2007
193138-01-5	ODETE PIOVESAN DE MATTOS	300	30	758	0302	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PREF AGENOR PIOVEZAN	ERVAL VELHO	10/09/2007	24/09/2007
					0304	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PREF AGENOR PIOVEZAN			
					0330	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PREF AGENOR PIOVEZAN			
					0330	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PREF AGENOR PIOVEZAN			
097584-02-2	SALETE ANTES	030	40	758	0001	V	191515 01 VALDETE APARECIDA DA SILVA CALZA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB IRMAO JOAQUIM	IBICARÉ	10/09/2007	09/10/2007
351606-01-7	CARMEN ELOISA FREDO DA SILVA	100	10	759	0437	E		CEJA	CEJA DE CONCORDIA	CONCORDIA	18/09/2007	05/11/2007
349291-01-5	CAROLINE FINGER	300	20	759	0320	E		CEJA	CEJA DE CONCORDIA	CONCÓRDIA	11/09/2007	25/09/2007
					0320	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SAO JOAO BATISTA DE LA SALLE			
374291-01-1	DILVANA ALBIERO	100	20	759	0202	V	195565 01 9 VITORIA MARGARIDA CHINVELSKI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SAO JOAO BATISTA DE LA SALLE	CONCÓRDIA	11/09/2007	25/09/2007
382719-01-4	DIRE LUZIA NILSON DA ROSA	300	20	759	0003	E		LICENCA PREMIO	EEB ELIDIA MARIA BIEZUS	CONCÓRDIA	17/09/2007	15/12/2007
351566-01-4	GENESIO JOSE VERGANI	100	10	759	2060	E		NEP	NEP NEUSA NELI LUNARDI MASSOLINI	CONCÓRDIA	03/09/2007	20/12/2007
158257-02-6	IDIONE CASSOL CHERINI	300	20	759	1348	E		CEJA	CEJA DE CONCORDIA	CONCORDIA	10/09/2007	18/12/2007
					1399	E		CEJA	CEJA DE CONCORDIA			
355888-01-6	JISLEINE TAISA KUCZER	010	20	759	0001	V	272305 03 NAILDE MARCON FARINA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF DEPUTADO MASSOLINI	XAVANTINA	05/09/2007	19/09/2007
385305-01-5	LENARA SECCO SIEPMANN	300	20	759	0001	V	148309 01 9 MYRIAN MARILENE TURMINA	LICENCA PREMIO	EEB DEODORO	CONCÓRDIA	17/09/2007	15/12/2007
332500-01-8	LUCIMARA SUZIN	300	30	759	0255	V	143741 01 EUNICE RENOSTRO	LICENCA PREMIO	EEB SAO JOAO BATISTA DE LA SALLE	CONCÓRDIA	20/09/2007	12/12/2007

				0612	V	143741 01	EUNICE RENOSTRO	LICENCA PREMIO	EEB SAO JOAO BATISTA DE LA SALLE			
				0612	E		EUNICE RENOSTRO	LICENCA PREMIO	EEB SAO JOAO BATISTA DE LA SALLE			
385373-01-0	MARCIA SALETE MACHADO DE MELLO	150	20	759	0628	V	315355 03 ANDREIA ROSANA AULER RAIZER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB TEIXEIRA DE FREITAS	ALTO BELA VISTA	01/09/2007	30/09/2007
				0628	V	315355 03 ANDREIA ROSANA AULER RAIZER		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB TEIXEIRA DE FREITAS			
				0302	E		ANDREIA ROSANA AULER RAIZER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB TEIXEIRA DE FREITAS			
				0628	E		ANDREIA ROSANA AULER RAIZER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB TEIXEIRA DE FREITAS			
330916-02-9	MARISTELA CERUTTI PRUDENTE	300	20	759	0301	V	330333 02 LISIANE THAIS BONASSI SCHIAVINI	LICENCA PREMIO	EEB DEODORO	CONCÓRDIA	20/09/2007	18/12/2007
198121-01-8	NAIR IVETE KLASSMANN	300	20	759	0301	V	330333 02 LISIANE THAIS BONASSI SCHIAVINI	LICENCA PREMIO	EEB DEODORO	CONCÓRDIA	20/09/2007	18/12/2007
				0301	E		LISIANE THAIS BONASSI SCHIAVINI	LICENCA PREMIO	EEB DEODORO			
347276-01-0	NEIDI MARA JANKE	300	20	759	0202	V	312877 03 8 LISNEIA ANDRESA FALK	LIC. GEST. EFETIVO	EEF FREYA HOFFMANN WETTENGEL	CONCÓRDIA	11/09/2007	14/12/2007
296468-01-6	NELIZE FOREST TESTA	300	20	759	0001	V	132229 01 ARLISE FRANCISCA LAZZAROTTO BASEGGIO	LICENCA PREMIO	EEF DEPUTADO MASSOLINI	XAVANTINA	20/09/2007	15/12/2007
316787-01-9	NELMA VIANA DOS SANTOS MACHADO	010	20	759	0001	E		LIC. ACOMP. FAM.	EEB SEARA	SEARA	13/09/2007	12/10/2007
343352-01-8	SIRLEI GRIGOL BELLINI	100	20	759	0437	V	219774 01 LUISETE DUARTE	LIC. ACOMP. FAM.	EEB PROF OLAVO CECILIO RIGON	CONCÓRDIA	07/09/2007	21/09/2007
385340-01-3	SUELI TORTELLI TREVISAN	300	20	759	0001	V	132229 01 ARLISE FRANCISCA LAZZAROTTO BASEGGIO	LICENCA PREMIO	EEF DEPUTADO MASSOLINI	XAVANTINA	20/09/2007	18/12/2007
382060-01-2	ALIANDRA FATIMA DE MELLO	300	20	760	0202	V	147277 02 1 AIDE REMUS PERUZZO	LICENCA PREMIO	EEB CORONEL ERNESTO BERTASO	CHAPECO	17/09/2007	13/12/2007
				0202	E		AIDE REMUS PERUZZO	LICENCA PREMIO	EEB CORONEL ERNESTO BERTASO			
				0401	E		AIDE REMUS PERUZZO	LICENCA PREMIO	EEB CORONEL ERNESTO BERTASO			
332782-02-5	CAROLINE PUTTON LEITE	300	30	760	0319	V	191250 01 CENITA ANA RUVIARO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB CORONEL ERNESTO BERTASO	CHAPECO	29/08/2007	27/09/2007
				0319	V		191250 01 CENITA ANA RUVIARO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB CORONEL ERNESTO BERTASO			
				0319	E		CENITA ANA RUVIARO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB CORONEL ERNESTO BERTASO			
349688-02-0	CESAR CAPITANIO	300	20	760	0302	E		LICENCA PREMIO	EEB PROF NELSON HOROSTECKI	CHAPECO	18/09/2007	16/12/2007
335271-02-4	CLEUNICE MACHADO DA SILVA	300	20	760	0001	V	123811 01 6 MARLENE BELLEI BET	LICENCA PREMIO	EEB PROF NELSON HOROSTECKI	CHAPECO	18/09/2007	16/12/2007
372566-01-9	DAIANE DE SOUZA WALTRICK	100	10	760	0611	E		DISPENSA	EEB CORDILHEIRA ALTA	CORDILHEIRA ALTA	20/09/2007	18/12/2007
385094-01-3	DANIELA SALCHER GASPARETTO	100	40	760	0304	V	155199 01 MARLENE CELLA DA VEIGA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	CHAPECO	03/09/2007	13/09/2007
				0304	V		155199 01 MARLENE CELLA DA VEIGA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB TANCREDO DE ALMEIDA NEVES			
				0304	E		MARLENE CELLA DA VEIGA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB TANCREDO DE ALMEIDA NEVES			
385311-01-0	DIRCE MALDANER	300	20	760	0001	E		DISPENSA	EEB PROF LOURDES ANGELA SARTURI LAGO	CHAPECO	13/09/2007	20/12/2007
380718-01-5	ELENICE TEREZINHA ERNZEN VACCARIN	300	40	760	0001	V	190063 01 3 DOSOLINA BARONCELLO MANENTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF ZELIA SCHARF	CHAPECO	10/09/2007	22/09/2007
103577-02-0	ELIANE BEATRIZ TORMEN	300	40	760	0302	V	297527 01 HELENA CLECI PRESTES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MARCOLINA RODRIGUES DA SILVA	CHAPECO	29/08/2007	27/09/2007
				0302	V		297527 01 HELENA CLECI PRESTES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MARCOLINA RODRIGUES DA SILVA			
				0302	E		HELENA CLECI PRESTES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MARCOLINA RODRIGUES DA SILVA			
				0304	E		HELENA CLECI PRESTES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MARCOLINA RODRIGUES DA SILVA			
385323-01-3	FABIANE RAFAELA DA SILVA	300	40	760	0001	V	158152 01 SONIA DE LOURDES TECCHIO MARIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF CLELIA SEGANFREDO BODANESE	CHAPECO	03/09/2007	02/10/2007
353912-03-1	FATIMA ANTUNES DA SILVA	300	20	760	0302	V	180742 01 MARIA HELENA BOELTER	LICENCA PREMIO	EEB PROF NELSON HOROSTECKI	CHAPECO	18/09/2007	16/12/2007
382490-01-0	FATIMA DA APARECIDA A DA ROCHA DALACOR	300	30	760	0319	V	310232 03 7 JUSSARA ELEUTERIO DA LUZ	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ALECIO ALEXANDRE CELLA	CHAPECO	11/09/2007	09/10/2007
				1483	E		JUSSARA ELEUTERIO DA LUZ	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF NEIVA MARIA ANDREATTA COSTELLA			
385072-01-2	FLAVIO FERNANDES	300	20	760	0301	V	309761 03 7 ELISETTE ADRIANA JOSE LUIZ	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ANTONIO MORANDINI	CHAPECO	03/09/2007	25/09/2007
				0301	V		309761 03 7 ELISETTE ADRIANA JOSE LUIZ	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ANTONIO MORANDINI			
				0301	E		ELISETTE ADRIANA JOSE LUIZ	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ANTONIO MORANDINI			
385237-01-7	GRAZIELE FERNANDA ROSSETTO	100	10	760	0255	V	337094 03 1 MARISA DREVIS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SAO FRANCISCO	CHAPECO	07/09/2007	02/10/2007
382702-02-0	GRAZIELLI ALVES ALMEIDA	100	20	760	0319	V	306255 05 4 HELIZABETE SCHWENDLER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF LUIZA SANTIN	CHAPECO	03/09/2007	02/10/2007
				0319	V		306255 05 4 HELIZABETE SCHWENDLER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF LUIZA SANTIN			
				0319	E		HELIZABETE SCHWENDLER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF LUIZA SANTIN			
381802-02-0	IVETE LOURDES FONTANA	300	20	760	1344	E		LIC. SAUDE ACT	EEB PROF ZELIA SCHARF	CHAPECO	05/09/2007	18/09/2007
381704-01-0	IVONE MARIA TONINI	300	20	760	0001	V	132218 01 4 GLADIS IZABEL DETONI	LICENCA PREMIO	EEB PROF ZELIA SCHARF	CHAPECO	17/09/2007	15/12/2007
384340-02-8	JANAÍMA MUNIZ	300	20	760	0001	V	121052 01 1 EVA GENECCI FIUZA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF ZELIA SCHARF	CHAPECO	05/09/2007	17/09/2007
365050-02-2	JOSE DA SILVA	010	20	760	0001	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEF SAPETY KPO	CHAPECO	27/08/2007	10/09/2007
366087-01-7	JULIANA BURTET	300	10	760	0330	E		LICENCA PREMIO	EEB CANDIDO RAMOS	CAXAMBU DO SUL	15/09/2007	13/12/2007
				0401	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PEDRO MACIEL	CHAPECO	06/08/2007	11/09/2007
385413-01-2	LEO CEZAR PADOVA	300	10	760	0536	V	252523 06 6 MARCELINO CHIARELLO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PEDRO MACIEL	CHAPECO	24/09/2007	20/12/2007
				0536	E		MARCELINO CHIARELLO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ANTONIO MORANDINI	CHAPECO	29/08/2007	27/09/2007
120101-02-8	LOURDES BRANDELLA	300	20	760	0001	V	132864 01 6 MARLI SALETE KLEIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB CORONEL ERNESTO BERTASO	CHAPECO	17/09/2007	15/12/2007
355388-02-4	MAGALY LUSA	300	10	760	0319	V	191250 01 CENITA ANA RUVIARO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB BOM PASTOR	CHAPECO	17/09/2007	15/12/2007
343338-01-3	MARCIA LAZZAROTTO	300	20	760	0304	V	140525 05 TERESINHA MARIA DALL MAGRO	LICENCA PREMIO	EEB DRUZIANA SARTORI	CHAPECO	05/09/2007	04/10/2007
351743-01-8	MARISETE DALLAGNOL PIEROZAN	300	40	760	0202	V	287610 04 8 JANICE MARIA BISON	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DRUZIANA SARTORI			
				0202	V		154116 01 1 VALDA SANTA CATARINA GERALDO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DRUZIANA SARTORI			
				0401	V		154116 01 1 VALDA SANTA CATARINA GERALDO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DRUZIANA SARTORI			
				0401	V		296176 04 8 SIMONE MARIA LINDENMAYR	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DRUZIANA SARTORI			
311203-01-9	MIGUEL ALVES DE OLIVEIRA	300	10	760	0612	V	345307 02 3 PATRICE VOGEL DE OLIVEIRA	LIC. SAUDE ACT	EEB SAO FRANCISCO	CHAPECO	05/09/2007	17/09/2007
				0255	V		345307 02 3 PATRICE VOGEL DE OLIVEIRA	LIC. SAUDE ACT	EEB SAO FRANCISCO			
311203-03-9	MIGUEL ALVES DE OLIVEIRA	300	10	760	0612	V	345307 02 3 PATRICE VOGEL DE OLIVEIRA	LIC. SAUDE ACT	EEB SAO FRANCISCO	CHAPECO	18/09/2007	02/10/2007
				0255	V		345307 02 3 PATRICE VOGEL DE OLIVEIRA	LIC. SAUDE ACT	EEB SAO FRANCISCO			
378921-02-6	NATAL CANALLE JUNIOR	300	20	760	0319	V	306255 05 4 HELIZABETE SCHWENDLER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF LUIZA SANTIN	CHAPECO	03/09/2007	02/10/2007
				0202	V		306255 05 4 HELIZABETE SCHWENDLER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF LUIZA SANTIN			
385381-01-0	NAURIANE DI DOMENICO	100	20	760	0304	V	140525 05 TERESINHA MARIA DALL MAGRO	LICENCA PREMIO	EEB BOM PASTOR	CHAPECO	17/09/2007	15/12/2007

					0304	V	140525 05 TERESINHA MARIA DALL MAGRO	LICENCA PREMIO	EEB BOM PASTOR			
380637-01-4	ROSANGELA BISON SAVARIS	300	10	760	0301	E		ALT DE CARGA HORARIA	EEB CORONEL ERNESTO BERTASO	CHAPECO	18/08/2007	20/12/2007
					0301	E		ALT DE CARGA HORARIA	EEB CORONEL ERNESTO BERTASO			
382402-02-0	SANDRA ADRIANE LAUERMANN	300	40	760	0255	V	140310 01 8 CARLOS CASONATTO	LIC. GEST. EFETIVO	EEB SAAD ANTONIO SARQUIS	CHAPECO	03/09/2007	20/12/2007
					0301	V	298427 05 SIDIANE COVATTI	LIC. GEST. EFETIVO	EEB SAAD ANTONIO SARQUIS			
					0612	V	298427 05 SIDIANE COVATTI	LIC. GEST. EFETIVO	EEB SAAD ANTONIO SARQUIS			
					0301	E	SIDIANE COVATTI	LIC. GEST. EFETIVO	EEB SAAD ANTONIO SARQUIS			
302106-01-8	SANDRA MARI FILIPIAKI	300	40	760	0001	V	152491 01 7 VANIA VERONA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF LUIZA SANTIN	CHAPECO	03/09/2007	17/09/2007
302106-03-8	SANDRA MARI FILIPIAKI	300	20	760	0001	V	209778 03 8 CLEUZA TEREZINHA SCARAVELLI MIOTTO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MARECHAL BORMANN	CHAPECO	04/07/2007	18/07/2007
298433-01-4	SONIA SALETE VERONEZE DA CRUZ	300	20	760	0001	V	132218 01 4 GLADIS IZABEL DETONI	LICENCA PREMIO	EEB PROF ZELIA SCHARF	CHAPECO	17/09/2007	15/12/2007
314595-01-6	VANDRA FERRARINI LANZARINI	300	30	760	0304	V	155682 01 7 DIVERSINA SALETE BOLSONI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF LIDIA GLUSTACK REMUS	CHAPECO	01/09/2007	15/10/2007
					0302	V	155682 01 7 DIVERSINA SALETE BOLSONI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF LIDIA GLUSTACK REMUS			
382188-01-9	ANDRIELI DOS SANTOS COSTA	010	40	761	0001	V	199263 01 5 ANTONIA MARIA KOCHER ZANIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ADOLFO SILVEIRA	PARAÍSO	05/09/2007	04/10/2007
383773-02-4	DECIO BIESDORF	300	20	761	0304	V	222428 01 3 NESTOR FRANCISCO RAMBO	FUNCAO GRATIFICADA	EEB SAO JOSE	ITAPIRANGA	01/08/2007	15/09/2007
					0302	V	222428 01 3 NESTOR FRANCISCO RAMBO	FUNCAO GRATIFICADA	EEB SAO JOSE			
					0302	V	222428 01 3 NESTOR FRANCISCO RAMBO	FUNCAO GRATIFICADA	EEB SAO JOSE			
326942-01-6	DEOFANE STOFFEL	300	20	761	0330	E	NESTOR FRANCISCO RAMBO	AULAS EXCEDENTES	EEB SAO JOSE	TUNAPOLIS	14/08/2007	11/11/2007
					0319	V	174602 05 2 NELSI ETGES	LICENCA PREMIO	EEB PE BALDUINO RAMBO			
					0319	V	174602 05 2 NELSI ETGES	LICENCA PREMIO	EEB PE BALDUINO RAMBO			
					0401	E	NELSI ETGES	LICENCA PREMIO	EEB PE BALDUINO RAMBO			
385181-01-8	FRICILA GAUER	100	40	761	0628	V	178390 01 4 MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SAO MIGUEL	SÃO MIGUEL D'OESTE	28/08/2007	11/09/2007
					0628	V	178390 01 4 MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SAO MIGUEL			
					0628	V	178390 01 4 MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SAO MIGUEL			
364892-01-3	RAQUEL WANSDCHEER	300	10	761	0628	E	MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SAO MIGUEL			
					0307	E		LIC. S/ VENCIMENTO	EEB PADRE VENDELINO SEIDEL	IPORÁ DO OESTE	28/05/2007	21/12/2007
					0307	E		LIC. S/ VENCIMENTO	EEB PADRE VENDELINO SEIDEL			
238460-02-4	VERENA MARIA LEUZE WITT	100	20	761	0437	E		LIC. SAUDE ACT	CEDUP GETULIO VARGAS	SÃO MIGUEL D'OESTE	10/08/2007	24/08/2007
					0536	E		LIC. SAUDE ACT	CEDUP GETULIO VARGAS			
380550-01-6	ANA KELLY DE CARVALHO	300	20	762	0255	V	202772 03 JACQUELINE TOMELIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DOM AFONSO NIEHUES	ITAJAI	10/09/2007	26/10/2007
370042-01-9	DEONICE MOLETA	300	20	762	0202	V	197302 01 9 SONIA REGINA BONISSONI ZAT	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF MARIA DA GLORIA PEREIRA	BALNEÁRIO GAMBOR	13/09/2007	27/09/2007
169300-02-0	KARLA ZONEIDE REBELLO VITORINO	300	20	762	0001	V	337556 03 SUSELLI BERENISSE ANACLETO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ANTONIO ROCHA ANDRADE	PENHA	17/09/2007	16/10/2007
364946-01-6	KENY RAFAEL STADLER	030	40	762	0001	V	146459 01 MARIA DE FATIMA DE ALMEIDA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF FRANCISCO DE PAULA SEARA	ITAJAI	11/09/2007	10/10/2007
					0001	E	MARIA DE FATIMA DE ALMEIDA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF FRANCISCO DE PAULA SEARA			
208171-02-7	SILEIDE MARIA DE SOUZA CALDEIRA	100	20	762	0319	V	279321 04 ROSEMARA DE LARA CORDEIRO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JOAO BATISTA PAIVA	PENHA	14/09/2007	13/10/2007
					0319	V	279321 04 ROSEMARA DE LARA CORDEIRO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JOAO BATISTA PAIVA			
					0319	E	ROSEMARA DE LARA CORDEIRO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JOAO BATISTA PAIVA			
359823-01-3	SILVIA VENNITS COELHO DA SILVA	100	20	762	0319	V	279321 04 ROSEMARA DE LARA CORDEIRO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JOAO BATISTA PAIVA	PENHA	14/09/2007	13/10/2007
					0319	V	279321 04 ROSEMARA DE LARA CORDEIRO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JOAO BATISTA PAIVA			
					0401	E	ROSEMARA DE LARA CORDEIRO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JOAO BATISTA PAIVA			
385452-01-3	ADRIANA APARECIDA ZENI BOF	300	20	763	0001	V	162943 01 3 GLAUCY MARIA CAMPOS	LICENCA PREMIO	EEB DANTE MOSCONI	CAÇADOR	17/09/2007	15/12/2007
376383-01-8	ALZIRA SALETE PADILHA	100	40	763	0202	V	292478 04 1 LUCIANE DA COSTA CAMPOLIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF DOMINGOS DA COSTA FRANCO	CAÇADOR	07/09/2007	12/09/2007
					0319	V	292478 04 1 LUCIANE DA COSTA CAMPOLIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF DOMINGOS DA COSTA FRANCO			
					0202	E	LUCIANE DA COSTA CAMPOLIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF DOMINGOS DA COSTA FRANCO			
376382-01-0	ANA LUCIA NUNES	100	20	763	0307	V	153332 01 SUELI APARECIDA JUNCANSEN POHLENZ	LICENCA PREMIO	EEB DOM ORLANDO DOTTI	CAÇADOR	15/09/2007	13/12/2007
					0307	V	153332 01 SUELI APARECIDA JUNCANSEN POHLENZ	LICENCA PREMIO	EEB DOM ORLANDO DOTTI			
					0307	E	SUELI APARECIDA JUNCANSEN POHLENZ	LICENCA PREMIO	EEB DOM ORLANDO DOTTI			
385403-01-5	ANDRIELI DAS GRACAS BUENO DE FREITAS	100	40	763	0202	V	292478 04 1 LUCIANE DA COSTA CAMPOLIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF DOMINGOS DA COSTA FRANCO	CAÇADOR	13/09/2007	06/10/2007
					0319	V	292478 04 1 LUCIANE DA COSTA CAMPOLIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF DOMINGOS DA COSTA FRANCO			
					0202	E	LUCIANE DA COSTA CAMPOLIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF DOMINGOS DA COSTA FRANCO			
376883-01-0	ELISIANE DIAS	100	10	763	0612	V	318296 03 7 ILDA GENOVEVA REHRENS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB FREI CANECA	LEBON RÉGIS	10/09/2007	09/10/2007
385335-01-7	FABIO ADRIANO DE FIGUEIREDO	100	30	763	0307	V	138581 01 SERGIO ROBERTO CAPOTE GOMES	LICENCA PREMIO	EEB DOM ORLANDO DOTTI	CAÇADOR	25/09/2007	18/12/2007
					0307	E	SERGIO ROBERTO CAPOTE GOMES	LICENCA PREMIO	EEB DOM ORLANDO DOTTI			
					0307	E	SERGIO ROBERTO CAPOTE GOMES	LICENCA PREMIO	EEB DOM ORLANDO DOTTI			
385336-01-5	FELIPE ALOISO CRUZ	100	20	763	0307	V	153332 01 SUELI APARECIDA JUNCANSEN POHLENZ	LICENCA PREMIO	EEB DOM ORLANDO DOTTI	CAÇADOR	15/09/2007	13/12/2007
					0307	E	SUELI APARECIDA JUNCANSEN POHLENZ	LICENCA PREMIO	EEB DOM ORLANDO DOTTI			
359588-02-9	GIOVANA APARECIDA DOS SANTOS	300	20	763	0628	V	293410 03 8 SUSANA CLAUDIA FLORES PULKOW	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DOM ORLANDO DOTTI	CAÇADOR	03/09/2007	02/10/2007
					0628	E	SUSANA CLAUDIA FLORES PULKOW	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DOM ORLANDO DOTTI			
					0628	E	SUSANA CLAUDIA FLORES PULKOW	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DOM ORLANDO DOTTI			
377667-02-0	ILDA CRISTINA DA SILVEIRA CRACCO	100	20	763	0302	V	331133 03 3 CARLA INES KOEHLER ZANOTTO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB FREI CANECA	LEBON RÉGIS	05/09/2007	19/09/2007
351732-02-2	MARIA ODETE PADILHA SCHISSEL	300	20	763	0612	V	233983 02 8 RAQUEL TERESINHA MORONA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DOM ORLANDO DOTTI	CAÇADOR	16/09/2007	24/09/2007
					0255	V	233983 02 8 RAQUEL TERESINHA MORONA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DOM ORLANDO DOTTI			
					0612	E	RAQUEL TERESINHA MORONA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DOM ORLANDO DOTTI			

					0612	V	233983 02 8 RAQUEL TERESINHA MORONA	LICENCA PREMIO	EEB DOM ORLANDO DOTTI		25/09/2007	30/12/2007
					0255	V	233983 02 8 RAQUEL TERESINHA MORONA	LICENCA PREMIO	EEB DOM ORLANDO DOTTI			
					0612	E	RAQUEL TERESINHA MORONA	LICENCA PREMIO	EEB DOM ORLANDO DOTTI			
374584-02-8	PATRICIA APARECIDA DUREK	100	10	783	0202	V	091896 02 VALDIR BASEGIO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DANTE MOSCONI	CAÇADOR	20/09/2007	19/10/2007
364146-01-5	PETTERSON TELES DAVID	100	30	763	0255	V	226108 03 1 KARLA IVANA ZANOTTO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB FREI CANECA	LEBON RÉGIS	10/09/2007	09/10/2007
364146-01-5		100	30	763	0612	V	318296 03 7 ILDA GENOVEVA BEHRENS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB FREI CANECA	LEBON RÉGIS	10/09/2007	09/10/2007
					0255	V	318296 03 7 ILDA GENOVEVA BEHRENS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB FREI CANECA			
354455-02-9	ROSETE VEBBER DA SILVA FERLIN	300	30	763	0202	V	091896 02 VALDIR BASEGIO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DANTE MOSCONI	CAÇADOR	20/09/2007	19/10/2007
385201-01-6	SUZANA MARA FERREIRA DE SOUZA	150	40	763	0202	E	VALDIR BASEGIO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DANTE MOSCONI			
					0301	V	138347 01 7 IRIA MELANIA MATOS VARELA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MACHADO DE ASSIS	TIMBÓ GRANDE	03/09/2007	02/10/2007
					0301	V	138347 01 7 IRIA MELANIA MATOS VARELA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MACHADO DE ASSIS			
385276-01-8	ZANETE APARECIDA DA SILVA RIBEIRO	100	20	763	0301	E	IRIA MELANIA MATOS VARELA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MACHADO DE ASSIS			
					0304	V	310913 04 5 MARLI SCHREGELE	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB FREI CANECA	LEBON RÉGIS	05/09/2007	19/09/2007
					0302	V	331133 03 3 CARLA INES KOEHLER ZANOTTO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB FREI CANECA			
					0611	E	CARLA INES KOEHLER ZANOTTO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB FREI CANECA			
					0611	E	CARLA INES KOEHLER ZANOTTO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB FREI CANECA			
375066-02-3	ALINE APARECIDA PEREIRA ELIAS	010	20	764	0001	V	212373 01 6 MARIA ROSA PERISSINOTTO DAL PONT	LICENCA PREMIO	EEB JOAO COLODEL	TURVO	19/09/2007	17/12/2007
383986-01-9	ALINE TRICHES PEZENTE GHELLERE	300	20	764	0001	V	165893 01 CLAUDIONE PANATTO GHELLERE	LICENCA PREMIO	EEB TIMBE DO SUL	TIMBÉ DO SUL	17/09/2007	15/12/2007
326237-01-5	ANALUCIA NOLLA	300	20	764	0255	V	288207 01 8 SILVANA MARTINELLO KIKUCHI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DE ARARANGUA	ARARANGUÁ	31/08/2007	14/09/2007
					0255	V	165990 01 1 MAFALDA JAUSINA DE MATOS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DE ARARANGUA			
					0255	V	288207 01 8 SILVANA MARTINELLO KIKUCHI	LICENCA PREMIO	EEB DE ARARANGUA		17/09/2007	15/12/2007
					0255	V	165990 01 1 MAFALDA JAUSINA DE MATOS	LICENCA PREMIO	EEB DE ARARANGUA			
376773-01-6	ANDERSON VENSON DAL PONT	300	10	764	0307	V	167769 01 1 VONECI DE SOUZA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DE MELEIRO	MELEIRO	26/08/2007	26/09/2007
					0307	V	167769 01 1 VONECI DE SOUZA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DE MELEIRO			
112866-02-3	CELI CHAVES ALVES	300	20	764	0307	V	167769 01 1 VONECI DE SOUZA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DE MELEIRO			
					0003	E		LIC. SAUDE ACT	EEB OPERARIA	ARARANGUÁ	03/09/2007	17/09/2007
					0001	V	139700 01 1 JANE FAVARO ROCHA	AGUARD. APOSENTADORIA PROMOTORIA PUBLICA	EEB PROF JULIETA AGUIAR BERTONCINI	ARARANGUÁ	24/09/2007	14/12/2007
385435-01-3	CELSON TAVARES	100	20	764	1148	E		EEF PATRULHEIRO JUCEMAR PAES	ARARANGUÁ	14/09/2007	15/12/2007	
346724-02-4	CENIRACI MARAFIGO DE SOUZA	300	20	764	0304	V	205053 04 6 ESTER DA ROSA SILVA DE BITENCOURT	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAO DOS SANTOS AREAO	SANTA ROSA DO SU	23/08/2007	06/09/2007
					0304	V	205053 04 6 ESTER DA ROSA SILVA DE BITENCOURT	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAO DOS SANTOS AREAO			
					0304	E	ESTER DA ROSA SILVA DE BITENCOURT	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAO DOS SANTOS AREAO			
					0441	E	ESTER DA ROSA SILVA DE BITENCOURT	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAO DOS SANTOS AREAO			
352223-01-7	CRISLAINE CARDOSO PEREIRA	100	20	764	0401	V	289933 04 7 ELIETE PAGANINI	LICENCA PREMIO	EEB BULCAO VIANA	PRAIA GRANDE	20/09/2007	18/12/2007
					0319	V	289933 04 7 ELIETE PAGANINI	LICENCA PREMIO	EEB BULCAO VIANA			
					0319	V	289933 04 7 ELIETE PAGANINI	LICENCA PREMIO	EEB BULCAO VIANA			
					0202	V	289933 04 7 ELIETE PAGANINI	LICENCA PREMIO	EEB BULCAO VIANA			
					0202	E	ELIETE PAGANINI	LICENCA PREMIO	EEB BULCAO VIANA			
385436-01-1	DALVANA TORETTI VASSOLER	100	20	764	0612	V	164209 01 ROSANGELA MARIA PIAZZA MELLER	LIC. ACOMP. FAM.	EEB DE MELEIRO	MELEIRO	24/08/2007	22/09/2007
					0255	V	164209 01 ROSANGELA MARIA PIAZZA MELLER	LIC. ACOMP. FAM.	EEB DE MELEIRO			
					0255	E	ROSANGELA MARIA PIAZZA MELLER	LIC. ACOMP. FAM.	EEB DE MELEIRO			
360011-01-4	DANIELA DAGOSTIN RECCO	300	20	764	0301	V	170761 01 2 ROSITA DA SILVA GOMES HAHN	LIC. ACOMP. FAM.	EEB JACINTO MACHADO	JACINTO MACHADO	20/08/2007	03/09/2007
384101-01-4	EDUARDO SASSO DE SOUZA	100	10	764	0307	V	167769 01 1 VONECI DE SOUZA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DE MELEIRO	MELEIRO	28/08/2007	26/09/2007
					0307	V	167769 01 1 VONECI DE SOUZA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DE MELEIRO			
385438-01-8	ELIANE CRISTINA ZENI	100	20	764	0612	V	164209 01 ROSANGELA MARIA PIAZZA MELLER	LIC. ACOMP. FAM.	EEB DE MELEIRO	MELEIRO	24/08/2007	22/09/2007
					0255	V	164209 01 ROSANGELA MARIA PIAZZA MELLER	LIC. ACOMP. FAM.	EEB DE MELEIRO			
					0255	E	ROSANGELA MARIA PIAZZA MELLER	LIC. ACOMP. FAM.	EEB DE MELEIRO			
381688-02-5	ERICA FERREIRA GOULART	100	20	764	0628	V	203822 03 6 LUCI FATIMA ALEXANDRE FOGACA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JULIETA AGUIAR BERTONCINI	ARARANGUÁ	05/09/2007	04/10/2007
					0628	V	203822 03 6 LUCI FATIMA ALEXANDRE FOGACA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JULIETA AGUIAR BERTONCINI			
381688-02-5		100	20	764	0628	E	LUCI FATIMA ALEXANDRE FOGACA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JULIETA AGUIAR BERTONCINI	ARARANGUÁ	05/09/2007	04/10/2007
346561-01-6	FRANCIESCA ALVES MASTRASCUSA	100	40	764	0041	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB APOLONIO IRENO CARDOSO	BALNEÁRIO ARROIO I	03/09/2007	02/10/2007
					0853	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB APOLONIO IRENO CARDOSO			
					1087	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB APOLONIO IRENO CARDOSO			
					1088	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB APOLONIO IRENO CARDOSO			
348725-01-3	GISLAINE DE SOUZA SPECK EMERIM	300	30	764	0301	V	198538 03 8 ARLETE SIFRONI FARIAS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF PATRULHEIRO JUCEMAR PAES	ARARANGUÁ	04/09/2007	03/10/2007
					0611	E	ARLETE SIFRONI FARIAS	AULAS EXCEDENTES	EEF PATRULHEIRO JUCEMAR PAES			
376487-01-7	JOELMA PEREIRA COSTA	300	30	764	0319	V	301943 03 8 ELENITA PASCHOALI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB OPERARIA	ARARANGUÁ	04/09/2007	18/09/2007
385398-01-5	JOELMA SILVEIRA LAUREANO DA SILVA	300	20	764	0202	V	301943 03 8 ELENITA PASCHOALI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB OPERARIA			
					0941	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB BULCAO VIANA	PRAIA GRANDE	29/08/2007	12/09/2007
165894-01-8	JOSEMERI PERUCH MEZARI	300	10	764	0401	V	298137 03 8 ANA PAULA DE LUICA	LIC. GEST. EFETIVO	EEB DE MELEIRO	MELEIRO	21/08/2007	18/12/2007
347124-01-1	JOYCE FRANCISCO	030	20	764	0001	V	145901 01 5 IVETE FERMO MANFREDINI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PREF LUIZ DE PELEGRINI	MELEIRO	03/09/2007	17/09/2007
					0001	V	145901 01 5 IVETE FERMO MANFREDINI	LICENCA PREMIO	EEB PREF LUIZ DE PELEGRINI		18/09/2007	16/12/2007
383988-01-5	KATIA CARMINATTI PAROLO	300	20	764	0001	V	165893 01 CLAUDIONE PANATTO GHELLERE	LICENCA PREMIO	EEB TIMBE DO SUL	TIMBÉ DO SUL	17/09/2007	15/12/2007
376422-01-2	LUCAS SILVESTRE CASSETARI	100	40	764	0307	V	186217 01 RITA DE CASSIA LOPES JUST	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JACINTO MACHADO	JACINTO MACHADO	10/09/2007	08/11/2007
					0307	V	186217 01 RITA DE CASSIA LOPES JUST	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JACINTO MACHADO			
					0307	V	186217 01 RITA DE CASSIA LOPES JUST	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JACINTO MACHADO			
305979-01-0	LUCIANO ELIAS SILVANO	300	10	764	0301	V	158157 01 TERESINHA ZOE FERREIRA	LICENCA PREMIO	EEB MACARIO BORBA	SOMBRIÓ	21/09/2007	19/12/2007
378666-01-8	LUCIMARA MACEDO SILVEIRA	300	20	764	0001	E		AGUARD. APOSENTADORIA	EEB BULCAO VIANA	PRAIA GRANDE	25/09/2007	11/11/2007
375751-02-0	MARCOS BARBOSA DE MELO	100	20	764	0307	V	253091 04 FATIMA LOVENIR SOUZA PIVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAO DOS SANTOS AREAO	SANTA ROSA DO SU	23/08/2007	05/09/2007

					0307	V	253081 04 FATIMA LOVENIR SOUZA PIVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAO DOS SANTOS AREAO				
					0307	E	FATIMA LOVENIR SOUZA PIVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAO DOS SANTOS AREAO				
378857-02-5	MARIA JULIA DA SILVA MARTINS	300	40	764	0301	V	097387 01 1 DONATO SAVIATO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JULIETA AGUIAR BERTONCINI	ARARANGUÁ	27/08/2007	25/09/2007	
385377-01-2	MURILO MONTEIRO SANTOS	100	20	764	0307	V	164348 01 ANA JANETE SIMAO SERAFIM	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB GOV IRINEU BORNHAUSEN	SOMBRIO	06/08/2007	04/09/2007	
					0307	V	164348 01 ANA JANETE SIMAO SERAFIM	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB GOV IRINEU BORNHAUSEN				
353884-02-9	NAIRA JOSIANE FERRAZ DE ALMEIDA	300	40	764	0001	V	158934 03 2 MARIA SONIA PLACIDO SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF PROF MOTA PIRES	ARARANGUÁ	04/09/2007	18/09/2007	
353890-02-4	PRISCILA DE SOUZA CLAUDINO	100	10	764	1462	E		CEJA	CEJA DE ARARANGUA	ARARANGUÁ	01/09/2007	18/12/2007*	
353890-03-4	PRISCILA DE SOUZA CLAUDINO	100	10	764	0304	V	205053 04 6 ESTER DA ROSA SILVA DE BITENCOURT	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAO DOS SANTOS AREAO	SANTA ROSA DO SU	23/08/2007	06/09/2007	
					0304	V	205053 04 6 ESTER DA ROSA SILVA DE BITENCOURT	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAO DOS SANTOS AREAO				
					0304	E	ESTER DA ROSA SILVA DE BITENCOURT	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAO DOS SANTOS AREAO				
278679-01-1	RENI PEREIRA DA SILVA	300	20	764	0255	V	165990 01 1 MAFALDA JAUSINA DE MATOS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DE ARARANGUA	ARARANGUÁ	31/05/2007	14/09/2007	
					0689	E	MAFALDA JAUSINA DE MATOS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DE ARARANGUA				
					0255	V	165990 01 1 MAFALDA JAUSINA DE MATOS	LICENCA PREMIO	EEB DE ARARANGUA		17/09/2007	15/12/2007	
					0689	E	MAFALDA JAUSINA DE MATOS	LICENCA PREMIO	EEB DE ARARANGUA				
381821-02-4	ROSANGELA TEIXEIRA	300	20	764	0001	V	212373 01 8 MARIA ROSA PERISSINOTTO DAL PONT	LICENCA PREMIO	EEB JOAO COLODEL	TURVO	19/09/2007	17/12/2007	
								LICENCA PREMIO	EEB ANTONIO STUART	SOMBRIO	29/08/2007	26/11/2007	
371385-01-4	ROSINHA ADRIANA DOS SANTOS YSOPPO	100	10	764	0304	V	324439 01 3 ROSEMERE ARAUJO DA SILVA	LICENCA PREMIO	EEB ANTONIO STUART	ARARANGUÁ	03/09/2007	02/10/2007	
					0304	V	ROSEMERE ARAUJO DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JULIETA AGUIAR BERTONCINI				
348443-01-2	SANDER FERNANDO RAMOS	100	30	764	0302	V	179375 01 6 CLAUDENIR MARTINELLO WOLLENSCHLAGER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JULIETA AGUIAR BERTONCINI				
					0302	E	CLAUDENIR MARTINELLO WOLLENSCHLAGER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JULIETA AGUIAR BERTONCINI				
					0611	E	CLAUDENIR MARTINELLO WOLLENSCHLAGER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF PATRULHEIRO JUCEMAR PAES	ARARANGUÁ	03/09/2007	15/12/2007	
358477-01-1	SILVIA PASSOS FERNANDES	300	10	764	0000			LICENCA PREMIO	EEM MACARIO BORBA	SOMBRIO	21/09/2007	19/12/2007	
278903-01-5	SIMONE DOS SANTOS VIEIRA	300	20	764	0301	V	158157 01 TERESINHA ZOE FERREIRA	LICENCA PREMIO	EEM MACARIO BORBA				
					0513	V	258645 05 2 EWERTON PERES BENEDET	LICENCA PREMIO	EEM MACARIO BORBA				
					0301	E	EWERTON PERES BENEDET	LICENCA PREMIO	EEM MACARIO BORBA	PRAIA GRANDE	20/09/2007	18/12/2007	
347195-01-0	TARCISIO ROLDAO DA ROSA	300	30	764	0319	V	289933 04 7 ELIETE PAGANINI	LICENCA PREMIO	EEB BULCAO VIANA				
					0319	V	289933 04 7 ELIETE PAGANINI	LICENCA PREMIO	EEB BULCAO VIANA	SANTA ROSA DO SU	23/08/2007	05/09/2007	
353594-01-0	TATIANE FREITAS DA ROSA OLIVEIRA	100	20	764	0307	V	253091 04 FATIMA LOVENIR SOUZA PIVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAO DOS SANTOS AREAO	ARARANGUÁ	27/08/2007	10/09/2007	
376460-02-5	THIAGO MELO ALEXANDRINO	100	20	764	0612	V	226797 04 7 MARCIA BEATRIZ MATTOS DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB OPERARIA				
					0301	V	226797 04 7 MARCIA BEATRIZ MATTOS DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB OPERARIA				
354028-01-8	VANDERLEIA ALEXANDRE DA LUZ	100	40	764	0612	V	315423 03 2 MARISA TRAMONTIN	LIC. GEST. EFETIVO	EEB PROF JULIETA AGUIAR BERTONCINI	ARARANGUÁ	27/08/2007	14/12/2007	
					0301	E	MARISA TRAMONTIN	LIC. GEST. EFETIVO	EEB PROF JULIETA AGUIAR BERTONCINI				
					0612	E	MARISA TRAMONTIN	LIC. GEST. EFETIVO	EEB PROF JULIETA AGUIAR BERTONCINI				
348214-01-8	CELSO DORVALINO DEUCHER	100	30	765	0302	V	270235 05 5 RENATO REINERT DOS SANTOS	FUNCAO GRATIFICADA	EEB FRANCISCO DE ARAUJO BRUSQUE	BRUSQUE	14/09/2007	28/09/2007	
					0304	V	200559 03 VERA LUCIA BOING ARNOLDO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB FRANCISCO DE ARAUJO BRUSQUE				
					0302	V	200559 03 VERA LUCIA BOING ARNOLDO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB FRANCISCO DE ARAUJO BRUSQUE				
					0302	V	155500 01 6 ELONI FATIMA SCHLOSSER	READAPTACAO	EEB FELICIANO PIRES				
370804-01-7	DENISE TATIANE BITTENCOURT LEONI	010	20	765	0001	V	141980 01 3 DOROTEA MARIA DADA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MONS GREGORIO LOCKS	BRUSQUE	19/09/2007	17/12/2007	
368142-01-4	HALINI PEIXER PEREIRA	100	20	765	0307	V	092787 01 2 ADEMAR BASTOS	LICENCA PREMIO	EEB CRUZ E SOUSA	TIJUCAS	03/09/2007	01/12/2007	
306922-01-2	PAULO LUIZ SONEGO	100	20	765	0301	V	211022 04 9 ANA LEITE	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB CRUZ E SOUSA	TIJUCAS	10/09/2007	08/11/2007	
382572-01-8	SILVIA GARCIA JODAR COSTA	100	20	765	0628	E		AULAS EXCEDENTES	EEB ALEXANDRE TERNES FILHO	TIJUCAS	23/07/2007	20/10/2007	
					0628	E		LICENCA PREMIO	EEB ALEXANDRE TERNES FILHO				
382347-01-4	CARLINE GIROTTO	100	10	766	0302	E		LIC. SAUDE ACT	EEB LUIZ LUNARDI	XAXIM	04/09/2007	18/09/2007	
385320-01-8	CLEUZA DA LUZ DE OLIVEIRA OTOWICZ	030	20	766	0001	V	133307 01 AUREA INEZ BATTISTI BERTONCELLO	LICENCA PREMIO	EEB ROMILDO CZEPANHIK		17/09/2007	15/12/2007	
353382-02-4	ELAINE TEREZINHA DE MELLO	030	40	766	0000			LIC. SAUDE ACT	EEB JOAO ROBERTO MOREIRA	SÃO DOMINGOS	16/09/2007	21/12/2007	
336597-01-2	ELCIONE LURDES MAGRIN	300	20	766	0302	V	310273 03 4 MOACIR NALIN	LIC. SAUDE ACT	EEB GOMES CARNEIRO	XAXIM	04/09/2007	18/09/2007	
					0302	V	310273 03 4 MOACIR NALIN	LIC. SAUDE ACT	EEB GOMES CARNEIRO				
354096-02-0	ELISABETH BERRIDO	030	20	766	1344	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOAQUIM NABUCO		12/09/2007	11/10/2007	
367462-02-2	ELIZA MORANSKI	100	30	766	1412	E		LIC. GEST. ACT	CEJA DE XANXERE		05/09/2007	14/12/2007	
					1417	E		LIC. GEST. ACT	CEJA DE XANXERE				
212828-01-4	FLAVIA RIBEIRO VRUBLESCKI	300	20	766	0001	V	157038 01 2 NEUSA ZULIAN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DOM VITAL	PONTE SERRADA	03/09/2007	01/12/2007	
316445-01-4	GILDA ALBINO DE ABREU BERTUZZI	030	20	766	0001	V	157038 01 2 NEUSA ZULIAN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB DOM VITAL	PONTE SERRADA	03/09/2007	01/12/2007	
313741-01-4	GRACIANE NEVES E SA CONRADO	300	20	766	1122	E		CEJA	CEJA DE XANXERE		17/09/2007	14/12/2007	
376843-01-8	IANDRA DE FATIMA BARBOSA	100	30	766	0202	V	114560 01 6 ALBERTINA BOZZETTI BERTOTTO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF CORALIA GEVAERD OLINGER	PASSOS MAIA	10/09/2007	08/12/2007	
					0611	E	ALBERTINA BOZZETTI BERTOTTO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF CORALIA GEVAERD OLINGER				
					0001	V	139557 01 2 ZENILDA BIGOLIN GAMBA	LICENCA PREMIO	EEF TOLDI VELHO	IPUAÇU	15/09/2007	13/12/2007	
382314-01-8	JUCELE ANES DE OLIVEIRA	030	20	766	0001	V	179522 01 8 ALBINA DALLA COSTA	FUNCAO GRATIFICADA	EEB JOAQUIM NABUCO	PASSOS MAIA	13/09/2007	20/12/2007	
218231-01-9	MARILU IBRAEMA VARGAS DE LIMA	300	20	766	0401	V	114560 01 6 ALBERTINA BOZZETTI BERTOTTO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF CORALIA GEVAERD OLINGER		10/09/2007	08/12/2007	
210770-02-8	NELYACI LUCIA TIRELLI HANSEN	300	10	766	0330	E	ALBERTINA BOZZETTI BERTOTTO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF CORALIA GEVAERD OLINGER	SÃO DOMINGOS	16/09/2007	21/12/2007	
362196-02-0	NEUZA CRESTANI	300	20	766	0001	V	140537 01 3 CARMEN MARIA BELING	LICENCA PREMIO	EEB JOAO ROBERTO MOREIRA	SÃO DOMINGOS	16/09/2007	21/12/2007	
254710-01-4	SALETE DE LURDES DOS S. PINHEIRO	300	20	766	0001	V	140537 01 3 CARMEN MARIA BELING	AGUARD. APOSENTADORI	EEB JOAO ROBERTO MOREIRA	SÃO DOMINGOS	16/09/2007	21/12/2007	
345912-01-8	ZILDA APARECIDA SILVA DEBASTIANI	300	40	766	0628	V	318272 03 ELIANA KUHN DOS SANTOS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ROMILDO CZEPANHIK		10/09/2007	24/09/2007	
					0628	V	318272 03 ELIANA KUHN DOS SANTOS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ROMILDO CZEPANHIK				
					0628	E	ELIANA KUHN DOS SANTOS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ROMILDO CZEPANHIK				
					0628	E	ELIANA KUHN DOS SANTOS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF SAGRADO CORACAO DE JESUS	CANOINHAS	10/09/2007	29/09/2007	
298185-01-5	AGLACI SABATKE	300	20	767	0001	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEF SAGRADO CORACAO DE JESUS	CANOINHAS	03/09/2007	02/10/2007	
382570-01-1	ANDRESSA CASSIAS PEREIRA	100	30	767	0319	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEF SAGRADO CORACAO DE JESUS	CANOINHAS	23/09/2007	21/12/2007	
385416-01-7	CAROLINE MOYSES DE SOUZA	010	20	767	0001	V	160786 01 3 MARCIA DAS GRACAS MOYSES MELLO	LICENCA PREMIO	EEB PROF BALDUINO CARDOSO	PORTO UNIÃO	12/09/2007	01/10/2007	
369323-01-6	CHARLENE APARECIDA KAUCTZ	100	20	767	0304	V	161154 03 2 EDSON LUIZ HACKER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ALMIRANTE BARROSO	CANOINHAS			
					0304	V	161154 03 2 EDSON LUIZ HACKER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ALMIRANTE BARROSO				

					0302	V	161154 03 2	EDSON LUIZ HACKER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ALMIRANTE BARROSO		
					0304	E		EDSON LUIZ HACKER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ALMIRANTE BARROSO		
					0536	E		EDSON LUIZ HACKER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ALMIRANTE BARROSO		
382181-02-1	CLAIR TEREZINHA NOVACK MOTA	300	20	767	0001	V	192284 01	MARILDA GORETI REICHARDT SCHEUER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF SAGRADO CORACAO DE JESUS	CANOINHAS	10/09/2007 29/09/2007
288444-01-5	CLEUSA ADRIANA LESCOVITZ DA SILVA	300	20	767	0001	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEF SAGRADO CORACAO DE JESUS	CANOINHAS	10/09/2007 29/09/2007
377094-01-0	CRISTIANE RODRIGUES CALISTO	300	10	767	0301	E			AULAS EXCEDENTES	EEB PROF CLEMENTINO BRITTO	PORTO UNIÃO	17/09/2007 14/12/2007
					0628	E			AULAS EXCEDENTES	EEB PROF CLEMENTINO BRITTO		
385382-01-9	DAMARIS NOEMI OCKER	100	20	767	0628	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEB COLOMBO MACHADO SALLES	TRÊS BARRAS	10/09/2007 24/09/2007
					0628	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEB COLOMBO MACHADO SALLES		
					0687	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEB COLOMBO MACHADO SALLES		
					0690	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEB COLOMBO MACHADO SALLES		
					0690	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEB COLOMBO MACHADO SALLES		
					0694	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEB COLOMBO MACHADO SALLES		
					0694	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEB COLOMBO MACHADO SALLES		
					0695	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEB COLOMBO MACHADO SALLES		
					0696	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEB COLOMBO MACHADO SALLES		
385447-01-7	ELENITA TEIXEIRA	030	20	767	0001	V	174390 01 2	DILMA JUNG SEKULA	LICENCA PREMIO	EEB ANTONIO GONZAGA	PORTO UNIÃO	24/09/2007 21/12/2007
383008-01-0	FABIANA BURGATH	300	20	767	0202	V	131879 01 9	IDALINA DA CONCEICAO CORDEIRO BRAZ	LICENCA PREMIO	EEB HORACIO NUNES	IRINEÓPOLIS	24/09/2007 21/12/2007
					0202	V	131879 01 3	IDALINA DA CONCEICAO CORDEIRO BRAZ	LICENCA PREMIO	EEB HORACIO NUNES		
					0202	E		IDALINA DA CONCEICAO CORDEIRO BRAZ	LICENCA PREMIO	EEB HORACIO NUNES		
385256-01-3	JOELY LEITE SCHAEFER	030	40	767	0001	V	186474 01 2	MARIA DE LOURDES LEITE SCHAEFER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF GERMANO WAGENFUHR	PORTO UNIÃO	11/09/2007 25/09/2007
160384-02-1	JUDITE ARTNER DOS SANTOS	300	20	767	0319	V	361814 02 5	PATRICIA CHARLENE DOLISZNY	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JULIA BALEOLI ZANIOLO	CANOINHAS	02/09/2007 16/10/2007
					0611	E		PATRICIA CHARLENE DOLISZNY	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JULIA BALEOLI ZANIOLO		
332934-01-8	LAURO TREVISAN	300	20	767	0302	V	289356 03 5	SILVANE MARI DE OLIVEIRA MAKIAK	LICENCA PREMIO	EEB CEL CID GONZAGA	PORTO UNIÃO	17/09/2007 16/12/2007
295104-02-5	MARILETE DE FATIMA PEREIRA CASTILHO	300	20	767	0001	V	192284 01	MARILDA GORETI REICHARDT SCHEUER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF SAGRADO CORACAO DE JESUS	CANOINHAS	10/09/2007 29/09/2007
299429-02-1	MAURO EDSON JUNGLES	100	10	767	0255	V	314812 05 2	JOSEANI MAIEVSKI FERREIRA DA ROCHA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB FREI MENANDRO KAMPS	TRÊS BARRAS	23/08/2007 21/09/2007
					0255	E		JOSEANI MAIEVSKI FERREIRA DA ROCHA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB FREI MENANDRO KAMPS		
361105-01-1	NAIR MACIEL CUJA	300	20	767	1122	E			CEJA	CEJA DE CANOINHAS	CANOINHAS	14/09/2007 21/12/2007
348871-01-3	ROSANGELA GUJMBISKI	100	40	767	0319	V	202113 02 7	MARIA BERNADETE BALLUTA KAZMIERSKI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF SAGRADO CORACAO DE JESUS	CANOINHAS	01/09/2007 30/09/2007
					0319	E		MARIA BERNADETE BALLUTA KAZMIERSKI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF SAGRADO CORACAO DE JESUS		
273910-01-0	SUMARI TEREZINHA SUCH	100	10	767	0611	E			AULAS EXCEDENTES	EEB CEL CID GONZAGA	PORTO UNIÃO	11/09/2007 21/12/2007
130468-02-2	VANIR ISAUARA SELAU KOPPE	300	20	767	0001	E			LIC. ACOMP. FAM.	EEB HORACIO NUNES	IRINEÓPOLIS	10/09/2007 09/10/2007
369826-02-2	JOANA CELIA ROPELATO	300	20	768	1155	E			CEJA	CEJA DE JARAGUA DO SUL	JARAGUÁ DO SUL	01/09/2007 21/12/2007
367176-02-3	KARINA DE AVIZ	100	10	768	1123	E			CEJA	CEJA DE JARAGUA DO SUL	JARAGUÁ DO SUL	01/09/2007 21/12/2007
383722-01-0	MARIA DE LOURDES DE FARIAS	100	30	768	0612	V	199066 03 7	JOSE RAMOS TILLES	FUNCAO GRATIFICADA	EEB ALFREDO ZIMMERMANN	GUARAMIRIM	30/07/2007 21/12/2007
					0255	V	199066 03 7	JOSE RAMOS TILLES	FUNCAO GRATIFICADA	EEB ALFREDO ZIMMERMANN		
					0255	E		JOSE RAMOS TILLES	FUNCAO GRATIFICADA	EEB ALFREDO ZIMMERMANN		
380995-01-5	ANDREIA PACHECO DA ROSA CANDIDO	100	20	769	1817	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEM ENG ANNES GUALBERTO	IMBITUBA	04/09/2007 01/12/2007
342998-02-9	ANTONIO BASTOS SCOTT	300	10	769	0692	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEM ENG ANNES GUALBERTO	IMBITUBA	30/08/2007 28/09/2007
332859-01-9	CHIRLE FERREIRA	100	10	769	0612	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MARIA CORREA SAAD	GAOPABA	22/08/2007 15/09/2007
					0612	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEB MARIA CORREA SAAD		16/08/2007 15/10/2007
353642-01-4	DANIEL ANTUNES DA SILVA	100	20	769	0301	V	233387 02 2	PEDRO CARLOS DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ANA GONDIN	LAGUNA	29/08/2007 29/07/2007
					0301	V	233387 02 2	PEDRO CARLOS DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ANA GONDIN		
					0301	V	233387 01 2	PEDRO CARLOS DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ANA GONDIN		
384475-01-7	EMERSON MUNIZ DE SOUZA	100	10	769	0307	V	153064 01	VILCO DA ROSA PERES	FUNCAO GRATIFICADA	EEB PROF GRACINDA AUGUSTA MACHADO	IMBITUBA	20/08/2007 03/09/2007
					0307	V	153064 01	VILCO DA ROSA PERES	FUNCAO GRATIFICADA	EEB PROF GRACINDA AUGUSTA MACHADO		
327355-01-5	ENIVALDO TORRES RAMOS	100	30	769	0255	V	166025 05	BENTO DAVID	LIC. SAUDE EFETIVO	EEM ALMIRANTE LAMEGO	LAGUNA	20/08/2007 10/09/2007
384248-01-7	GRASIELA GONCALVES MENDES	100	10	769	1483	E			LIC. SAUDE EFETIVO	EEF PREF OSNY PEREIRA	JAGUARUNA	30/07/2007 13/08/2007
343145-01-2	JOSEANE DOS PASSOS VIZOSO	100	20	769	0319	V	262182 03 7	JAYSON FERNANDES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF PROF LUIZ FELIX BARRETO	IMARUÍ	10/09/2007 09/10/2007
					0319	E		JAYSON FERNANDES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF PROF LUIZ FELIX BARRETO		
132981-02-2	JUREMA CONCEICAO ESPEZIM MACHADO	100	10	769	0595	E			AULAS EXCEDENTES	EEM ENG ANNES GUALBERTO	IMBITUBA	04/09/2007 01/12/2007
					1817	E			AULAS EXCEDENTES	EEM ENG ANNES GUALBERTO		
382352-01-0	KATIA SANTANA INNOCENTE	300	20	769	0001	V	163046 01 6	ALBERTINA DA ROSA AGUIAR	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JULIETA PAVAN SIMOES	IMBITUBA	21/08/2007 19/10/2007
384221-01-5	MARIA APARECIDA DAVID	100	40	769	0304	V	163886 01 6	MARIA CONCEICAO SOUZA DA ROSA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF GRACINDA AUGUSTA MACHADO	IMBITUBA	30/07/2007 28/08/2007
					0304	E		MARIA CONCEICAO SOUZA DA ROSA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF GRACINDA AUGUSTA MACHADO		
					0304	E		MARIA CONCEICAO SOUZA DA ROSA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF GRACINDA AUGUSTA MACHADO		
360276-01-1	MARIA HELENA DOS PASSOS MARTINS	030	20	769	0001	V	164927 01 2	LUIZA NASCIMENTO DOS SANTOS	LICENCA PREMIO	EEB CEL JOSE MAURICIO DOS SANTOS	LAGUNA	31/07/2007 28/10/2007
360276-02-1	MARIA HELENA DOS PASSOS MARTINS	030	20	769	0001	V	134893 01	ALBERTINA ESPINDULA ROLDAO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB COMENDADOR ROCHA	LAGUNA	29/08/2007 12/09/2007
364671-01-8	NAIDA BECKER TRISCH	300	20	769	0001	V	168900 01 2	ROSILDA DAVID	LICENCA PREMIO	EEB ANA GONDIN	LAGUNA	15/08/2007 09/07/2007
377451-01-1	PETTERSON DOS SANTOS MARTINS	100	30	769	0307	V	168874 01	NALI ROSANE SERNA MARTINS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEM ENG ANNES GUALBERTO	IMBITUBA	30/08/2007 25/09/2007
					0307	E		NALI ROSANE SERNA MARTINS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEM ENG ANNES GUALBERTO		
375979-01-8	RAQUEL FRANCISCA DOS SANTOS	300	20	769	0001	V	155174 01 4	MARLI CELIA REBELO FIGUEIREDO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB COMERCIAL LAGUNENSE	LAGUNA	20/08/2007 18/09/2007
344823-01-1	REASILVIA GOMES RIBEIRO	030	20	769	0001	V	170632 01 2	CLEUSA ALGEMIRO DA SILVA DOMINGOS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JUSTINA DA CONCEICAO SILVA	IMBITUBA	02/09/2007 31/09/2007

343112-01-6	ROSANA MANOEL COELHO	100	20	769	0202	V	262182 03 7 JAYSON FERNANDES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF PROF LUIZ FELIX BARRETO	IMARUI	10/09/2007	09/10/2007
384422-01-6	SARITA OLIVEIRA DE MEDEIROS	100	40	769	0307	V	183414 01 2 MARIA MARGARETH LAPA SA CASTILHA	READAPTACAO	EEB JERONIMO COELHO	LAGUNA	21/08/2007	19/09/2007
					0307	V	183414 01 2 MARIA MARGARETH LAPA SA CASTILHA	READAPTACAO	EEB JERONIMO COELHO			
384422-01-6		100	40	769	1516	E	MARIA MARGARETH LAPA SA CASTILHA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JERONIMO COELHO	LAGUNA	21/08/2007	19/09/2007
369121-01-7	SUZANA CAMPOS DA ROSA	100	40	769	0302	V	338854 02 9 CLAUDETH DOS SANTOS POSSENTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JOSE RODRIGUES LOPES	GAROPABA	31/07/2007	29/08/2007
					0302	V	165565 01 5 MAMEDE PEREIRA PACHECO DA SILVA	DISPOSICAO S/ ONUS	EEB PROF JOSE RODRIGUES LOPES			
					0302	E	MAMEDE PEREIRA PACHECO DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF JOSE RODRIGUES LOPES			
382528-02-0	TIAGO DE CARVALHO NANDI	100	30	769	0612	V	147861 01 MARIA LUZIA SANTINA CORREA RICARDO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF PREF OSNY PEREIRA	JAGUARUNA	30/07/2007	13/08/2007
360329-01-6	VAMILSON SOUZA D ESPINDOLA	100	30	769	0307	V	197997 01 3 JOEL DOS REIS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB COMENDADOR ROCHA	LAGUNA	05/09/2007	04/10/2007
					0307	V	162594 01 2 SONIA BERNADETH ANTONIO COLLANTES	READAPTACAO	EEB COMENDADOR ROCHA			
381435-01-1	FABIANA VANDRESEN LEHMKUHL	030	20	770	0001	V	315263 03 4 DALVA MARIA DE SOUZA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB WALTER PROBST	AURORA	06/09/2007	20/09/2007
322289-01-6	JAIMIR SULMAR FERREIRA	300	20	770	0001	V	315263 03 4 DALVA MARIA DE SOUZA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB WALTER PROBST	AURORA	06/09/2007	20/09/2007
321733-01-7	INDIANARA PRESTES GAYA	100	40	777	0307	V	188646 01 LICIANE PALAVICINI	LICENCA PREMIO	EEB SANTA TERESINHA	CURITIBANOS	21/09/2007	19/12/2007
					0307	V	188646 01 LICIANE PALAVICINI	LICENCA PREMIO	EEB SANTA TERESINHA			
					0307	E	LICIANE PALAVICINI	LICENCA PREMIO	EEB SANTA TERESINHA			
					0692	E	LICIANE PALAVICINI	LICENCA PREMIO	EEB SANTA TERESINHA			
305379-01-2	JOSELI JACON GUIMARAES	300	20	777	0401	V	126995 01 DALVA MARIA DE MATIAS	LICENCA PREMIO	EEB CASIMIRO DE ABREU	CURITIBANOS	10/09/2007	08/12/2007
385348-01-9	LUCELIA OLIVEIRA DE SOUZA	100	30	777	0301	V	345592 03 ANGELA DENISE GARCIA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF ARGEU FURTADO	SÃO CRISTOVÃO DO	11/09/2007	25/09/2007
281578-01-8	MARIA APARECIDA DE B. BALESTRIN	100	30	777	0401	V	164183 01 2 LOURDES BLAUTH RHODEN	LICENCA PREMIO	EEB IRMA IRENE	SANTA CECÍLIA	20/09/2007	18/12/2007
382883-01-2	MARIA TERESINHA DOS SANTOS GOVEIA	030	20	777	0001	E		LICENCA PREMIO	EEB DEP ALTIR WEBBER DE MELLO	CURITIBANOS	21/09/2007	19/12/2007
384233-02-9	NEIDE ARIOTTI	300	20	777	0001	E		LICENCA PREMIO	EEB DEP ALTIR WEBBER DE MELLO	CURITIBANOS	21/09/2007	19/12/2007
385404-01-3	ROBSON CICHACZ DE SOUZA	100	40	777	0307	V	139938 01 1 IDILIO ANTONIO COELHO	LICENCA PREMIO	EEB CASIMIRO DE ABREU	CURITIBANOS	17/09/2007	15/12/2007
					0307	V	139938 01 1 IDILIO ANTONIO COELHO	LICENCA PREMIO	EEB CASIMIRO DE ABREU			
					0307	V	164809 01 5 ANTONIO SERGIO COSTA	LICENCA PREMIO	EEB CASIMIRO DE ABREU			
					0307	V	164609 01 5 ANTONIO SERGIO COSTA	LICENCA PREMIO	EEB CASIMIRO DE ABREU			
161216-02-6	ROSANA RITA DE LIMA GREIN	300	20	777	0001	V	161222 01 MARA DE FATIMA DUFFECK MENEGUSSI	LICENCA PREMIO	EEB IRMA IRENE	SANTA CECÍLIA	20/09/2007	18/12/2007
216347-01-0	ROZELI APARECIDA DE ALMEIDA CARVALHO	100	20	777	0202	V	126995 01 DALVA MARIA DE MATIAS	LICENCA PREMIO	EEB CASIMIRO DE ABREU	CURITIBANOS	10/09/2007	08/12/2007
335021-01-5	RUBIA CRISTINA RODRIGUES	030	20	777	0001	E		LICENCA PREMIO	EEB LEIA MATILDE GERBER	SANTA CECÍLIA	20/09/2007	18/12/2007
298269-01-2	SAMIA SALEH PIRES	300	20	777	0001	V	161222 01 MARA DE FATIMA DUFFECK MENEGUSSI	LICENCA PREMIO	EEB IRMA IRENE	SANTA CECÍLIA	20/09/2007	18/12/2007
358121-02-7	TANIA APARECIDA BALBINOTT PEREGO	030	20	777	0001	V	131137 01 9 NEUZA SILVEIRA	LICENCA PREMIO	EEB EMB EDMUNDO DA LUZ PINTO	CURITIBANOS	17/09/2007	15/12/2007
384468-01-4	CHEILA APARECIDA MODOLON	100	30	778	0307	V	196874 01 2 JURANDIR MANARIN	FUNCAO GRATIFICADA	EEF PROFA MARIA ANGELICA CALAZAN	DONA EMMA	10/08/2007	19/12/2007
					0307	V	196874 01 2 JURANDIR MANARIN	FUNCAO GRATIFICADA	EEF PROFA MARIA ANGELICA CALAZAN			
					0304	E	JURANDIR MANARIN	FUNCAO GRATIFICADA	EEF PROFA MARIA ANGELICA CALAZAN			
384273-01-8	CLAUDIA VANELLE FUSINATO	100	10	778	0304	V	104218 01 1 ALCINO PEREIRA	FUNCAO GRATIFICADA	EEB JOSE CLEMENTE PEREIRA	JOSÉ BOITEUX	01/08/2007	21/12/2007
346455-01-5	DANUBIA MAZZINI MENEGHELLI	300	20	778	0001	E		REMOCAO	EEF PROF JOAO BONELLI	JOSÉ BOITEUX	17/09/2007	21/12/2007
337076-02-3	FRANCIELLA ARAGAO	100	10	778	0475	E		LIC. SAUDE ACT	EEB REGENTE FEJO	LONTRAS	31/08/2007	14/09/2007
365292-02-0	GABRIELA MARIA LUNELLI	100	20	778	0304	V	104218 01 1 ALCINO PEREIRA	FUNCAO GRATIFICADA	EEB JOSE CLEMENTE PEREIRA	JOSÉ BOITEUX	01/08/2007	21/12/2007
194635-01-8	MARCIA FUSINATO	300	10	778	1349	E		DISPENSA	CEJA DE IBIRAMA	IBIRAMA	14/08/2007	19/12/2007
305500-01-0	NERIA CASTELANI	300	20	778	0001	E		REMOCAO	EEF PROF JOAO BONELLI	JOSÉ BOITEUX	17/09/2007	21/12/2007
366542-01-9	ROBSON FERREIRA	100	20	778	0304	E		DISPENSA	EEF DOM PEDRO I	VITOR MEIRELES	14/09/2007	21/12/2007
					0304	E		DISPENSA	EEF DOM PEDRO I			
					0437	E		DISPENSA	EEF DOM PEDRO I			
385342-01-0	ROSEMERI FATIMA SILVEIRA	010	20	778	0001	V	153000 01 3 CECILIA GESSER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB CECILIA BERTHA HILDEGARD CARDOSO	LONTRAS	10/09/2007	07/11/2007
370438-01-6	VANDERLEIA ATAIDE MAGNANI	010	20	778	0001	V	153000 01 3 CECILIA GESSER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB CECILIA BERTHA HILDEGARD CARDOSO	LONTRAS	10/09/2007	07/11/2007
324892-02-5	ADRIANA IZIDIO	030	20	779	0941	V	317950 03 8 BIANKA ANDRADE	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB GOV IVO SILVEIRA	PALHOÇA	29/08/2007	27/10/2007
382981-01-2	ALEXSANDRA MARTINS	100	30	779	0202	V	274723 04 5 MIRIAM PEREIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB INTENDENTE JOSE FERNANDES	FLORIANÓPOLIS	14/09/2007	12/11/2007
380135-01-7	ALEXSSANDRA GONCALVES	030	40	779	0001	V	197044 01 5 AMELIA DE MATTOS PRATTO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JUREMA CAVALLAZZI	FLORIANÓPOLIS	01/09/2007	30/09/2007
254722-01-8	ANDREIA MARIA WOLLINGER DE SOUZA	030	20	779	0001	V	144065 01 9 JCICE HELENA ZULIAN MORAS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB ROSA TORRES DE MIRANDA	FLORIANÓPOLIS	21/08/2007	29/09/2007
309434-01-0	ANGELA MARIA VIEIRA CABRAL	030	40	779	0001	V	273332 02 3 SOLANGE MARIA DA COSTA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOSE BOITEUX	FLORIANÓPOLIS	09/09/2007	08/10/2007
					0001	V	145062 01 MARILEIA MADALENA DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOSE BOITEUX			
309434-01-0		030	20	779	0001	V	273332 02 3 SOLANGE MARIA DA COSTA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB JOSE BOITEUX		09/10/2007	19/10/2007
323040-01-6	BEATRIZ REGINA OLIZ BOTELHO	300	30	779	0302	V	272645 02 9 NEYSI PINHEIRO ALVARIZA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PORTO DO RIO TAVARES	FLORIANÓPOLIS	02/09/2007	31/10/2007
					0302	E	NEYSI PINHEIRO ALVARIZA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PORTO DO RIO TAVARES			
383497-01-2	BERENICE CRISTIANA LUCCAS	030	20	779	0001	E		LIC. SAUDE ACT	EEB JOAQUIM JOAO CARDOSO	BIGUAÇU	30/07/2007	21/12/2007
368579-02-9	CARMEM SIMONE DO NASCIMENTO MARCAL	010	20	779	0001	V	125769 01 2 NELCI IZABEL DE SOUZA ALBERTON	LICENCA PREMIO	EEB PROF LAURA LIMA	FLORIANÓPOLIS	17/09/2007	15/12/2007
376519-01-9	CLAUDETE MACHADO	100	20	779	0628	V	181420 03 6 KATIA LUZ CURCIO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF MARIA DO CARMO LOPES	SÃO JOSÉ	10/09/2007	08/12/2007
					0628	V	181420 03 6 KATIA LUZ CURCIO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF MARIA DO CARMO LOPES			
					0628	E	KATIA LUZ CURCIO	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF MARIA DO CARMO LOPES			
204715-02-2	CLELIA ELIZA MALT	300	20	779	0301	V	301692 05 7 TOMAZ SILVEIRA DOS SANTOS	FUNCAO GRATIFICADA	EEB GOV IVO SILVEIRA	PALHOÇA	11/09/2007	09/11/2007
					0301	V	203145 04 MARIA DE FATIMA SILVA DA ROSA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB GOV IVO SILVEIRA			
					0301	V	203145 04 MARIA DE FATIMA SILVA DA ROSA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB GOV IVO SILVEIRA			
358660-01-0	CLEONICE MENDES FERREIRA	030	20	779	0001	V	132522 01 1 NELZI REGINA MARTINS DA SILVEIRA	AGUARD. APOSENTADORIA	EEB LUCIA DO LIVRAMENTO MAYVORNE	FLORIANÓPOLIS	28/08/2007	16/09/2007
					0001	E		APOSENTADORIA	EEB LUCIA DO LIVRAMENTO MAYVORNE		17/09/2007	17/12/2007
362770-01-5	CRISLEY DA SILVA FARIAS	030	20	779	0001	V	056836 02 8 SIVONEI MARLI VASQUES GODINHO	LICENCA PREMIO	EEB IRINEU BORNHAUSEN	FLORIANÓPOLIS	10/09/2007	08/12/2007
385358-01-6	DANDARA PEREIRA DE SOUZA	100	30	779	0301	V	153416 01 5 IONE RITA LUVISON FRASSON	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB LAURO MULLER	FLORIANÓPOLIS	04/07/2007	18/09/2007

Página 28

[illegible]

380489-08-0	ROBERTA ALTHOFF SUMAR	300	40	779	0302	V	158993 01 7 ZULMAR JOSE MARTINS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SEN RENATO RAMOS DA SILVA	PALHOÇA	03/09/2007	01/11/2007
					0302	E	ZULMAR JOSE MARTINS	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SEN RENATO RAMOS DA SILVA			
383890-01-8	RODRIGO CLAUDIO KLOPP	010	20	779	0001	V	225753 02 VALNICE VOGES JOCHEN	LICENCA PREMIO	EEB ANISIO V DE FREITAS	SANTO AMARO DA I	24/09/2007	22/12/2007
349302-01-4	RODRIGO THOMAZZI	100	30	779	0513	V	282235 03 1 ERMINIA VIEIRA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB IRMA MARIA TERESA	PALHOÇA	01/09/2007	15/10/2007
342470-01-7	ROGERIO DUTRA PORTO ALEGRE	300	20	779	0001	E		LICENCA PREMIO	EEB ANISIO V DE FREITAS	SANTO AMARO DA I	24/09/2007	22/12/2007
348179-01-4	ROSA MARIA DE SOUZA	300	20	779	0001	V	185929 04 4 JANETE MARIA BOSO GASPERI	LIC. GEST. ACT	EEB JOAQUIM JOAO CARDOSO	BIGUAÇU	12/09/2007	21/12/2007
322140-02-7	ROZANI DE FATIMA FLORES	100	20	779	0202	V	296331 01 JOANA BARLETA BASILIO	LIC. SAUDE ACT	EEB PERO VAZ DE CAMINHA	FLORIANOPÓLIS	09/09/2007	20/09/2007
384528-01-1	SARA HELENA PORTO	100	20	779	0307	V	192078 01 2 FATIMA BONETTI NUNES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB LAURO MULLER	FLORIANOPÓLIS	06/09/2007	04/11/2007
					0307	V	192078 01 2 FATIMA BONETTI NUNES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB LAURO MULLER			
					0307	V	192078 01 2 FATIMA BONETTI NUNES	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB LAURO MULLER			
383134-01-5	SIDNEY VENTURA FERRAZ DEBOM	100	40	779	0307	V	325197 03 7 VANDERLEI SANTOS DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PORTO DO RIO TAVARES	FLORIANOPÓLIS	11/09/2007	10/10/2007
					0307	V	325197 03 7 VANDERLEI SANTOS DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PORTO DO RIO TAVARES			
					0307	E	VANDERLEI SANTOS DA SILVA	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PORTO DO RIO TAVARES			
382293-01-1	SOLANGE RICHARTZ WILVERT	150	20	779	0302	V	274359 04 ROBERTA MARIA MARTINS TAVARES	LICENCA PREMIO	EEB ALTAMIRO GUIMARAES	ANTÔNIO CARLOS	20/09/2007	14/12/2007
337411-01-4	SONIA RODRIGUES DOS SANTOS	030	40	779	0001	V	151692 01 2 MARGARETH TEREZINHA BOSQUETTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF SAO MIGUEL	SÃO JOSÉ	06/09/2007	04/11/2007
385359-01-4	SUSIMARI TEREZINHA VIEIRA	100	20	779	0628	E		LIC. GEST. ACT	EEB SEN RENATO RAMOS DA SILVA	PALHOÇA	10/09/2007	14/12/2007
333819-01-3	TARCISIO DA SILVA	100	20	779	1344	E		INCLUSAO SOCIAL	EEB IRINEU BORNHAUSE!	FLORIANOPÓLIS	31/08/2007	19/12/2007
118113-02-0	VERA LUCIA COSTA	300	20	779	1148	E		PROMOTORIA PUBLICA	EEB AMERICA DUTRA MACHADO	FLORIANOPÓLIS	12/09/2007	18/12/2007
309017-01-5	VERA LUCIA GASPERI DOS SANTOS	030	20	779	0001	V	139314 01 6 ESMERALDA CORREA RAMOS	LICENCA PREMIO	EEB PROF OSWALDO RODRIGUES CABRAL	SÃO JOSÉ	02/09/2007	30/11/2007
382807-01-1	VIVIANI MARCIA FABRIS	010	20	779	0001	V	197150 01 6 NERY LUCIA ALVES DAS MERCES	LIC. SAUDE ACT	EEB PROF OSWALDO RODRIGUES CABRAL	SÃO JOSÉ	11/09/2007	25/09/2007
367152-01-1	JANAINA APARECIDA KRACHUSKI BASEGGIO	300	30	800	0612	V	164489 01 NARA LUCIA GRANDE PEREIRA	LIC. SAUDE ACT	EEB EMILIO GARRASTAZU MEDICI	CAMPO ERE	23/08/2007	08/09/2007
					0513	E	NARA LUCIA GRANDE PEREIRA	LIC. SAUDE ACT	EEB EMILIO GARRASTAZU MEDICI			
376943-01-7	SALETE KOSMANN DO NASCIMENTO	010	20	800	1344	E		INCLUSAO SOCIAL	EEB VOLTA REDONDA	SÃO LOURENÇO D'	11/09/2007	18/12/2007
144113-02-2	TEREZINHA LAZARIN GALLINA	300	20	800	0001	E		CEJA	CEJA DE SAO LOURENCO D'OESTE	SÃO LOURENÇO D'	17/09/2007	21/12/2007
372832-03-3	EIDE SAUER FRITZEN	300	20	802	0307	V	330511 03 2 DAMARIS BAUSEWEIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB INSPETOR EURICO RAUEN	VIDEIRA	04/09/2007	18/09/2007
					0307	E	DAMARIS BAUSEWEIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB INSPETOR EURICO RAUEN			
					0307	E	DAMARIS BAUSEWEIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB INSPETOR EURICO RAUEN			
					0307	V	330511 03 2 DAMARIS BAUSEWEIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB INSPETOR EURICO RAUEN		19/09/2007	02/11/2007
					0307	E	DAMARIS BAUSEWEIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB INSPETOR EURICO RAUEN			
					0307	E	DAMARIS BAUSEWEIN	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB INSPETOR EURICO RAUEN			
377972-01-6	GENILCE MARTA PRIMON	030	20	802	0001	V	149738 01 3 MARINETE FORESTI FIN	LICENCA PREMIO	EEB GONCALVES DIAS	FRAIBURGO	13/09/2007	11/12/2007
383980-01-0	JUELMA LIDANI	100	20	802	0304	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF ADELINA REGIS	VIDEIRA	15/09/2007	29/09/2007
					0304	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF ADELINA REGIS			
					0304	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF ADELINA REGIS			
					0437	E		LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF ADELINA REGIS			
039900-02-0	LEONIDA SALETE OGLIARI	030	20	802	0001	V	141181 01 NOELI SALVO LAZZAROTTO	LICENCA PREMIO	EEB INSPETOR EURICO RAUEN	VIDEIRA	16/09/2007	14/12/2007
346754-04-6	NEIVA LUCILA CARELLE	300	30	802	0301	V	263142 03 3 AIRTON JOSE VALER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB PROF ADELINA REGIS	VIDEIRA	20/09/2007	27/09/2007
					0301	V	304637 03 GEORGETE FERRONATO	FUNCAO GRATIFICADA	EEB ESTHER CREMA MARMENTINI			
					0475	E	GEORGETE FERRONATO	AULAS EXCEDENTES	EEB PROF ADELINA REGIS			
346754-04-6		300	10	802	0301	V	304637 03 GEORGETE FERRONATO	FUNCAO GRATIFICADA	EEB ESTHER CREMA MARMENTINI		28/09/2007	21/12/2007
					0475	E	GEORGETE FERRONATO	AULAS EXCEDENTES	EEB PROF ADELINA REGIS			
382858-01-1	ROZIVANI TOMAZI DAL PIZZOL	300	20	802	0000			LIC. SAUDE EFETIVO	EEB INSPETOR EURICO RAUEN	VIDEIRA	16/09/2007	14/12/2007
361977-03-0	SAMANDA GOMES FROZZA	300	20	802	0301	V	144388 01 7 TEREZINHA DOMINGOS DA SILVA	LICENCA PREMIO	EEB GONCALVES DIAS	FRAIBURGO	16/09/2007	14/12/2007
					0301	E	TEREZINHA DOMINGOS DA SILVA	LICENCA PREMIO	EEB GONCALVES DIAS			
385364-01-0	EDU NUNES DOS SANTOS	100	20	803	0302	V	121133 01 1 LURDES MARIA ZIMMERMANN GOULART	LICENCA PREMIO	EEB MANOEL CRUZ	SÃO JOAQUIM	10/09/2007	08/12/2007
					0302	E	LURDES MARIA ZIMMERMANN GOULART	LICENCA PREMIO	EEB MANOEL CRUZ			
212351-01-7	ELCI NUNES AMARAL	300	20	803	0003	V	149534 01 8 HELOISA HELENA FONTANELLA BRIGHENTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SAO JOSE	SÃO JOAQUIM	30/08/2007	28/09/2007
345557-01-2	JOSE EDSON DURAND	300	10	803	0307	E		LIC. GEST. ACT	EEB ARY DE SOUZA BORGES	SÃO JOAQUIM	30/08/2007	03/12/2007
					0307	E		LIC. GEST. ACT	EEB ARY DE SOUZA BORGES			
370756-01-3	JULIANO NOE VALERIO	100	20	803	0628	E		APOSENTADORIA	EEB ALEXANDRE GUSMAO	BOM RETIRO	30/09/2007	21/12/2007
368566-01-7	MAGDA DENISE CABRAL	100	20	803	0628	E		APOSENTADORIA	EEB ALEXANDRE GUSMAO	BOM RETIRO	30/09/2007	21/12/2007
					0628	E		APOSENTADORIA	EEB ALEXANDRE GUSMAO			
311861-02-4	ROSIANE MACHADO VIEIRA	300	20	803	0003	V	135192 01 3 NAURA APARECIDA BLEYER	AGUARD. APOSENTADORI	EEB ADOLFO JOSE MARTINS	BOM JARDIM DA SE	24/09/2007	21/12/2007
368792-01-9	TATIANI AMANDA ZAPELINI	010	20	803	0003	V	135192 01 3 NAURA APARECIDA BLEYER	AGUARD. APOSENTADORI	EEB ADOLFO JOSE MARTINS	BOM JARDIM DA SE	24/09/2007	21/12/2007
347116-01-0	VALDELI APARECIDA COSTA	300	20	803	0003	V	149534 01 8 HELOISA HELENA FONTANELLA BRIGHENTI	LIC. SAUDE EFETIVO	EEB SAO JOSE	SÃO JOAQUIM	30/08/2007	28/09/2007
338988-02-3	JOICE ELGER DUTRA DEFAVERI	300	20	804	0302	E		AULAS EXCEDENTES	CEJA DE PALMITOS	PALMITOS	28/08/2007	10/11/2007
					0437	E		AULAS EXCEDENTES	CEJA DE PALMITOS			
					1350	E		AULAS EXCEDENTES	CEJA DE PALMITOS			
368881-03-0	MARGARETE MORCHE GEHRING	300	20	804	0001	V	143834 01 4 LURDES MARIA RIETH HETZEL	LICENCA PREMIO	EEB DELMINDA SILVEIRA	MONDAI	13/09/2007	11/12/2007
364557-01-6	SIMONE MENGEL	100	10	804	1348	E		AULAS EXCEDENTES	CEJA DE PALMITOS	PALMITOS	26/09/2007	21/12/2007
					1354	E		AULAS EXCEDENTES	CEJA DE PALMITOS			
356460-01-6	ALEXANDRA MORTARI	100	30	805	0307	V	206412 03 ROSANE MARIA KUMMER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF OSNI MEDEIROS REGIS	SÃO JOSÉ DO CEDR	28/08/2007	11/10/2007
					0307	V	206412 03 ROSANE MARIA KUMMER	LIC. SAUDE EFETIVO	EEF OSNI MEDEIROS REGIS			

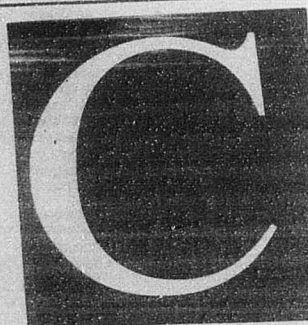
308949-01-0	LENICE LANZ AREND	01351	40	804	EEF MAIDANA
308429-01-1	NICOLLE CALLAI SCHUH	00508	20	804	EEB DELMINDA SILVEIRA
308429-01-1	NICOLLE CALLAI SCHUH	00508	40	804	EEB DELMINDA SILVEIRA
308068-01-7	PATRICIA DE OLIVEIRA FAVERO	00508	40	804	EEB CARDEAL ARCOVERDE
308040-01-1	DEISE DANIELA DASSOLER	00657	40	805	EEF OSNI MEDEIROS REGIS
379966-01-2	LISAINÉ LUCIA SANTIM ZAMBONI	00508	20	805	EEB CEDRENSE
379966-01-2	LISAINÉ LUCIA SANTIM ZAMBONI	00508	40	805	EEB CEDRENSE
380179-01-9	SANDRA ADRIANA TIZZIANI	00508	30	805	EEB PROF MARIA DA GLORIA MATTOS

AGUAS DE CHAPECÓ	10/08/2007
MONDAI	29/08/2007
MONDAI	30/07/2007
SÃO CARLOS	09/08/2007
SÃO JOSÉ DO CEDRO	10/08/2007
SÃO JOSÉ DO CEDRO	14/08/2007
SÃO JOSÉ DO CEDRO	30/07/2007
DIONÍSIO CERQUEIRA	25/09/2007

PORTARIA P: 2371 - 03/10/2007

ALTERAR A PORTARIA QUE ADMITIU EM CARATER TEMPORARIO, DOS PROFESSORES ABAIXO RELACIONADOS NA PARTE REFERENTE A HABILITAÇÃO

MATRICULA	NOME DO FUNCIONÁRIO	PORTARIA	HAB.	LOT.	DESCRIÇÃO DA U.E	MUNICÍPIO	DATA INÍCIO
354179-01-7	ALINE KULKAMP SELINGER	01673	300	751	EEB DR MIGUEL DE PATTA	GRÃO PARA	02/08/2007
381988-01-4	DILNEY GOMES ESPINDOLA JUNIOR	02055	150	751	CEDUP DIOMICIO FREITAS	TUBARÃO	02/08/2007
353103-01-1	LEILA CRESCENCIO PEREIRA	02131	300	751	EEB MONS FRANCISCO GIESBERTS	ARMAZÉM	18/07/2007
353086-01-8	MIRIAM MATTEI BRUGNARA	01351	300	751	EEB SAO LUDGERO	SÃO LUDGERO	02/06/2007
350982-01-1	SIMONE ESPINDOLA	02131	300	751	EEB FRIDOLINO HULSE	SÃO MARTINHO	01/08/2007
330995-01-2	ALBANI FERREIRA VICENTE	01673	300	752	EEB LUIZ TRAMONTIN	FORQUILHINHA	26/06/2007
313848-01-8	ALEX DE SOUZA BEHENCK	01673	300	752	EEB ALUSYUS BACK	FORQUILHINHA	31/05/2007
353448-02-0	ANDRE CAVALER DA LUZ	02055	300	752	EEF ANGELO IZE	FORQUILHINHA	02/08/2007
378724-02-6	DAIANE ACCORDI JUNKES	02055	300	752	EEB COELHO NETO	CRICIÚMA	31/07/2007
361389-02-5	ROSA DE LIMA DUTRA MEDEIROS	01673	300	752	EEB CEL MARCOS ROVARIS	CRICIÚMA	30/05/2007
361257-01-0	ADEMIR NILTON KNEISS	02055	300	753	EEB FREDERICO HARDT	INDAIAL	18/08/2007
362243-01-5	ARACELI GONCALVES	01164	300	753	EEB CHRISTOPH AUGENSTEIN	BLUMENAU	18/08/2007
313407-01-5	AVACIR BONA	02055	150	753	CEDUP DE TIMBO	POMERODE	02/08/2007
380777-01-0	DANIELA RADUENZ	00657	300	753	EEM ERWIN CURT TEICHMANN	TIMBO	23/07/2007
233568-01-9	HELIO SCHMITZ	00508	300	753	EEB FREI POLICARPO	GASPAR	18/08/2007
361073-01-9	LEONARDO GARCIA DOS SANTOS	00742	300	753	EEB PROF HONORIO MIRANDA	GASPAR	24/04/2007
351485-02-4	LUIZA MARIA GRAHL	01068	300	753	EEB HERCILIO DEEKE	BLUMENAU	18/08/2007
363937-01-0	NATALIA GAERTNER	02055	300	753	EEB LUIZ DELFINO	BLUMENAU	10/03/2007
338976-02-5	LEANDRO SIEDSCHLAG	00742	300	754	EEB PREF HIGINO AGUIAR	ARAQUARI	10/03/2007
338976-03-5	LEANDRO SIEDSCHLAG	00508	300	754	EEB ALMIRANTE BOITEUX	ARAQUARI	02/08/2007
305356-01-3	ROSELEI DE MATOS	02055	150	756	CEDUP RENATO RAMOS DA SILVA	LAGES	02/08/2007
378154-01-2	SUIANE CRISTINA SCHMIDT COSTA	02055	300	756	CEDUP RENATO RAMOS DA SILVA	LAGES	02/08/2007
378154-02-2	SUIANE CRISTINA SCHMIDT COSTA	02055	300	756	CEDUP RENATO RAMOS DA SILVA	LAGES	02/08/2007
374592-01-9	ADRIANA APARECIDA DO VALE SOUZA	00508	300	757	EEF PROF OSMARINA B BETKOWSKI	SÃO BENTO DO SUL	07/08/2007
359012-01-7	CLEONICE PIRES DE MORAIS	02055	300	757	EEB PEDRO GONCALVES RIBEIRO	MONTE CASTELO	16/08/2007
381136-01-0	LEONARDO MASCARELLO	00742	300	758	EEB PROF ODILON FERNANDES	HERVAL D'OESTE	11/08/2007
375989-01-1	EDUARDA STOCKMANN	00508	300	759	EEB PROF OLAVO CECCO RIGON	CONCÓRDIA	24/08/2007
380288-01-4	SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI	00508	300	759	EEB DOM FELICIO C DA CUNHA VASCONCELOS	CONCÓRDIA	31/08/2007
341779-01-4	ANA PAULA ROHRBEK CHIARELLO	01673	300	760	CEJA DE CHAPECÓ	IRANI	31/07/2007
365072-01-3	GIBRAIR XAVIER SIMÕES	01673	100	760	CEJA DE CHAPECÓ	CHAPECO	28/08/2007
377121-03-0	JUSELINA PACHECO DE JESUS	01068	300	760	EEB PROF ZELIA SCHARF	CHAPECO	20/08/2007
376413-02-3	LUCIMAR WARMINTINI SOBERAI	01673	300	760	EEB PROF ZELIA SCHARF	CHAPECO	20/08/2007
358594-01-8	ROBERTO ORSO BUGALHO	01673	100	760	CEJA DE CHAPECÓ	CHAPECO	20/08/2007
367774-02-5	ROSELY CATARINA FRITZEN SCHEID	01068	300	760	CEJA DE CHAPECÓ	CHAPECO	20/08/2007
367774-03-5	ROSELY CATARINA FRITZEN SCHEID	02055	300	760	CEDUP DE CHAPECÓ	CHAPECO	20/08/2007
376415-02-0	SUSANE CRISTINA THEBALDI VEBER	00508	300	760	EEB PROF LUIZA SANTIN	CHAPECO	20/08/2007
377084-01-2	TANIA MARIA PERIN	00508	300	760	EEB PROF ZELIA SCHARF	CHAPECO	20/08/2007
377084-03-2	TANIA MARIA PERIN	00657	300	760	EEB CORONEL LARA RIBAS	CHAPECO	20/08/2007
328512-01-0	ANA CLAUDIA TARARAN MARTINS DE FREITAS	02055	300	762	EEB DEP NILTON KUCKER	CHAPECO	02/08/2007
308394-02-2	CLAUDIO FERNANDO COSTA	00508	150	763	CEJA DE CACADOR	ITAIAI	29/08/2007
358389-01-7	ADRIANA DE MATTOS TEIXEIRA	01673	100	764	EEB ANTONIO STUART	CAÇADOR	20/07/2007
380445-01-3	ADRIANE SANTHELENA GUZE	01351	300	764	EEB BERNARDINO SENA CAMPOS	SOMBRIO	17/07/2007
382989-01-8	ANA LUCIA CABREIRA MARENCO TAVARES	01673	300	764	CEJA DE ARARANGUA	ARARANGUA	16/07/2007
370525-01-0	FILUPE MATOS DE SOUZA	00742	300	764	EEB PROF MARIA GARCIA PESSI	ARARANGUA	19/08/2007
251575-01-0	ELIZABETE ARAGAO SENA	02281	030	765	EEB BARTOLOMEU DA SILVA	ARARANGUA	22/08/2007
379848-01-8	DAIANE MOCELLIN	00508	300	766	EEB HELIO LENTZ PUERTA	CANELINHA	25/08/2007
361377-01-1	FABIELI MALAGUTTI	00650	300	766	EEB PROF SALUSTIANO ANTONIO CABREIRA	BOM JESUS	03/05/2007
334918-01-7	ELAINE ADRIANE KINAL	01351	300	767	CEJA DE CANOINHAS	FAXINAL DOS GUEDES	08/05/2007
380057-01-1	ADRIANO JOSE DA SILVA GOMES	00742	300	768	EEB ALFREDO ZIMMERMAN	CANOINHAS	05/07/2007
369436-02-4	JULIANE SAYURI UMETSU	01068	300	768	EEB SAO JOSE	GUARAMIRIM	23/07/2007
368938-02-9	KURT ARNOLDO EINSFELD	01673	300	768	EEB MIGUEL COUTO	CORUPÁ	28/06/2007
329431-01-5	ELIERSE APARECIDA BRAZ KUHLE	00508	300	770	EEB PEDRO AMER CO	SCHROEDER	25/07/2007
355019-01-2	TALITA FAVERO	00508	300	776	EEB JOAO XXIII	AGROLÂNDIA	15/06/2007
382394-01-6	ANDREA MARCOS DA SILVA	01351	030	779	EEF SAO MIGUEL	MARAVILHA	02/06/2007
352889-01-8	JOAO BATISTA VIEIRA	00508	300	779	EEB CEL ANTONIO LEHMKUHL	SÃO JOSÉ	23/08/2007
380092-01-0	JOSE ISMAEL DA SILVA	00508	300	779	EEF SAO MIGUEL	ÁGUAS MORNAS	27/02/2007
341124-01-9	KELYN DE ALMEIDA COELHO DOS PASSOS	00742	300	779	EEB ALTINO FLORES	SÃO JOSÉ	30/03/2007
341124-02-9	KELYN DE ALMEIDA COELHO DOS PASSOS	01809	300	779	EEB ALTINO FLORES	ANITÁPOLIS	18/06/2007
273490-01-7	JOELCIO ECKERT	00508	300	800	EEB RUI BARBOSA	SÃO LOURENÇO D'OESTE	01/03/2007
359553-02-6	MARIO LUCIO DE FREITAS	01905	300	800	EEB RAUL POMPEIA	CAMPO ERE	02/08/2007
381109-01-3	GILCIANE TRENTIN	00657	150	802	EEB PROF ADELINA REGIS	VINÍFIRA	17/08/2007
363861-01-8	LEANDRO KREUZBERGER	01673	300	804	EEB LAJU	MONDAI	07/08/2007
327059-01-9	MIRTES MARIA KUNZ VOGELMANN	02014	030	804	EEB IRINEU BORNHAUSEN	AGUAS DE CHAPECÓ	01/08/2007
369244-01-2	MARCIANE MARIA KLAUCH DA SILVA	01905	300	805	EEB CEDRENSE	SÃO JOSÉ DO CEDRO	10/07/2007

ELIZETE DE JESUS FREITAS MELLO
Diretora de Desenvolvimento Humano

COMUNICADO

Por termos constatado a existência de empresas terceirizando indevidamente publicações no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, e cobrando por esses serviços valores muito superiores aos da nossa tabela, vimos por meio desta alertar a Vossas Senhorias que, em momento algum, a Secretaria de Estado da Administração autorizou quem quer que seja a intermediar publicações ou qualquer outro serviço no Diário Oficial. Informamos, ainda, que todos os contatos para este fim devem ser feitos diretamente pelo telefone (48) 3239.6061 ou e-mail comercial@sea.sc.gov.br.

FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL Nº 760000014346

O Gerente de Fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda, no uso da competência prevista no art. 2º, da Portaria SEF nº 122, de 19 de março de 1997, e considerando o disposto no art. 208, inciso III, § 3º, inciso III, da Lei 3.938, de 26 de dezembro de 1966, INTIMA o(s) CONTRIBUINTE(S) RELACIONADO(S) NO ANEXO ÚNICO deste Edital a efetuar(em) o pagamento do valor relativo à notificação fiscal de sua responsabilidade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do ciente. Outrossim, dá ciência de que poderá ser interposta reclamação contra a notificação fiscal no prazo de 30 (trinta) dias contados do ciente; que a documentação relativa à constituição do crédito tributário em questão encontra-se à disposição do contribuinte na Gerência Regional da Fazenda Estadual a que estiver jurisdicionado; que, não ocorrendo o pagamento ou a apresentação de reclamação no prazo indicado, será o crédito inscrito em dívida ativa. E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital.

Florianópolis - 4/10/2007
RENATO VARGAS PRUX
Gerente de Fiscalização

ANEXO ÚNICO

Contribuinte: AUTOLINK VEICULOS LTDA

CPF/CNPJ: 05861525000135 CCICMS: 254800254

Notificação Fiscal Nº: 76030109221 de 3/10/2007 R\$ 166,19

Descrição da Infração: Deixar de submeter operações tributáveis à incidência do ICMS, sem emissão de documentos fiscais e escrituração nos livros próprios, constatado através da denúncia efetuada por Ivanete R. Santos e/ou Paulo Vicente Keller em 09/01/07, relativa à saída de um veículo usado GM Corsa Super, 4 portas, placa CJP 8706, ano/modelo 1997/1997, cor branca, no valor de R\$ 13.000,00, em 21/08/2006. O contribuinte intimado não apresentou o respectivo documento fiscal.

Fundamentação Legal: RICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27/08/01, artigos: 1º, inciso I; 3º, inciso I; 7º, 9º, inciso I; 26, inciso III, alínea "f"; 53, "caput"; 60, "Caput" e 79, incisos II e V; Anexo 2, artigo 8º, inciso II; Anexo 5, artigos: 32, inciso I; 33, inciso I e 158. Multa: Lei nº 10.297, de 26/12/96, artigo 52, parágrafo único, inciso I. (100% do valor do imposto). Atualização: Lei nº 5.983, de 27/11/81, arts. 74, 75 e 79, convalidados pelo art. 100 da Lei nº 10.297, de 26/12/96 observado as Leis nº 8.309, de 30/08/91; 1.176, de 08/11/94; e 10.065, de 25/01/96. Juros: Lei nº 5.983, de 27/11/81, art. 69, observado as Leis nº 10.297, de 26/12/96, e 10.369, de 24/01/97.

Contribuinte: AUTOLINK VEICULOS LTDA

CPF/CNPJ: 05861525000135 CCICMS: 254800254

Notificação Fiscal Nº: 76030109213 de 3/10/2007 R\$ 532,00

Descrição da Infração: Promover saída de mercadoria, a consumidor final, sem emissão de cupom ou documento fiscal, constatado através de denúncia efetuada por Ivanete R. Santos e/ou Paulo Vicente Keller em 09/01/07, relativa à saída de um veículo usado GM Corsa Super, 4 portas, placa CJP 8706, ano/modelo 1997/1997, cor branca, no valor de R\$ 13.000,00, em 21/08/2006.

Fundamentação Legal: RICMS-SC, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27/08/01, artigo 79, inciso V; Anexo 5, artigos 4º, inciso II; 15, inciso I, alíneas "a", "f" e "g"; 25, 32, inciso I; 33, inciso I; 37 e 50. Multa: Lei nº 10.297, de 26/12/96, artigo 82. (R\$ 532,00). Lei nº 13.194, de 20/12/04, artigo 2º. Atualização: Juros:

Contribuinte: AUTOLINK VEICULOS LTDA

CPF/CNPJ: 05861525000135 CCICMS: 254800254

Notificação Fiscal Nº: 76030109264 de 3/10/2007 R\$ 3.758,55

Descrição da Infração: Deixar de submeter operações tributáveis à incidência do ICMS, sem emissão de documentos fiscais e escrituração nos livros próprios, constatado através da denúncia efetuada por Ivan de Jesus Cordeiro em 21/08/06, relativa à saída de um veículo usado Renault Laguna Nevada, placa AVP 9200, ano/modelo 1997/1998, cor verde, no valor de R\$ 29.400,00, em 10/08/2006. O contribuinte intimado não apresentou o respectivo documento fiscal.

Fundamentação Legal: RICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27/08/01, artigos: 1º, inciso I; 3º, inciso I; 7º, 9º, inciso I; 26, inciso III, alínea "f"; 53, "caput"; 60, "Caput" e 79, incisos II e V; Anexo 2, artigo 8º, inciso II; Anexo 5, artigos: 32, inciso I; 33, inciso I e 158. Multa: Lei nº 10.297, de 26/12/96, artigo 52, parágrafo único, inciso I. (100% do valor do imposto). Atualização: Lei nº 5.983, de 27/11/81, arts. 74, 75 e 79, convalidados pelo art. 100 da Lei nº 10.297, de 26/12/96 observado as Leis nº 8.309, de 30/08/91; 1.176, de 08/11/94; e 10.065, de 25/01/96. Juros: Lei nº 5.983, de 27/11/81, art. 69, observado as Leis nº 10.297, de 26/12/96, e 10.369, de 24/01/97.

Contribuinte: AUTOLINK VEICULOS LTDA

CPF/CNPJ: 05861525000135 CCICMS: 254800254

Notificação Fiscal Nº: 76030109256 de 3/10/2007 R\$ 532,00

Descrição da Infração: Promover saída de mercadoria, a consumidor final, sem emissão de cupom ou documento fiscal, constatado através de denúncia efetuada por Ivan de Jesus Cordeiro em 21/08/06, relativa à saída de um veículo usado Renault Laguna Nevada, placa AVP 9200, ano/modelo 1997/1998, cor verde, no valor de R\$ 29.400,00, em 10/08/2006.

Fundamentação Legal: RICMS-SC, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27/08/01, artigo 79, inciso V; Anexo 5, artigos 4º, inciso II; 15, inciso I, alíneas "a", "f" e "g"; 25, 32, inciso I; 33, inciso I; 37 e 50. Multa: Lei nº 10.297, de 26/12/96, artigo 82. (R\$ 532,00). Lei nº 13.194, de 20/12/04, artigo 2º. Atualização: Juros:

Contribuinte: AUTOLINK VEICULOS LTDA

CPF/CNPJ: 05861525000135 CCICMS: 254800254

Notificação Fiscal Nº: 76030109248 de 3/10/2007 R\$ 212,00

Descrição da Infração: Não efetuar a entrega das informações de natureza cadastral previstas na legislação tributária ou prestá-las de forma inexistente, relativamente à alteração cadastral referente à alteração de endereço (estabelecimento funcionando à Rua Papa João XXIII, nº 1.198, Joinville, conforme denúncia efetuada por Ivanete R. Santos em 09/01/07, denúncia efetuada por Ivan de Jesus de Cordeiro em 21/08/06 e verificação no local.

Fundamentação Legal: RICMS-SC, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27/08/01, artigo 79, inciso V; Anexo 5, artigos: 1º, 4º, inciso I; 5º, parágrafo 6º e art. 6º. Multa: Lei nº 10.297, de 26/12/96, artigo 86. (R\$ 212,00 por documento). Lei nº 13.194, de 20/12/04, artigo 2º. Atualização: Juros:

Contribuinte: AUTOLINK VEICULOS LTDA

CPF/CNPJ: 05861525000135 CCICMS: 254800254

Notificação Fiscal Nº: 76030109230 de 3/10/2007 R\$ 212,00

Descrição da Infração: Deixar de apresentar os livros e documentos requisitados pelas autoridades fazendárias, através do Termo de Início de Fiscalização e de Intimação nº 760000002350, com ciente em 28/06/2007, por edital.

Fundamentação Legal: RICMS-SC, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27/08/01, Artigos: 69, § 2º; 73 e 79, inciso VII; Anexo 7, Artigos: 40 e 41. Multa: Lei nº 10.297, de 26/12/96, artigo 87, "caput". (R\$ 212,00). Lei nº 13.194, de 20/12/04, artigo 2º. Atualização: Juros:

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL Nº 760000014347

O Gerente de Fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda, no uso da competência prevista no art. 2º, da Portaria SEF nº 122, de 19 de março de 1997, e considerando o disposto no art. 208, inciso III, § 3º, inciso III, da Lei 3.938, de 26 de dezembro de 1966, INTIMA o(s) CONTRIBUINTE(S) RELACIONADO(S) NO ANEXO ÚNICO deste Edital a efetuar(em) o pagamento do valor relativo à notificação fiscal de sua responsabilidade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do ciente. Outrossim, dá ciência de que poderá ser interposta reclamação contra a notificação fiscal no prazo de 30 (trinta) dias contados do ciente; que a documentação relativa à constituição do crédito tributário em questão encontra-se à disposição do contribuinte na Gerência Regional da Fazenda Estadual a que estiver jurisdicionado; que, não ocorrendo o pagamento ou a apresentação de reclamação no prazo indicado, será o crédito inscrito em dívida ativa. E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital.

Florianópolis - 4/10/2007
RENATO VARGAS PRUX
Gerente de Fiscalização

ANEXO ÚNICO

Contribuinte: TOMAS DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 06248681848 CCICMS: 06248681848

Notificação Fiscal Nº: 76030095050 de 14/8/2007 R\$ 119,03

Descrição da Infração: Deixar de efetuar, total ou parcialmente, o recolhimento de "IPVA", relativo ao veículo HONDA/CG 125, ano de fabricação 1995 placa LYP0600, inscrito no RENAVAM sob número 643437347, relativo aos exercícios de 2004, 2005 e 2006, conforme determinação através do processo DIAT 97350/079.

Fundamentação Legal: RIPVA/SC aprovado pelo Decreto nº 2.993, de 17/02/89, artigos 1; 2; 3; 4 e 10. Multa: Lei nº 7.543 de 30/12/88, artigo 10, inciso II (50%). Atualização: Lei nº 5.983, de 27/11/81, arts. 74, 75 e 79, convalidados pelo art. 100 da Lei nº 10.297, de 26/12/96 observado as Leis nº 8.309, de 30/08/91; 1.176, de 08/11/94; e 10.065, de 25/01/96. Juros: Lei nº 5.983, de 27/11/81, art. 69, observado as Leis nº 10.297, de 26/12/96, e 10.369, de 24/01/97.

Contribuinte: SERGIO ANTONIO DEMINSKI

CPF/CNPJ: 47335459087 CCICMS: 47335459087

Notificação Fiscal Nº: 76030096448 de 21/8/2007 R\$ 585,52

Descrição da Infração: Deixar de efetuar, total ou parcialmente, o recolhimento de "IPVA", relativo ao veículo marca/modelo GM/OPALA DIPLOMATA SE, ano de fabricação 1988, placa JYA 2062, inscrito no RENAVAM sob número 418235082, relativo aos exercícios: 2005, 2006 e 2007.

Fundamentação Legal: RIPVA/SC aprovado pelo Decreto nº 2.993, de 17/02/89, artigos 1; 2; 3; 4 e 10. Multa: Lei nº 7.543 de 30/12/88, artigo 10, inciso II (50%). Atualização: Lei nº 5.983, de 27/11/81, arts. 74, 75 e 79, convalidados pelo art. 100 da Lei nº 10.297, de 26/12/96 observado as Leis nº 8.309, de 30/08/91; 1.176, de 08/11/94; e 10.065, de 25/01/96. Juros: Lei nº 5.983, de 27/11/81, art. 69.

Contribuinte: WILSON DO AMARAL SILVEIRA ME

CPF/CNPJ: 06368010000160 CCICMS: 254801641

Notificação Fiscal Nº: 76030096685 de 22/8/2007 R\$ 10.767,51

Descrição da Infração: Deixar de efetuar, total ou parcialmente, o recolhimento do ICMS relativo às operações/prestações tributáveis, escrituradas pelo próprio contribuinte no Livro Registro de Apuração do ICMS e declarado na DIME - Declaração do ICMS e do Movimento Econômico.

Fundamentação Legal: RICMS-SC, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27/08/01, art. 60, "caput". Multa: Lei nº 10.297, de 26/12/96, artigo 51, inciso I (50% do valor do imposto). Atualização: Juros: Lei nº 5.983, de 27/11/81, art. 69, observado as Leis nº 10.297, de 26/12/96, e 10.369, de 24/01/97.

Contribuinte: INDUSTRIA TRANSPORTE E COMÉRCIO DE MADEIRAS J K LTDA.

CPF/CNPJ: 07557126000100 CCICMS: 255049102

Notificação Fiscal Nº: 76030098580 de 29/8/2007 R\$ 26.040,96

Descrição da Infração: Deixar de efetuar, total ou parcialmente, o recolhimento do ICMS relativo às operações/prestações tributáveis, escrituradas pelo próprio contribuinte no Livro Registro de Apuração do ICMS e declarado na Guia de Informação e Apuração do ICMS e/ou DIME - Declaração do ICMS e do Movimento Econômico.

Fundamentação Legal: RICMS-SC, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27/08/01, art. 60, "caput". Multa: Lei nº 10.297, de 26/12/96, artigo 51, inciso I (50% do valor do imposto). Atualização: Juros: Lei nº 5.983, de 27/11/81, art. 69, observado as Leis nº 10.297, de 26/12/96, e 10.369, de 24/01/97.

DEMP 29093/074

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL Nº 760000014348 de 04/10/2007

Manifestação Fiscal em Defesa Prévia Nº 74340008524 de 03/10/2007

Contribuinte: AUTOLINK VEICULOS LTDA.

CPF/CNPJ: 05861525000135

IE: 254800254

Termo de Intimação Fiscal para Defesa Prévia

Número	Data de Emissão	Emitente
78330007196	10/07/2007	MAURICIO DA ROCHA LINHARES

Nos termos do art. 25 da Lei Complementar nº 313, de 22 de Dezembro de 2005, foi analisada a defesa prévia apresentada pelo contribuinte acima identificado, com os resultados descritos no Anexo Único deste edital.

Observações: Não tendo havido manifestação do contribuinte na Intimação Fiscal para Defesa Prévia nada há para relatar.

Autoridade(s) Fiscal(is):	Matrícula	Nome	Cargo
1873822	MAURICIO DA ROCHA LINHARES	AFRE IV	

ANEXO ÚNICO

1 - Infração Fiscal Nº: 77320011427 de: 10/07/2007

Ação: Convertida na Notificação nº 76030109213

Manifestação da Autoridade Fiscal: Contribuinte não apresentou

Defesa Prévia.

2 - Infração Fiscal Nº: 77320011435 de: 10/07/2007

Ação: Convertida na Notificação nº 76030109221

Manifestação da Autoridade Fiscal: Contribuinte não apresentou

Defesa Prévia.

3 - Infração Fiscal Nº: 77320011443 de: 10/07/2007

Ação: Convertida na Notificação nº 76030109230

Manifestação da Autoridade Fiscal: Contribuinte não apresentou

Defesa Prévia.

4 - Infração Fiscal Nº: 77320011451 de: 10/07/2007

Ação: Convertida na Notificação nº 76030109248

Manifestação da Autoridade Fiscal: Contribuinte não apresentou

Defesa Prévia.

5 - Infração Fiscal Nº: 77320011460 de: 10/07/2007

Ação: Convertida na Notificação nº 76030109256

Manifestação da Autoridade Fiscal: Contribuinte não apresentou

Defesa Prévia.

6 - Infração Fiscal Nº: 77320011478 de: 10/07/2007

Ação: Convertida na Notificação nº 76030109264

Manifestação da Autoridade Fiscal: Contribuinte não apresentou

Defesa Prévia.

FIM DO EDITAL Nº 760000014348

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL Nº 760000014349

TERMO DE ENCERRAMENTO DE FISCALIZAÇÃO Nº 760000014330

CONTRIBUINTE: AUTOLINK VEICULOS LTDA
CPF/CNPJ: 05861525000135 CCICMS: 254800254

Em 3/10/2007 foram encerrados os trabalhos de fiscalização do estabelecimento acima identificado, tendo sido realizada(s) a(s) seguinte(s) verificação(ões): O procedimento fiscal refere-se, exclusivamente, à verificação da regularidade de emissão de notas fiscais, seus registros no livros fiscais próprios e sua tributação, referentes à saída de mercadorias relativa à operação objeto de denúncia: saída de um veículo GM/Corsa, 4 portas, branco, ano/modelo 1997/1997, no valor de R\$ 13.000,00, em 21/08/2006, para a Sra. Ivanete R. Santos/Paulo Vicente Keller; saídas da operação efetuada com o Sr. Ivan de Jesus Cordeiro, em agosto de 2006: um Renault Laguna nevada ano/modelo 97/98, placas AV9200, no valor total de R\$ 29.400,00. Verificada, ainda, a regularidade da entrega de informações de natureza cadastral previstas na legislação tributária referente à alteração de endereço do estabelecimento então localizado à Rua papa João XXIII, nº 1198, em Joinville.

Não foi constatada a apresentação de Defesa Prévia.

Documentos ou Bens Retidos e/ou Devolvidos: Como não houve a apresentação de quaisquer livros ou documentos fiscais ou não fiscais, nada há para ser devolvido ou apreendido.

Foi infringida a Legislação Tributária descrita na(s) seguinte(s) Notificação(ões) Fiscal(is):

Número	Data	Valor
76030109213	3/10/2007	R\$ 532,00
76030109221	3/10/2007	R\$ 166,19
76030109230	3/10/2007	R\$ 212,00
76030109248	3/10/2007	R\$ 212,00
76030109256	3/10/2007	R\$ 532,00
76030109264	3/10/2007	R\$ 3.758,55

Para constar, em atenção ao que dispõe o art. 196 do Código Tributário Nacional, aprovado pela Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e os artigos 114 a 119 do Regulamento de Normas Gerais de Direito Tributário do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto Nº 22.536, de 27 de junho de 1984, lavrei(amos) o presente Termo que vai assinado por mim (nós) e pelo responsável ou representante do sujeito passivo.

Autoridade(s) Fiscal(is):
Matrícula Nome Cargo
1873822 MAURICIO DA ROCHA LINHARES AFRE IV

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL Nº 760000014350 de 04/10/2007

Termo de Intimação Fiscal para Defesa Prévia Nº 78330010979 de 03/10/2007

Contribuinte: COMERCIAL DIVISA LTDA.

CPF/CNPJ: 05214677000227 IE: 254785867

Nesta data, intimo(amos) o responsável pelo estabelecimento acima indicado para, sendo de seu interesse, apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do ciente deste termo, DEFESA PRÉVIA, nos termos do Art. 25 da Lei Complementar nº 313, de 22/12/2005, acerca dos fatos, valores e fundamentos legais indicados na(s) seguinte(s) Infração(ões) Fiscal(ais) relacionada(s), no Anexo Único deste edital.

Comparecimento/Instruções: A defesa prévia poderá ser apresentada pessoalmente ou por intermédio de representante, em qualquer unidade da Secretaria da Fazenda, preferencialmente na USEFI DE CACADOR - RUA CONSELHEIRO MAFRA, 336 - CENTRO - CACADOR/SC 89500000 - Fone: 4935631245.

Os documentos que foram entregues ao fisco quando do início e no decorrer da fiscalização se encontram a disposição do contribuinte no endereço mencionado acima.

A não apresentação de defesa prévia não impede o prosseguimento do processo, mas não implica confissão quanto à matéria de Fato. Observações: Essa verificação refere-se ao processo PVF GR06 006/2007 com cópias de Notas Fiscais de Saída sem o devido pagamento do ICMS e não apresentação de DIME.

Autoridade(s) Fiscal(is):
Matrícula Nome Cargo
1427180 ELENICE MARIA BARILKA AFRE II
1428209 CARLOS ALBERTO BARBOSA AFRE III

ANEXO ÚNICO

1 - Infração Fiscal Nº: 77320017190 de: 03/10/2007

Valor do Crédito Tributário: R\$ 778.927,48

Descrição da Infração (1011)

Deixar de efetuar, total, o recolhimento do ICMS relativo às operações não escrituradas pelo contribuinte nos Livro Registro de Apuração do ICMS e não declarado na Guia de Informação e Apuração do ICMS e/ou DIME - Declaração do ICMS e do

Movimento Econômico. Conforme cópia das Notas Fiscais de Venda relacionadas no anexo J.

Fundamentação Legal

Da Infração: RICMS-SC, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27/08/01, artigo 60, "caput". Da Multa: Lei nº 10.297, de 26/12/96, artigo 51, inciso I (50% do valor do imposto). Da Atualização Monetária: Lei nº 5.983, de 27/11/81, arts. 74, 75 e 79, convalidados pelo art. 100 da Lei nº 10.297, de 26/12/96 observado as Leis nº 8.309, de 30/08/91; 1.176, de 08/11/94; e 10.065, de 25/01/96. Dos Juros: Lei nº 5.983 de 27/11/81, art. 69, observado as Leis nº 10.297, de 26/12/96, e 10.369, de 24/01/97.

Anexos à Infração Fiscal

ANEXO J

FIM DO EDITAL Nº 760000014350

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

2º ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2007

A Secretaria de Estado da Fazenda, neste ato representada pelo Diretor de Administração Tributária, Sr. Almir José Gorges, no uso de suas atribuições e os contribuintes signatários do Termo de Compromisso nº 001/2007 resolvem celebrar o presente Aditivo ao referido Termo de Compromisso:

CLÁUSULA PRIMEIRA. Fica prorrogada até 31 de dezembro de 2007 a vigência do Termo de Compromisso 001/2007.

CLÁUSULA SEGUNDA. Fica alterada a tabela de preços constantes na Cláusula Primeira do Termo de Compromisso 001/2007, para os valores previstos neste Aditivo, celebrado com base no artigo 14, do Anexo 3, do RICMS/SC, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

CLÁUSULA TERCEIRA. Ficam acrescidos ao referido Termo de Compromisso os contribuintes abaixo identificados:

CERVEJARIA WUNDER BIER

BENTO IRINEU LINHARES CERVEJARIA LTDA. ME.

Rua Fritz Spornau, 155 - Fundos

Bairro Fortaleza

Blumenau - SC

CEP: 89.055-200

CNPJ: 08.822.483/0001-11

Insc. Est.: 255.414.102

TONEL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA.

Av. Juscelino K. de Oliveira, 182 - Distrito Industrial

Caieiras - SP

CEP: 07.700-000

CNPJ: 03.776.294/0002-17

CLÁUSULA QUARTA. O presente Aditivo ao Termo de Compromisso 001/2007 entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, produzindo efeitos a partir de 04 de outubro de 2007, ficando estendido os efeitos do Termo de Compromisso até 31 de dezembro de 2007, ficando estendido os efeitos do 1º Aditivo ao Termo de Compromisso 001/2007, até 03 de outubro de 2007.

E, por estarem de acordo, assinam o presente.
Florianópolis, 27 de setembro de 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Almir José Gorges

Diretor de Administração Tributária

ALLSTON BREW DO BRASIL IND. E COM. DE BEBIDAS LTDA.

Valney Figueiredo Silva

Procurador

CASA DI CONTI LTDA.

Edivaldo Pelegrini

Procurador

CERVEJARIA BIERLAND

MEGATINTAS COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Antônio Luís Gonçalves Rolão

Procurador

CERVEJARIA HEIMAT

LINDAUER INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA.

Georg Sigmar Nuber

Procurador

CERVEJARIA JOINVILLE LTDA.

Fernão Sérgio de Oliveira

Procurador

CERVEJARIA KAISER DO BRASIL LTDA.

Ubaldo dos santos Junior

Procurador

CERVEJARIA KILSEN LTDA.

José Américo Rebelatto

Sócio,

CERVEJARIA MALTA LTDA.

Lucio Carlos da Silva Boletini

Diretor Administrativo

CERVEJARIA SCHORNSTEIN LTDA.

Luiz Fernando de Campos Selke

Sócio

CERVEJARIA SUDBRACK LTDA.

Sidnei Luciano Vargas

Procurador

CERVEJARIA WUNDER BIER

BENTO IRINEU LINHARES CERVEJARIA LTDA. ME.

Bento Irineu Linhares

Proprietário

CIA. BRASILEIRA DE BEBIDAS (AMBEV)

George Rodrigues de Oliveira

Procurador

COMÉRCIO E INDÚSTRIA LIMONGI LTDA.

GRT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

TONEL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA.

Antônio Carlos Miori

Sócio Gerente

DE PORTO INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA.

Stela Maris Gaya Germani

Procuradora

HEZBIER CERVEJARIA LTDA.

José Carlos Zeen

Diretor

INDÚSTRIA NACIONAL DE BEBIDAS LTDA.

Carlos Alberto Dulaba

Procurador

INDUSTRIAL NORTE PARANAENSE DE BEBIDAS LTDA.

Ademar Miguel

Procurador

MONTECARLO INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.

Adilson Gonçalves de Oliveira

Procurador

PRIMO SCHINCARIOL IND. DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A.

Renato Borges de Almeida

Procurador

REFRIGERANTES XERETA CSA LTDA.

Luis Antônio Pucineli

Procurador

TABELA DE BASE DE CÁLCULO DO ICMS-ST

CERVEJAS E CHOPP

R\$ 1,00

CERVEJAS COMUNS	Garrafa Descartável Retornável até 360 ml	Garrafa Descartável Retornável de 361 a 660 ml	Lata até 360 ml
Allaska	1,28	1,52	1,12
Antártica Pilsen	1,39	2,20	1,23
Bavária Pilsen	1,56	1,94	1,09
Bonanza	-	-	1,20
Brahma Bier	1,28	2,26	1,33
Brahma Chopp	1,43	2,35	1,33
Colônia Low Carb	-	1,38	0,96
Colônia Pilsen	1,39	1,66	1,06
Conti Beer Pilsen	1,28	1,41	1,12
Dos Equis	2,31	-	-
Glacial Pilsen	1,28	1,43	1,00
Guaratuba Pilsen	1,28	1,54	-
Guitt's Beer Pilsen	1,28	1,38	1,13
Kaiser Pilsen	1,25	2,03	1,17
Kilsen Pilsen	1,20	1,48	0,97
Kilsen Chopp	-	1,54	-
Malta Pilsen	1,28	1,54	0,97
Nova Schin Pilsen	1,32	1,94	1,09
Polar Export	1,50	2,25	1,36
Puerto Del Mar	1,39	2,20	1,11

Primus	1,31	1,79	1,13
Santa Cerva Pilsen	1,30	1,66	1,12
Selki	1,28	1,54	1,12
Skol Pilsen	1,44	2,39	1,38
Sol Pilsen	1,37	2,34	1,30
Spoller Pilsen	1,28	1,70	1,03
Stall Pilsen	-	1,09	-
Stell Pilsen	-	1,50	1,10
Zanni Pilsen	1,28	1,48	0,96
Zebu	1,38	-	-

CERVEJAS

ESPECIAIS

Antarctica Cristal Pilsen Extra	1,83	-	-
Antarctica Malzbier	1,68	2,57	1,55
Bavária Export	1,64	-	-
Bavária Premium	1,47	2,62	1,43
Bavária sem Alcool	1,56	2,42	1,55
Bitburger Premium	2,36	-	-
Bohemia Pilsen	1,77	2,82	1,66
Bohemia Escuro	1,66	-	1,74
Brahma Bock	1,84	2,04	1,76
Brahma Extra	1,62	2,75	1,57

CERVEJAS ESPECIAIS	Garrafa Descartável Retornável até 360 ml	Garrafa Descartável Retornável de 361 a 660 ml	Lata até 360 ml
Brahma Light	1,61	2,58	1,60
Brahma Malzbier	1,66	2,60	1,64
Caracu	1,66	-	1,63
Carlsberg Beer	1,68	1,79	1,61
Colônia Extra	1,52	1,93	1,34
Colônia Malzbier	1,40	1,84	1,30
Conti Bier Malzbier	-	1,70	-
Donna's Beer	1,68	-	1,10
Eisenbahn - Dunkel	3,62	-	-
Eisenbahn - Golden Ale	4,50	-	-
Eisenbahn - Kölsch	3,62	-	-
Eisenbahn - Orgânica	4,20	-	-
Eisenbahn - Pale Ale	3,62	-	-
Eisenbahn - Pilsen	3,62	-	-
Eisenbahn - Rauchbier	4,50	-	-
Eisenbahn	4,50	-	-
Weihnachts Ale	-	-	-
Eisenbahn - Weizenbier	3,85	-	-
Eisenbahn	4,50	-	-
Weizenbock	-	-	-
Guitt's Beer Malzbier	1,60	1,70	-
Heineken	1,84	2,46	1,88
Kaiser Bock	1,56	2,28	1,57
Kaiser Gold	1,64	3,06	1,42
Kaiser Summer Draft	1,42	2,12	1,41
Kilsen Extra	-	1,86	-
Kilsen Malzbier	1,61	1,86	-
Kronenbier	1,60	-	1,60
La Brûnète	4,64	-	-
Liber	1,68	-	1,65
Malta Malzbier	-	1,83	1,29
Miller	1,83	-	1,76
Nova Schin Malzbier	1,60	2,14	1,53
Nova Schin Munich	1,54	-	1,44
Nova Schin NS2	2,40	-	1,96
Nova Schin s/ Alcool	1,62	-	1,45
Original	-	2,97	-
Polar Bock	1,85	2,90	1,76
Santa Cerva Malzbier	1,06	1,81	1,08
Schmitt Ale	3,37	-	-
Schmitt Barley Wine	4,64	-	-
Serramalte	-	3,07	-
Skol Beats	1,77	-	-
Skol Lemon	1,61	-	1,59
Sol Premium Beer	2,36	-	-
Spoller Malzbier	-	1,96	1,20
Stella Artois	2,01	-	-

CERVEJAS ESPECIAIS	Garrafa Descartável Retornável até 360 ml	Garrafa Descartável Retornável de 361 a 660 ml	Lata até 360 ml
Xingu	1,70	2,50	1,70
Zanni Malzbier	1,35	1,73	-
EMBALAGENS ESPECIAIS			
Lata 473 ml			
Brahma Chopp			1,81
Polar Export			1,99
Skol Pilsen			1,73

Garrafa Vidro Desc. 250 ml		
Sol Pilsen		0,76
Garrafa Vidro Desc. 330ml		
Hoegaarden		4,00
Leffe Blonde		4,50
Leffe Brown		4,50
Leffe Radieuse		5,00
Lowenbrau		4,00
Quilmes		3,00
Garrafa Vidro Desc. 375ml		
Belle-Vue		6,00
Garrafa Vidro Desc. 500ml		
Skol Big Neck		1,99
Franziskaner (todas)		6,00
Lowenbrau (todas)		6,00
Spaten (todas)		6,00
Garrafa Vidro Desc. 625ml		
Patagônia		5,50
Garrafa Vidro Desc. Retom. 550ml		
Bohemia Escura		4,35
Bohemia Confraria		5,50
Bohemia Royal Ale		5,50
Bohemia Weiss		4,61
Garrafa Vidro Desc. 600ml		
Baden Baden Pilsen Cristal		7,50
Baden Baden Ale Golden		8,50
Baden Baden Barley Wine Red Ale		8,50
Baden Baden Bitter 1999		8,50
Baden Baden Christmas Bier		8,50
Baden Baden Dark Ale Stout		8,50
Baden Baden Dblbock Invern 2007		8,50
Baden Baden Lager Bock		8,50
Baden Baden Weiss Verão 2007		8,50
Garrafa Vidro Desc. Retom. 1000ml		
Kilsen		2,89
Quilmes		6,00

EMBALAGENS ESPECIAIS

Garrafa Vidro Desc. Retom. 960ml		
Colônia Pilsen		2,20
Colônia Pilsen Desc.		3,00
Heineken		
Heineken (Garrafa Alumínio 330 ml)		7,64
Heineken (Desc. Vidro 600 ml)		3,40
Heineken Magnum (Desc. Vidro 1500 ml)		30,47
Heineken (Desc. Vidro 3000 ml)		50,95
Heineken (Desc. Barril 5000 ml)		61,14
Sudbrack		
Eisenbahn Lust (750 ml)		57,06
Eisenbahn Lust Magnum (1500 ml)		114,13
Sudbrack - Kit c/ 1 Copo + 1 Garrafa		
Eisenbahn - Dunkel		22,00
Eisenbahn - Kölsch		22,00
Eisenbahn - Orgânica		22,00
Eisenbahn - Pale Ale		22,00
Eisenbahn - Pilsen		16,00
Eisenbahn - Rauchbier		22,00
Eisenbahn - Weihnachts Ale		28,00
Eisenbahn - Weizenbier		22,00
Eisenbahn - Strong		22,00
CHOPP (Litro)		
Antarctica		7,50
Bavária		6,50
Brahma		7,50
Carlsberg		7,50
Colônia		6,50
Conti Bier		6,50
Eisenbahn - Sudbrack		6,20
Guaratuba		6,50
Heineken		7,50
Kaiser		6,50
Nova Schin		6,50
Xingu		7,50
Kilsen Fabro		6,20
Kilsen Pilsen		6,20
Kilsen Schweder		6,20
Bierland		6,20
Heimat		6,20
Opa Bier		6,20
Schornstein		6,20
Sol		7,50
Zanni		6,50
ZeHn Bier		6,20
Wunder Bier		6,20
Outros		7,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA3º ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO
Nº 002/2007

A Secretaria de Estado da Fazenda, neste ato representada pelo Diretor de Administração Tributária, Sr. Almir José Gorges, no uso de suas atribuições e os contribuintes signatários do Termo de Compromisso nº 002/2007 resolvem celebrar o presente Aditivo ao referido Termo de Compromisso:

CLÁUSULA PRIMEIRA. Fica prorrogada até 31 de dezembro de 2007 a vigência do Termo de Compromisso 002/2007.

CLÁUSULA SEGUNDA. Fica alterada a tabela de preços constantes na Cláusula Primeira do Termo de Compromisso 002/2007, para os valores previstos neste Aditivo, celebrado com base no artigo 14, do Anexo 3, do RICMS/SC, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

CLÁUSULA TERCEIRA. Fica acrescido ao referido Termo de Compromisso o contribuinte abaixo identificado:

TONEL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA.
Av. Juscelino K. de Oliveira, 182 - Distrito Industrial
Caieiras - SP
CEP: 07.700-000
CNPJ: 03.776.294/0002-17

CLÁUSULA QUARTA. O presente Aditivo ao Termo de Compromisso 002/2007 entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, produzindo efeitos a partir de 04 de outubro de 2007, ficando estendido os efeitos do Termo de Compromisso até 31 de dezembro de 2007, ficando estendido os efeitos do Termo de Compromisso até 31 de dezembro de 2007, ficando estendido os efeitos do 1º Aditivo ao Termo de Compromisso 002/2007, até 03 de outubro de 2007. E, por estarem de acordo, assinam o presente.
Florianópolis, 27 de setembro de 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Almir José Gorges
Diretor de Administração Tributária

ÁGUA DA SERRA INDUSTRIAL BEBIDAS LTDA.
BEBIDAS LEONARDO SELL LTDA.
BEBIDAS MAX WILHEN LTDA.
BEBIDAS THOMSEN LTDA.
EMC IND. E COM. DE BEBIDAS LTDA.
IND. E COM. DE BEBIDAS SPRICIGO LTDA.
NEW SUL IND. E COM. LTDA.
SCAPINI IND. E COM. DE BEBIDAS LTDA.
VINÍCOLA GRASSI INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.
SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE REFRIGERANTES DO
ESTADO DE SANTA CATARINA - SIRESC
Sérgio de Oliveira Knaben
Presidente

ÁGUAS MINERAIS SARANDI LTDA.
ANTA GORDA IND. DE BEBIDAS LTDA.
BEBIDAS FRUKI LTDA.
COOPERATIVA VINÍCOLA GARIBALDI LTDA.
FÁBRICA CYRILLA DE BEBIDAS LTDA.
HIDROMINERAL CRISTALINA LTDA.
IND. DE BEBIDAS CELINA LTDA.
LOMAM INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.
MONTECARLO IND. DE BEBIDAS LTDA.
MURARO & CIA LTDA.
RIGO - IND. E COM. DE BEBIDAS LTDA.
RUSSO'S IND. E COM. DE BEBIDAS LTDA.
SCOPEL IND. DE BEBIDAS LTDA.
UNITAP IND. DE ALIMENTOS LTDA.
Adilson Gonçalves de Oliveira
Procurador

ALLSTON BREW DO BRASIL IND. E COM. DE BEBIDAS
LTDA.
Valney Figueiredo Silva
Procurador

CERVEJARIA KILSEN LTDA.
José Américo Rebelatto
Sócio

CERVEJARIA MALTA LTDA.
Lucio Carlos da Silva Boletini
Diretor Administrativo

CIA. DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS (AMBEV)

George Rodrigues de Oliveira

Procurador

COMÉRCIO E INDÚSTRIA LIMONGI LTDA.
GRT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
TONEL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA.
Antônio Carlos Miori
Sócio Gerente

DISTRIB. E FÁBR. DE BEBIDAS SÃO JOSÉ LTDA.
Sandro Eraldo Selusniak
Sócio Gerente

HUGO CINI S/A. IND. DE BEBIDAS E CONEXÕES
Ricardo Anderle
Procurador

IND. E COM. BEBIDAS TAGUATINGA S/A.
REFRIGERANTE IMPERIAL S/A.
Mauro Ronchi
Gerente Comercial

INDÚSTRIA NACIONAL DE BEBIDAS LTDA.
Carlos Alberto Dulaba
Procurador

NAIPI - IND. E COM. DE BEBIDAS LTDA.
Marcos Bassani
Proprietário

PINHEIRAL INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.
REFRIGERANTES XERETA CSA LTDA.
Luis Antônio Pucinei
Procurador

PRIMO SCHINCARIOL IND. DE CERVEJAS E
REFRIGERANTES S/A.
Renato Borges de Almeida
Procurador

RIOBRASIL BEBIDAS LTDA.
Eurico Lisboa de Souza
Diretor Administrativo

VONPAR REFRESCOS S.A.
Ubaldo dos Santos Junior
Procurador

WEST PARANÁ INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.
Bruno Eduardo Terebinto
Procurador

TABELA DE PREÇOS REFRIGERANTES R\$ 1,00

PRODUTOS	GARRAFA (ml)					
	1.500 1.250	1.000	600	500	De 201 a 500	Até 200
EMBALAGENS RETORNÁVEIS						
AMBEV/Fabricante	-	-	-	-	-	-
H2OH	-	-	-	-	-	-
Pepsi Cola	1,89	-	-	-	1,28	-
Pepsi Cola Twist	-	-	-	-	1,28	-
Pepsi Cola Zero/Max	-	-	-	-	-	-
Pepsi X-Energy	-	-	-	-	-	-
Outros Sabores	1,85	-	-	-	1,33	-
Spaipa/Vonpar/CVI	-	-	-	-	-	-
Água Saborizada	-	-	-	-	-	-
Aquarius	-	-	-	-	-	-
Coca Cola	1,47	1,87	-	-	1,32	0,54
Coca Cola Club	-	-	-	-	-	-
Coca Cola Zero/Max	-	-	-	-	-	-
Coca Lemon	-	-	-	-	-	0,70
Kuat NS	-	-	-	-	-	-
Schweppes	-	-	-	-	-	-
Outros sabores	1,41	1,53	-	-	1,31	-
Hugo Cini/Fruk/ Bonanza/Sarandi	-	-	0,93	-	1,19	0,69
Leonardo Sell (guaraná)	-	1,46	0,84	-	1,12	0,69

PRODUTOS	GARRAFA (ml)					
	1.500 1.250	1.000	600	500	De 201 a 500	Até 200
EMBALAGENS RETORNÁVEIS						
Schincariol	-	-	0,92	-	-	-
Gotas de Cristal	-	-	-	-	-	-
Outras	1,46	1,43	0,75	0,75	0,72	0,58
Outras Baixas	-	-	-	-	-	-
Calorias	-	-	-	-	-	-

PRODUTOS	GARRAFA (ml)						
	3.000	2.500	2.250	2.000	1.750	1.500	1.000
EMBALAGENS DESCARTÁVEIS							
AMBEV/Fabricante	-	-	-	-	-	-	-
H2OH	-	-	-	-	-	2,27	-
Pepsi Cola	-	2,69	-	2,38	-	1,94	1,84
Pepsi Cola Twist	-	-	-	2,48	-	2,10	2,00
Pepsi Cola	-	-	-	2,41	-	-	-
Zero/Max	-	-	-	-	-	-	-
Pepsi X-Energy	-	-	-	-	-	-	-
Outros Sabores	-	2,68	-	2,31	-	1,85	1,70
Spaipa/Vonpar/CVI	-	-	-	-	-	-	-
Água Saborizada	-	-	-	-	-	1,91	-
Aquarius	-	-	-	-	-	-	-
Coca Cola	3,00	2,99	2,70	2,68	2,10	2,21	-
Coca Cola Club	-	-	-	-	-	-	-
Coca Cola	-	-	-	2,71	1,98	-	-
Zero/Max	-	-	-	-	-	-	-
Coca Lemon	-	-	-	2,66	-	-	-
Kuat NS	-	-	-	-	-	-	-
Schweppes	-	-	-	-	-	-	1,88
Outros sabores	-	-	-	2,24	-	-	2,02
Hugo Cini/Fruk/ Bonanza/Sarandi	-	-	-	1,73	-	1,62	1,68
Leonardo Sell (guaraná)	-	-	-	2,24	-	-	1,71
Schincariol	-	-	-	2,01	-	-	1,46
Gotas de Cristal	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	1,77	1,72	-	1,45	1,44
Outras Baixas	-	-	-	1,54	-	-	-
Calorias	-	-	-	-	-	-	-

PRODUTOS	GARRAFA (ml)			LATA (ml)		
	600 a 510	De 355 a 510	Até 354	Acima de 355	De 251 a 355	Até 250
EMBALAGENS DESCARTÁVEIS						
AMBEV/Fabricante	-	-	-	-	-	-
H2OH	-	1,42	-	-	-	-
Pepsi Cola	1,70	-	0,99	-	1,23	0,89
Pepsi Cola Twist	1,76	-	-	-	1,32	-
Pepsi Cola	-	-	-	-	1,34	-
Zero/Max	-	-	-	-	-	-
Pepsi X-Energy	-	-	-	-	1,36	-
Outros Sabores	1,67	1,42	0,87	-	1,23	0,87
Spaipa/Vonpar/CVI	-	-	-	-	-	-
Água Saborizada	1,47	1,65	-	-	-	-
Aquarius	-	-	-	-	-	-
Coca Cola	1,83	1,11	1,81	-	1,33	1,00
Coca Cola Club	-	-	1,91	-	-	-
Coca Lemon	1,97	-	-	-	1,39	-
Coca Cola Zero/Max	1,94	1,05	-	-	1,38	-
Kuat NS	-	-	-	-	-	-
Schweppes	-	-	1,11	-	1,75	-
Outros sabores	1,80	-	1,77	-	1,30	1,02
Hugo Cini / Fruk / Bonanza / Sarandi	1,31	0,99	0,80	-	1,10	-
Leonardo Sell (guaraná)	1,34	-	1,22	-	-	-
Schincariol	1,09	1,05	0,79	-	1,11	-
Gotas de Cristal	4,20	-	-	-	-	-
Outras	1,06	0,98	0,84	-	1,03	0,77
Outras Baixas	-	-	-	-	-	-
Calorias	-	-	-	-	-	-
XAROPE POS-MIX	(1litro)		-	18,50	-	-

Obs: Outros sabores do fabricante AMBEV: Guaraná, Soda e Água Tônica Antarctica, Sukita e outros.

DEMA 29070-074

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

3º ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 004/2007

A Secretaria de Estado da Fazenda, neste ato representada pelo Diretor de Administração Tributária, Sr. Almir José Gorges, no uso de suas atribuições e os contribuintes signatários do Termo de Compromisso nº 004/2007 resolvem celebrar o presente Aditivo ao referido Termo de Compromisso:

CLÁUSULA PRIMEIRA. Fica prorrogada até 31 de dezembro de 2007 a vigência do Termo de Compromisso 004/2007.

CLÁUSULA SEGUNDA. Fica alterada a tabela de preços constantes na Cláusula Primeira do Termo de Compromisso

004/2007, para os valores previstos neste Aditivo, celebrado com base no artigo 14, do Anexo 3, do RICMS/SC, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

CLÁUSULA TERCEIRA. O presente Aditivo ao Termo de Compromisso 004/2007 entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, produzindo efeitos a partir de 04 de outubro de 2007, ficando estendido os efeitos do Termo de Compromisso até 31 de dezembro de 2007, ficando estendido os efeitos do 1º Aditivo ao Termo de Compromisso 004/2007, até 03 de outubro de 2007.

E, por estarem de acordo, assinam o presente.
Florianópolis, 27 de setembro de 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Almir José Gorges
Diretor de Administração Tributária

ÁGUAS MINERAIS SARANDI LTDA.
Adilson Gonçalves de Oliveira
Procurador

ATOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Dalmir Bonafé
Sócio Administrativo

CERVEJARIA KILSEN LTDA.
José Américo Rebelatto
Sócio

CIA. BRASILEIRA DE BEBIDAS (AMBEV)
George Rodrigues de Oliveira
Procurador

ENERGIA COMÉRCIO DE ENERGÉTICOS LTDA.
Ricardo de Freitas Miranda
Diretor Comercial

ENERGIA ON LINE LTDA.
José Valdir Borth
Procurador

HORIZONTE FABRICAÇÃO DISTRIBUIÇÃO IMPORTAÇÃO
E EXPORTAÇÃO LTDA.
Alberto Greco
Procurador

PRIMO SCHINCARIOL IND. DE CERVEJAS E
REFRIGERANTES S/A.
Renato Borges de Almeida
Procurador

RED BULL DO BRASIL LTDA.
Danny Martins de Figueiredo
Procurador

ULTRAPAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Iran José de Chaves
Procurador

VONPAR REFRESCOS S.A.
Ubaldo dos Santos Junior
Procurador

TABELA DE BASE DE CÁLCULO DO ICMS-ST ENERGÉTICOS E ISOTÔNICOS R\$ 1,00

PRODUTOS	
4 - Energéticos e Isotônicos	
4.1 - Energéticos	
Bad Boy Power Drink (250 ml)	5,04
Burn OW (vidro descartável 250 ml)	5,85
Burn (lata 250 ml)	5,48
Crazy Cow (garrafa PET 500 ml)	3,33
Crazy Cow (garrafa PET 1.500 ml)	10,00
Extra Power	4,32
Flying Horse	5,01
On Line	4,38
Ninja Power (lata 250 ml)	3,91
Red Bull Energy Drink (lata 250 ml)	6,35
Speed Up (lata 250 ml)	4,20
Speed Up (lata 473 ml)	6,00
4.2 - Isotônicos	
Energil Sport (473 ml)	2,09
Gatorade (garrafa vidro 473 ml)	2,55
Gatorade (garrafa PET 500 ml)	2,61
Gatorade (garrafa PET 591 ml)	3,30
Gatorade (garrafa PET 401 a 700 ml)	2,08
Marathon (garrafa PET 450 ml)	1,03
Sarandi Citrus (garrafa PET 450 ml)	1,03

Sarandi Citrus (garrafa PET 1.500 ml)	2,27
Skinka (450 ml)	1,03
Skinka (PET 260 ml)	0,72

DEMP 29074/074

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

2º ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO
Nº 005/2007

A Secretaria de Estado da Fazenda, neste ato representada pelo Diretor de Administração Tributária, Sr. Almir José Gorges, no uso de suas atribuições e os contribuintes signatários do Termo de Compromisso nº 005/2007 resolvem celebrar o presente Aditivo ao referido Termo de Compromisso:

CLÁUSULA PRIMEIRA. A base de cálculo do imposto devido a este Estado por substituição tributária, nas operações com cerveja, refrigerante e energéticos e isotônicos realizadas pela empresa, através de seus estabelecimentos acima relacionados, na condição de contribuintes substitutos, prevista no RICMS-SC, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001, Anexo 3, artigo 11, inciso I e nos termos do artigo 14 do mesmo diploma legal, será o preço de venda a consumidor final, estabelecido nas TABELAS DE PREÇOS integrantes dos Termos de Compromissos e seus Aditivos, firmados com os fabricantes, importadores ou engarrafadores, conforme seguem:

Termo	Nº	VIGÊNCIA
Termo de Compromisso	001/2007	31/12/2007
Termo de Compromisso	002/2007	31/12/2007
Termo de Compromisso	004/2007	31/12/2007

PARÁGRAFO ÚNICO. Os demais produtos não relacionados nas tabelas de preços, mencionadas no caput, terão tratamento tributário normal em conformidade com os artigos 41 e 42, do Anexo 3, do RICMS/SC, Dec. 2.870/01.

CLÁUSULA SEGUNDA. Os valores das tabelas de preços, mencionadas na CLÁUSULA PRIMEIRA, terão a mesma validade dos respectivos Termos de Compromissos e sua vigência finda juntamente com eles, devendo o presente Termo ser revalidado até 31 de dezembro de 2007.

CLÁUSULA TERCEIRA. O presente Aditivo ao Termo de Compromisso 005/2007 entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, produzindo efeitos a partir de 04 de outubro de 2007, ficando estendido os efeitos do Termo de Compromisso até 31 de dezembro de 2007, ficando estendido os efeitos do 1º Aditivo ao Termo de Compromisso 005/2007, até 03 de outubro de 2007.

E, por estarem de acordo, assinam o presente.
 Florianópolis, 27 de setembro de 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
 Almir José Gorges
 Diretor de Administração Tributária

SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL LTDA.
 Dardo Raul Alvez Leites
 Procurador

A. ANGELONI & CIA. LTDA.
 Atanázio dos Santos Netto
 Procurador

DEMP 29078/075

INFRA-ESTRUTURA

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA-SIE - EXTRATO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 14.143/2007-7. **PARTÍCIPES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SIE, com a intervenção da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Mafra e o Município de Papanduva. **OBJETO:** execução dos serviços de revestimento primário, englobando (detonação, desmonte de rocha, carga, transporte, espalhamento, compactação e drenagem pluvial de rodovias municipais na zona urbana e rural, numa extensão total de 21,00 Km com a seguinte discriminação: Zona Urbana: Ruas do bairro Santa Mônica (3,00 Km), São Cristóvão (2,00Km), Cohab (1,100 Km). Zona Rural: Localidade de Floresta (6,0Km), Passo Ruim (3,00 Km), Mathinhos (1,00 Km), São Thomaz (3,00 Km), Rodeiozinho (2,00 Km). **VALOR:** Total de R\$ 312.498,40 (trezentos e doze mil

quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), sendo: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) pelo Estado e R\$ 62.498,40 (sessenta e dois mil quatrocentos e noventa e oito mil e quarenta centavos), como contrapartida financeira do Município, em 5 parcelas, conforme Plano de Aplicação. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:** sendo: R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser pago em 2 parcelas, correndo a despesa por conta do Projeto-Atividade 5301.1267826301.853 - Apoio Financeiro a Prefeituras e outras Entidades para Execução de Obras Viárias, Item 4440.42.00, Fonte (121) - CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico do Orçamento do Estado para 2007, conforme Nota de Empenho Global nº 668/000 do dia 28/09/07; e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a ser pago em 3 parcelas, correndo a despesa por conta do Projeto-Atividade 5301.267826301.853 - Apoio Financeiro às Prefeituras e outras Entidades para Execução de Obras Viárias, Item 4440.42.00, Fonte (0121) CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, a ser empenhado no Orçamento do Estado para o ano de 2008. **PRazo E VIGÊNCIA:** O prazo para a execução do objeto deste Convênio será até 31 de julho de 2008, e sua vigência contada a partir da data de publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 02 de outubro de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Mauro Mariani, pela SIE, Deodato Raul Hruschka, pela SDR de Mafra, e Humberto Jair Damaso Ribas, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA-SIE - EXTRATO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 14.144/2007-5. **PARTÍCIPES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SIE, com a intervenção da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Canoinhas e o Município de Irineópolis. **OBJETO:** Recuperação das rodovias municipais INE-460, Colônia Escada - Santo Antônio 18,18km, e INE 304, Poço Preto - São Sebastião do Timbózinho 23,00km, totalizando 41,18km. Tudo conforme Plano de Trabalho apresentado pelo Município. **VALOR:** Total de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), pelo Estado, em 2 parcelas, conforme Plano de Trabalho. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:** A despesa correrá à conta do Projeto-Atividade 5301.267826301.853 - Apoio Financeiro às Prefeituras e outras Entidades para Execução de Obras Viárias, Item 4440.42.00, Fonte (0121) da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico do Orçamento do Estado para o ano de 2007, conforme Nota de Empenho Global nº 669/000, de 28/09/07. **PRazo E VIGÊNCIA:** o presente Convênio terá seu prazo de vigência até o dia 31 de dezembro de 2007, contados a partir da data de publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 02 de outubro de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Mauro Mariani, pela SIE, Edmilson Luiz Verka, pela SDR de Canoinhas e Wanderlei Lezan, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA-SIE - EXTRATO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 14.149/2007-6. **PARTÍCIPES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SIE, com a intervenção da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Quilombo e o Município de Formosa do Sul. **OBJETO:** Execução dos serviços para pavimentação asfáltica da Avenida Getúlio Vargas, no Município de Formosa do Sul, numa área de 10.550,40m², compreendendo os serviços de terraplenagem, drenagem e sinalização. Sendo reperfilagem e capa sobre paralelepípedos numa extensão de 417,60 metros e pavimentação com CAUQ na extensão de 461,60 metros, totalizando 879,20 metros, com 12 metros de largura. Conforme Plano de Trabalho apresentado pelo Município. **VALOR:** Total de R\$ 388.638,98 (trezentos e oitenta e oito mil seiscentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos), sendo: R\$ 338.638,98 (trezentos e trinta e oito mil seiscentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos) pelo Estado e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), como contrapartida financeira do Município, em 3 parcelas, conforme Plano de Aplicação. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:** sendo: R\$ 225.758,00 (duzentos e vinte e cinco mil setecentos e cinquenta e oito reais), a ser pago em 2 parcelas, correndo a despesa por conta do Projeto-Atividade 5301.1267826301.853 - Apoio Financeiro a Prefeituras e outras Entidades para Execução de Obras Viárias, Item 4440.42.00, Fonte (121) - CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico do Orçamento do Estado para 2007, conforme Nota de Empenho Global nº 670/000 do dia 28/09/07; e R\$ 112.880,98 (cento e doze mil oitocentos e oitenta reais e noventa e oito centavos), a ser pago em 1 parcela, correndo a despesa por conta do Projeto-Atividade 5301.267826301.853 - Apoio Financeiro às Prefeituras e outras Entidades para Execução de Obras Viárias, Item 4440.42.00, Fonte (0121) CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, a ser empenhado no Orçamento do Estado para o ano de 2008. **PRazo E VIGÊNCIA:** O prazo para a execução do objeto deste Convênio será até 31 de julho de 2008, e sua vigência contada a partir da data de publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 02 de outubro de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Mauro Mariani, pela SIE, Diimar Cozer, pela SDR de Quilombo, e Vilso Casagrande, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA-SIE - EXTRATO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 14.145/2007-3. **PARTÍCIPES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SIE, com a intervenção da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Xanxerê e o Município de Entre Rios. **OBJETO:** Melhoramento da SC-459, com reabertura, cascalhamento e compactação no trecho entre o perímetro urbano do município até a ponte na divisa com Marema, totalizando 14 quilômetros de extensão e 7 metros de largura. Tudo conforme Plano de Trabalho apresentado pelo Município. **VALOR:** Total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), pelo Estado, em 1 parcela, conforme Plano de Trabalho. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:** A despesa correrá à conta do Projeto-Atividade 5301.267826301.853 - Apoio Financeiro às Prefeituras e outras Entidades para Execução de Obras Viárias, Item 4440.42.00, Fonte (0121) da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico do Orçamento do Estado para o ano de 2007, conforme Nota de Empenho Global nº 667/000, de 28/09/07. **PRazo E VIGÊNCIA:** o presente Convênio terá seu prazo de vigência até o dia 31 de dezembro de 2007, contados a partir da data de publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 02 de outubro de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Mauro Mariani, pela SIE, Julio César Bodanese, pela SDR de Xanxerê e Narciso Biasi, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA-SIE - EXTRATO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 14.185/2007-2. **PARTÍCIPES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SIE, com a intervenção da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ibirama e o Município de Vitor Meireles. **OBJETO:** Construção de uma ponte em concreto armado sobre o Rio da Prata, que faz divisa entre Vitor Meireles e Santa Terezinha, com extensão de 20m de comprimento por 5,00m de largura. Conforme Plano de Trabalho apresentado pelo Município. **VALOR:** Total de R\$ 125.167,65 (cento e vinte e cinco mil cento e sessenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) pelo Estado, em 2 parcelas, conforme Plano de Aplicação. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:** sendo: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), a ser pago em 1 parcela, correndo a despesa por conta do Projeto-Atividade 5301.1267826301.853 - Apoio Financeiro a Prefeituras e outras Entidades para Execução de Obras Viárias, Item 4440.42.00, Fonte (0121) - CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico do Orçamento do Estado para 2007, conforme Nota de Empenho Global nº 671/000 do dia 28/09/07; e R\$ 60.167,65 (sessenta mil cento e sessenta e sete reais e cinco centavos), a ser pago em 1 parcela, correndo a despesa por conta do Projeto-Atividade 5301.267826301.853 - Apoio Financeiro às Prefeituras e outras Entidades para Execução de Obras Viárias, Item 4440.42.00, Fonte (0121) CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, a ser empenhado no Orçamento do Estado para o ano de 2008. **PRazo E VIGÊNCIA:** O prazo para a execução do objeto deste Convênio será até 31 de julho de 2008, e sua vigência contada a partir da data de publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 03 de outubro de 2007. **SIGNATÁRIOS:** Mauro Mariani, pela SIE, Aldo Schneider, pela SDR de Ibirama, e Lourival Lunelli, pelo Município.

DEMP 29121/078

PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 057/2007

Altera os orçamentos do Gabinete do Vice-Governador do Estado, Secretaria Especial de Articulação Internacional, Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento.

O DIRETOR DE ORÇAMENTO, no uso da competência que lhe confere a Portaria nº 05/2007, de acordo com o que estabelece o art. 8º, inciso VI da Lei nº 13.969, de 22 de janeiro de 2007, combinado com o art. 3º do Decreto nº 011, de 22 de janeiro de 2007, e tendo em vista o que consta dos processos SPGP 1581/074, 1585/070, 1587/072 e 1589/075, de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam anulados parcialmente na importância de R\$ 323.459,23 (trezentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte e três centavos), nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:	
21001 SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL	DE
21001 SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL	DE
Ação	21001.06.122.0110.0885
Subação	A 000823
Elemento	3.3.90.30.00 (0100) R\$ 5.000,00
Elemento	3.3.90.39.00 (0100) R\$ 30.000,00
Elemento	4.4.90.52.00 (0100) R\$ 6.000,00
41000	GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO
41091	FUNDO ESPECIAL DE ESTUDOS JURÍDICOS E DE REAPARELHAMENTO

Ação	41091.03.122.0110.0885		
Subação	A 004188		
Elemento	3.3.91.30.00 (0269)	R\$	50.000,00
Elemento	4.4.90.52.00 (0269)	R\$	40.000,00
Elemento	4.4.90.52.00 (0669)	R\$	142.429,23
42000	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO		
42001	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO		
Ação	42001.04.122.0110.0885		
Subação	A 004202		
Elemento	4.4.90.51.00 (0100)	R\$	50.000,00
44000	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		
44001	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		
Ação	44001.20.606.0225.0730		
Subação	A 002166		
Elemento	3.3.90.30.00 (0100)	R\$	30,00
Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementados nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:			
21001	SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL		
21001	SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL		
Ação	21001.06.122.0110.0885		
Subação	A 000823		
Elemento	3.3.90.14.00 (0100)	R\$	18.000,00
Elemento	3.3.90.33.00 (0100)	R\$	18.000,00
Elemento	3.3.90.36.00 (0100)	R\$	5.000,00
41000	GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO		
41091	FUNDO ESPECIAL DE ESTUDOS JURÍDICOS E DE REAPARELHAMENTO		
Ação	41091.03.122.0110.0885		
Subação	A 004188		
Elemento	3.3.90.39.00 (0269)	R\$	90.000,00
Elemento	3.3.90.30.00 (0669)	R\$	55.000,00
Elemento	3.3.90.39.00 (0669)	R\$	87.429,23
42000	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO		
42001	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO		
Ação	42001.04.122.0110.0885		
Subação	A 004202		
Elemento	3.3.90.37.00 (0100)	R\$	14.400,00
Elemento	3.3.90.39.00 (0100)	R\$	18.600,00
Elemento	4.4.90.52.00 (0100)	R\$	17.000,00
44000	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		
44001	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		
Ação	44001.20.606.0225.0730		
Subação	A 002166		
Elemento	3.3.90.39.00 (0100)	R\$	30,00
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.			
Florianópolis, 04 de outubro de 2007.			
Romualdo Goulart			
Diretor de Orçamento			

DEMP 30012/074

SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE torna pública o(s) seguinte(s) termo(s) aditivo(s):

Contratante: SES/FES, representada pelo Sr. Ramon da Silva.
Objeto: Aquisição de Materiais de enfermagem e cirurgia-GERAB.

1º TA ao Contrato 0197/07, Lic 1791/06, PSUS 10898/069, firmado com a empresa DIMACI-SC MAT. CIRÚRGICOS LTDA.

Valor: R\$ 12.712,50
Projeto Atividade: 8947
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.36 (0100)
Unidade Orçamentária: FES
Florianópolis, 02 de julho de 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE torna pública o(s) seguinte(s) termo(s) aditivo(s):

Contratante: SES/FES, representada pelo Sr. Ramon da Silva.
Objeto: Aquisição de Materiais de enfermagem e cirurgia-

GERAB.

1º TA ao Contrato 0198/07, Lic 1791/06, PSUS 10898/069, firmado com a empresa MASIF ARTIGOS MED/HOSP. LTDA.

Valor: 10.515,00
Projeto Atividade: 8947
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.36 (0100)
Unidade Orçamentária: FES
Florianópolis, 02 de julho de 2007.

DEMP 28939/077

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE torna pública a seguinte contratação:

Inexigibilidade de Licitação nº: 351/06 – PSUS 1541/064.
Objeto: Prestação de Serviço Técnico Profissional de MÉDICO REGULADOR E URGENCISTA (INTERVENCIÓNISTA).
Fundamento da IL.: Artigo 25 da Lei 8666/93

Contratado	Contrato	Valor(R\$)
José Roberto Koche Potin	662/07	42.000,00
Larissa Souza Lopes	698/07	42.000,00

DEMP 28943/074

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE torna pública a seguinte contratação:

Inexigibilidade de Licitação nº: 350/06 – PSUS 1542/060.
Objeto: Prestação de Serviço Técnico Profissional de MÉDICO REGULADOR E URGENCISTA (INTERVENCIÓNISTA).
Fundamento da IL.: Artigo 25 da Lei 8666/93

Contratado	Contrato	Valor(R\$)
Malagute dos Santos	692/07	42.000,00

DEMP 28947/070

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE torna pública a seguinte contratação:

Inexigibilidade de Licitação nº: 596/05 – PSUS 9293/051.
Objeto: Prestação de Serviço Técnico Profissional de MÉDICO REGULADOR E URGENCISTA (INTERVENCIÓNISTA).
Fundamento da IL.: Artigo 25 da Lei 8666/93

Contratado	Contrato	Valor(R\$)
Daniel Proença Feijó	693/07	42.000,00
Márcio Rodrigo Martins	752/07	42.000,00

DEMP 28951/077

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE torna pública a seguinte contratação:

Inexigibilidade de Licitação nº: 593/05 – PSUS 6864/058.
Objeto: Prestação de Serviço Técnico Profissional de MÉDICO REGULADOR E URGENCISTA (INTERVENCIÓNISTA).
Fundamento da IL.: Artigo 25 da Lei 8666/93

Contratado	Contrato	Valor(R\$)
Paulo Sérgio Joaquim	835/07	42.000,00

DEMP 28955/072

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE torna pública a seguinte contratação:

Inexigibilidade de Licitação nº: 450/05 – PSUS 6863/051.
Objeto: Prestação de Serviço Técnico Profissional de MÉDICO REGULADOR E URGENCISTA (INTERVENCIÓNISTA).
Fundamento da IL.: Artigo 25 da Lei 8666/93

Contratado	Contrato	Valor(R\$)
Raquel Lopes da Cunha	754/07	42.000,00

DEMP 28959/073

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE torna pública a seguinte contratação:

Inexigibilidade de Licitação nº: 349/06 – PSUS 1540/068.
Objeto: Prestação de Serviço Técnico Profissional de MÉDICO REGULADOR E URGENCISTA (INTERVENCIÓNISTA).
Fundamento da IL.: Artigo 25 da Lei 8666/93

Contratado	Contrato	Valor(R\$)
Rafael Moura da Luz	631/07	42.000,00

DEMP 28961/074

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE torna pública a seguinte contratação:

Inexigibilidade de Licitação nº: 595/05 – PSUS 9294/058.
Objeto: Prestação de Serviço Técnico Profissional de MÉDICO REGULADOR E URGENCISTA (INTERVENCIÓNISTA).
Fundamento da IL.: Artigo 25 da Lei 8666/93

Contratado	Contrato	Valor(R\$)
Fábio Augusto Selbach	776/07	42.000,00
Rodrigo Lorenzi	694/07	42.000,00
Flávia Minekawa	697/07	42.000,00
Magaly Claros Canceco	696/07	42.000,00

DEMP 28963/070

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE torna pública o(s) seguinte(s) termo(s) aditivo(s):

Contratante: SES/FES, representada pelo Sr. Ramon da Silva.
Objeto: Aq. de gêneros alimentícios – Unidades da SES da grande Florianópolis.
1º TA ao Contrato 023/07, Lic 1863/06, PSUS 10956/069, firmado com a empresa BRUTAN COMERCIAL LTDA
Valor: 56.877,83
Projeto Atividade: 0080 – 9087 – 8947 – 0098 – 0534 – 5291 – 4132 – 4068 – 3271 – 4077
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.07 (0100) – (0228) – (0628)

Florianópolis, 29 de maio de 2007

DEMP 28971/072

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO
ESTADUAL DA SAÚDE torna público o(s) seguinte(s)

Contrato (s):

Contrato nº 737/2007

Contratada: In Vitro Diagnóstica S/A.

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, representada pelo Sr. Ramon da Silva.

Licitação nº 2058/06, modalidade Pregão (Presencial).
PSUS 10012/060.

Objeto: Aquisição de Serviço de Locação de Equipamentos, manutenção Total dos Itens a serem Locados e Fornecimento de Materiais de Laboratório.

Representada por: Samuel de Almeida Maciel
Valor total do contrato: R\$ 26.995,20

Projeto/Atividade: 4077

Elemento de despesa: 3.3.90.39.17 (0100)

Unidade Orçamentária: FES

Vigência: 29/08/2007 até 31/12/2007. DEMP 28975/073

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO
ESTADUAL DA SAÚDE torna público o(s) seguinte(s)

Contrato (s):

Contrato nº 830/2007

Contratada: Atacado de Alimentos Souza Ltda

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, representada pelo Sr. Ramon da Silva.

Licitação nº 1755/2007, modalidade de pregão (Presencial).
PSUS nº 7823/070.

Objeto: Aquisição de Leite em Pó.

Representada por: Onildo de Souza

Valor total do contrato: R\$ 51.840,75

Projeto/Atividade: 4132

Elemento de despesa: 3.3.90.30.07 (0228)

Unidade Orçamentária: FES

Vigência: 19/09/2007 até 31/12/2007. DEMP 28979/079

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO
ESTADUAL DA SAÚDE torna público o(s) seguinte(s)

Contrato (s):

Contrato nº 848/2007

Contratada: HF Comercial Ltda.

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, representada pelo Sr. Ramon da Silva.

Licitação nº 218/07, modalidade Pregão (Presencial).
PSUS 222/070.

Objeto: Aquisição de Materiais de Higiene e limpeza.

Representada por: Fabricio Melo Araújo

Valor total do contrato: R\$ 35.172,00

Projeto/Atividade: 8947

Elemento de despesa: 3.3.90.30.22 (0100)

Unidade Orçamentária: FES

Vigência: 25/09/2007 até 31/12/2007. DEMP 28983/076

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO
ESTADUAL DA SAÚDE torna público o(s) seguinte(s)

Contrato (s):

Contrato nº 640/2007

Contratada: Supermercado Nardelão Ltda

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, representada pelo Sr. Ramon da Silva.

Licitação nº 1100/07, de Compra Direta.

PSUS 5307/074.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Não Perecíveis.

Representada por: Maria Clara Nardeli Heweg

Valor total do contrato: R\$ 2.473,67

Projeto/Atividade: 8947

Elemento de despesa: 3.3.90.30.07 (0100)

Unidade Orçamentária: FES

Vigência: 19/06/2007 até 31/12/2007. DEMP 28987/071

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES



A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO
ESTADUAL DA SAÚDE torna pública a seguinte
contratação:

Inexigibilidade de Licitação nº: 593/05 – PSUS 6864/058.

Objeto: Prestação de Serviço Técnico Profissional de
MÉDICO REGULADOR E URGENCISTA
(INTERVENCIONISTA).

Fundamento da IL: Artigo 25 da Lei 8666/93

Contratado	Contrato	Valor(R\$)
Miriam Costi Ribeiro	815/07	21.000,00

DEMP 28991/078

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO
ESTADUAL DA SAÚDE torna público o(s) seguinte(s)

termo(s) aditivo(s):

Contratante: SES/FES, representada pelo Sr. Ramon da Silva.

Objeto: Aquisição de Materiais de enfermagem e cirurgia-

GERAB.

1º TA ao Contrato 0355/07, Lic 1720/06, PSUS 10904/069,
firmado com a empresa FIDARE COM. E REPRES. DE

PRODUTOS MED. LTDA.

Valor: R\$ 14.633,20

Elemento de Despesa: 8947

Unidade Orçamentária: 3.3.90.30.36 (0100)

Florianópolis, 18 de junho de 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO
ESTADUAL DA SAÚDE torna público o(s) seguinte(s)

termo(s) aditivo(s):

Contratante: SES/FES, representada pelo Sr. Ramon da Silva.

Objeto: Aquisição de Materiais de enfermagem e cirurgia-

GERAB.

1º TA ao Contrato 0351/07, Lic 1720/06, PSUS 10904/069,
firmado com a empresa CREMER S/A

Valor: R\$ 548,55

Elemento de Despesa: 8947

Unidade Orçamentária: 3.3.90.30.36 (0100)

Florianópolis, 02 de julho de 2007.

DEMP 28995/074

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO
ESTADUAL DA SAÚDE torna público o(s) seguinte(s)

termo(s) aditivo(s):

Contratante: SES/FES, representada pelo Sr. Ramon da Silva.

Objeto: Aq. de gêneros alimentícios – Unidades da SES da

grande Florianópolis.

2º TA ao Contrato 023/07, Lic 1863/06, PSUS 10956/069,
firmado com a empresa BRUTAN COMERCIAL LTDA

Valor: 92.118,86

Projeto Atividade: 8947

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.07 (0100)

Florianópolis, 18 de setembro de 2007. DEMP 28999/070

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO
ESTADUAL DA SAÚDE torna público o(s) seguinte(s)

termo(s) aditivo(s):

Contratante: SES/FES, representada pelo Sr. Ramon da Silva.

Objeto: Aquisição de Materiais de enfermagem e cirurgia-

GERAB.

1º TA ao Contrato 0123/07, Lic 1723/06, PSUS 10902/066,

firmado com a empresa BECTON DICKINSON IND.
CIRÚRGICA LTDA.
Valor: R\$ 46.817,50
Elemento de Despesa: 8947
Unidade Orçamentária: 3.3.90.30.36 (0100)
Florianópolis, 02 de julho de 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO
ESTADUAL DA SAÚDE torna público o(s) seguinte(s)

termo(s) aditivo(s):

Contratante: SES/FES, representada pelo Sr. Ramon da Silva.

Objeto: Aquisição de Materiais de enfermagem e cirurgia-

GERAB.

1º TA ao Contrato 0126/07, Lic 1723/06, PSUS 10902/066,
firmado com a empresa PRÓ-CARE COM. E REPRES. DE

PRODUTOS MÉDICOS LTDA.

Valor: R\$ 1.080,00

Projeto Atividade: 8947

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.36 (0100)

Unidade Orçamentária:

Florianópolis, 02 de julho de 2007. DEMP 28993/075

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO
ESTADUAL DA SAÚDE torna público o(s) seguinte(s)

termo(s) aditivo(s):

Contratante: SES/FES, representada pelo Sr. Ramon da Silva.

Objeto: Aq. de medicamentos – Unid. SES.

1º TA ao Contrato 442/07, Lic 1730/06, PSUS 10814/060,
firmado com a empresa LICIMED DIST. DE MEDIC. CORR.

E PROD. MÉD. LTDA.

Valor: 13.691,33

Projeto Atividade: 8947

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.09 (0100)

Florianópolis, 25 de setembro de 2007. DEMP 28997/070

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO
ESTADUAL DA SAÚDE torna público o(s) seguinte(s)

termo(s) aditivo(s):

Contratante: SES/FES, representada pelo Sr. Ramon da Silva.

Objeto: Aq. de móveis – ICSC.

1º TA a OF 1028/07, Lic 238/07, PSUS 1352/075, firmado com
a empresa Vila Mobille Indústria e Comércio de Móveis Ltda.

Valor: 12.628,00

Projeto Atividade: 8947

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.20 (0100)

Florianópolis, 25 de setembro de 2007. DEMP 28991/078

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

POLÍCIA MILITAR

PORTARIA nº 0646/PMSC, de 03/10/2007
EXCLUIR, da Polícia Militar de Santa Catarina e do 8º Batalhão de
Polícia Militar, "A Bem da Disciplina", IZABEL FABIANA
RODRIGUES RIBAS, matrícula 922357-6, Soldado da Polícia
Militar, de acordo com o inciso III do Art. 127 e Art. 128 da Lei nº
6.218, de 10 de fevereiro de 1983, combinado com o inciso II do
Art. 1º da Portaria nº 1051/GERE/DIGA/GAB/SSP/05, de 21 de
dezembro de 2005, conforme o apurado em autos do Conselho de
Disciplina instaurado pela Portaria nº 07-D/CD/PMSC/2006.
ELÍAS RODRIGUES
Coronel Comandante-Geral da PMSC DEMP 28942/070

PORTARIA Nº 651/PMSC, de 04/10/2007.

NOMEAR, de acordo com a competência que lhe foi conferida pelo Art. 3º, inciso XV, do Decreto nº 3.485, de 15 de setembro de 2005, combinado com o Art. 1º, inciso II, da Portaria nº 1.051/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 21 de dezembro de 2005, para exercer o cargo de Comandante do 3º Pelotão da 2ª Companhia do 5º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Capivari de Baixo - SC, ROGERIO PIOVESANO BARTOLAMEI, 1º Tenente PM Matrícula 924687-8, a contar de 27 de setembro de 2007.

ELIÉSIO RODRIGUES

Cel PM Cmt Geral da PMSC

PORTARIA Nº 652/PMSC, de 04/10/2007.

EXONERAR, de acordo com a competência que lhe foi conferida pelo Art. 3º, inciso XV, do Decreto nº 3.485, de 15 de setembro de 2005, combinado com o Art. 1º, inciso II, da Portaria nº 1.051/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 21 de dezembro de 2005, do cargo de Comandante do Centro de Ensino da Polícia Militar, com sede em Florianópolis - SC, WALNEIDE ALTAIR LUCAS, Tenente Coronel PM Matrícula 900088-7, a contar de 01 de outubro de 2007.

ELIÉSIO RODRIGUES

Cel PM Cmt Geral PMSC

DEMP 28846/079

SECRETARIAS REGIONAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - GRANDE FLORIANÓPOLIS

PORTARIA Nº 028/2007/ GABS

Art. 1º - **AUTORIZAR**, de acordo com o art. 12, do Decreto nº 144/71 e pela delegação de competência conferida pelo art. 7º, item I, da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, o servidor abaixo relacionado, lotado ou em exercício na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Grande Florianópolis, a conduzir veículos oficiais que se encontram sob a responsabilidade desta Secretaria.

FLAVIO ANTONIO BOEMCKE BERNARDES, Diretor Geral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional Grande Florianópolis, Matrícula 234868-3-1, CPF nº 22366970900 e CNH 00987442579.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Comunique-se.

São José, 25 de setembro de 2007.

Valter José Gallina

Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional
Grande Florianópolis

DEMP 29058/074

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - GRANDE FLORIANÓPOLIS

PORTARIA Nº 032/2007/GABS

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - GRANDE FLORIANÓPOLIS, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 7º, item I, da Lei Complementar nº 381 de 07 de maio de 2007, RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Eng. CLAUDIO CARDENUTO, matrícula 246.318-1-01, lotado na Gerência da Infra-Estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional Grande Florianópolis, para fiscalizar a "Execução dos serviços de manutenção rotineira na malha rodoviária pavimentada e não pavimentada sob jurisdição da Secretaria de Desenvolvimento Regional - Grande Florianópolis", tendo como executora a empresa Asteca Construções Indústria e Comércio Ltda, conforme Contrato nº 037/2006, referente ao PL 015/2006 (Tomada de Preço).

Registre-se e Comunique-se.

São José, 04 de outubro de 2007.

VALTER JOSÉ GALLINA

Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis

DEMP 29094/070

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - GRANDE FLORIANÓPOLIS

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2006 - "Execução de Reforma Geral em área de 1.326,83 m² e Ampliação de 90,28 m², através da construção de sanitários,

cozinha, depósito, cantina e refeitório na Escola de Educação Básica Dr. Aderbal Ramos da Silva, sito a Avenida Ganchos, 1050 - Grancho do Meio - Governador Celso Ramos - SC".
CONTRATANTE: Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Grande Florianópolis.
CONTRATADA: BERKANA Prestação de Serviço e Comércio.
OBJETO: Aditivo de alteração da CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO, que passa a ter a seguinte redação: O valor global inicial do contrato ora aditado é de R\$ 591.801,53 (quinhentos e noventa e um mil, oitocentos e um reais e cinquenta e três centavos), que com o aumento do percentual de 14,4% (catorze pontos quatro por cento) do valor inicial da reforma, na quantia de R\$ 71.426,07 (setenta e um mil quatrocentos e vinte e seis reais e sete centavos) e 1,4% (um ponto quatro por cento) nos serviços de ampliação, que corresponde a importância de R\$ 1.316,70 (hum mil trezentos e dezesseis reais e setenta centavos), alterando o valor do contrato em R\$ 72.742,77 (setenta e dois mil, setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e três centavos) o valor contratual passa a ser de R\$ 664.544,37 (seiscentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e sete centavos). FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, "b", da Lei 8.666/93 e suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 25/09/2007. Pela SDR - Grande Florianópolis: Valter José Gallina. Pela Berkana Prestação de Serviços e Comércio Ltda: Marlene de Souza.

DEMP 29046/076

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Araranguá

Termo de Contrato nº 17/07

Contratante: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá

Contratado: Pavimentadora Jeremias Ltda

Objeto: Fornecimento e transporte (parcelado) de base de seixo rolado menor que 2" para recuperação do revestimento primário da estradas estaduais: SC 483 - trecho: Jacinto Machado/Praia Grande, com início no km 54 e término no km 84, SC 483 - trecho: SC 449 a Ermo, com início no km 54 e término no km 71 e SC 449 - trecho: Meleiro a São Francisco.

Valor: R\$ 76.860,00 (setenta e seis mil, oitocentos e sessenta reais).

Dotação orçamentária: Ação 0475 - item 339030.24 - fonte 0260

Vigência: a partir de 01/10/07 até 31/12/07

Responsável pela empresa: Reginaldo Jeremias

Responsável pela Secretaria: Heriberto Afonso Schmidt

Termo de Contrato nº 18/07

Contratante: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá

Contratado: Loca Auto Locadora de Veículos Ltda

Objeto: Locação mensal de 01 (um) veículo GM/Vectra SD EXPRESSION para atender às necessidades da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Araranguá.

Valor: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais) mensal.

Dotação orçamentária: Ação 4159 - item 339039 - fonte 0100

Vigência: a partir de 03/10/07 até 31/12/07

Responsável pela empresa: Eduardo Martins Guedes

Responsável pela Secretaria: Heriberto Afonso Schmidt

DEMP 29066/076

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SDR CAMPOS NOVOS

EXTRATO DO CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 011/2007. CONTRATANTE: O Estado de Santa Catarina, pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Campos Novos. CONTRATADA: A Empresa Trans Maran Ltda. OBJETO: A contratação de um veículo de representação VW Santana, ano 2006, 2.0, cinza, quatro portas, placas MDA-9464. PRAZO DE VIGÊNCIA: A partir de sua assinatura e tem validade até 31 de dezembro de 2007. DATA E ASSINATURAS: Campos Novos, 19 de setembro de 2007. Alcides Mantovani, pela contratante; e Delcir Maran, pela Contratada.

DEMP 28870/077

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SDR - CONCORDIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 025/2007 SDR - CONCORDIA de 04/10/2007

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Concórdia, no uso das atribuições delegadas pelo Art. 7º, parágrafo 1º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007 e tendo em vista o disposto no Art. 9, parágrafo 1º do Decreto nº 3.421 de 16 de agosto de 2005 resolve: AUTORIZAR, a servidora NEURA MENEGUINI FOLMANN, matrícula nº 339.807-2-02 CNH 01842571097, a conduzir Veículos Oficiais da Frota da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Concórdia.

Concórdia - SC, 04 de outubro de 2007.

Luiz Suzin Marini

Secretário De Estado do Desen. Regional - Concórdia

DEMP 29086/078

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EST.DO DESENVOLV.REGIONAL

SDR - CONCORDIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

ERRATA

Portaria nº 022/2007/SDR - Concórdia - de 24/09/2007 publicada no DOE nº 18.214 de 25/09/2007 - Objeto: alteração de Ordenador Secundário de Despesas.

ONDE SE LÊ: Portaria nº 022/2007/SDR LEIA-SE: Portaria nº 023/2007/SDR. Concórdia - SC 04/10/2007.

Luiz Suzin Marini

Secretário de Estado do Desen. Regional-Concórdia

DEMP 29090/078

Republicação por incorreção Portaria publicada no DOE de 21/08/2007.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SDR - CRICIÚMA

PORTARIA Nº 12, de 08/08/2007.

DESIGNAR, com base na atribuição de competência delegada pelo art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, os servidores HELMY RAUL BERLINCK JUNIOR, matrícula nº 172.206-9-01, ROSANA MARIA STOPASSOLI DESCHAMPS, matrícula nº 219.502-0-01, OTÍLIO PAULO MIRANDA PEREIRA, matrícula nº 172.639-0-01/DEINFRA, como membros titulares e VALMOR LOLI, matrícula nº 173.074-6-01/DEINFRA, TÂNIA VALESKA COELHO MARINHO, matrícula nº 230.530-5-03 como membros suplentes, para sob a presidência do primeiro, e, na sua ausência a do segundo, comporem COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 02/08/2007, cessando os efeitos da Portaria nº 19/2006. (DOE de 24/07/2006).

ACÉLIO CASAGRANDE

Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma

DEMP 29091/078

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 12.485/2007-0

CONVENIENTES - O Estado de Santa Catarina, pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional-Itajaí, e a Universidade do Estado de SC-UDESC.

INTERVENIENTE: Secretaria de Estado da Educação

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a concessão de Bolsas de Estágio, para alunos regularmente matriculados e que frequentam cursos de Nível superior, da UDESC, no âmbito do Programa "Novos Valores".

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - Até cinco anos, com vigência a partir da publicação no D.O.E.

DATA E ASSINATURAS - Itajaí, 18 de setembro de 2007 - Adherbal Ramos Cabral, em exercício, pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional-Itajaí, Silvestre Heerd, pela Secretaria de Estado da Educação em exercício, como Interviente e, Anselmo Fábio de Moraes, pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

DEMP 30117/070

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2007 ORIGEM:

PARTES: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional-SDR/Itapiranga e a Empresa Auto Posto Pedrinho LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de Combustíveis para SDR de Itapiranga VALOR E DOTAÇÃO: R\$ 7.261,00 (Sete Mil, duzentos e sessenta e um reais). Item Orçamentário: 3.3.90.30.01; fonte: 0100 Ação: 0731. PRAZO E VIGÊNCIA: O presente contrato terá início na data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2007. DATA E ASSINATURA: Itapiranga-SC, 01 de Outubro de 2007. Signatários: Jorge Welter pela Secretaria e Pedro Luis Heck, pela Empresa.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2007 ORIGEM:

PARTES: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional-SDR/Itapiranga e a Empresa Loca Auto Locadora de veículos LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato de locação de veículo para SDR de Itapiranga VALOR E DOTAÇÃO: R\$ 7.950,00 (Sete Mil, novecentos e cinquenta reais). Item Orçamentário: 3.3.90.39; fonte: 0100 Ação: 0731. PRAZO E VIGÊNCIA: O presente contrato terá início na data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2007. DATA E ASSINATURA: Itapiranga-SC, 01 de Outubro de 2007. Signatários: Jorge Welter pela Secretaria e Eduardo Martins Guedes, pela Empresa.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2007 ORIGEM:

PARTES: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional-SDR/Itapiranga e a Empresa Qst - Qualidade em serviços terceirizados LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente a contratação de empresa de prestação de serviços de servente, recepcionista e digitador para SDR de Itapiranga VALOR E DOTAÇÃO: R\$ 16.045,80 (Dezesseis Mil, quarenta e cinco reais e oitenta centavos). Item Orçamentário: 3.3.90.37; fonte: 0100

Ação: 0731. PRAZO E VIGÊNCIA: O presente contrato terá início na data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2007. DATA E ASSINATURA: Itapiranga-SC, 01 de Outubro de 2007. Signatários: Jorge Welter pela Secretaria e Marcos Antônio Zanardo, pela Empresa.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2007 ORIGEM: PARTES: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional-SDR/Itapiranga e a Empresa Onseg Serviços de vigilância e segurança LTDA **OBJETO:** Constitui objeto do presente a contratação de empresa de prestação de serviços de Vigilância por monitoramento Eletrônico para SDR de Itapiranga **VALOR E DOTAÇÃO: R\$ 594,00** (Quinhentos e noventa e quatro reais). Item Orçamentário: 3.3.90.37; fonte: 0100 Ação: 0731. **PRAZO E VIGÊNCIA:** O presente contrato terá início na data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2007. **DATA E ASSINATURA:** Itapiranga-SC, 01 de Outubro de 2007. **Signatários:** Jorge Welter pela Secretaria e Ivan Zanardo, pela Empresa.

DEMP 30205/077

ESTADO DE SANTA CATARINA SDR - QUILOMBO

PORTARIA Nº 02/2007, de 04/10/2007.

AUTORIZAR, com base na atribuição de competência delegada pelo art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, os servidores a seguir nominados a conduzir veículos a disposição da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Quilombo.

Servidor	Cargo	CNH
ANTONIO ZAMIGNAN	Ger. Adm., Finanças	03111349958
VANDERLEI BACKES	Ger. Adm., Finanças	01164154000
ANTONIO CAMPAGNOLO	Ger. Educação	03080373900
FABIANO WINK	Ger. Infra-Estrutura	00883491650
EVERALDO CASONATTO	Ger. Des.Econ. Sustentável	00828911393
CRISTIAN BAU	Ger. Assist. Social, Trabalho e Habitação	03587662459
DILMAR COZER		

Secretário de Estado do Desenv. Regional de Quilombo

DEMP 30115/077

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SDR - SÃO LOURENÇO DO OESTE

PORTARIA nº 010, de 04 de Outubro de 2007.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SDR SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC, no uso das atribuições conferidas pelo inciso I, do art. 7º, da Lei Complementar 381, de 07 de Maio de 2007, RESOLVE:

DESIGNAR, de acordo com o art. 39, da Lei nº 6.745/85, o servidor João Albano da Rosa, matrícula nº 248258-4, para exercer função de chefia, FC - 2, no âmbito da SDR - São Lourenço do Oeste, a contar de 01/10/2007.

JOÃO CARLOS ECKER

Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional - São Lourenço do Oeste.

DEMP 30109/078

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SDR - SÃO LOURENÇO DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 008/2007. CONTRATANTE: SDR - SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC CONTRATADA: DALBA Engenharia e Empreendimentos Ltda. **OBJETO:** PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA ACESSO CORONEL MARTINS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, c/atual. **PROCESSO LICITATÓRIO:** CONCORRÊNCIA 001/2007. **VALOR:** R\$ 1.730.324,34

ORÇAMENTO: FONTE: 0121 - Item 44.90.51.00 - sub-ação 1853 **DATA ASSINATURA:** 04/10/2007. **VIGÊNCIA:** 04/10/2007 - 31/07/2008

DEMP 30113/075

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE EST. DO DESENVOLV. REGIONAL SDR - SEARA GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 001/2007/SDR-SEARA - de 01/10/2007
O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SEARA, no uso das atribuições delegadas pelo Art. 7º parágrafo I da Lei Complementar nº 381 de 07 de Maio de 2007, RESOLVE:

Art. 1º - Ficam delegadas atribuições à Diretora Geral GLADIS REGINA BIZOLO DOS SANTOS matrícula nº 216.430-2-03, para que, em conjunto com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional - Seara, possa:

I - Ordenar despesas e assinar empenhos relacionados com os serviços de administração de pessoal;
II - Ordenar despesas, assinar empenhos e ordens bancárias relacionadas com a administração financeira e serviços gerais da SDR-Seara;
III - Assinar balancetes, balanços, autorizações e relatórios de viagens e demais documentos relacionados às atividades do ora delegado;

Parágrafo único: A autoridade delegada subscreverá os atos de que trata este artigo sobre a identificação do nome pessoal e da denominação do cargo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 01/10/2007.

Seara - SC, 01 de Outubro de 2007.

Ailton Luiz Cauduro

Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Seara

DEMP 30121/078

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE TUBARÃO -EXTRATO DO 003º ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/05 - TOMADA DE PREÇOS 012/05. EBB NOÉ ABATI - CONTRATANTE: Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Tubarão. **CONTRATADA:** NHN Construções Ltda. **OBJETO:** Na forma autorizada pelo artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, e conforme autorização constante do Processo SR20 4257/065, a CONTRATADA realizará serviços extra, não previstos no contrato, no seguinte percentual: Construção: 6,34 % (seis virgula trinta e quatro por cento) deste item do contrato, alcançando o valor de R\$ 70.745,86 (setenta mil setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos). Passando o contrato, para importância de R\$ 1.485.688,79 (um milhão quatrocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos), considerada a supressão prevista nas planilhas apresentadas pela contratada e ratificadas pelo Engenheiro Fiscal da Obra, entranhadas nos autos. **VALIDADE:** As demais cláusulas do contrato e suas alterações, que não conflitam com a presente, continuam em vigor. Tubarão, 03 de outubro de 2007. Ademir da Silva Matos, Secretário de Estado e Higino Bittencourt, pela Contratada.

DEMP 29054/079

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - VIDEIRA

PORTARIA Nº 016/2007/9ºSDR - Videira de 01/10/2007.

AUTORIZAR, de acordo com o § 1º, do art. 12 do Decreto nº 144, de 24/05/71, o servidor abaixo relacionado, a conduzir veículos oficiais da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Videira: DANILO ANTUNES DE AVILA, Analista Técnico, portador da CNH nº 02542985785, categoria C.

NATALINO LÁZARE

Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional - Videira

DEMP 28855/079

Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional-Videira
Extrato do I Termo Aditivo Contrato Nº 22/2006

Cláusula Primeira:

Dá-se a este aditivo o prazo de mais 180 dias para à execução da obra supra, passando o prazo do contrato original a ser de 360 dias. Videira, 01/04/07. Natalino Lazare. Secretário - SDR - Videira.

DEMP 30020/077

MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATO Nº 381/2007/CSMP - efetivar a OPÇÃO da doutora THAIS CRISTINA SCHEFFER, matrícula nº 3001342, ocupante do cargo de 14º Promotor de Justiça da comarca de Joinville, para o cargo de 2º Promotor de Justiça da mesma comarca, vago em decorrência da opção do doutor Paulo Cesar Ramos de Oliveira para o cargo de 16º

Promotor de Justiça da mesma comarca. Florianópolis, 4 de outubro de 2007. GERCINO GERSON GOMES NETO. Procurador-Geral de Justiça.

DEMP 28907/078

SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE BOLSA DE TRABALHO:

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, representado pela sua Secretária-Geral, a estudante FRANCIELA BIONDO e a Universidade do Oeste de Santa Catarina, resolvem:

Rescindir o Termo de Compromisso de Bolsa de Trabalho nos moldes do Ato n.º 150, de 9 de outubro de 2002, e da cláusula sétima do convênio firmado entre as partes, a contar de 3/9/2007. Florianópolis, 3 de setembro de 2007.

RESUMO DE RENOVAÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DE BOLSA DE TRABALHO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E O ESTUDANTE ALEXANDRO SIQUEIRA DA COSTA:

Representante do Ministério Público

: Doutora Cristiane

Rosália Maestri Böell

Instituição de Ensino : Colégio Policial Militar "Feliciano Nunes Pires"

Representante da Instituição : José Aroldo Schlichting

Duração : 10/11/07 a 9/11/08

Florianópolis, 11 de setembro de 2007.

RESUMO DE RENOVAÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DE BOLSA DE TRABALHO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E O ESTUDANTE JEFFERSON PAULO COELHO:

Representante do Ministério Público

: Doutora Cristiane

Rosália Maestri Böell

Instituição de Ensino : Escola de Educação Básica Celso Ramos

Representante da Instituição : Lia Mara Dorneles

Duração : 30/10/07 a 31/12/07

Florianópolis, 11 de setembro de 2007.

RESUMO DE RENOVAÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DE BOLSA DE TRABALHO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E O ESTUDANTE THIAGO PEREIRA ROSA:

Representante do Ministério Público : Doutora Cristiane Maestri Rosália Böell

Instituição de Ensino

: Faculdade de Tecnologia

SENAC de Florianópolis

Representante da Instituição : Max Roque Kincezski

Duração : 6/9/07 a 5/9/08

Florianópolis, 13 de setembro de 2007.

RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE BOLSA DE TRABALHO:

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, representado pela sua Secretária-Geral, a estudante RENATA PANOVICH FERREIRA e a Universidade Federal de Santa Catarina, resolvem: Rescindir o Termo de Compromisso de Bolsa de Trabalho nos moldes do Ato n.º 150, de 9 de outubro de 2002, e da cláusula sétima do convênio firmado entre as partes, a contar de 1º/10/2007.

Florianópolis, 14 de setembro de 2007.

CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BOELL

PROMOTORA DE JUSTIÇA

SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DEMP 30024/072

AUTARQUIAS ESTADUAIS

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar a(s) seguinte(s) Portaria (s):

PORTARIA nº 1392/IPESC - de 24/8/2007

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 18 de fevereiro de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP31 09/075 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à MAURA MARIA DO NASCIMENTO matrícula 028.665-6, filha maior invalida de MANOEL JOÃO DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - SEC. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 18/02/2007

PORTARIA nº 1393/IPESC - de 24/8/2007

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 01 de fevereiro de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IPO9 05/070 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda

Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à JAIR ROSALINO DE SOUZA matrícula 018.217-6, filho de LENI RODRIGUES DE SOUZA, ocupante do cargo de PROFESSOR NÃO TITULADO - SEC. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecida em 16/01/2007

PORTARIA nº 1394/IPESC - de 24/8/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 28 de agosto de 2006, tendo em vista o que consta no Processo IP01 345/067 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à OSMARINA ALEXANDRE COSTA matrícula 902.876-5, companheira de PEDRO CANDIDO MACHADO, ocupante do cargo de SOLDADO 3ª CLASSE - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 28/08/2006

PORTARIA nº 1399/IPESC - de 24/8/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária, tendo em vista o que consta no Processo IP19 13/064 e de conformidade com o artigo 4º, da Lei Complementar Estadual nº 129 de 07 de novembro de 1994, a contar de abril/2006, a Getúlio Guilherme Peplau, matrícula 156.140-5, companheiro de Mirta de Luca, ocupante do cargo de Professor, falecida em 14/09/2001

PORTARIA nº 1439/IPESC - de 28/8/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 12 de janeiro de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP01 309/079 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à CAMILA DENICOL FRANZOI matrícula 233.132-2, filha de ROSA MARIA DENICOL FRANZOI, ocupante do cargo de AGENTE PRISIONAL - SEC. DE ESTADO DA SEG. PUB. E DEFESA DO CIDADÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecida em 12/01/2007

PORTARIA nº 1447/IPESC - de 28/8/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 13 de dezembro de 2005, tendo em vista o que consta no Processo IP06 150/061 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à MARIA ETELVINA PEREIRA matrícula 011.416-2, filho maior inválido de SELÃO ANASTÁCIO PEREIRA, ocupante do cargo de ANALISTA TEC. GEST. PROM. SAÚDE - SEC. DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 13/12/2005

PORTARIA nº 1450/IPESC - de 29/8/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 13 de dezembro de 2005, tendo em vista o que consta no Processo IP06 149/063 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à HÉLIO PEREIRA matrícula 011.416-2, filho maior inválido de SELÃO ANASTÁCIO PEREIRA, ocupante do cargo de ANALISTA TEC. GESTÃO PROM. SAÚDE - SEC. DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 13/12/2005

PORTARIA nº 1453/IPESC - de 29/8/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 02 de junho de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP22 05/070 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à LEVI JOÃO DEMENECK matrícula 227.939-8, esposo de INÁ KLEY DEMENECK, ocupante do cargo de SERVENTUARIO DA JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecida em 02/06/2007

PORTARIA nº 1621/IPESC - de 27/9/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 08 de agosto de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP04 42/072 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à CESIRA CHIESA DEMARCO matrícula 248.835-3, esposa de CLAUDINO DEMARCO, ocupante do cargo de ARTIFICE I - SEC. DE ESTADO DA AGRICULTURA E DES. RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 08/08/2007

PORTARIA nº 1624/IPESC - de 27/9/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 02 de fevereiro de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP01 396/079 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à EMILIO DA SILVA NUNES matrícula 361.044-6, filho de EDNA APARECIDA DA SILVA, ocupante do cargo de PROFESSOR - FUND. UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecida em 02/02/2007

PORTARIA nº 1629/IPESC - de 27/9/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 30 de agosto de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP24 06/076 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à ANGELINA FONTANA matrícula 227.991-6, esposa de MARTIN FONTANA, ocupante do cargo de ESCRIVÃO DE PAZ - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 30/08/2007

PORTARIA nº 1631/IPESC - de 27/9/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 27 de julho de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP33 09/075 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à NELITA ROSA COLOMBI matrícula 554.974-4, esposa de DORVALINO RODRIGUES COLOMBI, ocupante do cargo de JUIZ DE PAZ - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 27/07/2007

PORTARIA nº 1632/IPESC - de 27/9/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 07 de agosto de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP01 389/072 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à LOURDES EMA ODEBRECHT matrícula 550.354-0, esposa de GERT ODEBRECHT, ocupante do cargo de JUIZ DE DIREITO DE E. ESPECIAL - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 07/08/2007

PORTARIA nº 1633/IPESC - de 27/9/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 02 de agosto de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP01 385/077 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à ZILDA LUCHI DA SILVEIRA matrícula 450.089-5, esposa de IVO SILVEIRA, ocupante do cargo de CONSELHEIRO TRIB. CONTAS - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 02/08/2007

PORTARIA nº 1635/IPESC - de 27/9/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 29 de abril de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP03

10/073 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à ERIKA JORDENS matrícula 031.190-1, companheira de VASILE POPA, ocupante do cargo de ENGENHEIRO - SEC. DE ESTADO DA AGRICULTURA E POL. RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 29/04/2007

PORTARIA nº 1638/IPESC - de 27/9/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 16 de março de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP06 41/076 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à ALVARO RAMOS VIEIRA matrícula 227.970-3, companheiro de STELLA ROSA BITTENCOURT, ocupante do cargo de CONTADOR PÚBLICO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecida em 16/03/2007

PORTARIA nº 1639/IPESC - de 27/9/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 04 de dezembro de 2006, tendo em vista o que consta no Processo IP06 19/070 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, à DELVAIR BENDER matrícula 904.036-6, companheira de ANTONIO PACHECO, ocupante do cargo de CABO - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 04/12/2006.

PORTARIA nº 1612/IPESC - de 25/9/2007
TORNAR SEM EFEITO, conforme processo nº IP00 981/079, os efeitos da Portaria nº 836 de 16/05/2006 e consequentemente a Apostila nº 149 de 16/05/2006 de ELINE RUTH DONALD SPRICIGO, matrícula nº 240.664-0-1, lotada na SES.

PORTARIA nº 1614/IPESC - de 25/9/2007
REESTABELECER, conforme processo nº IP00 981/079, a Portaria nº 2537 de 15/12/2003, publicada no DOE nº 17.302 de 17/12/2003, que concedeu Aposentadoria Voluntária Proporcional, a ELINE RUTH DONALD SPRICIGO, matrícula nº 240664-0-01, lotada na SES.

PORTARIA nº 1606/IPESC - de 25/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, publicada no DOU de 31/12/03, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, conforme processo nº IP00 3911/071, a NELCI MORESCHI BIANCHI, matrícula nº 165180-3-01, no cargo (701) de PROFESSOR, nível 08, referência G, do Grupo: Magistério, lotado(a) no(a) SED.

PORTARIA nº 1607/IPESC - de 25/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, publicada no DOU de 31/12/2003, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, conforme processo nº IP00 3019/071 a CLARICE ANA TESSARO ZUCCO, matrícula nº 134965-1-01, no cargo (701) de PROFESSOR, nível 11, referência G, do Grupo: Magistério, lotado(a) no(a) SED.

PORTARIA nº 1609/IPESC - de 25/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, publicada no DOU de 31/12/03, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, conforme processo nº IP00 5982/065, a LUCIA PRETO PEREIRA DESTRO, matrícula nº 173635-3-01, no cargo (701) de PROFESSOR, nível 10, referência G, do Grupo: Magistério, lotado(a) no(a) SED.

PORTARIA nº 1613/IPESC - de 25/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, publicada no DOU de 31/12/03, conforme processo nº IP00 4190/076 a LEA DE OLIVEIRA PITZ, matrícula nº 190914-2-01, no cargo (896) de EAE/ORIENTADOR EDUCACIONAL, nível 10, referência D, do Grupo: Magistério, lotado(a) no(a) SED.

PORTARIA nº 1627/IPESC - de 27/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, conforme processo nº IP00 4539/079, a ONEIDA MUNDEL, matrícula nº 121153-6-01, no cargo (701) de PROFESSOR, nível 07, referência A, do Grupo: Magistério, lotado(a) no(a) SED.

PORTARIA nº 1628/IPESC - de 27/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, conforme processo nº IP00 6471/072 a JOSE OLIVEIRA SOUSA, matrícula nº 235972-3-01, no cargo (943) de ANALISTA TÉCNICO EM GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, Classe III, nível 02, referência H, do Grupo: Gestor Público, lotado(a) no(a) Posto do Sine da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

PORTARIA nº 1619/IPESC - de 27/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, conforme processo nº IP00 6523/072, a ITACIR DA COSTA, matrícula nº 252356-6-01, no cargo (701) de PROFESSOR, nível MAG-10, referência G, do Grupo: Magistério, lotado(a) no(a) SED.

PORTARIA nº 1634/IPESC - de 27/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, conforme processo nº IP00 4540/077 a SOLANGE LUZIA BECKER, matrícula nº 130765-7-02, no cargo (701) de PROFESSOR, nível 10, referência G, do Grupo: Magistério, lotado(a) no(a) SED.

PORTARIA nº 1640/IPESC - de 27/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, conforme processo nº IP00 4538/072 a NÉGUILEI REGINA GRIMES, matrícula nº 157277-6-01, no cargo (701) de PROFESSOR, nível 10, referência G, do Grupo: Magistério, lotado(a) no(a) SED.

PORTARIA nº 1642/IPESC - de 27/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, conforme processo nº IP00 6562/078, a ASSIS FISCHER, matrícula nº 246748-8-01, no cargo (931) de ANALISTA TÉCNICO EM GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURA, classe I, nível 2, referência G, do Grupo: Regulação e Controle, lotado(a) no(a) DEINFRA.

PORTARIA nº 1273/IPESC - de 7/8/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária, tendo em vista o que consta no Processo IP00 5175/070 e de conformidade com o artigo 4º, da Lei Complementar Estadual nº 129 de 07 de novembro de 1994, a contar de julho/2007, a Paulo Roberto Bonatelli, matrícula 031.452-8, filho maior inválido de João Bonatelli Filho, ocupante do cargo de Tec. Atividade Administrativas, falecido em 20/03/1995.

PORTARIA nº 1302/IPESC - de 14/8/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária, tendo em vista o que consta no Processo IP14 45/012 e de conformidade com o artigo 4º, da Lei Complementar Estadual nº 129 de 07 de novembro de 1994, a contar de janeiro/2007, a Ríd Rodrigues, matrícula 033.325-5, companheiro de Eloi de Ribeiro Rodrigues, ocupante do cargo de Administrador Escolar, falecido em 23/06/2001.

PORTARIA nº 1327/IPESC - de 21/8/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária, tendo em vista o que consta no Processo IP01 387/002 e de conformidade com o artigo 4º, da Lei Complementar Estadual nº 129 de 07 de novembro de 1994, a contar de junho/2007, a Marcelo Buchele, matrícula 037.127-0, filho maior inválido de Olga da Silva Buchele, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, falecido em 09/12/2000.

PORTARIA nº 1339/IPESC - de 22/8/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 28 de julho de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP01 325/074 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, a BELMAR FREYESLEBEN PEREIRA, matrícula 124.056-0, esposa de RUY VALLE PEREIRA, ocupante do cargo de ASSESSOR - SEC. DE ESTADO DE SEG. PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 28/07/2007.

PORTARIA nº 1351/IPESC - de 22/8/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 01 de junho de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP06 61/077 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, a NEYMAR DE CASTRO FERNANDES, matrícula 044.670-0, esposa de JUCILIO DE CASTRO FERNANDES, ocupante do cargo de PROFESSOR - SEC. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 01/06/2007.

PORTARIA nº 1352/IPESC - de 23/8/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 22 de dezembro de 2006, tendo em vista o que consta no Processo IP02 04/073 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, a LUCINDA SILVEIRA, matrícula 041.546-4, companheira de AVELINO GONÇALVES, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - SEC. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 22/12/2006.

PORTARIA nº 1357/IPESC - de 23/8/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 31 de março de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP21 09/075 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, a MARIA JUREK, matrícula 905.154-6, companheira de MARIO BLUK, ocupante do cargo de SUBTENENTE - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 31/03/2007.

PORTARIA nº 1361/IPESC - de 23/8/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 01 de agosto de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP09 63/070 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, a JURACY DE OLIVEIRA PEREIRA, matrícula 247.253-8, esposa de FLEURY INACIO PEREIRA, ocupante do cargo de ARTIFICE II - DEPART. ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 01/08/2007.

PORTARIA nº 1391/IPESC - de 24/8/2007
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder Pensão Previdenciária a contar de 19 de janeiro de 2007, tendo em vista o que consta no Processo IP02 13/072 e de conformidade com os termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/04, a RUDINEI DO NASCIMENTO, matrícula 153.792-0, filho de ODETE DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de PROFESSOR - SEC. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, falecido em 19/01/2007.

PORTARIA nº 1644/IPESC - de 28/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR REDUÇÃO DE IDADE, COM PROVENTOS INTEGRAIS, nos termos do art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, publicada no DOU de 06/07/2005, conforme processo nº IP00 5067/065 a NEUSA MARIA DA SILVA, matrícula nº 175326-6-01, no cargo (918) de ANALISTA TÉCNICO EM GESTÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE, na competência de Atendente de Saúde Pública, nível 10, referência H, do Grupo: GEPRO-SES, lotado(a) no(a) na Unidade Sanitária CS-2, da SES.

PORTARIA nº 1645/IPESC - de 28/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR REDUÇÃO DE IDADE, COM PROVENTOS INTEGRAIS, nos termos do art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, publicada no DOU de 06/07/2005, conforme processo nº IP00 4564/073 a SEBASTIÃO LOURENÇO DE MEDEIROS, matrícula nº 044718-8-01, no cargo (913) de CONTADOR DA FAZENDA ESTADUAL, Classe IV, nível 03, referência F, da Carreira-GESTOR PÚBLICO, lotado(a) no(a) SEF.

PORTARIA nº 1597/IPESC - de 24/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, publicada no DOU de 31/12/03, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, conforme processo nº IP00 3736/075, a ZENORI ARAÚJO, matrícula nº 142107-7-01, no cargo (701) de PROFESSOR, nível 10, referência C, do Grupo: Magistério, lotado(a) no(a) SED.

PORTARIA nº 1600/IPESC - de 25/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, conforme processo nº IP00 3905/071 a MARIA LUIZA SIMÃO TAVARES, matrícula nº 200215-9-01, no cargo (701) de PROFESSOR, nível 10, referência F, do Grupo: Magistério, lotado(a) no(a) SED.

PORTARIA nº 1603/IPESC - de 25/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, conforme processo nº IP00 6444/075, a MURILO CESAR FRONZA, matrícula nº 240083-9-01, no cargo (918) de ANALISTA TÉCNICO EM GESTÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE, na competência de Médico, nível 14, referência J, do Grupo: GEPRO-SES, lotado(a) no(a) Maternidade Darcy Vargas, da SES.

PORTARIA nº 1604/IPESC - de 25/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, publicada no DOU de 31/12/03, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, conforme processo nº IP00 2880/075, a ROMILDA DE FATIMA MACEDO, matrícula nº 157481-7-01, no cargo (701) de PROFESSOR, nível 10, referência C, do Grupo: Magistério, lotado(a) no(a) SED.

PORTARIA nº 1605/IPESC - de 25/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, publicada no DOU de 31/12/03, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, conforme processo nº IP00 4070/070, a LISSARDA TERESINHA MATOS MARTINS, matrícula nº 145748-9-01, no cargo (701) de PROFESSOR, nível 10, referência E, do Grupo: Magistério, lotado(a) no(a) SED.

PORTARIA nº 1599/IPESC - de 25/9/2007
CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE COM PROVENTOS INTEGRAIS, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 41 de 19.12.2003, publicada no DOU de 31.12.2003, conforme processo nº IP00 5466/075, a GREGÓRIO ANTONIO CONSTANTINO, matrícula nº 163889-0-01, no cargo (701) de PROFESSOR, nível 11, referência B, do Grupo: Magistério, lotado(a) no(a) SED.

DAP5503	01215928SC	RICARDO LUCIANO DE LUCA	518	LXX4933	LE00330571	VOLNEI BOMOLO	645	LZT1224	01213668SC	ROSANIA VIEIRA DEMETRIO	518
DBV4632	00450462SC	JULIANO PIRES DOBUCHAK	518	LYX8070	01215644SC	LUIZ BENEDITO RODRIGUES DA LUZ	518	LZU1499	00444340SC	PEDRO FONTANA GALDINO	518
DCW1122	LE00033052	CLAUDIO JOSE MACHADO SANTOS	745	LXZ2318	01272030SC	SILVANA SANTOS	504	LZV5009	01222628SC	VILMAR SCREMIN	518
DEH2750	00449890SC	ALMIR TARCIO DAL SANTO	596	LXZ2318	00442422SC	DEJALMA LEANDRO	704	LZV5071	00425499SC	VILMAR LEMBECK BRAND	518
DEV6053	01215798SC	ADEMAR TRISCH DE AGUIAR	627	LYB1316	00451060SC	PEDRO CARDOSO	580	LZW6792	01210908SC	ALDO ROBERTO SARDA FILHO	59
DEM5249	01210451SC	ROLF EHLERT	746	LYB3062	LE00032140S	CRISTIANE SILVA	745	LZW6792	01210910SC	ALDO ROBERTO SARDA FILHO	59
DIH1658	LE000329261	EMANUEL PEREIRA DA SILVA	745	LYC1679	LE00032150S	CRISTIANE SILVA	745	LZW8485	01209276SC	RUBENS MOTA DE NORONHA	62
DIR1716	00442098SC	KARINA DA ROSA MARCELINO	691	LYC1679	LE000318830	WILSON DA SILVA	745	LZX0063	01275632SC	RAFAEL NUNES	56
DJC5325	LE000327079	YAN HUSADEL LEDUC	745	LYC1679	LE000330278	LUIZ CARLOS DA SILVA CUNHA	745	LZX0063	01275632SC	RAFAEL NUNES	56
DMS0500	LE000331403	LUIZ FERNANDO SABINO	745	LYC2429	01234572SC	RAYMOND RECH	663	LZX0063	01275632SC	RAFAEL NUNES	56
DNO0430	LE000317833	DENISIO DOLASIO BAIXO	745	LYD1181	01234572SC	RAYMOND RECH	663	LZX0919	LE000329721	HIELLO GAZOLIA	74
DYO7587	0127211553	EURO CREDITO SERVICIOS DE INTER	518	LYD2400	01213676SC	JULIO CESAR DA SILVA	691	LZX7052	00444229SC	ABILIO DALSOQUIO	51
EID0505	01267814SC	JOSE TELMO BORGES	501	LYE2840	01213676SC	JULIO CESAR DA SILVA	691	LZX7052	00444229SC	ABILIO DALSOQUIO	51
GSA6548	01202874SC	MARIO DE SOUZA DUARTE	501	LYE2840	01213676SC	JULIO CESAR DA SILVA	691	LZY4030	01220505SC	OLMIR LUIZ GELHEN	74
GQJ6625	01212898SC	ELO COMERCIAL LTDA	597	LYE2851	LE000329071	SPT ENGENHARIA DE SOLOS E FUNDS	745	LZY9050	LE000319577	VANDERLEI FRANCISCO	74
HJJ1582	01206685SC	ZONIC INDUSTRIA E COMERCIO DE	664	LYE4881	LE000329075	BRIVAN DOS SANTOS	745	LZZ5161	LE000319571	SEBASTIAO GUILLINO GONCALVES	74
IYV5172	01219110SC	IRLA DOS SANTOS ORLANDI	664	LYI1964	01203397SC	GENESIO MUNIZ FILHO	746	MAA6353	01207258SC	DIVALDINO SABINO ROSALEN	51
IKK1329	01210956SC	EDILENE CHIARELLI	664	LYI3295	01208776SC	SIDINEI GIACOMOZZI	518	MAB0007	LE000323447	JOSE RURI	74
IRE3807	01266957SC	SIRLEI MARTINS	501	LYI4349	00438398SC	SABRINA RODRIGUES	661	MAB6562	00449096SC	CERAMICA ZACCARON LTDA	74
IRE3807	01266957SC	SIRLEI MARTINS	691	LYJ4422	00438724SC	EDERSON BERNARD	664	MAD2900	01216823SC	PEDRO PAULO PEREIRA DEMETRIO	74
IRE3807	01266957SC	SIRLEI MARTINS	659	LYJ7645	LE000329781	CITIMAP PRESTADORA DE SERVICOS	745	MAG9971	LE000319124	GILBERTO FRANCISCO PETRY	74
IRE3807	01266957SC	SIRLEI MARTINS	518	LYK2376	01213616SC	ELTON DIOGO MATOCHI	518	MAD1186	LE000330667	AUGUSTINHO OGLIARI	74
IRE3807	01266957SC	SIRLEI MARTINS	745	LYK8326	LE000327968	ADELSON DA COSTA	745	MAD1186	01213604SC	OSNIER HEIDRECH	61
IRC4011	LE000330806	HUMBERTO DO NASCIMENTO JUNIOR	745	LYL0855	LE000330553	JOSE LINDOMAR LAURENTINO	745	MAD1383	01213604SC	OSNIER HEIDRECH	61
IRM1767	LE000328372	CATARINA CORREA PEREIRA	660	LYL8935	LE000330960	ARNO DIKCMANN	745	MAD1383	01213604SC	OSNIER HEIDRECH	61
IDV7032	00400618SC	JAIR VALNEI CRICHES	518	LYM3624	LE000328902	JOAO ALBINO RODRIGUES	745	MAD1383	01213604SC	OSNIER HEIDRECH	61
IEW4733	01215846SC	ROGER MARTINS MARTA	505	LYM3624	LE000328902	JOAO ALBINO RODRIGUES	745	MAD1383	01213604SC	OSNIER HEIDRECH	61
IES9775	01206643SC	ELIZEO LAURINDO DE SOUZA JUNIOR	503	LYM3624	LE000328902	JOAO ALBINO RODRIGUES	745	MAD1383	01213604SC	OSNIER HEIDRECH	61
IFS9775	01206643SC	ELIZEO LAURINDO DE SOUZA JUNIOR	503	LYM3624	LE000328902	JOAO ALBINO RODRIGUES	745	MAD1383	01213604SC	OSNIER HEIDRECH	61
IFX6734	LE000328561	IRMOGENSE CASTANO	745	LYM3624	LE000328902						

526 CTB 174
544 CTB 181 VII
545 CTB 181 VIII
562 CTB 182 VI
572 CTB 186 I
580 CTB 192
581 CTB 193
583 CTB 195
590 CTB 202 I
592 CTB 203 I
594 CTB 203 III
596 CTB 203 V
597 CTB 204
604 CTB 207
605 CTB 208
627 CTB 220 II
640 CTB 221
655 CTB 230 I
656 CTB 230 II
659 CTB 230 V
660 CTB 230 VI
661 CTB 230 VII
663 CTB 230 IX
664 CTB 230 X
666 CTB 230 XII
667 CTB 230 XIII
668 CTB 230 XIV
670 CTB 230 XVI
672 CTB 230 XVIII
675 CTB 230 XXI
676 CTB 230 XXII
683 CTB 231 V
685 CTB 231 VII
687 CTB 231 IX
691 CTB 232
704 CTB 244 II
706 CTB 244 IV
730 CTB 251 II
734 CTB 252 IV
735 CTB 252 V
736 CTB 252 VI
745 CTB 218* I
746 CTB 218* II
747 CTB 218* III
912 PORT DENATR. 38/98 45*IIIB
916 PORT DENATR. 38/98 45*IIIF
924 PORT DENATR. 38/98 46*IIA
926 PORT DENATR. 38/98 46*IIIC

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 13/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI N. 602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FLORIANÓPOLIS/SC, 01 DE OUTUBRO DE 2007.

ROMUALDO THEOPHILUS FRANCA JR
PRESIDENTE DO DETRAN

DEMP 30145/074

EDITAL DE CONSULTA Nº 306/2007. (REF. PROCESSO DETT 5418/070).

Nos termos do artigo 22 do Decreto 12.601, de 06 de novembro de 1980 convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transportes Ltda., para utilizar veículo micro-ônibus tipo "B", nas seguintes linhas: 219-0 Araranguá / Praia Grande e 731-1 Araranguá / Praia Grande, permanecendo inalterado os horários. Florianópolis, 04 de setembro de 2007.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PRESIDENTE

EDITAL DE CONSULTA Nº 307/2007. (REF. PROCESSO DETT 5431/077).

Nos termos do artigo 14 do decreto 12.601, de 06 de novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação, sobre o pedido formulado pela Auto Viação São José Ltda., para cancelar o serviço 402-1 Urussanga / Criciúma. Florianópolis, 4 de setembro de 2007.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PRESIDENTE

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONSULTA Nº 289/2007. (REF. PROCESSO DETT 4639/073).

Nos termos dos artigos 14º, 22º e 62º Decreto 12.601 de 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação, sobre o pedido formulado pela JOTUR - Auto Ônibus e Turismo Josefense Ltda, para implantar serviço complementar

viagem parcial na linha 35-0 Guarda Cubatão/Florianópolis, entre Arinú e Florianópolis, com horários de partida de Arinú as 06:15 e 07:55 horas e de Florianópolis as 18:10 horas, de segunda a sexta-feira, para atendimento dos moradores do condomínio São Francisco. Florianópolis, 05 de setembro de 2007.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PRESIDENTE

DEMP 30016/070

EDITAL DE CONSULTA Nº 311/2007. (REF. PROCESSO DETT 5525/071).

Nos termos do artigo 4º da Lei nº 5.684, 09 de maio de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação, sobre o pedido formulado pela Transporte Coletivo Estrela Ltda., para cancelar na linha 131-0 Florianópolis / Loteamento Cirino, os horários partindo de Florianópolis as 07:05, 12:05, 13:05 e 14:05 horas de segunda a sexta-feira, anual. Florianópolis, 04 de outubro de 2007.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PRESIDENTE

EDITAL DE CONSULTA Nº 312/2007. (REF. PROCESSO DETT 5526/078).

Nos termos do artigo 4º da Lei nº 5.684, 09 de maio de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação, sobre o pedido formulado pela Transporte Coletivo Estrela Ltda., para cancelar todos os horários da linha 131-0 Kobrasol / Florianópolis, e implantar novos partindo de Kobrasol as 06:40, 06:50, 07:00, 07:10, 07:20, 07:35, 07:50, 08:05, 08:20, 08:35, 08:50, 09:05, 09:25, 09:45, 10:05, 10:35, 11:05, 11:35, 11:55, 12:10, 12:25, 12:55, 13:10, 13:25, 13:40, 13:55, 14:10, 14:25, 14:40, 14:55, 15:10, 15:35, 16:05, 16:20, 16:35, 16:50, 17:05, 17:20, 17:35, 17:50, 18:05, 18:20, 18:35 e 18:50 horas de segunda a sexta-feira, anual. Florianópolis, 04 de outubro de 2007.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PRESIDENTE

EDITAL DE CONSULTA Nº 315/2007. (REF. PROCESSO DETT 5527/074).

Nos termos do artigo 4º da Lei nº 5.684, 09 de maio de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação, sobre o pedido formulado pela Transporte Coletivo Estrela Ltda., para cancelar na linha 317-1 Campinas I / Florianópolis, os horários partindo de Florianópolis as 07:10, 08:10, 09:10, 11:10, 12:10, 13:10 e 14:10 horas de segunda a sexta-feira, anual. Florianópolis, 04 de outubro de 2007.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PRESIDENTE

EDITAL DE CONSULTA Nº 316/2007. (REF. PROCESSO DETT 5528/070).

Nos termos do artigo 4º da Lei nº 5.684, 09 de maio de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação, sobre o pedido formulado pela Transporte Coletivo Estrela Ltda., para cancelar na linha 763-0 Florianópolis / Loteamento Los Angeles, os horários partindo de Florianópolis as 06:10, 08:10, 09:10, 10:10, 12:10 e 14:10 horas de segunda a sexta-feira, anual. Florianópolis, 04 de outubro de 2007.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PRESIDENTE

DEMP 29062/071

GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Infra-Estrutura
Departamento de Transportes e Terminais
DIRETORIA DE TRANSPORTES - DITRA
GERENCIA DE OPERAÇÕES - GEROP

O Departamento de Transportes e Terminais - DETER, pelas Ordens de Serviço abaixo relacionadas, autoriza a execução dos seguintes fretamentos:

O. S.	EMPRESA	ITINERÁRIO	CERTIF.	PROC.
1316/07	Antenor S. Neto	Bombinhas/Itajaí	2012/07	6103/073

Florianópolis, 04 de outubro de 2007.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PRESIDENTE

DEMP 29113/075

GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Infra-Estrutura
Departamento de Transportes e Terminais

ERRATA
Departamento de Transportes e Terminais - DETER
Extrato de Termo de Compromisso Transportes Marítimos, de

DOE nº 18.216, de 27/09/2007 - página 31.

ONDE SE LÊ:	LEIA-SE:
Conforme Decreto Estadual Nº 387 de 23 de julho de 1999 - Vigência até 24/03/2007	Conforme Decreto Estadual Nº 387 de 23 de julho de 1999 - Vigência até 24/03/2008

DEMP 30133/076



GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Infra-Estrutura
Departamento de Transportes e Terminais
DIRETORIA DE TRANSPORTES - DITRA
GERENCIA DE OPERAÇÕES - GEROP



O Departamento de Transportes e Terminais - DETER, pelas Ordens de Serviço abaixo relacionadas, autoriza a execução dos seguintes fretamentos:

O. S.	EMPRESA	ITINERÁRIO	CERTIF.	PROC.
1314	MOISES	ITAJAÍ/BAL. CAMBORIÚ	2038/07	5976/073
1315	TRANSVIVOS	SIDERÓPOLIS/CRICIÚMA	1097/07	6099/076

LUIZ CARLOS TAMANINI
PRESIDENTE

DEMP 29062/071



GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Infra-Estrutura
Departamento de Transportes e Terminais
DIRETORIA DE TRANSPORTES - DITRA
GERENCIA DE OPERAÇÕES - GEROP



O Departamento de Transportes e Terminais - DETER, pelas Ordens de Serviço abaixo relacionadas, autoriza a execução dos seguintes fretamentos:

O. S.	EMPRESA	ITINERÁRIO	CERTIF.	PROC.
1311/07	Antenor S. Neto	Bombinhas/Porto Belo	2028/07	6101/070
1312/07	Antenor S. Neto	Bombinhas/Itapema	1942/07	6102/077
1313/07	Antenor S. Neto	Bombinhas/Itapema	2010 e 2011/07	6104/070

Florianópolis, 04 de outubro de 2007.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PRESIDENTE

DEMP 30008/077



Governo de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SIE
Departamento de Transportes e Terminais - DETER



RELATÓRIO Nº 08/2007

O Presidente do Departamento de Transportes e Terminais - DETER, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 14 do Decreto nº 133/99, informa o pagamento das despesas relacionadas a diárias no mês de **AGOSTO/2007**.

MATR.	FUNCIONÁRIO	DIÁRIA	GASTOS	OB.
221578-0	Ademir Wendhausen	7,0	700,00	FI
221579-9	Ademir Teodoro Santos	10,0	1.000,00	FI
221583-7	Agostinho M.de Campos	10,0	1.000,00	MO
221591-8	Alonso de J Schlichting	10,0	1.000,00	MO
221594-2	Amauri A. Vieira	10,0	1.000,00	MO
382639-2	Antônio Carlos R. Peres	3,0	330,00	RS
221607-8	Antonio W. Piazza	5,0	500,00	FI
221618-3	Azomar Pereira N. Junior	8,0	800,00	FI
221620-5	Bento Vieira	9,0	900,00	MO
221626-4	Carlos Gilberto Alves	5,0	500,00	FI
221629-9	Carlos König	8,0	800,00	FI
221903-4	Claudio Paulino Luetke	3,0	300,00	FI
221905-0	Claudioimar L. Esmeraldino	3,0	300,00	FI
221924-7	Djalma de Amorim	9,0	900,00	FI
221928-0	Edemilson H. Cardoso	10,0	1.100,00	FI
221939-5	Emanuel Cardoso	5,0	500,00	FI
221631-0	Euzébio Adão da Silva	5,0	500,00	FI
221632-9	Evadio F. Broering	7,0	700,00	MO
221638-8	Flávio Souza	10,0	1.000,00	FI
221648-5	Hamilton Tomporoski	8,0	800,00	FI
221667-1	Jair Matias Kalfeltz	7,0	700,00	FI

221680-9	João Irineu Dutra	6,0	600,00	FI
221689-2	Jorge Eriberto Lopes	7,0	700,00	FI
153598-3	Juscélia Momm	2,0	220,00	RS
221714-7	Ledson Luiz Albino	8,0	800,00	FI
221717-1	Lídio Pedro da Cunha	10,0	1.000,00	FI
221722-8	Luciano Norberto da Silva	7,0	700,00	FI
221724-4	Luiz Antonio Vilas Boas	8,0	800,00	FI
221726-0	Luiz Carlos Heinzen	10,0	1.000,00	FI
221729-5	Luiz Carlos Pacheco	7,0	700,00	FI
368440-7	Luiz Carlos Tamanini	9,5	3.230,00	RS
221737-6	Manoel de Abreu	10,0	1.000,00	MO
221746-5	Marcio Paulo Rovaris	5,0	500,00	FI
221771-6	Marlon Carara	10,0	1.000,00	FI
221783-0	Nadjanara R. L. Scheffer	2,0	220,00	RS
221787-2	Nelson Steiner	8,0	800,00	FI
317723-8	Neri Francisco Garcia	2,0	312,00	RS
221791-0	Nildo Nazareno Teixeira	8,0	880,00	ML
221809-7	Paulo Martins Ramos	10,0	1.000,00	MO
221813-5	Pedro Carlos Fernandes	9,0	900,00	FI
221814-3	Pedro Paulo S. da Luz	5,0	550,00	AO
221818-6	Raul de Souza Filho	8,0	800,00	MO
221820-8	Renato Camargo Berthier	7,0	700,00	FI
221826-7	Roberto Mariano	5,0	500,00	FI
221829-1	Roberto Tito Filomeno	5,0	500,00	FI
221833-0	Rogério Pinto da Luz	2,0	220,00	RS
221857-7	Sérgio Pedro Fortunato	2,0	200,00	RS
221858-5	Sidney Carlos Grahl	8,0	800,00	FI
221862-3	Silvio Rafael Piazza	8,0	800,00	FI
355030-3	Tufi Michreff Neto	1,5	286,88	RS
221885-2	Wagner Daniel Bergold	10,0	1.000,00	FI
171538-0	Waldir Probst	2,0	200,00	RS
TOTAL		354,0	38.248,88	

Legenda de Motivos:

MO - Motorista
VE - Viagem Exterior
FI - Fiscalização
AO - Apoio Operacional
RS - Reunião de Serviço
AU - Auditoria
SS - Supervisão de Serviço
ML - Medição de Linhas
VI - Vistoria
MA - Manutenção
CS - Curso
CA - Cadastramento
LE - Levantamento
SI - Sindicância

Florianópolis, 01 de Agosto de 2007.

LUIS CARLOS TAMANINI
PRESIDENTE

DEMP 30097/070

FUNDAÇÕES ESTADUAIS

PORTARIA Nº. 050 /FCC, de 02 de outubro de 2007.

CONSIDERAR APROVADAS as prestações de contas, referentes aos seguintes Projetos Culturais:

1. Processo PFCC 1034/049(MEIC), projeto "Inventário da Cultura Imaterial dos Luso-Brasileiros no Oeste de Santa Catarina"; Autoria: Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); Elisabete Nunes Anderle
Presidente da Fundação Catarinense de Cultura.

PORTARIA Nº 051/FCC, de 02 de outubro de 2007

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo art. 7º, item II, da Lei Complementar nº. 381, de 07 de maio de 2007, Resolve: DESIGNAR Vitorio Fretta Colossi, matrícula nº. 239.734-01-0, ocupante do cargo Analista Técnico em Gestão Cultural; Márcia Maria de Quadra, matrícula nº 239.771-1-4, Analista Técnico em Gestão Cultural e Iara Rosalina da Silva, matrícula nº. 239.830-01-3, Analista Técnico em Gestão Cultural, lotados na Fundação Catarinense de Cultura, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Sindicância a fim de apurar o furto ocorrido no almoxarifado da Fundação Catarinense de Cultura.

Elisabete Nunes Anderle
Presidente da Fundação Catarinense de Cultura

PORTARIA Nº 052/FCC, de 03 de outubro de 2007

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, de acordo com a delegação de competência que lhe foi

conferida pelo art. 7º, item II, da Lei Complementar nº. 381, de 07 de maio de 2007 e conforme o Processo PFCC 296/07-4, Resolve: DESIGNAR Arno Fernandes de Carvalho, matrícula nº. 239.603-01-3, Analista Técnico em Gestão Cultural; Doroti Rizzo, matrícula nº. 239.790-01-0 Analista Técnico em Gestão Cultural e Rosemá Dilza Leal matrícula nº. 239.757-01-9, Analista Técnico em Gestão Cultural, lotados na Fundação Catarinense de Cultura, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Sindicância a fim de apurar os fatos e responsabilidades sobre o furto ocorrido no Museu Histórico de Santa Catarina – Palácio Cruz e Sousa.

Elisabete Nunes Anderle

Presidente da Fundação Catarinense de Cultura

DEMP 30004/071



Secretaria de Estado do Desenvolvimento
Sustentável - SDS
Fundação do Meio Ambiente - FATMA



COMUNICADO

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 0027/2007

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

CONTRATADA: DELT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

PROCESSO LICITATÓRIO: CONVITE Nº 0006/2007.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMAS DO IMÓVEL PARA O CENTRO TEMÁTICO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO, NO MUNICÍPIO DE IMARUÍ (SC), PARA ATENDIMENTO AO SUBCOMPONENTE - CORREDORES ECOLÓGICOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO FRAPEM/MICROBACIAS2.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: AÇÃO: 4025, ITEM ORÇAMENTÁRIO: 3.3.90.39, FONTE DE RECURSOS: 0192.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 120 (CENTO E VINTE) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS: R\$ 53.261,74 (CINQUENTA E TRÊS MIL DUZENTOS E SESENTA E UM REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS).

FLORIANÓPOLIS, 04 DE OUTUBRO DE 2007.

CARLOS LEOMAR KREUZ
PRESIDENTE

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FAPESC - EXTRATO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo de Convênio no 14.227/2007-1. CONVENIENTES: O Estado de Santa Catarina, através da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC e o Fundação Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, com sede no município de Lages. OBJETO: O aporte de recursos visando apoiar a Consolidação do Micro Distrito de Base Tecnológica - MIDILAGES, que teve sua proposta selecionada na Chamada Pública FAPESC - SEBRAE/SC 03/2007 - Apoio às Incubadoras de Empresas. VALOR DOS RECURSOS: R\$ 40.000,00 (quarenta reais), liberados em 02 (duas) parcelas, conforme Plano de Trabalho. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Correndo a despesa à conta da Atividade Desenvolvimento de Ações na Área de Educação, Ciência e Tecnologia - Código 34, dos itens orçamentários 3.3.50.41.02 - Custeio e 4.4.50.42.01 - investimento, Fonte 0161 - Recursos do Fundo Social, conforme Notas de Empenho Global nos 1.228/000 e 1.229/000, de 27/09/2007. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2008, a partir da data de publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Florianópolis, 04 de outubro de 2007. SIGNATÁRIOS: Antônio Diomário de Queiroz, pela FAPESC, e Gilberto Borges de Sá, pela UNIPLAC.

DEMP 30014/071

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FAPESC - EXTRATO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo de Convênio no 14.125/2007-9. CONVENIENTES: O Estado de Santa Catarina, através da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado

de Santa Catarina - FAPESC e o Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, com sede no município de Tubarão. OBJETO: O aporte de recursos visando apoiar a Consolidação da Crie Centro Regional de Inovação e Empreendedorismo, que teve sua proposta selecionada na Chamada Pública FAPESC - SEBRAE/SC 03/2007 - Apoio às Incubadoras de Empresas. VALOR DOS RECURSOS: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), liberados em 02 (duas) parcelas, conforme Plano de Trabalho. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Correndo a despesa à conta da Atividade Desenvolvimento de Ações na Área de Educação, Ciência e Tecnologia - Código 34, dos itens orçamentários 4.4.50.42.01 - Investimento, e 3.3.20.41.02 - Custeio, Fonte 0161 - Recursos do Fundo Social, conforme Notas de Empenho Global no 1.230/000 e 1.231/000, de 27/09/2007. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2008, a partir da data de publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Florianópolis, 1º de outubro de 2007. SIGNATÁRIOS: Antônio Diomário de Queiroz, pela FAPESC, e Gerson Luiz Joner da Silveira, pela UNISUL.

DEMP 30014/071

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL - FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FAPESC - EXTRATO DE CONTRATO - ESPÉCIE: Termo de Contrato nºCON 10.900/2007-2. CONTRATANTES: O Estado de Santa Catarina, através da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC e Rodrigo Bainy Leal, residente no município de Florianópolis, com interveniência da Universidade Federal de Santa Catarina, com sede no município de Florianópolis-SC. OBJETO: Concessão de auxílio financeiro para apoio ao projeto de pesquisa científica e/ou tecnológica intitulado: "MECANISMOS MOLECULARES DA NEUROTOXICIDADE DE METAIS PESADOS". VALOR DOS RECURSOS: R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), a serem liberados em duas parcelas. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Correndo a despesa à conta da Atividade 0412.305950446.0034 - Desenvolvimento de Ações na Área de Educação, Ciência e Tecnologia, Fonte 0161 - Fundo Social, no item orçamentário 3.3.90.20.01 - Auxílios Financeiros a Pesquisadores, a ser empenhado, e Atividade 0412.305950446.0034 - Desenvolvimento de Ações na Área de Educação, Ciência e Tecnologia, Fonte 0161 - Fundo Social, no item orçamentário 3.3.90.20.01 - Auxílios Financeiros a Pesquisadores, conforme Nota de Empenho Global nº 613/000 de 15/8/2007, e Atividade 0412.305950446.0034 - Desenvolvimento de Ações na Área de Educação, Ciência e Tecnologia, Fonte 0161 - Fundo Social, no item orçamentário 4.4.90.20.01 - Auxílios Financeiros a Pesquisadores, conforme Nota de Empenho Global nº 614/000 de 15/8/2007. PRAZO E VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2007, a contar da data de publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Florianópolis, 17 de agosto de 2007. SIGNATÁRIOS: Antônio Diomário de Queiroz, pela FAPESC, Rodrigo Bainy Leal, como Beneficiário e Lúcio José Botelho, pela Interviente.

DEMP 30068/070

UDESC
Universidade do Estado de Santa Catarina



EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo de convênio celebrado entre a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e:

- 01 - CONFECÇÕES PONTO CHIC LTDA. - ME
- 02 - COMERCIAL DE AGROPECUÁRIA JONY, JENY E JEYSON LTDA.
- 03 - COMPANHIA INDUSTRIAL SAXONIA
- 04 - HEITOR ODELI - ME
- 05 - HOTEL CAYORÁ PRESI RESTAURANTE LTDA.
- 06 - ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOSÉ CLEMENTE PEREIRA
- 07 - PONTOCON CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA.
- 08 - MECÂNICA KRÜGER LTDA.
- 09 - VENEMALHAS INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA.
- 10 - EQUIBRASIL AUTOMOTIVA LTDA.
- 11 - WALDEMIRO SCURSEL CIA LTDA.
- 12 - CERÂMICA EWALD
- 13 - GRÁFICA HAMÔNIA LTDA.
- 14 - CONSTRUTORA E INCORPORADORA CRIATIVA LTDA.
- 15 - ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE SANTA CATARINA - ARTE FLORIPA
- 16 - IMAGEM CENTRO DE DIAGNÓSTICO MÉDICO
- 17 - REDE SERRANA DE RÁDIOFUSÃO LTDA.
- 18 - MÁQUINAS OMIL LTDA.

Objeto: Estabelecer e regulamentar a admissão de alunos da UDESC, através da concessão de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios (remunerados ou não) pela concedente, com duração de 05 (cinco) anos, 05 (cinco) anos, 05 (cinco) anos, 05 (cinco) anos, 05 (cinco) anos, 05 (cinco) anos, 05 (cinco) anos, 05 (cinco) anos, 05 (cinco) anos, 05 (cinco) anos, 12 (doze) meses, 12 (doze) meses, 05 (cinco) anos, 05 (cinco) anos, respectivamente.

19 - STAG CENTRAL DE ESTÁGIOS LTDA.

Objeto: Tem por objeto a prestação de serviços de Agente de Integração entre os sistemas de ensino e os setores de produção, serviços comunidade e governo, com duração de 05 (cinco) anos.

Secretaria de Estado da Saúde**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o Resultado de Licitação nº 1992/2007 na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é: Contratação de empresa na prestação de serviços de infra-estrutura para realização da "Capacitação para os serviços referentes ao monitoramento dos Projetos ONG's" em Florianópolis (Recursos do Convênio PAM/DST/HIV/Aids), à Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE), referente ao Processo PSUS 6334/075 como segue:
"DECLARAR COMO VENCEDORA DA PRESENTE LICITAÇÃO A EMPRESA PLANO PLANEJAMENTO, ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA." (COTAÇÃO ÚNICA).
 Florianópolis, 04 de outubro de 2007.
 Claudia Nunes
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Secretaria de Estado da Saúde**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o Resultado de Licitação nº 1819/2007 na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é: Aquisição de Grupo Gerador, para o Hospital Regional de São José (HRSJ), referente ao Processo PSUS nº 4550/072 como segue:
"DECLARAR COMO VENCEDORA DA PRESENTE LICITAÇÃO A EMPRESA STAMAC S/A. GRUPOS GERADORES" (MENOR PREÇO)
 Florianópolis, 04 de outubro de 2007.
 Claudia Nunes
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEMP 30072/077

Secretaria de Estado da Saúde**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina/Fundo Estadual da Saúde, torna público que realizará a abertura da licitação abaixo relacionada, cuja documentação e proposta deverão ser entregues, **exclusivamente**, no Setor de Protocolo da Comissão Permanente de Licitação - Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2º andar - Centro - Florianópolis - SC.

Licitação: Edital n.º 2288/2007**Modalidade: Pregão Presencial****Processo: PSUS n.º 9527/079.**

OBJETO: Aquisição de Veículo (Recursos do Convênio 3663/2004), para a Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVS)

Abertura da Licitação: às 14h do dia 01/11/2007.

Entrega dos Envelopes: até às 13h30min do dia 01/11/2007.

Licitação: Edital n.º 2282/2007**Modalidade: Pregão Presencial****Processo: PSUS n.º 9644/075.**

OBJETO: Aquisição de Dietas Sintéticas, para o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt (HRHDS).

Abertura da Licitação: às 14h do dia 30/10/2007.

Entrega dos Envelopes: até às 13h30min do dia 30/10/2007.

Licitação: Edital n.º 2313/2007**Modalidade: Pregão Presencial****Processo: PSUS n.º 10757/074.**

OBJETO: Aquisição de monitores LCD - Convênio PPI-VS, para a Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE)

Abertura da Licitação: às 16h do dia 09/11/2007.

Entrega dos Envelopes: até às 13h30min do dia 09/11/2007.

Licitação: Edital n.º 2284/2007**Modalidade: Pregão Presencial****Processo: PSUS n.º 7813/074.**

OBJETO: Aquisição de Equipamentos de informática e câmera digital - Convênio 3663/04, para a Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVS).

Abertura da Licitação: às 14h do dia 09/11/2007.

Entrega dos Envelopes: até às 13h30min do dia 09/11/2007.

Licitação: Edital n.º 2300/2007**Modalidade: Pregão Presencial****Processo: PSUS n.º 10190/074.**

OBJETO: Aquisição de Kits de diagnóstico de leptospirose, ao Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN.

Abertura da Licitação: às 14h do dia 31/10/2007.

Entrega dos Envelopes: até às 13h30min do dia 31/10/2007.

Claudia Nunes

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEMP 30064/074

Secretaria de Estado da Saúde

A Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina/Fundo Estadual da Saúde, torna público que realizará a abertura da licitação abaixo relacionada, cuja documentação e proposta deverão ser entregues, **exclusivamente**, no Setor de Protocolo da Comissão Permanente de Licitação - Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2º andar - Centro - Florianópolis - SC.

Licitação: Edital n.º 2140/2007**Modalidade: Pregão Presencial****Processo: PSUS n.º 7263/074**

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios, às Unidades da SES.

Abertura da Licitação: às 14h do dia 19/10/2007.

Entrega dos Envelopes: até às 13h30min do dia 19/10/2007.

Licitação: Edital n.º 2269/2007**Modalidade: Pregão Presencial****Processo: PSUS n.º 10080/074**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS - Aquisição de Medicamentos especificamente para atendimento das ordens judiciais já existentes contra a SES/FES (Diretoria de Assistência Farmacêutica - DIAF).

Abertura da Licitação: às 09h do dia 12/11/2007 - Itens: 01 ao 20

Às 13h30m do dia 12/11/2007 - Itens: 21 ao 50

Às 13h30m do dia 13/11/2007 - Itens: 51 ao 80

Às 9h do dia 14/11/2007 - Itens: 81 ao 98

Entrega dos Envelopes: até às 18h do dia 09/11/2007.

Claudia Nunes

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEMP 30072/077

Secretaria de Estado da Saúde**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina/Fundo Estadual da Saúde, torna público que realizará a abertura da licitação abaixo relacionada, cuja documentação e proposta deverão ser entregues, **exclusivamente**, no Setor de Protocolo da Comissão Permanente de Licitação - Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2º andar - Centro - Florianópolis - SC.

Licitação: Edital n.º 2311/2007**Modalidade: Pregão Presencial****Processo: PSUS n.º 9397/078**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS - Aquisição de Próteses Importadas - para atendimento de Ordem Judicial, para a Consultoria Jurídica (COJUR).

Abertura da Licitação: às 14h do dia 06/11/2007

Entrega dos Envelopes: até às 13h30min do dia 06/11/2007.

Licitação: Edital n.º 2264/2007**Modalidade: Pregão Presencial****Processo: PSUS n.º 10283/072**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS - Aquisição de Medicamentos (Dietas e Módulos), especificamente para atendimento das ordens judiciais já existentes contra a SES/FES (Diretoria de Assistência Farmacêutica - DIAF).

Abertura da Licitação: às 14h do dia 06/11/2007.

Entrega dos Envelopes: até às 13h30min do dia 06/11/2007.

Licitação: Edital n.º 2271/2007**Modalidade: Pregão Presencial****Processo: PSUS n.º 10079/076**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS - Aquisição de Medicamentos especificamente para atendimento das ordens judiciais já existentes contra a SES/FES (Diretoria de Assistência Farmacêutica - DIAF).

Abertura da Licitação: às 09h do dia 07/11/2007 - Itens: 01 ao 22

às 14h do dia 07/11/2007 - Itens: 23 ao 52

às 09h do dia 08/11/2007 - Itens: 53 ao 78

às 14h do dia 08/11/2007 - Itens: 79 ao 106

Entrega dos Envelopes: até às 18h do dia 06/11/2007.

Claudia Nunes

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEMP 29038/073

Secretaria de Estado da Saúde**ERRATA**

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público a Errata da licitação 1144/2007, na modalidade de Pregão Presencial, PSUS n.º 5482/070, cujo objeto é a Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos especificamente para atendimento das ordens judiciais já existentes contra a SES/FES

(Diretoria de Assistência Farmacêutica - DIAF)

LEIA-SE:

O Edital e seus Anexos foram alterados devido a incorreções. O novo Edital e Anexos estarão disponíveis na Comissão Permanente de Licitação sem ônus situada à Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2º andar Centro/Fpolis/SC ou através da Internet no site www.saude.sc.gov.br.

Em virtude das mudanças a data de abertura e entrega dos envelopes dar-se-ão em:

Entrega dos envelopes: 25/10/2007 às 13h30min.

Abertura dos envelopes: 25/10/2007 às 14h.

Florianópolis, 04 de outubro de 2007.

Claudia Nunes

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEMP 29034/078

Secretaria de Estado da Saúde**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina/Fundo Estadual da Saúde, torna público que realizará a abertura da licitação abaixo relacionada, cuja documentação e proposta deverão ser entregues, **exclusivamente**, no Setor de Protocolo da Comissão Permanente de Licitação - Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2º andar - Centro - Florianópolis - SC.

Licitação: Edital n.º 2262/2007**Modalidade: Pregão Presencial****Processo: PSUS n.º 10393/072.**

OBJETO: Aquisição de Materiais de Enfermaria e Cirurgia, para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Abertura da Licitação: às 14h do dia 24/10/2007.

Entrega dos Envelopes: até às 13h30min do dia 24/10/2007.

Claudia Nunes

Presidente da Comissão de Licitação

DEMP 29081/076

**POLÍCIA MILITAR****AVISO DE LICITAÇÃO****Modalidade: Pregão Presencial****Edital n.º 093/2007**

Objeto: AQUISIÇÃO DE GLP PARA PMSC, CONFORME TABELA ABAIXO.

Data da abertura: dia 18 de outubro de 2007

Tipo de Julgamento: Menor Preço por Lote

Data e local para entrega da documentação para habilitação e proposta: dia 18 de outubro de 2007 na Avenida Rio Branco nº 1064, CEP. 88015-204, na Seção de Licitação, Centro, Florianópolis/ SC.

Horário de abertura e entrega da documentação para habilitação e proposta: Anexos de 161 ao 180 às 08:00hs e anexos de 181 ao 194 às 13:00hs, conforme tabela abaixo.

Cópia do edital pode ser obtida na Avenida Rio Branco nº 1064,

CEP. 88015-204, na Seção de Licitação, Centro, Florianópolis/ SC,

Fone: (0**48) 229-6287, Fone/Fax: (0**48) 229-6288; e Home


page: www.pm.sc.gov.br.


ANEXO	LOCALIDADE	Horário de abertura e entrega da documentação para habilitação e proposta
161	AGRONÔMICA	08:00H
162	AURORA	08:00H
163	IBIRAMA	08:00H
164	ITUPORANGA	08:00H
165	LAURENTINO	08:00H
166	LONTRAS	08:00H
167	POUSO REDONDO	08:00H
168	PRESIDENTE GETÚLIO	08:00H
169	PRESIDENTE NEREU	08:00H
170	RIO DO SUL	08:00H
171	RIO DO SUL	08:00H
172	SALETE	08:00H
173	TAIO	08:00H
174	TROMBUDO CENTRAL	08:00H
175	PALMEIRA	08:00H

176	PONTE ALTA	08:00H
177	PONTE ALTA DO NORTE	08:00H
178	RIO RUFINO	08:00H
179	SÃO CRISTÓVÃO DO SUL	08:00H
180	SÃO JOAQUIM	08:00H
181	SÃO JOSÉ DO CERRITO	13:00H
182	URUBICI	13:00H
183	URUPEMA	13:00H
184	FLORIANÓPOLIS - RIO VERMELHO	13:00H
185	FLORIANÓPOLIS	13:00H
186	FLORIANÓPOLIS	13:00H
187	ARAQUARI	13:00H
188	BARRA DO SUL	13:00H
189	GARUVA	13:00H
190	ITAPOÁ	13:00H
191	JOINVILLE	13:00H
192	JOINVILLE	13:00H
193	JOINVILLE	13:00H
194	JOINVILLE	13:00H

Florianópolis, 04 de outubro de 2007.
FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES
CEL PM DIR DALF/PMSC

DEMP 30075/076



POLÍCIA MILITAR


AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão Presencial
Edital nº 097/007
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA PMSC, CONFORME MUNICÍPIOS RELACIONADOS ABAIXO.
Data da abertura: dia 24 de outubro de 2007
Tipo de Julgamento: Menor Preço por Lote
Data e local para entrega da documentação para habilitação e proposta: dia 24 de outubro 2007 na Avenida Rio Branco nº 1064, CEP. 88015-204, na Seção de Licitação, Centro, Florianópolis/ SC.
Horário de abertura e entrega da documentação para habilitação e proposta: Anexos de 31 ao 35 às 08:00hs e anexos de 36 ao 40 às 13:00hs, conforme tabela abaixo.

ANEXOS	LOCALIDADE	Horário de abertura e entrega da documentação para habilitação e proposta:
031	SÃO JOÃO BATISTA	08:00H
032	TIJUCAS	08:00H
033	TIJUCAS	08:00H
034	CAMPO ALEGRE	08:00H
035	GUARAMIRIM	08:00H
036	JARAGUÁ DO SUL	13:00H
037	RIO NEGRINHO	13:00H
038	SÃO BENTO DO SUL	13:00H
039	JOINVILLE	13:00H
040	SÃO FRANCISCO DO SUL	13:00H

Florianópolis, 03 de outubro de 2007.
FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES
CEL PM DIR DALF/PMSC

DEMP 28935/071

ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado do Desenv. Regional - Laguna
Diretoria Geral
AVISO DE RETIFICAÇÃO nº 01 - Pregão Presencial nº 0008/2007
Secretaria de Estado do Desenv. Regional - Laguna - SDR-LAGUNA torna público a Retificação do(a) Pregão Presencial nº 0008/2007, como segue:
O Edital e Anexo foram alterados devido a incorreções. O novo Edital e Anexo estão disponíveis no site www.sc.gov.br/sdr/laguna.
Informações e esclarecimentos serão prestados pela Secretaria de Estado do Desenv. Regional - Laguna - SDR-LAGUNA, Avenida Gov. Colombo Machado Salles, 145, 2º Andar, Centro - Laguna/SC, de segunda a sexta-feira das 13:00h às 19:00h, ou fax (48) 3644-3327 e e-mail sdr_laguna@lga.sdr.sc.gov.br.

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOMOLOGAÇÃO
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - SLOeste
Diretoria Geral
Gerência de Administração, Finanças E CONTABILIDADE

TERMO DE HOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2007
CONCORRÊNCIA Nº 001/2007

Homologo o resultado da Concorrência nº 001/2007, nos termos apresentados pelo Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação, na ata de sessão, a qual produziu o seguinte resultado:

ITEM	SITUAÇÃO	VALOR	EMPRESA
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SC - 459, trecho que liga o Município de Coronel Martins à SC - 480, numa extensão de 3,6 km	Adjudicada	R\$ 1.730.324,34	DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ 03.222.456/0001-85

São Lourenço do Oeste - SC, em 04 de outubro de 2007.
João Carlos Ecker
Secretário

DEMP 30105/072



ESTADO DE SANTA CATARINA
JUNTA COMERCIAL DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO



AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 10/2007 - menor preço por lote.
Objeto: Material de Limpeza
Abertura da Sessão: a partir das 14:30 horas do dia 23/10/2007.
Informações e cópia do Edital: Avenida Rio Branco, nº 387, 4º andar, Centro, JUCESC, Centro, Cep: 88015-201, Florianópolis-SC, no horário das 13:00 às 19:00, em dias úteis. Fone: (0XX48) 3212-5599 Fax: (0XX48) 3212-5506.
Site: www.jucesc.sc.gov.br - e-mail: cpl@jucesc.sc.gov.br

DEMP 30052/076



RESULTADO DE LICITAÇÃO
A Comissão Permanente de Licitação da Udesc Joinville, torna público que a Licitação nº 0044/2007 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA ESTAÇÃO DE RÁDIO DA UDESC JOINVILLE, na modalidade Convite, realizada em 13/08/2007 teve como vencedora dos lote I a empresa Célia Gonçalves ME, no valor total de R\$ 2.580,00 (dois mil, quinhentos e oitenta reais) MENSAIS.

DEMP 30076/072

EXTRATO DE CONTRATO
Referência: Convite nº 0044/2007 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA ESTAÇÃO DE RÁDIO para a Udesc Joinville Recursos: Item Orçamentário 3390.39 Atividade 4467 Fonte 0100 Contrato nº: 0024/CCT/2007 Partes: UDESC e a empresa Célia Gonçalves ME. Valor: R\$ 2.580,00 (dois mil, quinhentos e

oitenta reais) MENSAIS. Vigência: 12 (doze) meses a contar da data de 01/08/2007.

Joinville, 04 de outubro de 2007.

Nilson Campos
Presidente Comissão de Licitações

DEMP 30077/079



AVISO DE LICITAÇÃO

Licitação: Edital nº 0088/2007
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Menor Preço por Lote
Objeto: Aquisição de persianas verticais instaladas para a UDESC Joinville
Entrega dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 18/10/2007.
Local: UDESC - Centro de Ciências Tecnológicas, (Bloco B sala B 8), sito à Rua Tenente Antônio João, s/n - Bairro Bom Retiro - Joinville/SC - 89.223-100.
Credenciamento: das 14:00 horas às 14:30 horas
Abertura: 18/10/2007, a partir das 14:30 horas, no mesmo endereço.
Local para obtenção do Edital: Através do site da UDESC: <http://www.udesc.br> ou na CPL da Udesc/Joinville.

Joinville, 04 de outubro de 2007

Nilson Campos
Pregoeiro

DEMP 30081/076



RESULTADO DE LICITAÇÃO



A Sra. Pregoeira e a Comissão Permanente de Licitação da UDESC tornam público o Resultado de Licitação nº 035/2007, na modalidade de Pregão: 1) BIO GLOBAL COM. LTDA, CNPJ 03.541.211/0001-20, vencedora do Lote 1, no valor total de R\$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais); 2) ADRIANA CRISTINA DA SILVA DE SOUZA INFORMÁTICA - ME, CNPJ 08.037.334/0001-41, vencedora do Lote 2, no valor total de R\$ 32.620,00 (trinta e dois mil seiscentos e vinte reais); Valor Total do Pregão R\$ 181.620,00 (cento e oitenta e um mil, seiscentos e vinte reais). Florianópolis, 04 de outubro de 2007.
Denise Maria Espíndola - Pregoeira



AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Licitação: Edital nº 046/2007 Modalidade: Tomada de Preços
Tipo: Menor Preço - Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para Realização de Reforma da Clínica de Fisioterapia do Cefid - Florianópolis. O presente processo encontra-se suspenso pelas justificativas acostadas aos autos. Florianópolis, 04 de outubro de 2007. Alevander R. Martins Presidente da CPL - Serviços e Obras - UDESC

DEMP 30085/071

AVISO N.º 229/2007 - PRORROGAÇÃO
A COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN - comunica aos interessados que a CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2007 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELE ATENDIMENTO - CALL CENTER, EM FLORIANÓPOLIS, CRICIÚMA, CHAPECÓ E RIO DO SUL, com data de abertura do Envelope 02 - Propostas de Preço previsto para o dia 09/10/2007

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENV. REG. - CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços Nº 12/2007 - menor preço global por item
Objeto: Conclusão da obra do Ginásio de Esportes da EEB Gasparino Zorzi no município de Campos Novos -SC. (Área de 1.013,04 m², referente ao Ginásio de Esportes e 61,52 m², referente a acessos e escadaria coberta).
Abertura da Sessão: às 14 hs do dia 19/10/2007.
Informações e cópia do Edital: Rua Coronel Farrapo, nº 1119, Centro, GEAFI, Centro, Cep: 896200-000, Campos Novos-SC, no horário das 13:00 às 19:00, em dias úteis.
Fone/Fax: (049) 3541-0777
e-mail: sdr_camposnovos@cnv.sdr.sc.gov.br

DEMP 28935/071

às 14h, foi prorrogada "SINE-DIE" em razão de ingresso de Recurso Administrativo. Demais informações poderão ser obtidas no endereço: Rua Emilio Blum nº 83 - Centro - Nesta Capital, ou pelo fone (48) 3221-5221, fax (48) 3221-5209 - ou no site www.casan.com.br - licitações. Florianópolis, 04 de outubro de 2007.

DIRETOR PRESIDENTE PRESIDENTE CPL

NFF 36563/072 DEMP 27478/076

AVISO N.º 231/2007 - PRORROGAÇÃO
A COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN - comunica aos interessados que a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 07/2007 - EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DA ADUTORA DN 1200 MM NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A ETA MORRO DOS QUADROS ATÉ O TREVO DA BR-282 COM A BR-101**, com data para entrega e abertura da documentação e proposta prevista para o dia 15/10/2007 às 9h30min, foi prorrogada "SINE-DIE" em razão de alteração no edital. Demais informações poderão ser obtidas no endereço: Rua Emilio Blum nº 83 - Centro - nesta Capital, ou pelo fone (48) 3221-5221, fax (48) 3221-5209 - ou no site www.casan.com.br - licitações. Florianópolis, 04 de outubro de 2007.

DIRETOR PRESIDENTE PRESIDENTE CPL

NFF 36562/076 DEMP 27477/076

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 232/2007
A COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO-CASAN comunica aos interessados o **RESULTADO** das seguintes licitações:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2007
AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTO BOMBA CENTRIFUGA AUTO-ASPIRANTE.
Empresa Adjudicada: Lote Valor (R\$)
HIDROLUNA MAT. SAN. LTDA. 01 11.577,90
TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2007
EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS IMPLANTAÇÃO DE SES PAES LEME - IMBITUBA.
Empresa Adjudicada: Valor (R\$)
INCOSAN ENG. LTDA. 949.480,80
Florianópolis, 04 de Outubro de 2007.
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

NFF 36561/070 DEMP 27479/072

Celesc
Distribuição S.A.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO

Concurso Público nº 01/2004 - Adm. Central.

A Celesc Distribuição S.A., solicita o comparecimento dos candidatos aprovados no Concurso Público 01/2004, abaixo relacionados, dentro do prazo máximo de 48 horas, em horário de expediente da Empresa, a contar da data desta publicação, na sede da Celesc, na localidade para a qual prestou o concurso, para tratar de assunto relacionado à sua aprovação, tendo em vista o não atendimento à convocação anterior, feita por meio de correspondência com AR. O não comparecimento a partir desta convocação será dado como desistência definitiva da aprovação no referido concurso público.

Departamento de Recursos Humanos

INSC	Nome	Ag.Regional	Cargo
2420775	Samara Silva de Souza	Adm. Central	Assistente Administrativo

DEMP 28850/076

AVISO DE LANÇAMENTO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 00610/2007 - Adm. Central.

Objeto: Aquisição de relógio automático tripolar, regulador de tensão monofásico e capacitor monofásico. **Local para obtenção do Edital e Aditamento(s):** www.celesc.com.br - link "suprimentos e licitações". **Recebimento das propostas:** até às 08h30min do dia 25 de outubro de 2007. **Abertura das propostas:** às 08h30min do dia 25 de outubro de 2007. **Início da Sessão de Disputa de Preços:** às 08h30min do dia 26 de outubro de 2007. **Informações adicionais:**

Pelos telefones (48) 32316406 e 32316318, pelo fac-símile: (48) 32316319 e e-mail: pregoeiro@celesc.com.br

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 0591/2007 - Adm. Central.

Tipo de Licitação: Menor Preço

Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada em instalação de aquecimento solar com fornecimento de mão-de-obra e materiais. **Motivo:** De ordem administrativa. **Entrega dos envelopes de Documentação de Habilitação e de Proposta(s):** até às 11h30min do dia 23 de outubro de 2007. **Local de entrega:** Celesc Distribuição S.A., Avenida Itamarati, nº 160 Itacorubi, Florianópolis/SC - Secretaria Geral, Bloco A2. **Abertura do Envelope de Documentação de Habilitação:** às 14h30min do dia 23 de outubro de 2007. **Local para obtenção do Edital e Aditamento(s):** no site www.celesc.com.br - link "suprimentos e licitações". **Informações adicionais:** Pelos telefones (48) 32316414 e 32316313, pelo fac-símile (48) 32316319 e e-mail: dvl@celesc.com.br DEMP 28854/071

EXTRATO DE CONTRATO

PCDL 003-07 - 070400003 - Ag. Regional de Lages.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada nos Serviços de Aço nas Linhas de Transmissão da ARLAG. **Contratante:** Celesc Distribuição SA, através da Agência Regional de Lages. **Contratada:** Jugma Transportes Ltda. **Vigência do contrato:** Conforme cronograma de execução item 14.1 do contrato. **Data da Assinatura:** 10 de Setembro de 2007. **Administrador do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei Federal 8666/93, com suas alterações:** Miguel Barbosa de Souza.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO

Contrato nº 037991 - Adm. Central.

Contratante: Celesc Distribuição S/A. **Licitação:** PE 451/05.

Objeto: Fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais. **Contratada:** VTC Tour Operadora Ltda. **Prazo:** 12 meses. **Data da Assinatura:** 01 de outubro de 2007. **Administrador do Contrato:** Alfredo José da Luz.

DEMP 28858/077

Celesc
Distribuição S.A.

AVISO DE LANÇAMENTO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0637/2007 - Adm. Central.

Objeto: Aquisição de Veículos novos zero KM ano de fabricação 2006/2007. **Local para obtenção do Edital e Aditamento(s):** www.celesc.com.br - link "Suprimentos e Licitações". **Recebimento das propostas:** até às 9h do dia 22 de outubro de 2007. **Abertura das propostas:** às 9h do dia 22 de outubro de 2007. **Início da Sessão de Disputa de Preços:** às 9h do dia 23 de outubro de 2007. **Informações adicionais:** Pelos telefones (48) 3231-6296 e 3231-6318, pelo fac-símile: (48) 3231-6319 e e-mail: pregoeiro@celesc.com.br

EXTRATO DE CONTRATO

PCDL nº 34/2007 - Processo nº 03000252

Agência Regional de Joinville

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de construção de escada em alvenaria para acesso ao auditório, sito à Rua Timbó, 1.630, com fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários. **Contratada:** Semaco Construções Ltda. **Valor:** R\$ 14.457,23 (quatorze mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e três centavos). **Data da Assinatura:** 25/09/2007. **Gestor de Contrato:** Roney Luiz Salfer Júnior - matr. 11.861.

DEMP 28851/072

RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Tomada de Preços nº 360/2007 - Envelope "A" - Adm. Central

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de rede de distribuição contida no programa de Alimentadores 2007 da Agência Regional de Matra/SC. **Proponente Habilitada:** Consórcio MJ Medeiros-Quantum-Eletrôbox-SICOL, por ter atendido todas as exigências do Edital, referente a Documentação de Habilitação. **Proponentes Inabilitadas:** MGM Construções Ltda e Serrana Engenharia Ltda, por não terem atendido ao item 7, letra "g" (não apresentou os atestados de construção de alimentadores em rede compacta), das Instruções às Proponentes. **A Comissão.**

RESULTADO DE HABILITAÇÃO

Convite nº 004-07 - PL nº 04000598 - Ag. Regional de Lages

Objeto: CONTRATATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA AGÊNCIA DE CURITIBANOS. **Empresas Habilitadas:** SCHULTER E CIA LTDA e GERHARDT PELEGRINI LTDA. **Empresa inabilitada:** L.L. BERLANDA LTDA por ter protocolado a documentação fora do horário aprazado no edital, descumprindo o item 3, sub item 3.1 do mesmo. **A Comissão.**

DEMP 28855/079

CIASC
Comissão Interdisciplinar de Avaliação de Serviços de Saúde

AVISO DE EDITAL - Processo: Pcsf nº 024/07-4 - Modalidade: Tomada de Preços nº 024/07 - Tipo de Licitação: Menor Preço. **Objeto:** Contratação de empresa para prestação de Serviços de Recepção no prédio do CIASC. **Entrega dos envelopes:** 23/10/2007 até às 14:00 horas. **Abertura do envelope nº 01:** 23/10/2007 às 14:15 horas. **Local de entrega dos envelopes:** Sede do CIASC - Rodovia SC 404 - Km 04 - S/Nº - Bairro Itacorubi - Florianópolis/SC, no Setor de Protocolo e Registro. **Informações e acesso ao edital através do site:** www.ciasc.sc.gov.br - "Licitações". **Florianópolis, 04 de outubro de 2007. Signatário:** Alfredo Kleper Chaves Lavor, Diretor Administrativo e Financeiro.

DEMP 29117/070

CODESC
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

ESCLARECIMENTO LEILÃO PÚBLICO 005/2007
Em função de inúmeros questionamentos, a Comissão Permanente de Licitação vem a público informar que os **SEGUROS** dos veículos que serão leiloados pertencem a CODESC e **NÃO** acompanharão a arrematação. O Edital contendo as especificações e condições de participação, poderá ser retirado na sede da CODESC ou solicitado através do endereço eletrônico licitacao@codesc.sc.gov.br. **Maiores informações serão fornecidas pelo telefone (48) 3216 2113.**

DEMP 28902/076

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

Termo de Inexigibilidade de Licitação - Fund. Legal - Art. 25 caput - Lei 8.666/93, assinado pelo Presidente da Epagri, Murilo Xavier Flores, pelo Diretor Renato Broetto, pelo gerente da Unidade requerente, Mário Ângelo Vidor, Gerência Técnica, pela Assessoria Jurídica da Unidade Executora, Sílvia Maria Silveira e pelo coordenador de Contratos e Convênios, Marcemfrio Adário de Campos.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 070/07

(ao Contrato 200.852/07)

FUNDAMENTO: Art. 25, caput da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: Epagri

CONTRATADO: Sovereign Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.

CNPJ/CPF: 00.935.689/0001-46

OBJETO: aquisição de produtos de uso em rotinas nos laboratórios de análises de águas da Epagri, atendendo solicitação das Gerências Regionais de: Itajaí, Ituporanga, Urussanga e Chapecó.

VIGÊNCIA: 04/10/07 a 31/12/07

VALOR GLOBAL: R\$ 100.160,00

ITEM ORÇAMENTÁRIO: 33903035; ação 2185 e 1940; fonte: 0269, 0240, 0192 e 1100.

ASSINADO EM: 04/10/07, por Mário Ângelo Vidor, Gerente Técnico, Marcemfrio Adário de Campos, coordenador de Contratos e Convênios/AJU, Sílvia Maria Silveira, Assessora Jurídica, por Murilo Xavier Flores, presidente e Renato Broetto, diretor da Epagri.

Murilo Xavier Flores

Presidente

DEMP 29082/072

SCGÁS
Sociedade de Gestão de Gases

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL 040/07

Número do Processo: DL040.07. **Objeto:** prestação de serviços de treinamento para repasse de tecnologia com base no Planejamento Estratégico da SCGÁS. **Contratada:** Serviço Nacional da Indústria - SENAI/SC. **Valor da Contratação:** R\$ 75.000,00. **Prazo de Vigência:** 6 (seis) meses da assinatura do Contrato. **Enquadramento Legal:** art. 24, XIII, e art. 13 da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 24 de setembro de 2007

Ivan Ranzolin

Diretor Presidente da SCGÁS

SCGÁS
Sociedade de Gestão de Gases

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL 025/07

Número do Processo: DL025.07. **Objeto:** prestação de serviço emergencial de secagem de gasoduto localizado no município

de Tijucas/SC. Contratada: White Martins Gases Industriais Ltda. Valor da Contratação: R\$ 31.500,00. Prazo de Vigência: 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato. Enquadramento Legal: art. 24, IV, da Lei nº. 8.666/93. Florianópolis, 25 de setembro de 2007.
Ivan Ranzolin
Diretor Presidente da SCGÁS

DIMP 30129/079

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 62/2007 - HABILITAÇÃO - objeto: serviços de impressão e formulários para o Tribunal de Contas do Estado. Efetuada a análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Licitações decidiu: HABILITAR as empresas Gráfica São José Comércio e Indústria de Artes Gráficas Ltda., Formulários Piloto Ltda., Gráfica Brasil Ltda., Propress Editora e Gráfica Ltda. EPP e FloriPrint Indústria Gráfica e Etiquetas Ltda. EPP, por terem apresentado a documentação de acordo com as exigências editalícias e INABILITAR a empresa Silveira & Santos Impressão de Produtos Gráficos Ltda ME., por não apresentar junto à documentação necessária para atender as condições de cadastramento no Tribunal de Contas, a certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial, contrariando o disposto no inciso II do art. 8º, da Resolução nº TC-12/2007 deste Tribunal. Os envelopes das propostas de preços serão abertos no dia 16/10/2007, às 14h30min, no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sito à rua Bulcão Viana, 90 - Centro - Florianópolis-SC. Florianópolis, 05 de outubro de 2007

Comissão de Licitações

DIMP 28882/075

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão
Diretoria Central de Licitações, Contratos e Convênios

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 607/SADM/DLCC/2006 - A Prefeitura Municipal de Florianópolis, através do Pregoeiro, torna público aos interessados cadastrados na Prefeitura Municipal de Florianópolis que até o dia 19 de outubro de 2007, às 09:30 (nove e trinta) horas, estará recebendo propostas via internet, no endereço eletrônico <http://wbc.pmf.sc.gov.br>, objetivando aquisição de veículo, tipo menor preço, regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.605 de 23 de agosto de 2004. O Pregoeiro.

DIMP 29109/078

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Fundo Municipal de Saúde

Diretoria Central de Licitações, Contratos e Convênios

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 608/SADM/DLCC/2007 - A Prefeitura Municipal de Florianópolis, através do Pregoeiro, torna público aos interessados cadastrados na Prefeitura Municipal de Florianópolis que até o dia 19 de outubro de 2007, às 10:00 (dez) horas, estará recebendo propostas via internet, no endereço eletrônico <http://wbc.pmf.sc.gov.br>, objetivando a aquisição de equipamentos e acessórios de informática e aparelho de som portátil, tipo menor preço, regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.605 de 23 de agosto de 2004. O Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 609/SADM/DLCC/2007 - A Prefeitura Municipal de Florianópolis, através do Pregoeiro, torna público aos interessados cadastrados na Prefeitura Municipal de Florianópolis que até o dia 19 de outubro de 2007, às 10:30 (dez e trinta) horas, estará recebendo propostas via internet, no endereço eletrônico <http://wbc.pmf.sc.gov.br>, objetivando a aquisição de impressos, tipo menor preço, regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.605 de 23 de agosto de 2004. O Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 611/SADM/DLCC/2007 - A Prefeitura Municipal de Florianópolis, através do Pregoeiro, torna público aos interessados cadastrados na Prefeitura Municipal de Florianópolis que até o dia 19 de outubro de 2007, às 14:00 (quatorze) horas, estará recebendo propostas via internet, no endereço eletrônico <http://wbc.pmf.sc.gov.br>, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de refeições, tipo menor preço, regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.605 de 23 de agosto de 2004. O Pregoeiro.

DIMP 29101/077

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Secretaria Municipal de Educação

Diretoria Central de Licitações, Contratos e Convênios.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 610/SADM/DLCC/2007 - A Prefeitura Municipal de Florianópolis, através do Pregoeiro, torna público aos interessados cadastrados na Prefeitura Municipal de Florianópolis que até o dia 10 de outubro de 2007, às 11:00 (onze) horas, estará recebendo propostas via internet, no endereço eletrônico <http://wbc.pmf.sc.gov.br>, objetivando a aquisição de material esportivo e brinquedos, tipo menor preço, regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.605 de 23 de agosto de 2004. O Pregoeiro.

DIMP 29105/072

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: menor preço por item. Processo Licitatório: nº 59/2007; Objeto: Aquisição de tubos de concreto para Secretaria de Obras de Antônio Carlos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 19/10/07, às 09:00 horas. Processo Licitatório: nº 60/2007; Objeto: Aquisição de empresa especializada em serviço de transporte de carga, para transportar calcário da cidade de Botuvera para Antônio Carlos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 19/10/07, às 13:00 horas. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:00 às 11:30 das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone (48) 3272-1123. email: administracao@antonio-carlos.sc.gov.br site: www.antonio-carlos.sc.gov.br Antônio Carlos, 04 de outubro de 2007.

IVENS ANTÔNIO SCHERER - Prefeito Municipal

NFF 36590/070

DIMP 29306/078

PROCESSO LICITATORIO Nº 025/2007 O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará a abertura da licitação na modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº 025/2007 para serviço de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem, obras de arte correntes, serviços complementares e sinalização, na Rodovia SC-407 - trecho BR-282 (Rancho Queimado - Anitápolis) - sub trecho km 96+167 ao km 97+167; Fundamento Legal: Lei Federal 8666/93 e atualizações. Os envelopes de documentação e propostas serão abertos às 10:00 horas do dia 22/10/2007, na rua Gonçalves Júnior, 260 em Anitápolis/SC. A integral do edital e maiores informações poderão ser obtidas no setor de licitações no endereço acima. Anitápolis, SC 04 de outubro de 2007. Saulo Weiss - Prefeito Municipal.

NFF 36603/074 DIMP 29879/075

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo: Modalidade: Pregão Presencial nº 0016/2007.

Tipo: Menor preço por item. Objeto: Prestação de serviços de lavagens, conserto e reparos de pneus para veículos do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta - SC. Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada. Entrega dos envelopes: A partir das 08:45 hs do dia 19/10/2007. Abertura dos Envelopes: Às 09:00 hs do dia 19/10/2007. Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente. Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx49) 35356000.

Arroio Trinta, 04 de outubro de 2007.
GLOTILDE CASELETTI SARTORI
Gestora do Fundo

DIMP 31101/070

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAL. BARRA DO SUL
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS
EDITAL 006/2007.

O Fundo Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Balneário Barra do Sul, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, Licitação, na modalidade: Tomada de Preços, Menor Preço pelo Total Geral. Finalidade: Compra de Gasolina Comum. Os interessados poderão ter acesso ao edital completo junto à Prefeitura Municipal, sito à rua Amândio Cabral, nº 457, Centro, Bal. Barra do Sul, SC, das 08:00 às 14:00 horas até o dia 11/10/2007 e das 07:00 às 13:00 a partir do dia

15/10/2007 em dias úteis. A abertura dos envelopes se dará às 10:00 horas do dia 19/10/2007. Empresas interessadas deveram se cadastrar até o dia 16/10/2007.

Balneário Barra do Sul, 05 de outubro de 2007.

Ruanna Charré Pastega
Gestora do Fundo de Saúde e Saneamento

NFF 36552/070

DIMP 29207/076

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 213/2007-PMB

Objeto: Aquisição de parque infantil, bancos, lixeiras e cercas palito, com as devidas instalações, para uso na área de lazer do bairro boa vista, neste município - recursos próprios. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: Dia 23 de outubro de 2007, às 16:00 horas. Local para obtenção do Edital: no Setor de Licitações da PMB, mediante a apresentação de um disquete e um CD virgem. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: 48-3279.8038, 8020 e 8023. Biguaçu, 03 de outubro de 2007. VILMAR ASTROGILDO TUTA DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL
Por Delegação - Alessandro Garbelotto
Secretário de Administração

NFF 36592/072

DIMP 29501/074

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 208/2007-PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada para a locação de banheiros químicos, bem como realizar serviços de limpeza de praia, para atender a necessidade da temporada de verão 2007/2008 no Balneário de São Miguel, neste Município - recursos próprios. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: Dia 17 de outubro de 2007, às 15:00 horas. Local para obtenção do Edital: no Setor de Licitações da PMB, mediante a apresentação de um disquete e um CD virgem. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: 48-3279.8038, 8020 e 8023. Biguaçu, 01 de outubro de 2007. VILMAR ASTROGILDO TUTA DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL
Por Delegação - Alessandro Garbelotto
Secretário de Administração

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS 212/2007-PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada com fornecimento de material e serviços de mão de obra, do tipo empreitada global, para a construção de uma área de lazer na Rua João José Rodrigues, Bairro Boa Vista, neste Município, de acordo com projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária - recursos próprios. Data de Recebimento da Documentação e Proposta de Preços: Dia 26 de outubro de 2007, até 13:30 horas. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: Dia 26 de outubro de 2007, às 14:00 horas. Local para obtenção do Edital: no Setor de Licitações da PMB, mediante a apresentação de um disquete e um CD virgem. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: 48-3279.8038, 8020 e 8023. Biguaçu, 03 de outubro de 2007. VILMAR ASTROGILDO TUTA DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL
Por Delegação - Alessandro Garbelotto
Secretário de Administração

NFF 36588/075

DIMP 29613/074



SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA
DE SUPRIMENTOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-106/07

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de brinquedos educativos, pelo período de 01 (um) ano. **PRÓ-FAMÍLIA - SEMED - Recurso Federal FNDE. ABERTURA DOS ENVELOPES:** dia 19 (dezenove) de outubro de 2007 às 09:00 horas. **EDITAL COMPLETO:** das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ao custo de R\$20,00 para entrega balcão ou correio e sem custas via e-mail lene@blumenau.sc.gov.br. Contato: (47) 3326-6760. **BASE LEGAL:** Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Complementar 123/06, Lei Federal nº 10.520/02 e, subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666/93.

Blumenau, 28/09/07 - FERNANDO CÉSAR LENZI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

NFF 36350/079

DEMP 27388/077



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 15:00 horas do dia vinte e dois de outubro de 2007, realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 226/2007**, destinada a Contratação de Instituição Financeira, para prestação de serviços de pagamentos a Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Chapecó, em regime de exclusividade, cujo processo Licitatório será regido pela Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 14.182/2005. As propostas deverão ser protocoladas, a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 15:00 horas do dia vinte e dois de outubro de 2007. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 - 3321-8458. CHAPECÓ, 02 de outubro de 2007.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através do PMC Fundo Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 14h 30min do dia oito de novembro de 2007, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 092/2007-FMS**, destinada a Aquisição, parcelada, de Passagens de Ônibus (linha regular), de acordo com Edital e seus anexos, cujo processo Licitatório será regido pela Lei nº 8.666/93 e alterações. As propostas deverão ser protocoladas, a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 14:00 horas do dia oito de novembro de 2007. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 - 3321-8462. CHAPECÓ, 21 de setembro de 2007.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

NFF 36599/077

DEMP 29293/073

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC TOMADA DE PREÇOS Nº 0012/2007 - PMC

Objeto: A contratação de empresa para construção de uma rede adutora na extensão de 1.994 (mil novecentos e noventa e quatro) metros, na comunidade de Terra Vermelha, neste Município, conforme projeto básico constante no Anexo "E" deste Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante **HIDROANI POÇOS ARTESIANOS LTDA**, sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe, com o menor preço global de R\$ 36.767,36 (trinta e seis mil, setecentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos); a licitante **MADEVYN COMÉRCIO LTDA**, ficou na segunda colocação com o preço global de R\$ 44.341,58 (quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta um reais e

cinquenta e oito centavos); e a licitante **ZANCO CONSTRUTORA LTDA**, ficou na terceira colocação com o preço global de R\$ 44.844,80 (quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos); e a licitante **ROGOWSKI CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, ficou na quarta colocação com o preço global de R\$ 52.999,70 (cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 04 de outubro de 2007.

RUTINEIA ROSSI
Presidente da C.P.L.

NFF 36550/078

DEMP 29263/077

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2007

O Secretário Municipal de Administração torna público que ratificou o ato do Senhor Marcos Folle, Diretor de Compras, que declarou inexigível a licitação, nos termos do *Caput* do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para a execução e ampliação da rede de iluminação, em diversos pontos do município, através do Convênio da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, em favor da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., no valor de R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil reais).

Concórdia, SC, 04 de outubro de 2007.

HEDO GÖSENHEIMER
Secretário Municipal de Administração

NFF 36595/071

DEMP 29302/072

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 100/2007

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular Sr. Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõe a Lei No. 8.666 de 21.06.93 e suas alterações, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços para obras e serviços de engenharia, do tipo menor preço global, para: Construção de Escola, na E.I.M. Fazenda Boa Vista em Curitiba - SC, com área 152,52m² conforme memoriais descritivos e projetos básicos em anexo, conforme descrição presente neste Edital e seus Anexos. A Comissão Permanente de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até às 14:40 horas do dia 24 de outubro de 2007, na sede da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 15:00 horas do dia 24 de outubro de 2007. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem pessoalmente junto a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, no horário de expediente, não sendo autorizado qualquer tipo de envio. Curitiba, 28 de setembro de 2007.

Wanderley Teodoro Agostini
Prefeito Municipal

Adailton Alves
Presidente da CPL

DEMP 3220/079

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR Tomada de preços Nº 67/2007

Objeto: construção do CDI Jardim Primavera.
Entrega dos envelopes: contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços, até às 08:45 horas do dia 22/10/2007.
Abertura: Dia 22/10/2007 às 09:00 horas. Os interessados poderão obter a integral do Edital, diariamente no horário de expediente, no Depto. de Compras da Prefeitura Municipal, ou no site www.gaspar.sc.gov.br. Gaspar (SC), em 04 de outubro de 2007.

ADILSON LUIS SCHMITT - Prefeito Municipal

NFF 36554/073

DEMP 29267/072



Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters
Concurso Público nº 001/2007
Realização de Concurso Público para preenchimento dos cargos públicos existentes na Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters.

As inscrições serão realizadas no período de 03/10/2007 à 17/10/2007 pela internet no site www.ibam-concursos.org.br e presencial no endereço: Av. Getúlio Vargas, 126, Centro, Indaial, SC. Edital Completo: no Mural de Ato da Prefeitura Municipal de Indaial, na Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters ou pelo site www.ibam-concursos.org.br. Maiores informações (0XX47) 3041-6262. As provas serão realizadas no dia 25/11/2007.

Ricardo Ruiz Alegria

Presidente da Comissão Especial de Concurso
Público da Prefeitura Municipal de Indaial

NFF 36604/070

DEMP 27488/071

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2007 EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 006/2007

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Concorrência, no dia 07 de novembro de 2007, para concessão de direito real de uso de espaço de domínio público para instalação e exploração de praça de alimentação no estacionamento do Parque Thiermas Itá. As propostas serão recebidas até às 8hs horas do dia 07 de novembro de 2007 e abertas nesta mesma data. As informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 34589508. Itá SC., 3 de outubro de 2007.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

NFF 36568/074

DEMP 29382/075

Estado de Santa Catarina Prefeitura Municipal de Itapema O Município de Itapema, torna público aos interessados: PROCESSO nº 83/2007 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2007

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS PARA A CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA USO DA SECRETARIA DE OBRAS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGAVEL NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Abertura do Processo: 19/10/2007 ÀS 14 HORAS

Entrega dos envelopes: Até 19/10/2007 ÀS 14 HORAS

Endereço para retirada do edital: Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Ou pelo endereço eletrônico compras@itapema.sc.gov.br

Dúvidas entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8051

Itapema, 03 de outubro de 2007.

João Luis Emmel
Secretário de Administração

NFF 36565/075

DEMP 29244/072

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IRANI EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2007 EDITAL Nº 001/2007

O Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, torna público para o conhecimento dos interessados, que acham-se abertas, no período de 15 a 26 de outubro de 2007, as inscrições ao Concurso Público destinado a prover vaga da classe e nível inicial no cargo de Advogado, de provimento efetivo constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, com jornada semanal de trabalho correspondente a 20 (vinte) horas e vencimento inicial mensal no valor de R\$ 2.964,26 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e vinte e seis centavos). Integral do Edital e outras informações na Prefeitura Municipal de Irani (SC), telefone (49) 3432-0133, e na internet no sítio "http://www.rg.srv.br" e "http://www.irani.sc.gov.br". Irani (SC), em 03 de outubro de 2007 - Fabio Antonio Fávero, Prefeito Municipal.

NFF 36575/070

DEMP 29282/071



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

EDITAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2007
FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL - FROHAB
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa para realização de um plano de redução de riscos para assentamentos precários, na cidade de Jaraguá do Sul, SC conforme especificações previstas neste edital.
VALOR ESTIMADO DA OBRA: R\$ 120.412,50 **TIPO:** MENOR PREÇO GLOBAL **REGIMENTO:** Lei federal 8.666/93 e demais alterações posteriores. **PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES:** deverão ser entregues e protocolados na Divisão de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 9h30min, do dia 19 de outubro de 2007. **PRAZO e LOCAL PARA ABERTURA dos ENVELOPES:** Os envelopes serão abertos às 10 horas, do dia 19 de outubro de 2007, na sala de reuniões da Secretaria de Obras Públicas e Habitação, na Rua Ângelo Rubini, 600, Barra do Rio Cerro, nesta cidade. **ATESTADO DE VISITA:** Será necessário apresentar o Atestado de Visita, fornecido pela Divisão de Habitação (modelo anexo VI), com declaração da proponente, em conformidade com o anexo deste edital, devendo a visita ser realizada até o 2º (segundo) dia útil à data marcada para a entrega e abertura dos envelopes. **INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Ângelo Rubini, 600, Barra do Rio Cerro, município de Jaraguá do Sul-SC, fone 47-33760536, ou pelo e-mail habitacao@jaraguadosul.com.br. Jaraguá do Sul(SC), 02 de outubro de 2007

ALBERTO JOÃO MARCATTO
Coordenador do FROHAB

NFF 36583/073 DEMP 29314/070

PMJ/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE
RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 326/2007.
Objeto: Aquisição de Materiais de Expediente
Após análise os membros da comissão julgaram e Classificaram em 1º lugar a empresa para o item conforme segue. Referente ao Lote 01, a empresa Loja Aracaju Ltda, ofertou o valor total do Lote R\$ 2.743,45, a empresa Bona Gente Comercial Ltda-ME, ofertou o valor total do Lote R\$ 3.269,05. Restando como menor proposta à empresa e seus respectivos valores: Para o Lote 01, empresa Bona Gente Comercial Ltda-ME, valor total do Lote R\$2.740,00. Sendo a empresa Classificada adjudicada e homologada a aquisição logo a seguir. O ato de homologação encontra-se anexa ao processo licitatório a disposição dos interessados na Coordenação de Suprimentos da Secretaria Municipal da Saúde.

Joinville, 05 de outubro de 2007.
Norival R. da Silva
Secretário Municipal de Saúde

NFF 36598/070 DEMP 29297/079

MUNICÍPIO DE JOINVILLE
SECRETARIA DE HABITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE TERRAS, HABITAÇÃO
POPULAR E SANEAMENTO

O Município de Joinville leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, Lei 9.648/98 fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

LICITAÇÃO N.º 07/2007 – Pregão.
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços com escavadeira hidráulica, para a Secretaria de Habitação.
Data/Horário de abertura: 19/10/2007 às 11:00 horas, para recebimento e abertura dos envelopes.

O edital encontra-se à disposição dos interessados, na Unidade de Suprimentos, da Prefeitura Municipal de Joinville, sita à Avenida Hermann August Lepper n.º 10, no horário das 08:00 às 14:00h.

Joinville, 04 de outubro de 2007.
Giovanni Gonçalves
Secretário de Habitação

NFF 36551/074 DEMP 29271/070

MUNICÍPIO DE JOINVILLE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE
PESSOAS UNIDADE DE SUPRIMENTOS
AVISO DE REVOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 140/2007.

Objeto: Contratação de empresa para construção do Balcão do Turista – Convênio nº 212.515-92/2006 – Ministério do Turismo/CEF.
Após análise os membros da Comissão decidiram revogar a

licitação em função da falta de pedido de informações encaminhado à Fundação IPPUJ.

Joinville, 04 de outubro de 2007.

Fábio Luis de Oliveira
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas

NFF 36573/078 DEMP 29281/075



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 259/2005 – 9º TERMO ADITIVO
CONTRATADA: CONSORCIO CCL - PELOTENSE
CNPJ: Nº 78.355.104/0001-06/CCL CONST. LTDA
CNPJ: Nº 92.190.503/0001-95/CONST. PELOTENSE LTDA
Fundamento legal: Processo Licitatório n.º 85/2005, realizada na modalidade de CONCORRÊNCIA sob n.º 07/2005
Objeto: As partes contratadas entre si, qualificadas no preâmbulo do contrato original, em comum acordo, com base no § 1º do art. 65 da Lei 8666/93, após análise e alteração do projeto inicial visando a melhoria da sinalização, acordam em **reavaliar e decrescer** os valores da prestação de serviços da execução das obras na de pavimentação asfáltica, drenagem, obras complementares, do contrato original, previsto inicialmente em **R\$5.848.393,14** (cinco milhões oitocentos e quarenta e oito mil trezentos e noventa e três reais e quatorze centavos), readequando para **R\$5.417.953,93** (cinco milhões quatrocentos e dezessete mil e novecentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos)
Lages, 04 de outubro de 2007.

Renato Nunes de Oliveira
Prefeito do Município de Lages

NFF 36596/078 DEMP 29301/076

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO

EDITAL TOMADA DE PREÇOS N.º 003/07.

A Prefeitura Municipal de Modelo comunica que estará realizando no dia 23/10/07, às 09:00 Habilitação e as 09:30 abertura de Propostas de Tomada de Preços para Execução de Centro de Convivência/ Multi-uso, em estrutura pré-moldada em concreto armado, alvenarias com tijolo a vista, com área de 996,12m², na Linha Cedro, neste município de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra, poderá ser retirado no departamento de compras e licitações do Município de Modelo, sito à rua do Comercio 1304, Modelo – SC. Das 13:30 às 17:30 bem como maiores informações que se fizerem necessárias. Modelo (SC), 03 de Outubro de 2007.

IMILIO ÁVILA – Prefeito Municipal

NFF 36557/072 DEMP 29278/074

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços nº 70/2007.

Objetivo: Aquisição de material de construção para utilização da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Transportes e Obras, conforme necessidade das mesmas.

Abertura: às 15:00 horas do dia 22/10/2007.

Taxa de Participação: R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Local: Trav. Oswaldo Búrgio, 44 – Centro – Nova Veneza – SC.
Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no Departamento Contábil das 08:00 às 12:00 horas, ou pelo fone (0xx48) 3436-1766.

Nova Veneza (SC), 04 de outubro de 2007.

LUIZ HENRIQUE BALDESSAR GAVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

NFF 36602/078 DEMP 29286/077

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços nº 69/2007.

Objetivo: Contratação de empresa para fornecimento de peças

em geral, destinadas à manutenção da frota da Secretaria Municipal de Transportes e Obras e da Secretaria Municipal de Educação.

Abertura: às 11:00 horas do dia 22/10/2007.

Taxa de Participação: R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Local: Trav. Oswaldo Búrgio, 44 – Centro – Nova Veneza – SC.

Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no Departamento Contábil das 08:00 às 12:00 horas, ou pelo fone (0xx48) 3436-1766.

* Nova Veneza (SC), 04 de outubro de 2007.

LUIZ HENRIQUE BALDESSAR GAVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

NFF 36601/071 DEMP 29284/075

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 56/07 Modalidade: Leilão nº 01/07.
Objeto: Alienação de bens inservíveis à Administração cfe edital.
Entrega dos envelopes: 23/10/07, até as 15:00 h. **Abertura dos envelopes:** 23/10/07 às 15:30 h. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura fone 49 3647 0588 ou site www.palmitos.sc.gov.br Palmitos, SC, 05/10/07. Edson Perosa. Presidente CPL.

NFF 36600/075 DEMP 29300/076

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/07
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/07

OBJETO: Aquisição de cartuchos e tonners remanufaturados para impressoras a serem utilizadas nas escolas da Rede Municipal de Ensino Fundamental.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES ATÉ: 18/10/07 às 14:00 horas

ABERTURA DO PROCESSO: 18/10/07 às 14:00 horas nesta Prefeitura, situada na Av. Nereu Ramos, nº 190, Centro, Penha/SC.
COORDENAÇÃO DO PROCESSO: Pregoeiro Leandro de Lima Borba

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha-SC, ou através do fone/fax (47)3345-0200, ou no site www.penha.sc.gov.br

Penha, 04 de outubro de 2007.
JULCEMAR ALCIR COELHO – Prefeito Municipal

NFF 36622/079 DEMP 29300/076

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA - SC
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 58/07 -
AQUISICÃO DE LIVROS DO PROJETO PINGO NOS
HINOS

O Município de São João Batista (SC), inscrita sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com sede na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, Nº 89, bairro: Centro, São João Batista (SC), de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por intermédio de sua comissão Permanente de licitação – CPL comunica que é Inexigível o processo licitatório conforme: Processo de Inexigibilidade nº 58/PMSJB/2007.

Objeto: Aquisição de Livros do Projeto Pingo nos Hinos, para os alunos do ensino fundamental, sendo uma obra multidisciplinar que traz para a linguagem de nossos principais hinos, traduzindo expressões de época, de modo que possa ser compreendido o significado de cada estrofe. Uma lição de civismo, cidadania e compreensão de texto.

Contratada: Marcelo Redondo Silveira.
Valor: R\$ 10.640,00 (Dez mil seiscientos e quarenta reais).
Base Legal: Artigo 25, I, § 1º da lei nº 8666/93 e alterações.
São João Batista, 01 de Outubro de 2007.

ADERBAL MANOEL DOS SANTOS – PREFEITO MUNICIPAL

NFF 36559/075 DEMP 29277/078

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 68/07 - FMS
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário Municipal de Saúde, toma público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8883 de 08/06/94 e Lei 9648 de 27/05/98, que receberá até às 08h30min horas do dia 06 de novembro de 2007, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75,

propostas para fornecimento de:-

DO OBJETO:- Fornecimento de material e mão de obra para construção de um Posto de Saúde, situado a Rua Urca esquina com a Rua Max Malschitzky, Bairro Colonial, em São Bento do Sul, sendo a área total a ser construída de 309,34 m² e a área de implantação de 415,57 m², conforme projetos e memorial descritivo.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h30min às 13h30min.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2007.

LUIZ ALBERTO SIEVES
Secretário Municipal de Saúde

NFF 36549/073

DEMP 29255/070

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 170/2007 MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração e do Pregoeiro Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 08:30 horas do dia 18 de outubro de 2007, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, EXECUÇÃO, CORREÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DE CARGOS ACTS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O ANO DE 2008.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 07:30 às 13:30 horas.

São Bento do Sul, 05 de outubro de 2007.

MARCELO HERZER
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
PREGOEIRO

NFF 36546/070

DEMP 29248/076

EDITAL DE PREGÃO Nº 171/2007 MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração e do Pregoeiro Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 11:00 horas do dia 18 de outubro de 2007, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PULVERIZADOR PARA FRUTICULTURA, GRADE NIVELADORA LEVE, DISCOS: 28 DISCOS X 20 POLEGADAS E ROÇADEIRAS COSTAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 07:30 às 13:30 horas.

O edital estará disponível no site:
www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2007.

MARCELO HERZER
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
PREGOEIRO MUNICIPAL

NFF 36549/070

DEMP 29255/070

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 60/2007
Edital: DISPENSA P/COMPRAS E SERVIÇOS N.60/2007
Objeto: SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA
FUND. DA DISPENSA: LEI Nº 8.666/93 - ART 24 - INC VIII
CONTRATADO: EPAGRI- EMP PESQUISA AGROP STA CATARINA

VALOR: R\$14.000,00(CATORZE MIL REAIS)
SAO CARLOS, 03 de outubro 2007

ELIO PEDRO HOSS GODOY
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 52.0
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada: EPAGRI-EMPRESA PESQUISA AGROP SANTA CATARINA
Objeto: SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA
Valor: R\$ 14.000,00 (QUATORZE MIL REAIS)
Vigência: Início : 03/10/2007 Término : 03/12/2007
Licitação: DISPENSA P/COMPRAS E SERVICOS Nº.: 60/2007
SAO CARLOS, 03 de outubro de 2007
ELIO PEDRO HOSS GODOY PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 61/2007
Edital: CONCORRENCIA P/ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL Nº.: 61/2007
Tipo : Maior lance
Objeto : ALIENAÇÃO DE BENFEITORIAS/PREDIOS ESCOLARES
Entrega dos Envelopes : 10:00 horas do dia cinco de novembro de 2007.
Abertura dos Envelopes : 10:00 horas do dia cinco de novembro de 2007
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 49 325 4222.
SAO CARLOS, 03 de outubro de 2007
ELIO PEDRO HOSS GODOY PREFEITO MUNICIPAL

NFF 36566/071

DEMP 29247/071

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, que realizará o procedimento licitatório abaixo:

LICITAÇÃO Nº 142/2007 - Pregão Presencial - Tipo Menor Preço Por Lote.
OBJETO: Contratação de empresa para confecção de material gráfico a ser utilizado nesta Prefeitura e Projeto Monumenta.
DATA/HORÁRIO DE ABERTURA:
19/10/2007, às 09:30 h.

O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sito à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 - Centro, no horário das 09:00 às 11:30hs e das 14:00 às 16:30hs, ou no site www.saofranciscodosul.sc.gov.br.

São Francisco do Sul, 03 de outubro de 2007.

Álvaro Antonio da Silveira
Secretário de Administração

NFF 36569/070

DEMP 29274/079

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste
Edital de Tomada de Preços nº 85/2007.
Objeto: Cotar preços p/serviços de execução de pavimentação asfáltica em C.B.U.Q.(Concreto Betuminoso Usinado a Quente) drenagem pluvial e obras complementares a serem executados no Trecho entre a SC 386 ate o Frigorífico Sul Valle, na Rodovia Municipal SMO 290 numa extensão de 1.286,00 metros com três refúgios num total de 9.542,00m², Cfe Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Projeto partes integrantes deste processo licitatório. Cfe Lei Nº5.907 DE 19.09.2007.
Entrega: até as 08:45 horas do dia 29 de outubro de 2007.
Abertura: as 09:00 horas do dia 29 de outubro de 2007.
Licitação regida pela lei federal nº 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.
Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de

compras desta municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, n.º 1199, ou pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste - SC, 02 de outubro de 2007.

João Carlos Valar
Prefeito Municipal

NFF 36581/070

DEMP 29317/070

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE PRORROGAÇÃO DATA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES DA TP16_2007-FMS

Objeto: fornecimento de equipamentos e material odontológico para escovação

Fica definida a data de 22.10.2007 para entrega e abertura dos envelopes, nos mesmos horários já definidos no edital.

LUIZ CARLOS ZEN
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE PRORROGAÇÃO DATA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES DA TP17_2007-FMS

Objeto: fornecimento de material para laboratório

Fica definida a data de 23.10.2007 para entrega e abertura dos envelopes, nos mesmos horários já definidos no edital.

LUIZ CARLOS ZEN
Prefeito Municipal

NFF 36577/073

DEMP 29285/070

Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC - Aviso de Licitação:
A Prefeitura Municipal de Xanxerê-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 0073/2007, tendo como objeto Aquisição de Veículo Nacional destinado ao Transporte de Pacientes.** O recebimento das propostas será até às 09:15h, do dia 19/10/07, no setor de protocolo, e a abertura será realizada às 09:30h do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê, sito a Rua Dr. José de Miranda Ramos, 455 em Xanxerê-SC. Retirada do Edital mediante pagamento das custas do mesmo. Informações complementares no setor de licitações da Prefeitura Municipal ou no site www.xanxere.sc.gov.br.
Xanxerê-SC, 03/10/07 **Avelino Menegolla - Prefeito Municipal**

Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC - Aviso de Licitação:
A Prefeitura Municipal de Xanxerê-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 0074/2007, tendo como objeto Aquisição de andaimes e km percorridos.** O recebimento das propostas será até às 10:45h, do dia 19/10/07, no setor de protocolo, e a abertura será realizada às 11:00h do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê, sito a Rua Dr. José de Miranda Ramos, 455 em Xanxerê-SC. Retirada do Edital mediante pagamento das custas do mesmo. Informações complementares no setor de licitações da Prefeitura Municipal ou no site www.xanxere.sc.gov.br.
Xanxerê-SC, 03/10/07 **Avelino Menegolla - Pref. Municipal.**

NFF 36570/079

DEMP 29253/074

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE XAXIM AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Tomada de Preço Sob Nº 0009/2007, de 04 de Outubro de 2007; **Objeto:** Contratação de empresa na área de Engenharia e Construção Civil para drenagem pluvial e execução de meio fio, de acordo com Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Projetos.

Tipo: Menor preço Global; **Recebimento dos Envelopes:** até às 09:30 horas do dia 19 de Outubro de 2007; **Abertura Das Propostas:** às 10:00 horas do mesmo dia. **Informações Complementares:** O Edital e inteiro teor estará à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, e através do Fone (49) 3353-8218, das 08:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, de Segunda a Sexta Feira.

Xaxim - SC, 04 de Outubro de 2007.
Lirio Dagort
Prefeito Municipal

NFF 36597/074

DEMP 29298/075

(Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SALOMÃO RIBAS JUNIOR
Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2968/2007

1. Processo n. DEN - 07/00001077

2. Assunto: Grupo 2 - Denúncia

3. Interessado: Anônima

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Bom Jesus

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição Estadual e no art. 1º, inciso XVI, da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Não conhecer da Denúncia por deixar de preencher requisito e formalidade preconizados no art. 65, §1º, da Lei Complementar n. 202/2000.

6.2. Determinar à Diretoria de Controle dos Municípios - DMU e à Diretoria de Controle de Licitações e Contratações - DLC, deste Tribunal, que incluam em seus planejamentos de auditoria junto à Prefeitura Municipal de Bom Jesus a fiscalização dos fatos, relativos às suas áreas de atuação, apontados nas fs. 02 a 06 dos presentes autos.

6.3. Determinar o arquivamento dos autos.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SALOMÃO RIBAS JUNIOR

Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2965/2007

1. Processo n. DEN - 03/07452336

2. Assunto: Grupo 2 - Denúncia

3. Interessado: Sérgio de Oliveira

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Imbituba

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição Estadual e no art. 1º, inciso XVI, da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Não conhecer da Denúncia por deixar de preencher requisito e formalidade preconizados no art. 65, §1º, da Lei Complementar n. 202/2000.

6.2. Dar ciência desta Decisão, bem como do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, ao Interessado.

6.3. Determinar o arquivamento dos autos.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN

Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1747/2007

1. Processo n. REP - 02/08600132

2. Assunto: Grupo 2 - Representação do Poder Judiciário - Peças de Reclamatória Trabalhista encaminhadas pela Justiça do Trabalho - contratação irregular de servidor em 1990

3. Responsável: Vicente Zenon Farias - Presidente à época

4. Órgão: Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

5. Unidade Técnica: DDR (DMU)

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos à

Reclamatória Trabalhista formulada contra a Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, com informe de contratação de servidor, em 1990, sem realização de prévio concurso público.

Considerando que foi efetuada a audiência do Responsável, conforme consta na f. 146 dos presentes autos;

Considerando que as justificativas e documentos apresentados são insuficientes para elidir irregularidades apontadas pelo Órgão Instrutivo, constantes do Parecer DDR n. 059/2006;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Considerar irregular, com fundamento no art. 36, § 2º, alínea "a", da Lei Complementar n. 202/2000, a contratação da Sra. Mércia Simone Rachadel, em 1990, pela Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz.

6.2. Aplicar ao Sr. Vicente Zenon Farias - Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz em 1990, CPF n. 178.586.749-00, com fundamento nos arts. 70, II, da Lei Complementar n. 202/00 e 109, II, c/c o 307, V, do Regimento Interno instituído pela Resolução n. TC-06/2001, a multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), com base nos limites previstos no art. 239, III, do Regimento Interno (Resolução n. TC-11/1991) vigente à época da ocorrência da irregularidade, em face da contratação da servidora Mércia Simone Rachadel, em 05/03/1990, sem prévia seleção por concurso público, em descumprimento ao disposto no art. 37, II, da Constituição Federal, fixando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Acórdão no Diário Oficial do Estado, para comprovar ao Tribunal o recolhimento ao Tesouro do Estado da multa cominada, sem o que, fica desde logo autorizado o encaminhamento da dívida para cobrança judicial, observado o disposto nos arts. 43, II, e 71 da Lei Complementar n. 202/2000.

6.3. Dar ciência deste Acórdão, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, bem como do Parecer DDR n. 059/2006, à Secretaria da 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, à Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz e ao Sr. Vicente Zenon Farias - Presidente daquele Órgão em 1990.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SALOMÃO RIBAS JUNIOR

Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1748/2007

1. Processo n. REP - 02/09805153

2. Assunto: Grupo 2 - Representação do Poder Judiciário - Peças de Reclamatória Trabalhista encaminhadas pela Justiça do Trabalho - contratação irregular de servidor em 1990

3. Interessada: Myriam Hage da Rocha - Diretora da Secretaria da Primeira Turma do TST em 2002

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul

5. Unidade Técnica: DMU

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos à Reclamatória Trabalhista formulada contra a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, com informe de contratação de servidor, em 1990, sem realização de prévio concurso público.

Considerando que foi efetuada a audiência do responsável, conforme consta na f. 82 dos presentes autos;

Considerando que não houve manifestação à audiência, subsistindo irregularidades apontadas pelo Órgão Instrutivo, constantes do Relatório DMU n. 1629/2007;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Considerar irregular, com fundamento no art. 36, § 2º, alínea "a", da Lei Complementar n. 202/00, a contratação do Sr. Aquilino Micheluzzi pela Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul em 1990.

6.2. Aplicar ao Sr. Ivo Konell - ex-Prefeito Municipal de Jaraguá do Sul, CPF n. 160.325.009-34, com fundamento nos arts. 70, II, da Lei Complementar n. 202/2000 e 109, II, c/c o 307, V, do Regimento Interno instituído pela Resolução n. TC-06/2001, a multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com base nos limites previstos no art. 239, III, do Regimento Interno (Resolução n. TC-11/1991) vigente à época da ocorrência da irregularidade, em face da contratação de Aquilino Micheluzzi, cujo contrato perdurou de 10/09/1990 a 22/03/1995, sem prévia seleção por concurso

público, em afronta ao disposto no art. 37, II, da Constituição Federal, fixando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Acórdão no Diário Oficial do Estado, para comprovar ao Tribunal o recolhimento da multa ao Tesouro do Estado, sem o que, fica desde logo autorizado o encaminhamento da dívida para cobrança judicial, observado o disposto nos arts. 43, II, e 71 da Lei Complementar n. 202/2000.

6.3. Dar ciência deste Acórdão, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, bem como do Relatório DMU n. 1629/2007, à Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ao Sr. Ivo Konell - ex-Prefeito daquele Município, e à Secretaria da Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SALOMÃO RIBAS JUNIOR

Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1733/2007

1. Processo n. REC - 03/07826007

2. Assunto: Grupo 2 - Recurso de Reexame contra decisão exarada no Processo n. ALC-02/11031275 - Exercício de 2002

3. Interessado: Donilo Della Giustina - ex-Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de São Ludgero

5. Unidade Técnica: COG

6. Acórdão:

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Conhecer do Recurso de Reexame, nos termos do art. 80 da Lei Complementar n. 202/2000, interposto contra o Acórdão n. 1905/2003, exarado na Sessão Ordinária de 24/09/2003, nos autos do Processo n. ALC-02/11031275, para, no mérito, negar-lhe provimento, ratificando na íntegra a decisão recorrida.

6.2. Dar ciência deste Acórdão, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, bem como do Parecer COG n. 153/2007, à Prefeitura Municipal de São Ludgero e ao Sr. Donilo Della Giustina - ex-Prefeito daquele município.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI

Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1734/2007

1. Processo n. REC - 05/03929808

2. Assunto: Grupo 2 - Recurso de Reexame contra decisão exarada no Processo n. PDI-04/05567430 - Exercício de 2003

3. Interessado: Juraci Bertonecello - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto

5. Unidade Técnica: COG

6. Acórdão:

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Conhecer do Recurso de Reexame, nos termos do art. 80 da Lei Complementar n. 202/2000, interposto contra o Acórdão n. 0499/2005, exarado na Sessão Ordinária de 18/04/2005, nos autos do Processo n. PDI-04/05567430, para, no mérito, negar-lhe provimento, ratificando na íntegra a decisão recorrida.

6.2. Dar ciência deste Acórdão, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, bem como do Parecer COG n. 442/2007, ao Sr. Juraci Bertonecello - Prefeito Municipal de Pinheiro Preto.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst,

Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI

Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1735/2007

1. Processo n. REC - 05/03960136

2. Assunto: Grupo 2 - Recurso de Reexame contra decisão exarada no Processo n. AOR-04/01382400 - Exercício de 2003

3. Interessado: Pedro Luiz Trevisol - Presidente à época

3.1. Advogado constituído nos autos: Angelin Büttner

4. Órgão: Câmara Municipal de Guaraciaba

5. Unidade Técnica: COG

6. Acórdão:

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Conhecer do Recurso de Reexame, nos termos do art. 80 da Lei Complementar n. 202/2000, interposto contra o Acórdão n. 0587/2005, exarado na Sessão Ordinária de 27/04/2005, nos autos do Processo n. AOR-04/01382400, para, no mérito, negar-lhe provimento, ratificando na íntegra a decisão recorrida.

6.2. Dar ciência deste Acórdão, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, bem como do Parecer COG n. 360/2007, ao Sr. Pedro Luiz Trevisol - Presidente da Câmara de Vereadores de Guaraciaba em 2003, e ao advogado constituído nos autos.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI

Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1736/2007

1. Processo n. REC - 05/03993735

2. Assunto: Grupo 2 - Recurso de Reexame contra decisão exarada no Processo n. ALC-04/04875122 - Exercício de 2004

3. Interessado: João Henrique Blasi - ex-Gestor

4. Unidade: Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC

5. Unidade Técnica: COG

6. Acórdão:

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Conhecer do Recurso de Reexame, nos termos do art. 80 da Lei Complementar n. 202/2000, interposto contra o Acórdão n. 0749/2005, de 16/05/2005, exarado no Processo n. ALC-04/04875122, e, no mérito, dar-lhe provimento para:

6.1.1. cancelar as multas constantes no item 6.2 da decisão recorrida, em razão de ilegitimidade passiva;

6.1.2. encaminhar os autos à DCE para o fim de proceder à audiência da autoridade delegada, responsável pelos atos irregulares.

6.2. Dar ciência deste Acórdão, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, bem como do Parecer COG n. 349/2007, ao Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina e ao Sr. João Henrique Blasi - ex-Gestor daquele Fundo.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI

Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1737/2007

1. Processo n. REC - 04/05699697

2. Assunto: Grupo 2 - Recurso de Reexame contra decisão exarada no Processo n. PDI-04/00311798 - contratação irregular de servidor em 1989

3. Interessado: Antônio Eduardo Ghizzo - ex-Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Araranguá

5. Unidade Técnica: COG

6. Acórdão:

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Conhecer do Recurso de Reexame, nos termos do art. 80 da Lei Complementar n. 202/2000, interposto contra o Acórdão n. 1484/2007, exarado na Sessão Ordinária de 18/08/2004, nos autos do Processo n. PDI-04/00311798, para, no mérito, negar-lhe provimento, ratificando na íntegra a decisão recorrida.

6.2. Dar ciência deste Acórdão, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, bem como do Parecer COG n. 441/2007, à Prefeitura Municipal de Araranguá e ao Sr. Antônio Eduardo Ghizzo - ex-Prefeito daquele Município.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN

Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1739/2007

1. Processo n. REC - 03/03666234

2. Assunto: Grupo 2 - Recurso de Reexame contra decisão exarada no Processo n. ALC-02/02279901 - Período de janeiro a dezembro de 1999

3. Interessado: Laércio Beckhauser - Diretor-Presidente de 1º/01 a 06/06/99

4. Entidade: Companhia Municipal de Promoção Turística de Joinville e Região - Em liquidação

5. Unidade Técnica: COG

6. Acórdão:

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Conhecer do Recurso de Reexame, nos termos do art. 80 da Lei Complementar n. 202/2000, interposto contra o Acórdão n.

0425/2003, de 02/04/2003, no Processo n. ALC-02/02279901, e, no mérito, dar-lhe provimento para:

6.1.1. modificar o item 6.2 do acórdão recorrido, que passa a ter a seguinte redação:

"6.2 Aplicar ao Sr. JORGE NICOLAU MEIRA - Diretor-Presidente da Companhia Municipal de Promoção Turística de Joinville e Região S/A - PROMOTUR de 07/06 a 31/12/99, com fundamento nos arts. 70, II, da Lei Complementar n. 202/00 e 109, II, c/c o 307, V, do Regimento Interno instituído pela Resolução n. TC-06/2001, a multa no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), com base nos limites previstos no art. 239, III, do Regimento Interno (Resolução n. TC-11/1991) vigente à época da ocorrência da irregularidade, em face da adoção inadequada do tipo de licitação Técnica e Preço, quando do Convite n. 006/1999, incompatível com a natureza do objeto licitado, causando cerceamento à participação, em descumprimento ao estabelecido no art. 46, caput, da Lei Federal n. 8666/93 (item 1.3 do Relatório DCE), fixando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Acórdão no Diário Oficial do Estado, para comprovar ao Tribunal o recolhimento ao Tesouro do Estado da multa cominada, ou interpor recurso na forma da lei, sem o que, fica desde logo autorizado o encaminhamento da dívida para cobrança judicial, observado o disposto nos arts. 43, II, e 71 da Lei Complementar n. 202/2000."

6.1.2. ratificar os demais termos do acórdão recorrido.

6.2. Dar ciência deste Acórdão, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, bem como do Parecer COG n. 85/2007, à Companhia Municipal de Promoção Turística de Joinville e Região e aos Srs. Laércio Beckhauser e Jorge Nicolau Meira - Diretores-Presidentes daquela entidade em 1999.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n.

202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA

Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2964/2007

1. Processo n. PDI - 01/01570180

2. Assunto: Grupo 2 - Processo Diverso - Aposentadoria

3. Responsáveis: Sérgio José Grando - ex-Prefeito Municipal

Dário Elias Berger - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Florianópolis

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Denegar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Carlos Américo de Oliveira, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, matrícula n. 02719-7, no cargo de Procurador, classe X, nível 13, CPF n. 029.855.519-00, PASEP n. 10097074125, consubstanciado na Portaria n. 455/1995, considerado ilegal conforme pareceres emitidos nos autos, haja vista:

6.1.1. a ausência da certidão original do Instituto Nacional do Seguro Social para comprovar o tempo de serviço prestado na iniciativa privada, averbado por justificação judicial, em desacordo com o disposto no art. 76 Resolução n. TC-16/94 (item 3.2.1 do Relatório DMU);

6.1.2. a incorporação indevida de gratificação, no valor de R\$ 178,66, em desacordo com o que estabelece o art. 2º da Lei Municipal n. 3.182, de 20/01/1989 (item 3.3.1 do Relatório DMU).

6.2. Determinar à Prefeitura Municipal de Florianópolis que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, adote providências visando à anulação do ato aposentatório e, considerando que o servidor já faleceu, não é possível retificar a aposentadoria para proporcional ou por idade, visto que na data do óbito o mesmo não preenchia os requisitos necessários ao benefício da aposentadoria, conforme previsto no art. 40 da Constituição Federal, comprovando-as a este Tribunal, em função da denegação do registro da aposentadoria, considerada ilegal, nos termos do que dispõe o art. 41, § 1º, da Resolução n. TC-06/2001 (RI do TCE/SC), sob pena de responsabilidade da autoridade administrativa omissa, ou interponha recurso, conforme previsto no art. 79 da Lei Complementar n. 202/2000.

6.3. Determinar à Diretoria de Controle dos Municípios - DMU, deste Tribunal, que, após transitada em julgado a decisão, inclua na sua programação de auditorias a averiguação dos procedimentos adotados, pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, decorrentes da denegação de registro de que trata o item 6.1 desta deliberação.

6.4. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do Relatório DMU n. 1192/2007, ao Sr. Dário Elias Berger - Prefeito Municipal de Florianópolis.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN

Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1738/2007

1. Processo n. PDI - 06/00444465

2. Assunto: Grupo 2 - Processo Diverso - Autos apartados do Processo n. PCP-05/00654670 - contas anuais de 2004

3. Responsável: Cláudio Roberto Zinotto - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Correia Pinto

5. Unidade Técnica: DMU

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos a autos apartados pertinentes a irregularidades constatadas quando da análise da contas anuais de 2004 da Prefeitura Municipal de Correia Pinto.

Considerando que foi efetuada a audiência do responsável, conforme consta na f. 61 dos presentes autos;

Considerando que as justificativas e documentos apresentados são insuficientes para elidir irregularidades constatadas pelo Órgão Instrutivo e apontadas no Relatório DMU n. 1.955/2006;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da

Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Conhecer do Relatório de Instrução que trata da análise de irregularidades constatadas quando do exame das contas anuais de 2004 da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, apartadas dos autos do Processo n. PCP-05/00654670.

6.2. Aplicar ao Sr. Cláudio Roberto Ziliotto - Prefeito Municipal de Correia Pinto, CPF n. 304.921.739-15, com fundamento no art. 70, II, da Lei Complementar n. 202/2000 c/c o art. 109, II, do Regimento Interno, a multa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), em face de obrigações de despesas liquidadas até 31 de dezembro de 2004, contraídas nos 2 (dois) últimos quadrimestres pelo Poder Executivo, sem disponibilidade financeira suficiente, no total de R\$ 1.594.512,16, evidenciando descumprimento ao art. 42 da Lei Complementar (federal) n. 101/2000 (item 1.1 da Conclusão do Relatório da DMU), fixando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Acórdão no Diário Oficial do Estado, para comprovar ao Tribunal o recolhimento da multa ao Tesouro do Estado, sem o que, fica desde logo autorizado o encaminhamento da dívida para cobrança judicial, observado o disposto nos arts. 43, II, e 71 da Lei Complementar n. 202/2000.

6.3. Dar ciência deste Acórdão, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, bem como do Relatório DMU n. 1.955/2006, ao Sr. Cláudio Roberto Ziliotto - Prefeito Municipal de Correia Pinto, e ao Poder Legislativo daquele Município.

6.4. Comunicar o inteiro teor desta deliberação ao Ministério Público do Estado.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN
Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)
Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2966/2007

1. Processo n. PD1 - 01/01550235

2. Assunto: Grupo 2 - Processo Diverso - Aposentadoria

3. Responsáveis: Sérgio José Grando - ex-Prefeito Municipal

Ângela Regina Heinzen Amin Helou - ex-Prefeita Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Florianópolis

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Denegar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de

Ibraim Bardoño Rodrigues, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, matrícula n. 01505-9, no cargo de Calceiteiro, nível 15, classe III; CPF n. 179.831.699-49, PASEP n. 1005675659-0, consubstanciado na Portaria n. 1117/1996, retificada pela Portaria n. 0510/2003, considerado ilegal conforme pareceres emitidos nos autos, em face da concessão de aposentadoria voluntária com proventos integrais sem tempo de serviço suficiente, em desacordo com o art. 40, III, "a", da Constituição Federal, em razão de averbação de tempo de serviço rural de 14 anos sem que houvesse comprovação do efetivo recolhimento previdenciário; circunstância considerada irregular por esta Corte de Contas, de acordo com o Prejulgado n. 482 (Parecer COG n. 500/97), nos termos do art. 202, §2º (art. 201, §9º - com a EC n. 20/98), da Constituição Federal.

6.2. Determinar à Prefeitura Municipal de Florianópolis a adoção de providências necessárias com vistas a retificar o ato aposentatório, passando a aposentadoria para compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de 28 anos e 14 dias (tempo considerado até 16/12/99, já excluído tempo rural), considerando que atualmente o servidor está com 76 anos de idade, comunicando-as a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Decisão no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 41, caput, do Regimento Interno desta Corte de Contas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ou interponha recurso, conforme previsto no art. 79 da Lei Complementar n. 202/2000.

6.3. Determinar à Diretoria de Controle dos Municípios - DMU, deste Tribunal, que, após transitada em julgado a decisão, inclua na sua programação de auditorias a averiguação dos procedimentos adotados, pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, decorrentes da denegação de registro de que trata o item 6.1 desta deliberação.

6.4. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do Relatório DMU n. 1185/2007, à Prefeitura Municipal de Florianópolis.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA

Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1732/2007

1. Processo n. RPL - 05/04014838

2. Assunto: Grupo 2 - Representação acerca de irregularidades no Convite n. 047/2005

3. Responsável: Felipe Voigt - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Schroeder

5. Unidade Técnica: DCE

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos à representação encaminhada pela Terraplanagem Bridarolli Ltda, contra a Prefeitura Municipal de Schroeder, acerca de irregularidades praticadas no Convite n. 047/2005.

Considerando que foi efetuada a audiência do Responsável, conforme consta nas fs. 217 e 218 dos presentes autos;

Considerando que as justificativas e documentos apresentados são insuficientes para elidir irregularidades apontadas pelo Órgão Instrutivo, constantes do Relatório de Instrução DCE/Insp.2/Div.6 n. 329/2007;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Conhecer da Representação formulada nos termos do art. 113, §1º, da Lei Federal n. 8.666/93, para, no mérito, considerá-la procedente.

6.2. Aplicar ao Sr. Felipe Voigt - Prefeito Municipal de Schroeder, CPF n. 352.318.319-72, com fundamento no art. 70, II, da Lei Complementar n. 202/2000 c/c o art. 109, II, do Regimento Interno, a multa no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), em face da prolação de decisão de não-conhecimento de Recurso Administrativo sem amparo legal, em afronta ao art. 3º da Lei (federal) n. 8.666/93, fixando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Acórdão no Diário Oficial do Estado, para comprovar ao Tribunal o recolhimento da multa ao Tesouro do Estado, sem o que, fica desde logo autorizado o encaminhamento da dívida para cobrança judicial, observado o disposto nos arts. 43, II, e 71 da Lei Complementar n. 202/2000.

6.3. Dar ciência deste Acórdão, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, bem como do Relatório de Instrução DCE/Insp.2/Div.6 n. 329/2007, à Representante e ao Sr. Felipe Voigt - Prefeito Municipal de Schroeder.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO WILSON ROGÉRIO WAN-DALL

Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

GRUPO: III

Decisão n. 2969/2007

1. Processo n. ALC - 06/0039846

2. Assunto: Grupo 3 - Solicitação de Licitações, Contratos, Convênios e Atos Jurídicos Análogos - período de janeiro a dezembro de 2005

3. Responsável: José Nilton Alexandre - Diretor-Presidente

4. Entidade: Companhia Melhoramentos da Capital - COMCAP

5. Unidade Técnica: DLC

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Assinar o prazo de 60 (sessenta) dias, com fundamento no art. 59, IX, da Constituição do Estado, contados da data da publicação desta Decisão no Diário Oficial do Estado, para que a Companhia Melhoramentos da Capital - COMCAP adote as providências necessárias com vistas ao exato cumprimento da lei, comprovando-as a este Tribunal, relativamente às restrições a seguir relacionadas: 6.1.1. convênio s/n formalizado entre a COMCAP e ASCOM, para

contratação de dentista, e aditivos I e II, realizados com inobservância das cláusulas obrigatórias previstas no art. 116 da Lei (federal) n. 8.666/93 e ainda, fora dos objetivos da Companhia, infringindo o art. 3º de seu Estatuto Social (item 2.6 do Relatório DLC);

6.1.2. permissão de uso celebrada em desacordo com o art. 2º da Lei (federal) n. 8.666/93 (item 2.7 do Relatório DLC);

6.2. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do Relatório de Reinstrução DLC/Insp.2/Div.6 n. 012/07, ao Sr. José Nilton Alexandre -

Diretor-Presidente da Companhia Melhoramentos da Capital - COMCAP.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI

Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2971/2007

1. Processo n. ALC - 03/01101140

2. Assunto: Grupo 3 - Auditoria de Licitações, Contratos, Convênios e Atos Jurídicos Análogos, com abrangência ao exercício de 2002

3. Responsável: Alair Gotz - ex-Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Vargem

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Conhecer do Relatório de Auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Vargem, com abrangência sobre licitações, contratos, convênios e atos jurídicos análogos, referente ao exercício de 2002, para considerar regular, com fundamento no art. 36, §2º, alínea "a", da Lei Complementar n. 202/2000, as Tomadas de Preço ns. 01 a 04/2002, os Convites ns. 01 a 12/2002, bem como os contratos deles decorrentes.

6.2. Determinar ao Município de Vargem que, doravante, por ocasião da realização de procedimentos licitatórios, bem como de celebração de contratos e convênios, obedeça às disposições contidas na Lei (federal) n. 8.666/93.

6.3. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do Relatório DMU n. 1656/2006, à Prefeitura Municipal de Vargem.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN

Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Parecer Prévio n. 0127/2007

1. Processo n. PCP - 07/00110607

2. Assunto: Grupo 3 - Prestação de Contas do Prefeito - Exercício de 2006

3. Responsável: Edson Olegaro - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Camboriú

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e considerando ainda que:

I - é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas Anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se à análise técnico-contábil-financeiro-orçamentário-operacional-patrimonial procedida e à sua

conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares;
III - o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, à sua avaliação quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

IV - é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme determina a Constituição Estadual, em seu art. 113, o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Prefeito;

V - o julgamento pela Câmara Municipal das contas prestadas pelo Prefeito não exime de responsabilidade os administradores e responsáveis pela arrecadação, guarda e aplicação dos bens, dinheiros e valores públicos, cujos atos da gestão sujeitam-se ao julgamento técnico-administrativo do Tribunal de Contas do Estado;

6.1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal a Aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Camboriú, relativas ao exercício de 2006, sugerindo que, quando do julgamento, atente para as restrições remanescentes apontadas no Relatório DMU n. 1.391/2007.

6.2. Ressalva que a Prefeitura Municipal de Camboriú deverá adotar providências visando à realização de gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício com recursos do FUNDEF nos percentuais estabelecidos no art. 60, § 5º, do ADCT da Constituição Federal (A.5.1.3.1 do Relatório DMU).

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO WILSON ROGÉRIO WAN-DALL
Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Parecer Prévio n. 0128/2007

1. Processo n. PCP - 07/00022317

2. Assunto: Grupo 3 - Prestação de Contas do Prefeito - Exercício de 2006

3. Responsável: Noeli José Dal Magro - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Lajeado Grande

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e considerando ainda que:

I - é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se à análise técnico-contábil-financeiro-orçamentário-operacional-patrimonial procedida e à sua conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares;

III - o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, à sua avaliação quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

IV - é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme determina a Constituição Estadual, em seu art. 113, o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Prefeito;

V - o julgamento pela Câmara Municipal das contas prestadas pelo Prefeito não exime de responsabilidade os administradores e responsáveis pela arrecadação, guarda e aplicação dos bens, dinheiros e valores públicos, cujos atos de gestão sujeitam-se ao julgamento técnico-administrativo do Tribunal de Contas do Estado;

6.1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal a Aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Lajeado Grande, relativas ao exercício de 2006, sugerindo que, quando do julgamento, atente para as restrições remanescentes apontadas no Relatório DMU n. 1588/2007.

6.2. Determinar ao Chefe do Poder Executivo de Lajeado Grande, de acordo com o art. 90 da Resolução n. TC-06/2001, que, doravante, observe a iniciativa de lei do Poder Legislativo quanto à parcela relativa ao reajuste do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, conforme dispõem os arts. 29, V, da Constituição Federal e 111, VI, da Constituição Estadual (item I.A.1 do Relatório DMU).

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO LUIZ ROBERTO HERBST

Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Parecer Prévio n. 0129/2007

1. Processo n. PCP - 07/00056211

2. Assunto: Grupo 3 - Prestação de Contas do Prefeito - Exercício de 2006

3. Responsável: Rolf Harry Trebien - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de São João do Oeste

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e considerando ainda que:

I - é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se à análise técnico-contábil-financeiro-orçamentário-operacional-patrimonial procedida e à sua conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares;

III - o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, à sua avaliação quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

IV - é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme determina a Constituição Estadual, em seu art. 113, o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Prefeito;

V - o julgamento pela Câmara Municipal das contas prestadas pelo Prefeito não exime de responsabilidade os administradores e responsáveis pela arrecadação, guarda e aplicação dos bens, dinheiros e valores públicos, cujos atos de gestão sujeitam-se ao julgamento técnico-administrativo do Tribunal de Contas do Estado;

6.1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal a Aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São João do Oeste, relativas ao exercício de 2006, sugerindo que, quando do julgamento, atente para as restrições remanescentes apontadas no Relatório DMU n. 1654/2007.

6.2. Recomenda ao Poder Executivo de São João do Oeste que, doravante, abstenha-se de realizar o reajuste dos subsídios de agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores) por lei de iniciativa do Poder Executivo, pois tal prática contraria o disposto nos arts. 111, VI, da Constituição Estadual e 29, V, e 37, X, da Constituição Federal (item A.8.2 do Relatório DMU).

6.3. Determina à Secretaria Geral - SEG, deste Tribunal, a formação de autos apartados para fins de exame, pela Diretoria Técnica competente, das seguintes matérias:

6.3.1. Reajuste dos subsídios de agentes políticos do Legislativo Municipal - Vereadores e Vereador - Presidente, sem atender ao disposto no art. 39, § 4º, c/c o art. 37, X, da Constituição Federal, repercutindo em pagamento a maior no montante de R\$ 4.189,50 (R\$ 3.528,00 - Vereadores - e R\$ 661,50 - Vereador-Presidente) - item A.8.2 do Relatório DMU;

6.3.2. Possível burla à regra constitucional da obrigatoriedade de concurso público para ingresso no serviço público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, em face da presença, no Anexo I, de despesas com terceirização no valor de R\$ 177.230,38, referentes à contratação de serviços de engenharia, veterinários, assessoria jurídica e contábil, fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia e serviços médicos, que caracterizariam atividades contínuas e permanentes da Unidade, e, por via de consequência, somente poderiam ser exercidas por servidores ocupantes de cargos efetivos. Tais irregularidades foram identificadas na Prefeitura e no Fundo Municipal de Saúde de São João do Oeste (Parecer MPJTC n. 4.900/2007).

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de

Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SALOMÃO RIBAS JUNIOR

Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Parecer Prévio n. 0130/2007

1. Processo n. PCP - 07/00125981

2. Assunto: Grupo 3 - Prestação de Contas do Prefeito - Exercício de 2006

3. Responsável: Paulo Hoepers - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Forquilha

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e considerando ainda que:

I - é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas Anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se à análise técnico-contábil-financeiro-orçamentário-operacional-patrimonial procedida e à sua conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares;

III - o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, à sua avaliação quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

IV - é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme determina a Constituição Estadual, em seu art. 113, o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Prefeito;

V - o julgamento pela Câmara Municipal das contas prestadas pelo Prefeito não exime de responsabilidade os administradores e responsáveis pela arrecadação, guarda e aplicação dos bens, dinheiros e valores públicos, cujos atos da gestão sujeitam-se ao julgamento técnico-administrativo do Tribunal de Contas do Estado;

6.1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal a Aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Forquilha, relativas ao exercício de 2006, sugerindo que, quando do julgamento, atente para as restrições remanescentes apontadas no Relatório DMU n. 1773/2007.

6.2. Recomenda ao Chefe do Poder Executivo de Forquilha, de acordo com o art. 90 da Resolução n. TC-06/2001, que, doravante, observe a iniciativa de lei do Poder Legislativo quanto à parcela relativa ao reajuste do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, conforme dispõem os arts. 29, V, da Constituição Federal e 111, VI, da Constituição Estadual.

6.3. Determina à Secretaria Geral - SEG, deste Tribunal, a formação de autos apartados para fins de exame, pela Diretoria Técnica competente, da matéria referente à possível burla à regra constitucional da obrigatoriedade de concurso público para ingresso no serviço público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, em face da presença, nos Anexos III e IV, de despesas no valor de R\$ 58.671,95, referentes à contratação de diversos serviços na área da saúde, assim como assessoria de imprensa, que caracterizariam atividades contínuas e permanentes da Unidade, e, por via de consequência, somente poderiam ser exercidas por servidores ocupantes de cargos efetivos.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SALOMÃO RIBAS JUNIOR

Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Parecer Prévio n. 0131/2007

1. Processo n. PCP - 07/00080945

2. Assunto: Grupo 3 - Prestação de Contas do Prefeito - Exercício de 2006

3. Responsável: Edemilson Canale - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Seara

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e

discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e considerando ainda que:

I - é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas Anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, que consiste em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício para avaliar se o Balanço Geral do Município representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial e se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade aplicados à administração pública municipal;

III - é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme determina a Constituição Estadual, em seu art. 113, o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Prefeito;

IV - o julgamento pela Câmara Municipal das contas prestadas pelo Prefeito não exime de responsabilidade os administradores e responsáveis pela arrecadação, guarda e aplicação dos bens, dinheiros e valores públicos, cujos atos de gestão sujeitam-se ao julgamento técnico-administrativo do Tribunal de Contas do Estado;

6.1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal a Aprovação das contas anuais do Governo Municipal de Seara, relativas ao exercício de 2006, sugerindo que, quando do julgamento, atente para o fato de que o Sistema de Controle Interno não atende às exigências contidas na Lei Complementar (estadual) n. 202/2000 e na Resolução n. TC-06/2001, fato que compromete o controle pela boa e regular aplicação dos recursos públicos.

6.2. Recomenda ao Poder Executivo Municipal de Seara que:

6.2.1. evolua no sentido de operar o Sistema de Controle Interno na forma estabelecida na Lei Complementar (estadual) n. 202/2000 e na Resolução n. TC-06/2001.

6.2.2. adote providências no sentido de restabelecer e manter o equilíbrio de caixa, conforme disposto no art. 48, "b", da Lei (federal) n. 4.320/64 c/c o art. 1º, § 1º, da Lei Complementar (federal) n. 101/2000.

6.3. Recomenda ao responsável pelo sistema de controle interno da Prefeitura Municipal de Seara que adote providências no sentido de contabilizar as despesas com obrigações patronais incidente sobre o folha de pagamento no elemento 13 - Obrigações Patronais, conforme disposto na Portaria Interministerial n. 163/2001.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA
Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Parecer Prévio n. 0132/2007

1. Processo n. PCP - 07/00024360

2. Assunto: Grupo 3 - Prestação de Contas do Prefeito - Exercício de 2006

3. Responsável: Alvari Lucídio Mazzardo - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Descanso

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e considerando ainda que:

I - é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas Anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se à análise técnico-contábil-financeiro-orçamentário-operacional-patrimonial procedida e à sua conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares;

III - o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, à sua avaliação quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

IV - é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme determina a Constituição Estadual, em seu art. 113, o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Prefeito;

V - o julgamento pela Câmara Municipal das contas prestadas pelo Prefeito não exime de responsabilidade os administradores e responsáveis pela arrecadação, guarda e aplicação dos bens, dinheiros e valores públicos, cujos atos de gestão sujeitam-se ao julgamento técnico-administrativo do Tribunal de Contas do

Estado;

6.1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal a Aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Descanso, relativas ao exercício de 2006, sugerindo que, quando do julgamento, atente para as restrições remanescentes apontadas no Relatório DMU n. 1438/2007.

6.2. Recomenda à Prefeitura Municipal de Descanso a adoção de providências visando à correção das deficiências apontadas pelo Órgão Instrutivo, a seguir identificadas, e à prevenção da ocorrência de outras semelhantes:

6.2.1. Meta Fiscal de Resultado Nominal prevista na LDO n. 631/05, em conformidade com a Lei Complementar (federal) n. 101/2000, arts. 4º, § 1º, e 9º, não realizada até o 6º bimestre de

2006, caracterizando afronta ao art. 3º, Anexo XIX, da referida Lei (item A.1 da Conclusão do Relatório DMU);

6.2.2. Meta Fiscal de Resultado Primário prevista na LDO n. 631/05, em conformidade com a Lei Complementar (federal) n. 101/2000, arts. 4º, § 1º, e 9º, não realizada até o 6º bimestre de 2006, caracterizando afronta ao art. 3º, Anexo XIX, da referida Lei (item A.2 da Conclusão do Relatório DMU);

6.2.3. Divergência de R\$ 71,54 no saldo da Dívida Ativa apurada entre a confrontação do saldo anterior com as respectivas inscrições e recebimentos que constam do Anexo 15 da Lei (federal) n. 4.320/64 e o saldo final demonstrado no Balanço Patrimonial - Anexo 14, em desacordo com o art. 85 da Lei (federal) n. 4.320/65 (item A.3 da Conclusão do Relatório DMU);

6.2.4. Não-contabilização da Cota-Parte do IPI sobre Exportação pelo seu valor bruto, bem como não-contabilização na conta própria da retenção automática dos quinze por cento para o FUNDEF, sobre a Cota em questão, em descumprimento aos arts. 2º e 3º, caput e § 2º, da Portaria STN n. 328, de 27 de agosto de 2001 (item B.1 da Conclusão do Relatório DMU).

6.3. Determina à Secretaria Geral - SEG, deste Tribunal, a formação de autos apartados para fins de exame, pela Diretoria Técnica competente, das seguintes matérias:

6.3.1. Contabilização da compra financiada de bem móvel (máquina motoniveladora), por contrato de arrendamento mercantil (denominado leasing financeiro), no valor de R\$ 867.330,00, em desacordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Resolução CFC n. 921/01 - NBC T 10.2) e o art. 3º, § 4º, da Portaria Interministerial STN/SOF n. 163/2001, e em afronta aos arts. 85 e 104 da Lei federal n. 4.320/64 (item A.4 da Conclusão do Relatório DMU);

6.3.2. Compra financiada de bem móvel (máquina motoniveladora), por contrato de arrendamento mercantil (denominado leasing financeiro), no valor de R\$ 867.330,00, mediante transação direta com o fornecedor, em descumprimento às vedações do art. 37, inciso III, da Lei Complementar (federal) n. 101/2000 (item A.5 da Conclusão do Relatório DMU).

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI
Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Parecer Prévio n. 0133/2007

1. Processo n. PCP - 07/00026908

2. Assunto: Grupo 3 - Prestação de Contas do Prefeito - Exercício de 2006

3. Responsável: José Brina Tramontin - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Turvo

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e considerando ainda que:

I - é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas Anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se à análise técnico-contábil-financeiro-orçamentário-operacional-patrimonial procedida e à sua conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares;

III - o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, à sua avaliação quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

IV - é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme

determina a Constituição Estadual, em seu art. 113, o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Prefeito;

V - o julgamento pela Câmara Municipal das contas prestadas pelo Prefeito não exime de responsabilidade os administradores e responsáveis pela arrecadação, guarda e aplicação dos bens, dinheiros e valores públicos, cujos atos de gestão sujeitam-se ao julgamento técnico-administrativo do Tribunal de Contas do Estado;

6.1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal a Aprovação das contas do Município de Turvo, relativas ao exercício de 2006.

6.2. Determina ao Chefe do Poder Executivo de Turvo que, doravante, observe a iniciativa de lei do Poder Legislativo quanto à parcela relativa ao reajuste do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, conforme dispõem os arts. 29, V, da Constituição Federal e 111, VI, da Constituição Estadual (item I.A.1 da Conclusão do Relatório DMU n. 2020/2007).

6.3. Determina à Secretaria Geral - SEG, deste Tribunal, a formação de autos apartados para fins de exame, pela Diretoria Técnica competente, das seguintes matérias:

6.3.1. utilização de recursos destinados à Reserva de Contingência, no montante de R\$ 180.000,00, para fins diversos daqueles preceituados na Lei de Responsabilidade Fiscal, em descumprimento ao art. 5º, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar n. 101/2000 (item I.B.3 da Conclusão do Relatório DMU);

6.3.2. possível descumprimento do art. 37, II, da Constituição Federal, em face da contratação de assessoria jurídica e contábil feita pela Prefeitura Municipal (Anexo 3 do Relatório DMU).

6.4. Recomenda à Prefeitura Municipal de Turvo que atente para as restrições constantes dos itens I.B.4 a I.B.6, I.C.1 a I.C.2 da Conclusão do Relatório DMU.

6.5. Determinar à Diretoria de Controle dos Municípios - DMU, deste Tribunal, que proceda a verificação do possível descumprimento do art. 37, II, da Constituição Federal, quando da análise do PCA-07/00144935, relativo à Prestação de contas do Presidente da Câmara de Vereadores de Turvo (gestão 2006), em face das despesas efetuadas com a contratação feita pela Câmara Municipal de serviços de assessoria jurídica e contábil (Anexo 3 do Relatório DMU).

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN
Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1740/2007

1. Processo n. PCA - 07/00146555

2. Assunto: Grupo 3 - Prestação de Contas de Administrador - Exercício de 2006

3. Responsável: Zita Terezinha Coelho - Gestora à época

4. Unidade: Fundo Municipal de Saúde de Angelina

5. Unidade Técnica: DMU

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos à prestação de contas do exercício de 2006 do Fundo Municipal de Saúde de Angelina.

Considerando que o exame em questão não envolve o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representação e outras, que devem integrar processos específicos, submetidos à apreciação deste Tribunal;

Considerando que o presente processo de prestação de contas não envolve o exame de responsabilidade do administrador, quanto aos atos de competência do exercício em causa, relacionados a licitações, contratos, convênios, atos de pessoal, prestações de contas de recursos antecipados, legalidade e legitimidade da receita e despesa, os quais são apreciados por este Tribunal em processos específicos;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição Estadual e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Julgar regulares com ressalva, com fundamento no art. 18, II, c/c o art. 20 da Lei Complementar n. 202/2000, as contas anuais de 2006 referentes a atos de gestão do Fundo Municipal de Saúde de Angelina, no que concerne ao Balanço Geral composto das Demonstrações de Resultados Gerais, na forma dos anexos e demonstrativos estabelecidos no art. 101 da Lei Federal n. 4.320/64, e dar quitação à Responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

6.2. Recomendar ao Fundo Municipal de Saúde de Angelina a

adoção de providências visando à correção das restrições a seguir relacionadas, apontadas no Relatório DMU n. 1001/2007, e à prevenção da ocorrência de outras semelhantes:

6.2.1. Procedimento contábil para o cancelamento de Restos a Pagar efetuado de forma imprópria, em desacordo com o art. 85 da Lei (federal) n. 4.320/64 e Portaria STN n. 219/2004 (item III-1.1 do Relatório DMU);

6.2.2. Ausência da contabilização da contribuição previdenciária incidente sobre despesas com serviços de terceiros (pessoa física), nos termos do que dispõe o art. 22, inciso III, da Lei (federal) n. 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social (item III-2.1 do Relatório DMU).

6.3. Dar ciência deste Acórdão ao Fundo Municipal de Saúde de Angelina.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO WILSON ROGÉRIO WAN-DALL
Presidente Relator
Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1741/2007

1. Processo n. PCA - 07/00192824

2. Assunto: Grupo 3 - Prestação de Contas de Administrador - Exercício de 2006

3. Responsável: Roque Stangerlin - Gestor à época

4. Unidade: Fundo Municipal de Saúde de Curitiba

5. Unidade Técnica: DMU

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos à prestação de contas do exercício de 2006 do Fundo Municipal de Saúde de Curitiba.

Considerando que o exame em questão não envolve o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representação e outras, que devem integrar processos específicos, submetidos à apreciação deste Tribunal;

Considerando que o presente processo de prestação de contas não envolve o exame de responsabilidade do administrador, quanto aos atos de competência do exercício em causa, relacionados a licitações, contratos, convênios, atos de pessoal, prestações de contas de recursos antecipados, legalidade e legitimidade da receita e despesa, os quais são apreciados por este Tribunal em processos específicos;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição Estadual e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Julgar regulares com ressalva, com fundamento no art. 18, II, c/c o art. 20 da Lei Complementar n. 202/2000, as contas anuais de 2006 referentes a atos de gestão do Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, no que concerne ao Balanço Geral composto das Demonstrações de Resultados Gerais, na forma dos anexos e demonstrativos estabelecidos no art. 101 da Lei Federal n. 4.320/64, e dar quitação ao Responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

6.2. Recomendar ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba a adoção de providências visando à correção das restrições a seguir relacionadas, apontadas no Relatório DMU n. 1179/2007, e à prevenção da ocorrência de outras semelhantes:

6.2.1. Ausência da contabilização da contribuição previdenciária incidente sobre despesas com serviços de terceiros (pessoa física), nos termos do que dispõe o art. 22, inciso III, da Lei (federal) n. 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social (item III-1.1 do Relatório DMU);

6.2.2. Despesas classificadas em programas de saúde, não elegíveis como "Ações e Serviços Públicos de Saúde", nos termos das normas previstas na Emenda Constitucional n. 29, e também das normas previstas na Emenda Constitucional n. 29, e também porque não se enquadram dentre aqueles afetados à atuação do SUS no âmbito municipal, consoante disposto na Lei (federal) n. 8.080/90, art. 18 (item III-1.1 do Relatório DMU).

6.3. Dar ciência deste Acórdão ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO WILSON ROGÉRIO WAN-DALL
Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1742/2007

1. Processo n. PCA - 07/00288422

2. Assunto: Grupo 3 - Prestação de Contas de Administrador - Exercício de 2006

3. Responsável: Carle Sirlei Rosset - Gestora à época

4. Unidade: Fundo Municipal de Assistência Social de Alto Bela Vista

5. Unidade Técnica: DMU

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos à prestação de contas do exercício de 2006 do Fundo Municipal de Assistência Social de Alto Bela Vista.

Considerando que o exame em questão não envolve o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representação e outras, que devem integrar processos específicos, submetidos à apreciação deste Tribunal;

Considerando que o presente processo de prestação de contas não envolve o exame de responsabilidade do administrador, quanto aos atos de competência do exercício em causa, relacionados a licitações, contratos, convênios, atos de pessoal, prestações de contas de recursos antecipados, legalidade e legitimidade da receita e despesa, os quais são apreciados por este Tribunal em processos específicos;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição Estadual e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Julgar regulares com ressalva, com fundamento no art. 18, II, c/c o art. 20 da Lei Complementar n. 202/2000, as contas anuais de 2006 referentes a atos de gestão do Fundo Municipal de Assistência Social de Alto Bela Vista, no que concerne ao Balanço Geral composto das Demonstrações de Resultados Gerais, na forma dos anexos e demonstrativos estabelecidos no art. 101 da Lei Federal n. 4.320/64, e dar quitação ao Responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

6.2. Recomendar ao Fundo Municipal de Assistência Social de Alto Bela Vista a adoção de providências visando à correção das restrições a seguir relacionadas, apontadas no Relatório DMU n. 1660/2007, e à prevenção da ocorrência de outras semelhantes:

6.2.1. Divergência na apuração do saldo patrimonial do exercício, em desacordo com a Lei (federal) n. 4.320/64, art. 85 c/c art. 104 (item III-1.1 do Relatório DMU);

6.2.2. Ausência da contabilização da contribuição previdenciária incidente sobre despesas com serviços de terceiros (pessoa física), nos termos do que dispõe o art. 22, inciso III, da Lei (federal) n. 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social (item III-2.1 do Relatório DMU).

6.3. Dar ciência deste Acórdão ao Fundo Municipal de Assistência Social de Alto Bela Vista.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO WILSON ROGÉRIO WAN-DALL
Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1743/2007

1. Processo n. PCA - 07/00289070

2. Assunto: Grupo 3 - Prestação de Contas de Administrador - Exercício de 2006

3. Responsável: Leila Cristina Martins - Gestora à época

4. Unidade: Fundo Municipal do Turismo de Balneário Piçarras

5. Unidade Técnica: DMU

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos à prestação de contas do exercício de 2006 do Fundo Municipal do Turismo de Balneário Piçarras.

Considerando que o exame em questão não envolve o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representação e outras, que devem integrar processos específicos, submetidos à apreciação deste Tribunal;

Considerando que o presente processo de prestação de contas não envolve o exame de responsabilidade do administrador, quanto aos atos de competência do exercício em causa, relacionados a

licitações, contratos, convênios, atos de pessoal, prestações de contas de recursos antecipados, legalidade e legitimidade da receita e despesa, os quais são apreciados por este Tribunal em processos específicos;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição Estadual e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Julgar regulares com ressalva, com fundamento no art. 18, II, c/c o art. 20 da Lei Complementar n. 202/2000, as contas anuais de 2006 referentes a atos de gestão do Fundo Municipal do Turismo de Balneário Piçarras, no que concerne ao Balanço Geral composto das Demonstrações de Resultados Gerais, na forma dos anexos e demonstrativos estabelecidos no art. 101 da Lei Federal n. 4.320/64, e dar quitação ao Responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

6.2. Recomendar ao Fundo Municipal do Turismo de Balneário Piçarras a adoção de providências visando à correção da restrição a seguir relacionada, apontada no Relatório DMU n. 1994/2007, e à prevenção da ocorrência de outras semelhantes:

6.2.1. Ausência da contabilização da contribuição previdenciária incidente sobre despesas com serviços de terceiros (pessoa física), nos termos do que dispõe o art. 22, inciso III, da Lei (federal) n. 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social (item III-1.1 do Relatório DMU).

6.3. Dar ciência deste Acórdão ao Fundo Municipal do Turismo de Balneário Piçarras.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO WILSON ROGÉRIO WAN-DALL
Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1744/2007

1. Processo n. PCA - 07/00299890

2. Assunto: Grupo 3 - Prestação de Contas de Administrador - Exercício de 2006

3. Responsável: Solange Maia - Gestora à época

4. Unidade: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibicaré

5. Unidade Técnica: DMU

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos à prestação de contas do exercício de 2006 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibicaré.

Considerando que o exame em questão não envolve o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representação e outras, que devem integrar processos específicos, submetidos à apreciação deste Tribunal;

Considerando que o presente processo de prestação de contas não envolve o exame de responsabilidade do administrador, quanto aos atos de competência do exercício em causa, relacionados a licitações, contratos, convênios, atos de pessoal, prestações de contas de recursos antecipados, legalidade e legitimidade da receita e despesa, os quais são apreciados por este Tribunal em processos específicos;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição Estadual e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Julgar regulares com ressalva, com fundamento no art. 18, II, c/c o art. 20 da Lei Complementar n. 202/2000, as contas anuais de 2006 referentes a atos de gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibicaré, no que concerne ao Balanço Geral composto das Demonstrações de Resultados Gerais, na forma dos anexos e demonstrativos estabelecidos no art. 101 da Lei Federal n. 4.320/64, e dar quitação ao Responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

6.2. Recomendar ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibicaré a adoção de providências visando à correção das restrições a seguir relacionadas, apontadas no Relatório DMU n. 1761/2007, e à prevenção da ocorrência de outras semelhantes:

6.2.1. Ausência da contabilização da contribuição previdenciária incidente sobre despesas com serviços de terceiros (pessoa física), nos termos do que dispõe o art. 22, inciso III, da Lei (federal) n. 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social (item III-A.1.1 do Relatório DMU);

6.2.2. Classificação de despesas públicas em desacordo com a

codificação prevista na Portaria Interministerial n. 163/2001 (item III-B.1.1 do Relatório DMU).

6.3. Dar ciência deste Acórdão ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiracaré.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO WILSON ROGÉRIO WAN-DALL
Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1745/2007

1. Processo n. PCA - 07/00312315

2. Assunto: Grupo 3 - Prestação de Contas de Administrador - Exercício de 2006

3. Responsável: Jaira Nolli - Gestora à época

4. Unidade: Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Rio do Sul

5. Unidade Técnica: DMU

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos à prestação de contas do exercício de 2006 do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Rio do Sul.

Considerando que o exame em questão não envolve o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representação e outras, que devem integrar processos específicos, submetidos à apreciação deste Tribunal;

Considerando que o presente processo de prestação de contas não envolve o exame de responsabilidade do administrador, quanto aos atos de competência do exercício em causa, relacionados a licitações, contratos, convênios, atos de pessoal, prestações de contas de recursos antecipados, legalidade e legitimidade da receita e despesa, os quais são apreciados por este Tribunal em processos específicos;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição Estadual e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Julgar regulares com ressalva, com fundamento no art. 18, II, c/c o art. 20 da Lei Complementar n. 202/2000, as contas anuais de 2006 referentes a atos de gestão do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Rio do Sul, no que concerne ao Balanço Geral composto das Demonstrações de Resultados Gerais, na forma dos anexos e demonstrativos estabelecidos no art. 101 da Lei Federal n. 4.320/64, e dar quitação à Responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

6.2. Recomendar ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Rio do Sul a adoção de providências visando à correção da restrição a seguir relacionada, apontada no Relatório DMU n. 1649/2007, e à prevenção da ocorrência de outras semelhantes:

6.2.1. Despesas Classificadas impropriamente no elemento 36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, no valor de R\$ 250,00, em desatendimento ao estabelecido na Portaria interministerial STN/SOF n. 163, de 04/05/2001 (item 1.1 do Relatório DMU).

6.3. Dar ciência deste Acórdão ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Rio do Sul.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO WILSON ROGÉRIO WAN-DALL
Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2970/2007

1. Processo n. ECO - 07/00317031

2. Assunto: Grupo 3 - Edital de Concorrência

3. Responsável: João Paulo Karam Kleinubing - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Blumenau

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do

Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Determinar o arquivamento dos autos.

6.2. Determinar com fundamento no § 3º do art. 24 da Resolução n. TC-09/2002, o desentranhamento das fs. 84 a 361 dos presentes autos com fundamento no § 6º do citado dispositivo legal, e remetê-las à Diretoria de Controle de Licitações e Contratações - DLC, deste Tribunal.

6.3. Encaminhar os autos à Diretoria de Controle de Licitações e Contratações - DLC, deste Tribunal.

6.4. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Blumenau.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI

Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2972/2007

1. Processo n. ECO - 07/00206981

2. Assunto: Grupo 3 - Edital de Concorrência Pública n. 004/2007

3. Responsável: Neodi Saretta - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Concórdia

5. Unidade Técnica: DLC

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Determinar o arquivamento dos autos, em face da perda do seu objeto, tendo em vista a declaração de nulidade do processo licitatório n. 073/07, relativo ao Edital de Concorrência Pública n. 004/2007 do Município de Concórdia.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Concórdia.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN

Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1746/2007

1. Processo n. TCE - 05/03890502

2. Assunto: Grupo 3 - Tomada de Contas Especial - Instauração determinada no Processo n. AOR-04/03792304 - irregularidades praticadas no período de janeiro a dezembro de 2003

3. Responsáveis: Romualdo Theophanes de França Júnior - Presidente

Arnoldo Martins, Celso Luiz Müller de Farias e Luiz Antônio Vieira Goulart - Diretores Operacionais em 2003

4. Entidade: Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA

5. Unidade Técnica: DCE

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA, determinada por este Tribunal na Decisão n. 2663/2004, exarada no Processo n. AOR-04/03792304, para apuração de supostas irregularidades acerca de deferimento de recursos de autos de infração de trânsito decorrentes de notificação fora do prazo, erros administrativos, de digitação ou no próprio auto de infração, ou ainda, por enquadramento incorreto.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Julgar regulares, com fundamento no art. 18, inciso I, c/c o art. 19 da Lei Complementar n. 202/2000, as contas pertinentes à presente Tomada de Contas Especial, que trata da análise de aspectos concernentes a verificação de recursos de trânsito deferidos em autos de infração, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2003, do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA, e dar quitação plena aos Responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, aos Responsáveis nominados no item

3 desta deliberação.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n.

202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SALOMÃO RIBAS JUNIOR
Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

GRUPO: IV

Acórdão n. 1750/2007

1. Processo n. ARC - 04/03818540

2. Assunto: Grupo 4 - Auditoria de Registros Contábeis e Execução Orçamentária - Exercício de 2003

3. Responsável: José Aldo Furlan - ex-Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Cocal do Sul

5. Unidade Técnica: DMU

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos à auditoria ordinária sobre registros contábeis e execução orçamentária, realizada na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, pertinente ao exercício de 2003.

Considerando que foi efetuada a audiência do Responsável, conforme consta na f. 254 dos presentes autos;

Considerando que as justificativas e documentos apresentados são insuficientes para elidir irregularidades apontadas pelo Órgão Instrutivo, constantes do Relatório DMU n. 1641/2006; ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Conhecer do Relatório da Auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, com abrangência sobre registros contábeis e execução orçamentária relativos ao exercício de 2003, para considerar irregulares atos e procedimentos tratados nos itens 6.2.1 a 6.2.7 desta deliberação.

6.2. Aplicar ao Sr. José Aldo Furlan - ex-Prefeito Municipal de Cocal do Sul, CPF n. 179.510.709-04, com fundamento no art. 70, II, da Lei Complementar n. 202/2000 c/c o art. 109, II, do Regimento Interno, as multas abaixo relacionadas, fixando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Acórdão no Diário Oficial do Estado, para comprovar ao Tribunal o recolhimento ao Tesouro do Estado das multas cominadas, sem o que, fica desde logo autorizado o encaminhamento da dívida para cobrança judicial, observado o disposto nos arts. 43, II, e 71 da Lei Complementar n. 202/2000:

6.2.1. R\$ 400,00 (quatrocentos reais), em face da transferência de R\$ 1.185.114,68 da conta específica do FUNDEF - Banco do Brasil para outras contas do Banco do Brasil e do BESC, caracterizando descumprimento ao art. 3º da Lei (federal) n. 9.424/96 (item 1.1 do Relatório DMU);

6.2.2. R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pelo pagamento de despesas não pertencentes ao ensino fundamental, no montante de R\$ 167.507,73, com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, em desacordo com o art. 2º da Lei (federal) n. 9.426/96 (item 1.2 do Relatório DMU);

6.2.3. R\$ 400,00 (quatrocentos reais), em razão de despesas com ensino infantil classificadas impropriamente no programa de ensino fundamental, no montante de R\$ 115.212,73, em desacordo com o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º da Lei (federal) n. 4.320/64, alterados pela Portaria n. 42/1999 (item 2.1 do Relatório DMU);

6.2.4. R\$ 400,00 (quatrocentos reais), em face de despesas na ordem de R\$ 52.295,00, pagas com recursos do FUNDEF e classificadas impropriamente no Ensino Fundamental, em desacordo ao disposto no art. 70 da Lei (federal) n. 9.394/96 e na Portaria n. 42/1999 (item 2.2 do Relatório DMU);

6.2.5. R\$ 400,00 (quatrocentos reais), por despesas na ordem de R\$ 95.821,98 classificadas impropriamente no Ensino Fundamental, em desacordo com o disposto no art. 70 da Lei (federal) n. 9.394/96 e na Portaria n. 42/1999 (item 2.3 do Relatório DMU);

6.2.6. R\$ 400,00 (quatrocentos reais), em razão de despesas com transporte escolar do ensino infantil, no importe de R\$ 130.835,80, classificadas impropriamente no Ensino Fundamental, em afronta ao previsto na Portaria n. 42/1999 (item 2.4 do Relatório DMU);

6.2.7. R\$ 400,00 (quatrocentos reais), por constar, nos Anexos do Balanço Anual que registram as despesas das subfunções, as despesas destinadas à Educação Infantil e ao Programa Suplementar de Alimentação, classificadas indevidamente sob o código 361 (codificação específica do Ensino Fundamental), em desconformidade com a Portaria n. 42/1999 (item 2.5 do Relatório DMU).

6.3. Determinar à Prefeitura Municipal de Cocal do Sul que, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta deliberação no Diário Oficial do Estado, adote providências, no sentido de promover a devolução do valor de R\$ 167.507,73 para a conta n. 58.021-X do Banco do Brasil, vinculada ao FUNDEF, para utilização destes recursos em conformidade com o disposto nos arts. 2º e 7º da Lei (federal) n. 9.424/96.

6.4. Determinar à Diretoria de Controle dos Municípios - DMU, deste Tribunal, que adote providências visando à verificação do atendimento da determinação constante do item 6.3 desta deliberação, procedendo à realização de diligências, inspeção ou auditoria que se fizerem necessárias.

6.5. Dar ciência deste Acórdão, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, bem como do Relatório DMU n. 1641/2006, à Prefeitura Municipal de Cocal do Sul e ao Sr. José Aldo Furlan - ex-Prefeito daquele Município.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SALOMÃO RIBAS JUNIOR

Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2997/2007

1. Processo n. APE - 00/02875551

2. Assunto: Grupo 4 - Auditoria de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Ubiratan Simões Rezende - ex-Secretário de Estado da Administração

4. Órgão: Secretaria de Estado da Fazenda

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Denegar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Julieta Maria da Silva Ferro, servidora da Secretaria de Estado da Fazenda, matrícula n. 111.500-6-01, no cargo de Agente em Atividades Administrativas, nível ONO-1-06, referência J, CPF n. (-), PASEP n. (-), consubstanciado na Portaria n. 182/1999, considerado ilegal conforme pareceres emitidos nos autos, em face da averbação de tempo de serviço de natureza privada sem a comprovação do devido recolhimento previdenciário (art. 43, § 2º, da Lei n. 6.745/85).

6.2. Determinar ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC a adoção de providências necessárias com vistas ao imediato retorno da servidora Julieta Maria da Silva Ferro ao serviço, comunicando-as a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Decisão no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 41, caput, do Regimento Interno desta Corte de Contas, sob pena de responsabilidade da autoridade administrativa omissa, ou interponha recurso, conforme previsto no art. 79 da Lei Complementar n. 202/2000.

6.3. Determinar à Diretoria de Controle da Administração Estadual - DCE, deste Tribunal, que, após transitada em julgado a decisão, inclua na sua programação de auditorias a averiguação dos procedimentos adotados, pelo IPESC, decorrentes da denegação de registro de que trata o item 6.1 desta deliberação.

6.4. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do Relatório de Reinstrução DCE/Insp.4/Div.10 n. 575/2007, ao Sr. Demétrius Ubiratan Hintz - Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC, à Secretaria de Estado da Administração e à Secretaria de Estado da Fazenda.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN

Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2973/2007

1. Processo n. SPE - 07/00390030

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal -

Transferência para a reserva

3. Responsável: Adilson Alcides de Oliveira - Comandante-Geral

4. Órgão: Corpo de Bombeiros Militar

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato de transferência para a reserva de Pedro Jucelei Urbano, servidor do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, matrícula n. 900710-5, no posto de Cabo, CPF n. 295.093.869-87, PASEP n. 10117414066, consubstanciado na Portaria n. 243/CBMS/2006, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO WILSON ROGÉRIO WAN-DALL

Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2974/2007

1. Processo n. SPE - 07/00390200

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Transferência para a reserva

3. Responsável: Adilson Alcides de Oliveira - Comandante-Geral

4. Órgão: Corpo de Bombeiros Militar

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato de transferência para a reserva de Aldo Rotta, servidor do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, matrícula n. 905484-7, no posto de Cabo, CPF n. 385.377.029-00, PASEP n. 10695137716, consubstanciado na Portaria n. 231/CBMS/2006, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO WILSON ROGÉRIO WAN-DALL

Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2975/2007

1. Processo n. SPE - 07/00172122

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Demétrius Ubiratan Hintz - Presidente do IPESC

4. Órgão: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação)

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Maria de Fátima Oliveira, da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação), matrícula n. 147399-9-01, no cargo de Professor, nível MAG-9-G, CPF n. 464.633.809-20, PASEP n. 1.038.041.162-5, consubstanciado na Portaria n. 964/IPESC/2006, retificada pela Portaria n. 121/IPESC/2007, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Secretaria de Estado da Educação e ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA

Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2976/2007

1. Processo n. SPE - 07/00174176

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Demétrius Ubiratan Hintz - Presidente do IPESC

4. Órgão: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação)

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Dejaiv Ivo Werlich, da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação), matrícula n. 103986-5-1, no cargo de Professor, nível MAG-11-G, CPF n. 196.212.309-00, PASEP n. 10072483315, consubstanciado na Portaria n. 794/IPESC/2006, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Secretaria de Estado da Educação e ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA

Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2977/2007

1. Processo n. SPE - 07/00184643

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Demétrius Ubiratan Hintz - Presidente do IPESC

4. Órgão: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação)

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Celia Regina Silveira da Cruz, da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação), matrícula n. 278779-2-02, no cargo de Professor, nível MAG-07-C, CPF n. 863.848.489-53, PASEP n. 1705943714-0, consubstanciado na Portaria n. 1091/IPESC/2006, retificada pela Portaria n. 125/IPESC/2007, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Secretaria de Estado da Educação e ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.
JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA
 Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)
 Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA
 Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2978/2007

1. Processo n. SPE - 07/00199241

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal Aposentadoria

3. Responsável: Interessado Demétrius Ubiratan Hintz - Presidente do IPESC

4. Órgão: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação)

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Maria Terezinha Osellame, da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação), matrícula n. 164339-8-01, no cargo de Professor, nível MAG-10-G, CPF n. 767.522.679-87, PASEP n. 18013046708, consubstanciado na Portaria n. 1095/IPESC/2006, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Secretaria de Estado da Educação e ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA
 Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2979/2007

1. Processo n. SPE - 07/00199322

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Demétrius Ubiratan Hintz - Presidente do IPESC

4. Órgão: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação)

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Valério Eutrópio Galdino, da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação), matrícula n. 125109-0-01, no cargo de Professor, nível MAG-06-G, CPF n. 252.319.109-10, PASEP n. 10089383846, consubstanciado na Portaria n. 896/IPESC/2006, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Secretaria de Estado da Educação e ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA
 Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2980/2007

1. Processo n. SPE - 07/00199918

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Interessado Demétrius Ubiratan Hintz - Presidente do IPESC

4. Órgão: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação)

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Dulce Maria Scalco, da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação), matrícula n. 154866-2-01, no cargo de Professor, nível MAG-07-C, CPF n. 893.088.919-00, PASEP n. 10094664436, consubstanciado na Portaria n. 1099/IPESC/2006, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Secretaria de Estado da Educação e ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA
 Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2981/2007

1. Processo n. SPE - 07/00210580

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Demétrius Ubiratan Hintz - Presidente do IPESC

4. Órgão: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação)

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Dorlides Aparecida Vieira, da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação), matrícula n. 114859-1-01, no cargo de Professor, nível MAG-10-A, CPF n. 148.178.109-04, PASEP n. 10036144379, consubstanciado na Portaria n. 952/IPESC/2006, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Secretaria de Estado da Educação e ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA
 Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2982/2007

1. Processo n. SPE - 07/00210660

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Demétrius Ubiratan Hintz - Presidente do IPESC

4. Órgão: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação)

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Guiomar Severo da Rosa, da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação), matrícula n. 162689-2-03, no cargo de Professor, nível MAG-10-G, CPF n. 492.008.879-53, PASEP n. 18013044683, consubstanciado na Portaria n. 992/IPESC/2006, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Secretaria de Estado da Educação

e ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA
 Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2983/2007

1. Processo n. SPE - 07/00385380

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Demétrius Ubiratan Hintz - Presidente do IPESC

4. Órgão: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Lourdes Ouriques Silva, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, matrícula n. 236401-8-01, no cargo de Agente em Atividades Administrativas, nível 6, referência J, CPF n. 523.285.629-49, PASEP n. 1.008.611.455-4, consubstanciado na Portaria n. 427/IPESC/2007, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA
 Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2984/2007

1. Processo n. SPE - 03/06063220

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria e Alteração de Proventos

3. Responsáveis: Frank Bollmann - ex-Prefeito Municipal

Fernando Mallon - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, dos atos de aposentadoria e de alteração de proventos de Luiz Emídio, da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, matrícula n. 1.724, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível TSG-5E, CPF n. 528.525.719-00, PASEP n. 104.299.036-31, consubstanciados na Portaria n. 499/1994 (aposentatória) e no Decreto n. 4.060/2007 (retificatório de proventos), considerados legais conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.
JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI
 Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)
 Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA
 Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2985/2007

1. Processo n. SPE - 04/01798500

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Eliana Linhares Pivatto - Diretora-Presidente em 2003

4. Entidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Imar Rocha, matrícula n. 258, no cargo de Advogado Sênior, nível VII, referência 76, CPF n. 103.777.359-49, PIS/PASEP n. 10994232915, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Caçador, consubstanciado na Portaria n. 033/2003, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Caçador e ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos daquele Município.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI
 Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)
 Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2986/2007

1. Processo n. SPE - 05/00626464

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Wilson Plautz - ex-Prefeito Municipal de Camboriú

4. Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camboriú - CAMBORIÚ PREV

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Pedro Monteiro Bonfim, matrícula n. 2347-7, no cargo de Operário Braçal, CPF n. 686.370.399-87, PIS/PASEP n. 12029708862, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Camboriú, consubstanciado na Portaria n. 008/2003, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Camboriú e ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos daquele Município.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI
 Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)
 Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2987/2007

1. Processo n. SPE - 05/03972495

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Jaime Tonello - Presidente em 2001

4. Órgão: Câmara Municipal de Florianópolis

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Onildo Onildo dos Santos, matrícula n. 376, no cargo de Auxiliar Administrativo, classe III, nível 2, faixa B, CPF n. 537.261.389-00, PIS/PASEP n. 17028940061, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal de Florianópolis, consubstanciado na Portaria n. 256/2001, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Câmara Municipal de Florianópolis.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI
 Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)
 Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2988/2007

1. Processo n. SPE - 06/00369315

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Interessado Hylário Zen - ex-Prefeito Municipal de Brusque

4. Entidade: Fundo do Sistema Municipal de Previdência de Brusque

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Solange Otaviano Baumgartner, matrícula n. 692, no cargo de Professor I, CPF n. 216.428.939-00, PIS/PASEP n. 1.023.887.342-8, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, consubstanciado na Portaria n. 2200/1997, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Brusque.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI
 Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)
 Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2990/2007

1. Processo n. SPE - 06/00409554

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Marcílio Guilherme Ávila - Presidente em 08/2003

4. Órgão: Câmara Municipal de Florianópolis

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de José Francisco da Silva, matrícula n. 363, no cargo de Auxiliar de Atividades Diversas, classe III, nível 3, faixa D, CPF n. 178.607.509-10, PIS/PASEP n. 10378818551, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal de Florianópolis, consubstanciado na Portaria n. 310/2003, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Câmara Municipal de Florianópolis.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI
 Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)
 Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2991/2007

1. Processo n. SPE - 07/00050280

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Interessado Gervásio José da Silva - ex-Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de São José

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Ivone Werlich Bruch, no cargo de Professora II, CPF n. 245.356.999-68, PIS/PASEP n. 10049193829, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de São José, consubstanciado no Decreto n. 4.888/1996, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de São José.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI
 Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)
 Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2992/2007

1. Processo n. SPE - 07/00062530

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Dário Elias Berger - ex-Prefeito Municipal de São José

4. Entidade: Prefeitura Municipal de São José

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Mário Celso Stahelin, matrícula n. 688, no cargo de Engenheiro Civil, CPF n. 178.818.469-68, PIS/PASEP n. 10061926741, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de São José, consubstanciado no Decreto n. 6.006/1997, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de São José.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI
 Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)
 Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2993/2007

1. Processo n. SPE - 07/00199080

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Demétrius Ubiratan Hintz - Presidente do IPESC

4. Órgão: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia

(atual Secretaria de Estado da Educação)

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Evelin Schelbauer Muller, da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação), matrícula n. 146925-8-01, no cargo de Professor, nível MAG-10-G, CPF n. 216.624.109-30, PASEP n. 10072538764, consubstanciado na Portaria n. 116/IPESC/2007, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Secretaria de Estado da Educação e ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI

Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2994/2007

1. Processo n. SPE - 07/00200355

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Demétrius Ubiratan Hintz - Presidente do IPESC

4. Órgão: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação)

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Zenilda da Silva Dias, da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação), matrícula n. 158522-3-01, no cargo de Professor, nível MAG-09-F, CPF n. 935.786.449-00, PASEP n. 18013037148, consubstanciado na Portaria n. 1/IPESC/2007, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Secretaria de Estado da Educação e ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI

Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2995/2007

1. Processo n. SPE - 07/00200517

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Demétrius Ubiratan Hintz - Presidente do IPESC

4. Órgão: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação)

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Cléria Araldi, da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (atual Secretaria de Estado da Educação), matrícula n. 0513318-01, no cargo de Professor, nível MAG-11-G, CPF n. 032.411.909-78, PASEP n. 1003608152-0, consubstanciado na Portaria n. 99/IPESC/2007, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Secretaria de Estado da Educação

e ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI

Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2996/2007

1. Processo n. SPE - 07/00222839

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Nelson Isidoro da Silva - ex-Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Pedro Brick, matrícula n. 0134, no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Coveiro), CPF n. 343.206.799-20, PIS/PASEP n. 1069888832-1, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, consubstanciado no Decreto n. 2.283/2002, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz e ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos daquele Município.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI

Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1755/2007

1. Processo n. SPE - 02/04839297

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsáveis: Onélio Francisco Menta - ex-Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Caçador

5. Unidade Técnica: DMU

6. Acórdão:

Considerando que esta Corte de Contas, na apreciação dos presentes autos em 10/07/2006, conforme Decisão n. 1610/2006, publicada no DOE de 25/08/2006, decidiu denegar o registro do ato aposentatório de Juarez Gonçalves Cordeiro, da Prefeitura Municipal de Caçador, matrícula n. 360, no cargo de Servente III, nível IV, referência 9, e determinar o retorno do servidor ao serviço público municipal.

Considerando que o Prefeito Municipal de Caçador, Sr. Saulo Sperotto, identificado da Decisão n. 1610/2006, conforme Ofício TCE/SEG n. 9.933/2006, de 21/07/2006, não adotou as providências necessárias determinadas por esta Corte de Contas, segundo aduz o Relatório DMU n. 41/2007;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição Estadual e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Reiterar os termos da Decisão n. 1610/2006, de 10/07/2006, publicada no Diário Oficial do Estado de 25/08/2006, fixando novo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, para que o Prefeito Municipal de Caçador cumpra o determinado na citada Decisão.

6.2. Aplicar ao Sr. Saulo Sperotto - Prefeito Municipal de Caçador, CPF n. 561.293.009-72, com fundamento no art. 70, § 1º, da Lei Complementar n. 202/2000 c/c o art. 109, § 1º, do Regimento Interno, a multa no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), em face de deixar de cumprir, injustificadamente, a Decisão n. 1610/2006, de 10/07/2006, fixando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, a

contar da publicação deste Acórdão no Diário Oficial do Estado, para comprovar ao Tribunal o recolhimento ao Tesouro do Estado, sem o que, fica desde logo autorizado o encaminhamento da dívida para cobrança judicial, observado o disposto nos arts. 43, II, e 71 da Lei Complementar n. 202/2000.

6.3. Dar ciência deste Acórdão, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, bem como do Relatório DMU n. 41/2007, ao Sr. Saulo Sperotto - Prefeito Municipal de Caçador.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN

Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2998/2007

1. Processo n. SPE - 03/02630937

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Anulação de Aposentadoria

3. Responsável: Interessado Fábio Antônio Fávero - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Irani

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Conhecer do Decreto n. 045/2007, de 21 de maio de 2007, que anulou a aposentadoria do servidor Alzimir Basso, da Prefeitura Municipal de Irani, concedida através do Decreto n. 022/1998, e que determinou o retorno do servidor às suas funções junto ao Poder Executivo Municipal.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Irani.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN

Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3000/2007

1. Processo n. SPE - 03/02695125

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Olímpio José Tomio - Prefeito Municipal de Indaial

4. Unidade: Fundo (Instituto) de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Indaial

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Igñês Santos, matrícula n. 2735-9, no cargo de Professora. CPF n. 558.060.879-00, PIS/PASEP n. 10035983873, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, consubstanciado na Portaria n. 1.147/2002, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Indaial e ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos daquele Município.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN
Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)
Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2999/2007

1. Processo n. SPE - 03/0496889
2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria
3. Responsável: Interessado Rubens Spermau - Prefeito Municipal
4. Unidade: Fundo de Previdência e Seguridade do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú
5. Unidade Técnica: DMU
6. Decisão:
O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:
6.1. Conhecer da Portaria n. 11.942/2007, de 28 de maio de 2007, que anulou a aposentadoria do servidor Antônio Rodolfo Bernardes, da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, concedida através da Portaria n. 6.889/2000, e da Portaria n. 11.949/2007, que determinou o retorno do servidor ao serviço.
- 6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú e ao Fundo de Previdência e Seguridade do Servidor Público daquele Município.
7. Ata n. 61/07
8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária
9. Especificação do quorum:
9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco

(Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN
Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)
Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3001/2007

1. Processo n. SPE - 03/07154319
2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria
3. Responsável: Ângela Regina Heinzen Amin Helou - ex-Prefeita Municipal
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Florianópolis
5. Unidade Técnica: DMU
6. Decisão:
O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:
6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Luiz Carlos Pereira III, matrícula n. 6955-8, no cargo de Vigia, classe II, nível 13, CPF n. 288.365.379-87, PIS/PASEP n. 10731770118, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Florianópolis, consubstanciado na Portaria n. 2.125/2002, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.
- 6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Florianópolis.
7. Ata n. 61/07
8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária
9. Especificação do quorum:
9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco

(Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN
Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)
Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3002/2007

1. Processo n. SPE - 04/01900568
2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria
3. Responsável: Carlos Roberto Scholze - ex-Prefeito Municipal de Mafra
4. Entidade: Instituto de Previdência do Município de Mafra - IPMM
5. Unidade Técnica: DMU
6. Decisão:
O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de José Lyzandro Stockhneider, matrícula n. 852.4-4-00, no cargo de Profissional de Manutenção e Conservação, CPF n. 479.474.039-53, PIS/PASEP n. 10439316453, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Mafra, consubstanciado na Portaria n. 071/2004, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Mafra e ao Instituto de Previdência daquele Município.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN
Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)
Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3003/2007

1. Processo n. SPE - 04/05570066
2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria
3. Responsável: Ângela Regina Heinzen Amin Helou - ex-Prefeita Municipal
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Florianópolis
5. Unidade Técnica: DMU
6. Decisão:
O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:
6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Adilson Manoel Ferreira, matrícula n. 3882-2, no cargo de Vigia, classe II, nível 16, CPF n. 341.721.499-87, PIS/PASEP n. 10698695736, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Florianópolis, consubstanciado na Portaria n. 245/2002, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.
- 6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Florianópolis.
7. Ata n. 61/07
8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária
9. Especificação do quorum:
9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco

(Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN
Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3004/2007

1. Processo n. SPE - 05/03895482
2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria
3. Responsável: Marco Antônio Tebaldi - Prefeito Municipal de Joinville
4. Entidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Joinville - IPREVILLE
5. Unidade Técnica: DMU
6. Decisão:
O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:
6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Rúbica Mara Rocha Flores da Silva, matrícula n. 7.428-5, no cargo de Professora de 1/4 Série de 1º Grau, CPF n. 381.150.779-68, PIS/PASEP n. 10093575936, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Joinville, consubstanciado no Decreto n. 11.324/2003, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.
- 6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Joinville e ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos daquele Município.
7. Ata n. 61/07
8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária
9. Especificação do quorum:
9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco

(Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN
Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3005/2007

1. Processo n. SPE - 05/03973890
2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria
3. Responsável: Marcos Luiz Vieira - ex-Secretário de Estado da Administração
4. Entidade: Departamento de Transportes e Terminais - DETER
5. Unidade Técnica: DCE
6. Decisão:
O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art. 36, § 2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato de aposentadoria por invalidez com proventos integrais, fundamentado no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional n. 20/98, c/c o art. 3º da Emenda Constitucional n. 41/2003, do servidor Pedro Bunn Filho, Departamento de Transportes e Terminais (DETER), matrícula n. 221812-7-1, no cargo de Técnico em Atividades Administrativas, nível ONO-II-9-G, PASEP n. 1.007.476.578-4, CPF n. 105.982.869-34, consubstanciado na Portaria n. 838/2005, de 20/05/2005, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Secretaria de Estado da Administração, ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC e ao Departamento de Transportes e Terminais - DETER.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN
Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3006/2007

1. Processo n. SPE - 07/00036458
2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria
3. Responsável: Sérgio Galliza - Diretor-Geral Administrativo
4. Órgão: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
5. Unidade Técnica: DCE
6. Decisão:
O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato de aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais, fundamentado nos arts. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Ementa Constitucional n. 41/2003, e 107 e 110 da Lei (estadual) n. 6.745/1985, de Orlanda Terezinha Antunes, servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, matrícula n. 1947, no cargo de Agente de Cozinha e Limpeza, padrão II-SDV-32/1, CPF n. 529.511.209-82, PASEP n. 1.700.180.760-3, consubstanciado no Ato n. 555/2006, de 24/05/2006, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN
Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)
Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3007/2007

1. Processo n. SPE - 07/00036709
2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria
3. Responsável: Sérgio Galliza - Diretor-geral Administrativo
4. Órgão: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato de aposentadoria voluntária com proventos proporcionais, fundamentado no art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais ns. 20/1998 e 41/2003, de Maria Eugênia Fernandes, servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, matrícula n. 5170, no cargo de Agente de Serviços Gerais, padrão 152-PJ-SDV-02, CPF n. 381.710.909-15, PASEP n. 1.248.355.050-0, consubstanciado no Ato n. 562/2006, de 06/06/2006, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN

Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3008/2007

1. Processo n. SPE - 07/00204261

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Interessado Sérgio Galliza - Diretor-Geral Administrativo

4. Órgão: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

5. Unidade Técnica: DCE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato de aposentadoria compulsória com proventos proporcionais, fundamentado nos arts. 40, §1º, inciso II, da Constituição Federal, com alterações das Emendas Constitucionais ns. 20/1998 e 41/2003, e 107 da Lei (estadual) n. 6.745/1985, de Marcos Meira, servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, matrícula n. 676, no cargo de Agente Operacional de Serviços Diversos, padrão TJ-ANM-09/D, CPF n. 057.133.159.91, PASEP n. 1.005.782.808-0, consubstanciado no Ato n. 460/2006, de 28/04/2006, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SABRINA NUNES IOCKEN

Presidente Relatora (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3016/2007

1. Processo n. SPE - 01/01945418

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsáveis: Jandir Bellini - ex-Prefeito Municipal

Volnei José Morastoni - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Itajaí

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Denegar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Anselmina Maria Girardi, da Prefeitura Municipal de Itajaí, matrícula n. 1.224/3, no cargo de Professor II, nível 5, classe A, CPF n. 291.476.629-72, PASEP n. 100.748.755-98,

consubstanciado na Portaria n. 1.597/1998, considerado ilegal conforme pareceres emitidos nos autos, em face da concessão de aposentadoria voluntária com proventos integrais, com tempo de serviço insuficiente, em função da servidora não contar com 25 anos de tempo de serviço exercido exclusivamente em funções do magistério, em desacordo com o art. 40, III, "b", da Constituição Federal.

6.2. Determinar à Prefeitura Municipal de Itajaí a adoção de providências necessárias com vistas a retificar o ato aposentatório, passando para aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais ao tempo de serviço de 27 anos, 02 meses e 10 dias (tempo até 16/12/98), ou, solicitar o imediato retorno da servidora Anselmina Maria Girardi ao serviço público municipal, de modo a completar o tempo faltante a fazer jus a outro tipo de aposentadoria prevista no art. 40 da Constituição Federal, comunicando-as a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Decisão no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 41, caput, do Regimento Interno desta Corte de Contas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ou interponha recurso, conforme previsto no art. 79 da Lei Complementar n. 202/2000.

6.3. Determinar à Diretoria de Controle dos Municípios - DMU, deste Tribunal, que, após transitada em julgado a decisão, inclua na sua programação de auditorias a averiguação dos procedimentos adotados, pela Prefeitura Municipal de Itajaí, decorrentes da denegação de registro de que trata o item 6.1 desta deliberação.

6.4. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do Relatório DMU n. 1343/2007, ao Sr. Volnei José Morastoni - Prefeito Municipal de Itajaí.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA

Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3017/2007

1. Processo n. SPE - 01/03732411

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsáveis: Oscar Bruno Schaly - ex-Prefeito Municipal

Nelson Cruz - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Campos Novos

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Denegar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Arlindo Mangolt, da Prefeitura Municipal de Campos Novos, matrícula n. 1.219, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nível 01, grupo TSG, CPF n. 384776299-00, PASEP n. 1043014342-4, consubstanciado na Portaria n. 0560/1998, considerado ilegal conforme pareceres emitidos nos autos, haja vista a concessão de aposentadoria voluntária com proventos proporcionais com tempo de serviço insuficiente, em face do cômputo de 03 (três) anos de tempo de serviço comprovado através de justificativa judicial, em desacordo com o disposto no art. 40, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, em sua redação original, e contrariando entendimento deste Tribunal constante do Prejudicado n. 0665 (Proc. n. CON-144120097 - Parecer COG n. 142/99).

6.2. Determinar à Prefeitura Municipal de Campos Novos a adoção de providências necessárias com vistas a retificar o ato aposentatório, passando para aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de serviço de 29 anos e 08 dias (tempo até 16/12/98), comunicando-as a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Decisão no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 41, caput, do Regimento Interno desta Corte de Contas, sob pena de responsabilidade

solidária da autoridade administrativa omissa, ou interponha recurso, conforme previsto no art. 79 da Lei Complementar n. 202/2000.

6.3. Determinar à Diretoria de Controle dos Municípios - DMU, deste Tribunal, que, após transitada em julgado a decisão, inclua na sua programação de auditorias a averiguação dos procedimentos adotados, pela Prefeitura Municipal de Campos Novos, decorrentes da denegação de registro de que trata o item 6.1 desta deliberação.

6.4. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do Relatório DMU n. 1333/2007, ao Sr. Nelson Cruz - Prefeito Municipal de Campos Novos.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA

Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3010/2007

1. Processo n. SPE - 03/03350784

2. Assunto: Grupo 4 - Processo de Pensão

3. Responsável: José Camilo Pastore - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Ouro

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art. 36, § 2º, "a", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato de concessão de pensão por morte a Anzelita Lourdes Pissoli e Fernando Luiz Pissoli, beneficiários de Raimundo Maurício Pissoli, ex-servidor da Prefeitura Municipal de Ouro, no cargo de Operário Geral, CPF n. 134.473.199-68, consubstanciado na Portaria n. 210/2003, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Ouro.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA

Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3018/2007

1. Processo n. SPE - 04/01356833

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Atos de Pessoal - Aposentadoria

3. Responsável: Carlos Alberto Barata - Prefeito Municipal em exercício em out/2001

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Criciúma

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Denegar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Alenir Fernandes de Souza Dalpiaz, da Prefeitura Municipal de Criciúma, matrícula n. 50.348, no cargo de Professor IV, CPF n. 416.676.469-15, PASEP n. 10263613981, consubstanciado no Decreto n. 1505/SE/2001, considerado ilegal conforme pareceres emitidos nos autos, em face da concessão de aposentadoria voluntária com proventos integrais sem tempo de serviço suficiente, em função da averbação de tempo especial convertido para comum de 01 ano, 01 mês e 17 dias, circunstância considerada irregular por esta Corte de Contas, de acordo com o Prejudicado n. 1357 (Parecer COG n. 75/03), nos termos do parágrafo único do art. 5º da Lei n. 9.717/98 (com redação dada pela Medida Provisória n. 2.187-13, de 24/08/2001), em desacordo com o art. 8º, I, II e III, "a" e "b", da Emenda Constitucional n. 20/98, conforme exposto no item 3.2.1 do Relatório DMU.

6.2. Determinar à Prefeitura Municipal de Criciúma a adoção de

providências necessárias com vistas a confeccionar novo ato aposentatório por tempo de contribuição, com proventos integrais, com base nas regras da EC n. 20/98, aproveitando o tempo de serviço referente aos períodos de 25/02 a 13/12/2002 e de 11/02 a 16/12/2003, comunicando-as a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Decisão no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 41, caput, do Regimento Interno desta Corte de Contas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ou interponha recurso, conforme previsto no art. 79 da Lei Complementar n. 202/2000.

6.3. Determinar à Diretoria de Controle dos Municípios – DMU, deste Tribunal, que, após transitada em julgado a decisão, inclua na sua programação de auditorias a averiguação dos procedimentos adotados, pela Prefeitura Municipal de Criciúma, decorrentes da denegação de registro de que trata o item 6.1 desta deliberação.

6.4. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do Relatório DMU n. 1147/2007, à Prefeitura Municipal de Criciúma.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA
Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3011/2007

1. Processo n. SPE - 04/02941292

2. Assunto: Grupo 4 – Solicitação de Atos de Pessoal – Aposentadoria

3. Responsável: Carlos Roberto Scholze - ex-Prefeito Municipal de Mafra

4. Entidade: Instituto de Previdência do Município de Mafra - IPMM

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Oriata Conink, matrícula n. 71.0-00, no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, CPF n. 694.167.109-20, PIS/PASEP n. 17006002220, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Mafra, consubstanciado na Portaria n. 310/2004, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Mafra e ao Instituto de Previdência daquele Município.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA
Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3019/2007

1. Processo n. SPE - 04/05560483

2. Assunto: Grupo 4 – Solicitação de Atos de Pessoal – Aposentadoria

3. Responsável: Ângela Regina Heinzen Amin Helou - ex-Prefeita Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Florianópolis

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Denegar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Ailton Ferreira, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, matrícula n. 3185-2, no cargo de Motorista I, nível 17, classe V, CPF n. 289.942.139-53, PASEP n. 1026396873-9, consubstanciado na Portaria n. 1782/2002, considerado ilegal conforme pareceres emitidos nos autos, em razão das seguintes irregularidades:

6.1.1. Incorporação de gratificação de jornada, no valor de R\$ 181,76, em desacordo com o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Lei Municipal n. 4.049/93, de 09/06/1993, alterada pela Lei n. 6.871/2005;

6.1.2. Incorporação de gratificação especial, instituída pela Lei n. 4.222/93, no valor de R\$ 130,87, aos proventos do aposentando, não prevista na referida lei, em desacordo com o art. 37, caput, da Constituição Federal.

6.2. Determinar à Prefeitura Municipal de Florianópolis a adoção de providências necessárias com vistas a confeccionar novo ato aposentatório, excluindo do valor dos proventos do aposentando as gratificações acima especificadas, comunicando-as a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Decisão

no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 41 do Regimento Interno desta Corte de Contas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ou interponha recurso, conforme previsto no art. 79 da Lei Complementar n. 202/2000.

6.3. Determinar à Diretoria de Controle dos Municípios – DMU, deste Tribunal, que, após transitada em julgado a decisão, inclua na sua programação de auditorias a averiguação dos procedimentos adotados, pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, decorrentes da denegação de registro de que trata o item 6.1 desta deliberação.

6.4. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do Relatório DMU n. 896/2007, à Prefeitura Municipal de Florianópolis.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA
Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3012/2007

1. Processo n. SPE - 05/00626545

2. Assunto: Grupo 4 – Solicitação de Atos de Pessoal – Aposentadoria

3. Responsável: Wilson Plautz - ex-Prefeito Municipal de Camboriú

4. Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camboriú - CAMBORIÚ PREV

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Maria Rosa Soares, matrícula n. 1561-1, no cargo de Servente, CPF

n. 990.490.669-68, PIS/PASEP n. 1705255499-0, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Camboriú, consubstanciado na Portaria n. 007/2003, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Camboriú e ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos daquele Município.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA
Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3013/2007

1. Processo n. SPE - 05/00626898

2. Assunto: Grupo 4 – Solicitação de Atos de Pessoal – Aposentadoria

3. Responsável: Wilson Plautz - ex-Prefeito Municipal de Camboriú

4. Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camboriú - CAMBORIÚPREV

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Maria Flávia dos Santos Bento, matrícula n. 1352-8, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, CPF n. 126.246.278-98, PIS/PASEP n. 17048156609, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Camboriú, consubstanciado na Portaria n. 006/2003, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Camboriú e ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos daquele Município.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA
Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3014/2007

1. Processo n. SPE - 06/00324990

2. Assunto: Grupo 4 – Solicitação de Atos de Pessoal – Aposentadoria

3. Responsável: Dário Elias Berger - ex-Prefeito Municipal de São José

4. Entidade: Prefeitura Municipal de São José

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Rosa Maria da Silva Schmidt, matrícula n. 6.050, no cargo de Professora IV, CPF n. 067.247.109-44, PIS/PASEP n. 10641073639, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de São José, consubstanciado no Decreto n. 13.006/2004, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de São José.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA
Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3015/2007

1. Processo n. SPE - 07/00057706

2. Assunto: Grupo 4 – Solicitação de Atos de Pessoal – Aposentadoria

3. Responsável: Dário Elias Berger - ex-Prefeito Municipal de São José

4. Entidade: Prefeitura Municipal de São José

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, §2º, "b", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato aposentatório de Maria de Lourdes Kamers, matrícula n. 1.931, no cargo de Gari, CPF n. 600.876.399-49, PIS/PASEP n. 10797119520, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de São José, consubstanciado no Decreto n. 9.452/2001, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de São José.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n.

202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA
Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1754/2007

1. Processo n. APC - 07/00386009

2. Assunto: Grupo 4 - Auditoria de Prestações de Contas de Recursos Antecipado - Período: janeiro a dezembro de 2006 - 40 NEs

3. Responsável: Derly Massaud da Anunciação - Secretário de Estado

4. Órgão: Secretaria de Estado de Comunicação

5. Unidade Técnica: DCE

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, pertinentes à prestação de contas de recursos antecipados repassados pela Secretaria de Estado de Comunicação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Julgar regulares, com fundamento no art. 18, I, c/c o art. 19 da Lei Complementar n. 202/2000, as contas de recursos antecipados referentes às 40 (quarenta) notas de empenho relacionadas nas fs. 06 e 07 do presente processo e dar quitação plena aos Responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência deste Acórdão, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam bem como do Relatório de Auditoria DCE/Insp.2/Div.6 n. 117/2007, à Secretaria de Estado de Comunicação, com remessa de cópia da relação de fs. 06 e 07 destes autos, para que proceda aos registros contábeis de baixa de responsabilidade, no Sistema de Compensação, das prestações de contas analisadas.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI
Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1749/2007

1. Processo n. SPC - 05/03890251

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Prestações de Contas de Recursos Antecipados - NE n. 814/2003

3. Responsável: Armando César Hess de Souza - ex-Secretário de Estado

4. Órgão: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (atual Secretaria de Estado do Planejamento)

5. Unidade Técnica: DCE

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos à prestação de contas de recursos antecipados repassados pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (atual Secretaria de Estado do Planejamento) ao servidor Marcos Antônio Macedo em 13/10/2003.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Julgar regulares, com fundamento no art. 18, I, c/c o art. 19 da Lei Complementar n. 202/2000, as contas de recursos antecipados referentes à Nota de Empenho n. 814, de 13/10/03, P/A 8128, item 33901400, fonte 00, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e dar quitação plena aos Responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência deste Acórdão à Secretaria de Estado do Planejamento, para que proceda aos registros contábeis de baixa de responsabilidade, no Sistema de Compensação, da prestação de contas analisada.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n.

202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO LUIZ ROBERTO HERBST
Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1751/2007

1. Processo n. SPC - 05/04021028

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Prestação de Contas de Recursos Antecipados - NE n. 3430/2002

3. Responsáveis: Max Roberto Bornholdt - ex-Secretário de Estado Acílio Tristão Spíndola - Presidente do CTG - Rincão da Serra, de Otacílio Costa, em 2002

4. Órgão: Secretaria de Estado da Fazenda

5. Unidade Técnica: DCE

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos à prestação de contas de recursos antecipados repassados pela Secretaria de Estado da Fazenda ao CTG - Rincão da Serra, de Otacílio Costa. Considerando que o Sr. Acílio Tristão Spíndola foi devidamente citado, conforme consta na f. 84 dos presentes autos;

Considerando que as alegações de defesa e documentos apresentados são insuficientes para elidir irregularidades apontadas pelo Órgão Instrutivo, constantes do Relatório de Reinstrução DCE/Insp.1/Div.3 n. 292/2007;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Julgar irregulares, sem imputação de débito, com fundamento no art. 18, III, "b", c/c o art. 21, parágrafo único, da Lei Complementar n. 202/2000, as contas de recursos antecipados referentes à Nota de Empenho n. 3430, de 20/12/2002, P/A 4769, item 33504300, fonte 00, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

6.2. Aplicar ao Sr. Acílio Tristão Spíndola - Presidente do CTG - Rincão da Serra, de Otacílio Costa, em 2002, CPF n. 514.091.869-20, multa prevista no art. 69 da Lei Complementar n. 202/2000 c/c o art. 108, parágrafo único, do Regimento Interno, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), em face da não-observância do prazo legal para apresentação da prestação de contas de recursos antecipados, em descumprimento ao estabelecido nos arts. 8º da Lei (estadual) n. 5.867/81 e 43 da Resolução n. TC-16/94, fixando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Acórdão no Diário Oficial do Estado, para comprovar ao Tribunal o recolhimento da multa ao Tesouro do Estado, sem o que, fica desde logo autorizado o encaminhamento da dívida para cobrança judicial (arts. 43, II, e 71 do mesmo diploma legal).

6.3. Dar ciência deste Acórdão, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, bem como do Relatório de Reinstrução DCE/Insp.1/Div.3 n. 292/2007, ao CTG - Rincão da Serra, de Otacílio Costa, ao Sr. Acílio Tristão Spíndola - Presidente daquela entidade em 2002, e à Secretaria de Estado da Fazenda

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SALOMÃO RIBAS JUNIOR
Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1752/2007

1. Processo n. SPC - 06/00159345

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Prestações de Contas de Recursos Antecipados - NE n. 145/2004

3. Responsável: Max Roberto Bornholdt - ex-Secretário de Estado

4. Órgão: Secretaria de Estado da Fazenda

5. Unidade Técnica: DCE

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, pertinentes à prestação de recursos antecipados repassados pela Secretaria de Estado da Fazenda à Liga Independente das Escolas de Samba de Joaçaba e Herval Oeste (Responsável em 2004: Jorge Luiz Dresch).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Julgar regulares com ressalva, com fundamento no art. 18, II, c/c o art. 20 da Lei Complementar n. 202/2000, as contas de

recursos antecipados referente à Nota de Empenho n. 145, de 13/02/04, P/A 7158, item 33504302, fonte 00, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), e dar quitação aos Responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

6.2. Determinar à Liga Independente das Escolas de Samba de Joaçaba e Herval Oeste que, doravante, proceda à correta liquidação da despesa em todos os documentos comprobatórios dos gastos efetuados com recursos públicos, nos termos da Resolução n. TC-16/94 e do art. 63, caput e § 2º, da Lei (federal) n. 4.320/64.

6.3. Dar ciência deste Acórdão à Secretaria de Estado da Fazenda, para que proceda aos registros contábeis de baixa de responsabilidade, no Sistema de Compensação, da prestação de contas analisada, e à Liga Independente das Escolas de Samba de Joaçaba e Herval Oeste.

6.4. Determinar, nos termos do § 2º do art. 23 da Resolução n. TC-09/2002, o envio de cópia:

6.4.1. dos documentos de fs. 10, 37 a 39, 48 a 50, 52, 53, 61, 67, 68, 76 a 78 e 88 a 144 dos presentes autos ao Ministério Público Estadual, para fins de análise e adoção de providências pertinentes à sua jurisdição;

6.4.2. dos documentos de fs. 20, 21, 88 a 94, 97 a 106 e 145 a 164 deste processo à Secretaria de Estado da Fazenda, para fins de análise e adoção de providências pertinentes à sua jurisdição.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO SALOMÃO RIBAS JUNIOR
Presidente Relator

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Acórdão n. 1753/2007

1. Processo n. SPC - 07/00238590

2. Assunto: Grupo 4 - Solicitação de Prestações de Contas de Recursos Antecipados - NE n. 917/2004

3. Responsável: Edson Bez de Oliveira - ex-Secretário de Estado

4. Órgão: Secretaria de Estado da Infra-estrutura

5. Unidade Técnica: DCE

6. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, relativos à prestação de contas de recursos antecipados repassados pela Secretaria de Estado da Infra-estrutura à Prefeitura Municipal de Luzerna.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, em:

6.1. Julgar regulares, com fundamento no art. 18, I, c/c o art. 19 da Lei Complementar n. 202/2000, as contas de recursos antecipados referentes à Nota de Empenho n. 917, de 29/01/2004, P/A 4613, item 44404200, fonte 00, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), e dar quitação plena aos Responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência deste Acórdão à Secretaria de Estado da Infra-estrutura, para que proceda aos registros contábeis de baixa de responsabilidade, no Sistema de Compensação, da prestação de contas analisada, e à Prefeitura Municipal de Luzerna.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI
Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 2989/2007

1. Processo n. PPA - 06/00371808

2. Assunto: Grupo 4 - Processo de Pensão

3. Responsável: Ciro Marcial Roza - Prefeito Municipal de Brusque

4. Unidade: Fundo do Sistema Municipal de Previdência de Brusque

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art.

36, § 2º, "a", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato de concessão de pensão por morte a Othilia Klabunde Bambinetti, beneficiária de Adão Egon Bambinetti, ex-servidor da Prefeitura Municipal de Brusque, no cargo de Vigia, CPF n. 093.176.199-91, consubstanciado na Portaria n. 4.057/2003, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Brusque.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO CLEBER MUNIZ GAVI

Presidente Relator (art. 86, caput, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n. 3009/2007

1. Processo n. PPA - 02/08302891

2. Assunto: Grupo 4 - Processo de Pensão

3. Responsável: Elmar Antônio Thiesen - Prefeito Municipal

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Águas Mornas

5. Unidade Técnica: DMU

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Ordenar o registro, nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art. 36, § 2º, "a", da Lei Complementar n. 202/2000, do ato de concessão de pensão por morte a Valécio Manoel Ferreira e Macson Ferreira, beneficiários de Lourdes Maria Ferreira, ex-servidora da Prefeitura Municipal de Águas Mornas, no cargo de Professora II, CPF n. 015.844.459-04, consubstanciado na Decreto n. 044/2002, considerado legal conforme pareceres emitidos nos autos.

6.2. Dar ciência desta Decisão à Prefeitura Municipal de Águas Mornas.

7. Ata n. 61/07

8. Data da Sessão: 17/09/2007 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior, Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000), Sabrina Nunes Iocken (art. 86, caput, da LC n. 202/2000) e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Márcio de Sousa Rosa.

JOSÉ CARLOS PACHECO GERSON DOS SANTOS SICCA

Presidente Relator (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000)

Fui presente: MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

Rosilda de Faria

Secretária Geral

DEMP 276/074

PREFEITURAS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria Municipal de Saúde - SMS

PORTARIA/SS/GAB/ Nº 392/2007 - O Secretário Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, inciso I, da Lei Orgânica do Município, art. 172, da Lei Complementar nº 063/2003 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis), e art. 5º, da Lei Complementar nº 137/2004, c/c art. 5º, inciso VIII, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 2.786, de 23 de novembro de 2004, RESOLVE: Art. 1º. RETIFICAR o nome da servidora CLEUSA ROSALIA PACHECO DE SOUZA, matrícula nº 13453-8, grafado de maneira errada na PORTARIA/SS/GAB/Nº 374/2007. Art. 2º. As demais disposições da PORTARIA/SS/GAB/Nº 374/2007 permanecem inalteradas. Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, 19 de setembro de 2007. João José Cândido da Silva - Secretário Municipal de Saúde.

DEMP 28862/074

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Secretaria Municipal de Obras

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 491/2004 - Objeto: Prorrogação de prazo à cláusula 5ª, objeto do Contrato nº 491/2004 (Implantação da Via Marginal da Principal Coletora (PC 1) - Beira Mar Continental compreendendo os serviços preliminares, terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte correntes, obras complementares e de iluminação); Prazo Final de Conclusão: 1.560 (um mil, quinhentos e sessenta) dias; Contratante: Município de Fpolis/SMO/PMF; Contratada: CONSÓRCIO SULCATARINENSE - STER. Florianópolis, 04 de outubro de 2007. DARIO BERGER - Prefeito Municipal - ENGº CARLOS SCHWABE - Secretário Municipal de Obras - CONSÓRCIO SULCATARINENSE - STER - JOSÉ CARLOS P. NUNES e LEO MANIERO FILHO - Contratada.

DEMP 28867/077

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria Municipal de Obras

EXTRATO DA ORDEM DE PARALISAÇÃO AO CONTRATO Nº 332/SMO/2007 - Em virtude de demandas e solicitações de obras complementares pela comunidade local, determinamos a paralisação por um período de 45 (quarenta e cinco) dias, nas obras de Construção do Campo da Gruta - Trindade, objeto do Contrato nº 332/SMO/2007. Florianópolis, 01 de outubro de 2007. ENGº CARLOS SCHWABE - Secretário Municipal de Obras.

DEMP 30101/077

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria Municipal de Obras

EXTRATO DA ORDEM DE PARALISAÇÃO AO CONTRATO Nº 332/SMO/2007 - Em virtude de demandas e solicitações de obras complementares pela comunidade local, determinamos a paralisação por um período de 45 (quarenta e cinco) dias, nas obras de Construção do Campo da Gruta - Trindade, objeto do Contrato nº 332/SMO/2007. Florianópolis, 01 de outubro de 2007. ENGº CARLOS SCHWABE - Secretário Municipal de Obras.

DEMP 30101/077

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Contratos de aquisição de material de informática (consumo e permanente) e serviços de recarga de tonner para a Unidade do Corpo de Bombeiro do Município de Biguaçu. Recursos Convenio Funrebom, até 31/12/2007 de acordo com o PP 07/2007: Contrato 631/2007. Contratada: Cetec Com. em Geral e Trein. Ltda EPP. Valor: R\$ 1.200,00; Contrato 632/2007. Contratada: Escrimate Com. Repres. Mat. Escrit. Inf. Ltda ME. Valor: R\$ 850,00; Contrato 633/2007. Contratada: Paemi Comercial e Distr. Ltda EPP. Valor: R\$ 210,00.

NFF 36576/077

DEMP 28862/074

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Contrato 588/2007. Objeto: aquisição de fossas e filtros anaeróbicos para atender as famílias carentes do município de Biguaçu. Secretaria de Saúde. recursos próprios. Contratada: MMC - Marcelino Mat. de Constr. Ltda. Valor: R\$ 49.300,00 até 31/12/2007 de acordo com o PP 51/2007.

Contrato 621/2007. Objeto: aquisição de recargas de gás GLP P13 para uso da unidade mista de saúde, postos de saúde. Secretaria Municipal de Saúde. recursos próprios. Contratada: Tiao Com. de Água e Gás Ltda ME. Valor: R\$ 3.600,00 até 31/12/2007 de acordo com o PP 53/2007.

Contrato 620/2007. Objeto: aquisição de refeições (almoços e jantares), para os médicos e plantonistas da unidade central de saúde - recursos próprios/MS. Contratada: Paemi Com. e Distr. Ltda. Valor: R\$ 20.660,00 até 31/12/2007 de acordo com o PP 52/2007.

Contratos de aquisição de material permanente para a área de odontologia, para uso na clínica de odontológica deste município-recursos Fundo Municipal de Saúde, por um prazo de sessenta dias de acordo com o PP 47/2007:

Contrato 622/2007. Contratada: Cirúrgica Climaza Com. Repres. Ass. Tec. Ltda. Valor: R\$ 95,00; Contrato 623/2007. Contratada: Dentaria e Distr. Hosp. Portoalegrense. Valor: R\$ 4.596,00; Contrato 624/2007. Contratada: Odontosul - Equip. Odontológico Ltda. Valor: R\$ 5.990,00; Contrato 625/2007. Contratada: Olimed Mat. Hosp. Ltda. Valor: R\$ 3.325,50; Contrato 626/2007. Contratada: Paemi Com. e Distr. Ltda. Valor: R\$ 4.589,00; Contrato 627/2007. Contratada: Phodent - Com. Repres. Prod. Hosp. Dent. Ltda. Valor: R\$ 19.051,66; Contrato 628/2007. Contratada: Trade Medical Com. Mat. Hosp. Ltda. Valor: R\$ 7.442,00.

Contratos de aquisição de canos e acessórios para uso na rede de água do bairro Tijuquinhas. Secretaria de Saúde do Município de Biguaçu. recursos FMS, até 31/12/2007 de acordo com o PP 56/2007:

Contrato 638/2007. Contratada: JMC Junkes Mat. de Constr. Ltda. Valor: R\$ 572,05; Contrato 639/2007. Contratada: Miranda Mat. de Constr. Ltda. Valor: R\$ 58,58; Contrato 640/2007. Contratada: MMC - Marcelino Mat. de Constr. Ltda. Valor: R\$ 6.210,90.

Aditivo 01 do contrato 81/2007, celebrado com a empresa EPG Com. de Prod. E Gases Ltda ME., referente a aquisição de oxigênio medicinal para uso na UMS e demais postos de saúde do município - recursos FMS, de acordo com o PE 07/2007 - FMS. O presente contrato vigorará com data retroativa ao dia 05 de setembro de 2007 até o dia 31/12/2007.

Contrato 647/2007. Objeto: aquisição de gel para ultrassom para uso na UCS e Clínica de Fisioterapia. Secretaria Municipal de Saúde. Recursos próprios. Contratada: Adventure Com. Distr. De Prod. Médicos HOSP. ME. Valor: R\$ 760,00 até 31/12/2007 de acordo com o PE 57/2007.

Aditivo 01 do contrato 566/2006, celebrado com o Sr. Manoel Vicente da Silva Filho, referente a locação de um imóvel, com área de 205,11m2, localizado na rua Justino Adalberto Leal, 173 Centro - Biguaçu, para abrigar as instalações da Clínica de Especialidades Odontológicas, de acordo com a Dispensa 76/2006 - FMS. O presente contrato vigorará com data retroativa ao dia 25 de setembro de 2007 até o dia 24 de setembro de 2008. O aluguel será mensal e o valor importa em R\$ 733,75 mensais, totalizando o valor de R\$ 8.805,00.

DEMP 28862/074

NFF 36591/076

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Contrato 594/2007. Objeto: aquisição de almoços (prato feito/almoço comercial) para os funcionários da Sec. De Agricultura deste Município - recursos próprios. Contratada: Paemi Com. e Distr. Ltda EPP. Valor: R\$ 53.200,00 até 31/12/2007 de acordo com o PP 33/2007.

Contrato 602/2007. Objeto: aquisição de carreta com rodado duplo para transportar o trator com o rodão até as propriedades rurais do Município de Biguaçu. Sec. De Agricultura e Pesca. Recursos próprios. Contratada: Santomaq Serv. Peças e Implementos Agric. Ltda EPP. Valor: R\$ 10.230,00 por um prazo de 60 dias de acordo com o PP 34/2007.

Aditivo 01 do contrato 32/2007, celebrado com a empresa Ivo Cristofolini Metalúrgica EPP, referente a aquisição de serviços de torno mecânico, freza, solda mig e oxigênio. A medição do serviço será calculada em horas, media de prestação de serviços para uso das maquinas e implementos agrícolas da Sec. De Agricultura Municipal - recursos próprios, de acordo com o PP 04/2007 - FMA. Fica acrescido o valor de R\$ 7.750,00 referentes a aquisição de 250 horas de acordo com o item 01.

Contratos de aquisição de sêmen, para inseminação artificial realizado pela Sec. De Agricultura e Pesca, até 31/12/2007 de acordo com o PE 32/2007:

Contrato 641/2007. Contratada: Alta Genetics do Brasil Ltda. Valor: R\$ 1.244,70; Contrato 642/2007. Contratada: Fértil Com. e Repres. Ltda. Valor: R\$ 481,00.

NFF 36594/075

DEMP 28862/074

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Contrato de aquisição de leite infantil especial, para atender as crianças carentes encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme receituário médico devidamente cadastradas na Secretaria Municipal de Assistência Social - recursos FIA, por um prazo de trinta dias de acordo com o PP 06/2007 - FIA:
 Contrato 589/2007. Contratada: Bruthan Comercial LTda. Valor: R\$ 4.233,00.

Contrato 634/2007. Objeto: aquisição de bedouro de pressão conjugado de inox, para uso no Repam - Secretaria Municipal de Assistência Social-recursos FIA. Contratada: Cetec - Com. em Geral e Trein. Ltda EPP. Valor: R\$ 726,00 por um prazo de trinta dias de acordo com o PP 08/2007 - FIA.

Contrato 629/2007. Objeto: aquisição de recarga de gás GLP P45 para uso da Casa Lar. Secretaria de Assistência Social. Recursos Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA). Contratada: Tiao Comercio de Água e Gas Ltda ME. Valor: R\$ 2.600,00 até 31/12/2007 de acordo com o PP 07/2007 - FIA.

NFF 36593/079

DEMP 29290/079

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Aditivo 01 do contrato 266/2007, celebrado com a empresa Taf Distribuidora Ltda. referente a aquisição de gêneros alimentícios para os CEIM - recursos FMAS, de acordo com o PE 06/2007 - FMAS. O presente contrato vigorará com data retroativa ao dia 30 de agosto de 2007 até o dia 28 de outubro de 2007.

Contratos de aquisição de material permanente para uso da Secretaria de Assistência Social - recursos próprios, até 31/12/2007 de acordo com o PP 17/2007:

Contrato 590/2007. Contratada: Georgea Fileti Stedile - ME. Valor: R\$ 505,00;
 Contrato 591/2007. Contratada: Marconi Kirch ME. Valor: R\$ 425,00;
 Contrato 592/2007. Contratada: Paemi Com.Repres. Ltda. Valor: R\$ 2.436,00.

Aditivo 01 do contrato 265/2007, celebrado com a empresa Bruthan Com. Ltda. referente a aquisição de gêneros alimentícios para os CEIM - recursos FMAS, de acordo com o PE 06/2007 - FMAS. O presente contrato vigorará com data retroativa ao dia 30 de agosto de 2007 até o dia 28 de outubro de 2007.

Contratos de aquisição de moveis para uso na Sec. Munic. De Assist. Social - recursos próprios e FMAS, por um prazo de trinta dias de acordo com o PP 16/2007:

Contrato 607/2007. Contratada: Carlos Custodio Wolff ME. Valor: R\$ 1.447,00;
 Contrato 608/2007. Contratada: Famovese Ind. e Com. de Moveis Ltda ME. Valor: R\$ 1.298,00;
 Contrato 609/2007. Contratada: Kabolic Distr. Ltda. Valor: R\$ 2.198,00;
 Contrato 610/2007. Contratada: Marconi Kirch Me. Valor: R\$ 3.462,00.

Contratos de aquisição de gêneros alimentícios para os CEIMS, por um período de 150 dias - recursos FMAS, de acordo com o PE 18/2007:

Contrato 613/2007. Contratada: Bruthan Com. Ltda. Valor: R\$ 41.207,33;
 Contrato 614/2007. Contratada: Taf Distr. Ltda. Valor: R\$ 6.999,54

NFF 36560/073

DEMP 29290/073



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato nº. 130/2007; Processo nº. 76/2007; CV nº. 46/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Asteróide Pereira - ME; Objeto: Prestação dos serviços de borracharia, lubrificação e lavagem, de forma parcelada, conforme a necessidade, para os veículos da frota da Prefeitura Municipal de Garopaba; Valor: R\$ 31.657,70; Data da Assinatura: 11/09/2007.
 Contrato nº. 131/2007; Processo nº. 78/2007; CV nº. 48/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado:

Sermáf Mecânica e Peças Mercedes Benz Ltda - ME; Objeto: Reforma do ônibus placas JKW 7337, pertencente a Prefeitura Municipal de Garopaba, com o fornecimento de peças e mão-de-obra; Valor: R\$ 23.987,32; Data da Assinatura: 12/09/2007.

Contrato nº. 132/2007; Processo nº. 77/2007; CV nº. 47/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: José Siro Floriano - ME; Objeto: Fornecedor de madeiras para a construção de 6 (seis) casas do Programa Nova Casa da COHAB; Valor: R\$ 706,14; Data da Assinatura: 17/09/2007.

Contrato nº. 133/2007; Processo nº. 77/2007; CV nº. 47/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Figueiredo & Filhos Ltda - ME; Objeto: Fornecedor de materiais de construção para a construção de 6 (seis) casas do Programa Nova Casa da COHAB; Valor: R\$ 14.404,56; Data da Assinatura: 17/09/2007.

Contrato nº. 134/2007; Processo nº. 77/2007; TP nº. 9/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Kolina Premium Veículos Ltda; Objeto: 01 (um) Automóvel, zero quilômetro, para a Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde, tipo Hatch; Ano de fabricação 2007 - modelo 2007; 04 (quatro) portas; Valor: R\$ 27.490,00; Data da Assinatura: 26/09/2007.

Contrato nº. 135/2007; Processo nº. 77/2007; TP nº. 9/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Unita Veículos Ltda; Objeto: 01 (um) Automóvel, zero quilômetro, para a Secretaria da Educação, tipo Van, Ano de fabricação 2007 - Modelo 2007; Cor predominante - branca; Valor: R\$ 83.490,00; Data da Assinatura: 26/09/2007.

Aditivo nº. 1; Contrato nº. 26/2007; Processo nº. 15/2007; CV nº. 10/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Ivanildo Luiz de Sousa - ME; Objeto: Acrescentar ao Contrato nº. 26/2007, de 07/02/2007 o valor de R\$ 4.087,51 (Quatro mil e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos) referentes ao aumento quantitativo de seu objeto; Valor: R\$ 4.087,51; Data da Assinatura: 11/09/2007.

Aditivo nº. 1; Contrato nº. 27/2007; Processo nº. 15/2007; CV nº. 10/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: João Sousa da Silva; Objeto: Acrescentar ao Contrato nº. 27/2007, de 07/02/2007 o valor de R\$ 1.656,00 (Um mil seiscentos e cinquenta e seis reais) referentes ao aumento quantitativo de seu objeto; Valor: R\$ 1.656,00; Data da Assinatura: 11/09/2007.

Aditivo nº. 1; Contrato nº. 28/2007; Processo nº. 15/2007; CV nº. 10/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Supermercado Silveira Ltda; Objeto: Acrescentar ao Contrato nº. 28/2007, de 07/02/2007 o valor de R\$ 1.337,68 (Um mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos) referentes ao aumento quantitativo de seu objeto; Valor: R\$ 1.337,68; Data da Assinatura: 11/09/2007.

Aditivo nº. 1; Contrato nº. 31/2007; Processo nº. 16/2007; CV nº. 11/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Ivanildo Luiz de Sousa - ME; Objeto: Acrescentar ao Contrato nº. 31/2007, de 08/02/2007 o valor de R\$ 5.209,75 (Cinco mil duzentos e nove reais e setenta e cinco centavos) referentes ao aumento quantitativo de seu objeto; Valor: R\$ 5.209,75; Data da Assinatura: 11/09/2007.

Aditivo nº. 1; Contrato nº. 33/2007; Processo nº. 16/2007; CV nº. 11/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Supermercado Silveira Ltda; Objeto: Acrescentar ao Contrato nº. 33/2007, de 08/02/2007 o valor de R\$ 1.916,04 (Um mil novecentos e dezesseis reais e quatro centavos) referentes ao aumento quantitativo de seu objeto; Valor: R\$ 1.916,04; Data da Assinatura: 11/09/2007.

Aditivo nº. 1; Contrato nº. 61/2007; Processo nº. 32/2007; CV nº. 23/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Sermáf Mecânica e Peças Mercedes Benz Ltda - ME; Objeto: Acrescentar ao Contrato nº. 61/2007, de 19/03/2007 o valor de R\$ 18.853,50 (Dezoito mil oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos) referentes ao aumento quantitativo de seu objeto; Valor: R\$ 18.853,50; Data da Assinatura: 11/09/2007.

Aditivo nº. 1; Contrato nº. 107/2007; Processo nº. 52/2007; CV nº. 36/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Trapanis Malhas Ltda - ME; Objeto: Acrescentar ao Contrato nº. 107/2007, de 25/05/2007 o valor de R\$ 2.066,50 (Dois mil e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) referentes ao aumento quantitativo de seu objeto; Valor: R\$ 2.066,50; Data da Assinatura: 11/09/2007.

Aditivo nº. 1; Contrato nº. 122/2007; Processo nº. 59/2007; TP nº. 7/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Empreiteira Pavicon Ltda; Objeto: Acrescer em R\$ 32.706,87 (trinta e dois mil setecentos e seis reais e oitenta e sete centavos) o valor contratual constante no Cláusula VIII do Contrato nº. 122/2007, sendo R\$ 30.370,75 (trinta mil trezentos e setenta reais e setenta e cinco centavos) referentes aos materiais e R\$ 2.336,12 (dois mil trezentos e trinta e seis reais e doze centavos) referentes a mão-de-obra; Valor: R\$ 32.706,87; Data da Assinatura: 11/09/2007.

Aditivo nº. 2; Contrato nº. 100/2007; Processo nº. 45/2007; DL nº. 3/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Empreiteira Pavicon Ltda; Objeto: Prorrogado o prazo de execução da obra de Reforma do Ginásio Municipal de

Esportes, situado a Rua Ilha de São Miguel, s/nº., Loteamento Village, Garopaba, Estado de Santa Catarina, em mais 45 (quarenta e cinco) dias. Diante disto fica estabelecida a data de 07/11/2007 para a entrega da referida obra; Data da Assinatura: 11/09/2007.
 Aditivo nº. 3; Contrato nº. 39/2007; Processo nº. 19/2007; CV nº. 14/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Supermercado Silveira Ltda; Objeto: Acrescer ao valor apresentado na proposta de preço do Processo 19/2007, para o item 11 (LEITE EM PÓ 1 kg ELEGUE OU DE QUALIDADE SUPERIOR), o valor percentual de 60%, passando a vigorar a partir da assinatura deste Termo, o valor de R\$ 14,35 a embalagem; Data da Assinatura: 11/09/2007.

Aditivo nº. 1; Contrato nº. 118/2007; Processo nº. 57/2007; CV nº. 38/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Zé Com. de Materiais de Construção Ltda; Objeto: Fica aditivado o valor de R\$ 544,00 (quinhentos e quarenta e quatro reais) referentes a aquisição de 1 metro de argamassa, 2 pacotes de 20 Kg cada um, de cola, 5 pacotes de rejunto, 1 poste de luz, 30 telhas imbralit e 12 metros de calha 60 cm; Valor: R\$ 544,00; Data da Assinatura: 26/09/2007.

Rescisão ao Contrato nº. 62/2007; Processo nº. 30/2007; CV nº. 21/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Dental Norte Com. de Mat. Cir. Ltda - ME; Objeto: Rescindir o Contrato nº. 62/2007, de 19/03/2007; Data da Assinatura: 04/09/2007.

Rescisão ao Contrato nº. 63/2007; Processo nº. 30/2007; CV nº. 21/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Ilha Cirúrgica Com. de Mat. Hosp. Ltda; Objeto: Rescindir o Contrato nº. 63/2007, de 19/03/2007; Data da Assinatura: 04/09/2007.

Rescisão ao Contrato nº. 64/2007; Processo nº. 30/2007; CV nº. 21/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda - ME; Objeto: Rescindir o Contrato nº. 64/2007, de 19/03/2007; Data da Assinatura: 04/09/2007.

Rescisão ao Contrato nº. 65/2007; Processo nº. 30/2007; CV nº. 21/2007; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Planalto Com. de Mat. Cirur. Ltda - ME; Objeto: Rescindir o Contrato nº. 65/2007, de 19/03/2007; Data da Assinatura: 04/09/2007.

NFF 36567/078

DEMP 29251/078

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 439/07,
AO CONTRATO Nº 154/07.
 CONTRATADA: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA.
 OBJETO: Serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação asfáltica, com drenagem pluvial e sinalização vertical e horizontal do Trevo de Acesso Norte, com uma área total de 4.432,82 m², localizado no bairro Centro, neste Município.
 LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/07
 ADITIVO: As quantidades previstas na planilha orçamentária anexa ao processo acima, ficam alteradas, perfazendo um total de mais R\$ 24.355,97.
 Penha, 28 de setembro de 2007.
 Fabiane Cristina Vogelsanger Doff Sotta - Pela Contratada
 Julcemar Alcir Coelho - Pela Prefeitura

NFF 36571/075

DEMP 29254/075

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
Processo Administrativo nº 045/2007
Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SER FLOR
LTDA.

Assim, a vista do exposto, e considerando o que mais dos autos consta, determino:
 1) a rescisão unilateral do contrato, com fundamento no art. 78, incisos V e VII, inciso I, da lei 8.666/93;
 2) a aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, com fundamento na cláusula 11.1, alínea b, item 2 do Contrato; com a consequente perda da caução prestada e de valores que teria a receber - até o limite do valor correspondente à multa aplicada, conforme previsto no art. 87, parágrafo 1º da lei 8.666/93, revertendo-se esse valor aos cofres municipais;
 3) a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração por 02 (dois) anos, com fundamento na cláusula 11.1, item 3 do Contrato e no art. 87, inciso III da lei 8.666/93.
 Diante do presente julgamento, cientifique o representante legal da empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SER FLOR LTDA. da decisão.
 Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Gaspar - SC, 03 de outubro de 2007.
ADILSON LUIS SCHMITT
 Prefeito Municipal

NFF 36555/070

DEMP 29254/070

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA ESTADO DE SANTA CATARINA	
EXTRATO DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE PENHA-SC.	
OBJETO: o Financiador abre ao Financiador, e este aceita, um crédito fixo que se destina à aquisição de máquinas e equipamentos, a ser provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no âmbito do Programa de Intervenções Viárias - Provias, autorizado pela Resolução nº 3.372, de 16.06.2006, do Conselho Monetário Nacional, à conta do Instrumento de Adesão nº 360, de 04.07.86, celebrado entre a FINAME e o Financiador, e com base na homologação da PAC nº 359-0/2007/00007-12086/0301 e PAC nº 359-0/2007/00007-12094/0301, para aplicação na forma do orçamento.	
VALOR LIMITE: R\$ 719.000,00	
VIGÊNCIA: 54 MESES	
PENHA, 05 DE OUTUBRO DE 2007.	
MARLEI WESZ MACHADO - GERENTE DE AGÊNCIA	
JULCEMAR ALCIR COELHO - PELA PREFEITURA	

NFF 36634/077

DEMP 29307/074

Estado de Santa Catarina PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.: 50/2007	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	
Contratada.: BANCO DO BRASIL S/A	
Objeto.: PROCESSAMENTO CRÉDITOS -FOLHA DE PAGAMENTO/CONTA/CORRENTE	
Valor.: R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)	
Vigência.: Início: 19/09/2007 Término: 19/09/2012	
Licitação.: DISPENSA P/COMPRAS E SERVIÇOS Nº.: 57/2007	
SAO CARLOS, 20 de setembro de 2007	
ELIO PEDRO HOSS GODOY	
PREFEITO MUNICIPAL	

NFF 36589/071

DEMP 29309/077



Águas de Joinville
COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE
EXTRATO DE CONTRATOS

Nº: 057/2007
DATA: 24/08/2007
BASE LEGAL: Credenciamento nº 042/2007.
CONTRATADO: CECRED - COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.
OBJETO: Credenciamento para arrecadação das faturas de água e esgotamento sanitário emitidas pela Companhia Águas de Joinville.
VIGÊNCIA: 12 meses.

Nº: 058/2007
DATA: 27/08/2007
BASE LEGAL: Pregão nº 039/2007.
CONTRATADO: SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA.
OBJETO: Materiais para manutenção das redes de água e esgotamento sanitário.
VALOR: R\$ 48.054,00 (quarenta e oito mil e cinquenta e quatro reais)
VIGÊNCIA: 6 meses.

Nº: 060/2007
DATA: 27/08/2007
BASE LEGAL: Credenciamento nº 042/2007.
CONTRATADO: LEMON BANK BANCO MÚLTIPLO S.A.
OBJETO: Credenciamento para arrecadação das faturas de água e esgotamento sanitário emitidas pela Companhia Águas de Joinville.
VIGÊNCIA: 12 meses.

Joinville, 04 de outubro de 2007.

HENRIQUE CHISTE NETO
Presidente

NFF 36584/070

DEMP 27485/072

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

SCHNELL BRASIL S/A IND. DE MÁQUINAS		
C.N.P.J. n. 05.405.307/0001-96		
(Valores em Reais)		
BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO		
CIRCULANTE	2006	2005
Disponibilidades	15785,34	234859,58
Duplicatas a Receber	1080714,58	856060,33
Outros Créditos	424310,29	557562,28
Estoques	3649928,64	1094435,00
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	5170738,85	2742917,19
PERMANENTE		
Ativo Imobilizado	465166,80	157864,84
TOTAL DO PERMANENTE	465166,80	157864,84
TOTAL DO ATIVO	5635905,65	2900782,03
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	1470611,31	361368,84
Obrigações Sociais e Trabalhistas	86164,75	37293,48
Obrigações Tributárias	42839,76	60983,11
Outras Obrigações	805508,56	558973,08
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	2405124,38	1018618,51
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social Realizado	2084000,00	1284000,00
(-) Capital Social a Realizar	(301039,27)	(291,02)
Reserva de Lucros	29922,74	6344,93
Lucros Acumulados	1417897,80	592109,61
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3230781,27	1882163,52
TOTAL DO PASSIVO	5635905,65	2900782,03
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	11813691,56	8488175,92
(-) Deduções da Receita Bruta	(2897565,26)	(1684070,19)
(=) Receita Operacional Líquida	8916126,30	6804105,73
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(6124614,43)	(5470853,26)
(=) Lucro Operacional Bruto	2791511,87	1333252,47
(-) Despesas Operacionais	(1522816,13)	(750629,76)
(=) Lucro Operacional Líquido	1268695,74	582622,71
(-) Resultado não Operacional	(4782,37)	65166,22
(=) Lucro antes IR e CS	1263913,37	647788,93
(-) Provisão p/Imposto de Renda	(298418,28)	(123229,83)
(-) Provisão p/Contribuição Social	(116129,09)	(53002,74)
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	849366,00	471556,36

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A sociedade tem por objetivo a produção e a comercialização de máquinas para trabalhar ferro para cimento armado e de máquinas para construção civil

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS:

As demonstrações financeiras foram elaboradas dentro dos critérios exigidos por lei. Os principais critérios adotados foram os seguintes:

- Os estoques de matérias-primas foram calculados ao custo médio de aquisição. Produtos acabados em 70% do maior preço unitário praticado no período. Produtos em elaboração em 80% do valor de produtos acabados.
- Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição.
- As depreciações foram calculadas pelo método linear de acordo com as taxas admitidas para fins tributários, e estão reconhecidas nos custos de produção e administração.
- Houve aumento do valor do capital social no ano de 2006, no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), conforme atas da assembleia geral extraordinária realizadas em 10/02/2006 e 12/03/2006, passando o capital social a ser de R\$ 2.084.000,00 (Dois milhões e oitenta e quatro mil reais) divididos em 2.084.000 (Dois milhões, e oitenta e quatro) ações ordinárias nominativas. Todas com valor nominativo de R\$ 1,00 (um

real) cada uma.
e) O resultado é apurado pelo Regime de Competência.

f) Provisão para Imposto de Renda sobre o Lucro Real e Contribuição Social foram apurados em conformidade com legislação vigente.

Jaraguá do Sul, 31 de Dezembro de 2006.

JOÃO HENRIQUE RENNER TÂNIA GRUTZMACHER
PRESIDENTE CONTADORA
CPF n. 477.017.149-87 CRC-SC-019812/0-0
CPF n. 713.236.279-87

NFF 36531/073 DEMP 29151/074

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 11ª REGIÃO/SC

Torno público que aos 26 dias do mês de setembro do ano dois mil e sete em Reunião de Diretoria realizada por este Conselho foram deferidos com base na Resolução - Cofeci nº 12/83 os seguintes processos de **Pessoa Física**: **Inscrição**: Adalberto Zorzo, Ademair Batista, Ademair Vargas, Alan Brito dos Santos, Alcira Rosa Penin, Alexandra Karine Schmidt, Alvanir Miral do Gesele, Carlos Antonio Ungaretti, Celso Vitoriano Soares, Charles Adriano, Dilene Juk Fazzano, Edivan Luiz Busatta, Elcio Marques Cardoso, Fabio Luis Macri, Fernanda Bastos Alves, Fernando Furlin Zardo, Fernando Porto Larroyd, Flori Mateus Hoepers, Jorge Ataide Innocencio, Joselir Artizon, Jussara Helena Garcia, Larissa Rosada, Lucas Madalosso Vieira, Luiz Carlos Sartori, Luiz Roberto da Silva, Marcelo Jose Tillmann, Marcelo Nercolini, Marco Antonio Gonzaga Nicolazzi, Maria Cristina Possamai Dela, Maria Luiza Marcon Tochetto, Mario Carbonera, Mario Gilberto Costa Junior, Natalino Luiz Feijo Ferreira, Nilton dos Santos Machado, Norton Couto Coelho, Osni de Oliveira, Paulo Andre Zardo, Pedro Motta Roussenq, Rafael Luis Moder, Roberto Arminio Spagnol, Rosimar Vieira Oberger, Telma Rosana Santos Szczyeiel, Vanda Lucia Anas, Vanira Ceccon Belle, Waldemiro Kroeger. **Transferência de inscrição de outras regiões**: Leo Antonio Andrade da Rosa. **Reinscrição**: Gislene Dalmolin. **Pessoa Jurídica**: **Inscrição**: Ar Imóveis Jurete Ltda, Elis Corretora de Imóveis Ltda, Larroyd Imóveis Ltda, Meta Imobiliária Ltda, Seghetto e Lara Ltda. **Abertura de filial**: Schork Imóveis Ltda.

C.I. GILMARA DOS SANTOS
Presidente

DEMP 3146/073

EXTRATO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMOR PARA TODOS DE IÇARA-SC

Denominação: Associação Beneficente Amor Para Todos de Içara. Sede: Rua Marcelino Gomes, 997, no Bairro Mareli - Içara/SC. Fundação: 20 de fevereiro de 2006, Entidade sem fins lucrativos. Duração: Prazo indeterminado. Objetivo: Auxiliar famílias carentes, promovendo campanhas sociais, educativas, donativos promovendo a cidadania. Representação: O Presidente representará ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente. A administração da entidade será feita por sua Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, sendo que o Conselho de Administração terá um Presidente, um vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros, que terão suas atribuições estatutárias definidas. O Conselho Fiscal tem como incumbência fiscalizar os recursos financeiros, controlando o patrimônio e fiscalizando os livros contábeis e requerendo, se necessário, auditorias. Serão eleitos através da Assembleia Geral, com maioria dos sócios, ou seja, 50% mais um. Patrimônio: Em caso de dissolução e extinção da Associação, os bens e dinheiro serão destinados a uma entidade correlata sem fins lucrativos indicada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, após pagas as dívidas. José Carlos Martins - Presidente.

DEMP 3197/075

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
JARAGUÁ DO SUL
89251-620 - JARAGUÁ DO SUL - SANTA CATARINA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ALTERAÇÃO
ESTATUTÁRIA

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaraguá do Sul, com endereço na Rua Leopoldo Augusto Gerent, nº 225, Centro, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, convoca todos os membros da categoria dos trabalhadores rurais: assalariados e assalariados rurais empregados permanentes, safristas, e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas, do município de Jaraguá do Sul, no

Estado de Santa Catarina, para Assembleia Geral Extraordinária de alteração estatutária da entidade, por sua denominação para Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Jaraguá do Sul, na denominação da categoria representada conforme acima descrito, entre outras alterações, a realizar-se às 15:00 horas do dia 23 de outubro de 2007, em seu auditório, sito no mesmo endereço da sua sede social, conforme acima registrado, no município de Jaraguá do Sul - SC. Jaraguá do Sul, 04 de outubro de 2007. Edgar Hornburg - Presidente.

DEMP 3212/076

CNPJ 72.275.019/0001-51-NIRE 4220170688-6 Ata de reunião extraordinária dos três únicos sócios quotistas de "E.J.S. ENGENHARIA LTDA." para deliberação sobre redução de capital social. Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e sete, às 10:00 horas, reuniram-se na sede social a rua Coronel Santiago, nº 243, os TRÊS ÚNICOS SÓCIOS QUOTISTAS da sociedade limitada "E.J.S. ENGENHARIA LTDA." senhores VANILDO DA SILVA, ELIANE APARECIDA DA SILVA e EDSON JOSÉ DA SILVA, estando representado 100% (CEM POR CENTO) do capital social, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: Redução do capital social, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da sociedade, haja vista a diminuição de suas atividades e ação. Por aclamação, foi escolhida a cotista Eliane Aparecida da Silva para presidir a reunião e indicado o contabilista Narcizo Schaeffer Feijó para secretariá-la. Cumpridos os requisitos legais, estando cientes antecipadamente todos os cotistas, passou-se a ordem dos trabalhos. Atendidas as disposições do Código Civil - Lei 10.406/2002, em seus artigos 1.082 a 1.084, foi aprovada por unanimidade a redução do capital social de R\$ 500.000,00 para R\$ 300.000,00, totalmente integralizado, e neste ato, recebem os Cotistas VANILDO DA SILVA e ELIANE APARECIDA DA SILVA os valores de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais) e R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), respectivamente, correspondente à parte do capital diminuído. Concluídos os trabalhos e inexistindo quaisquer ressalvas ou restrições por parte dos três únicos cotistas, a presidente determinou que eu, Narcizo S. Feijó, secretário, lavrasse a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos sócios, Eliane Aparecida da Silva -

Vanildo da Silva
Edson José da Silva

NFF 36578/070 DEM 27487/075

OIRAM S/A - CNPJ Nº 04.784.115/0001-75
EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA EMPRESA OIRAM S/A, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2007.
Horário: nove horas. Local: sede da empresa
Presença: LPA-Jucesc nº 10061, fl. 05; 100%.
Assunto: 1-Reeleição dos Diretores Piero Mazzaferro e Daniela Mazzaferro, mandato até 30/06/2010; 2-Aprovação sem ressalvas, das contas dos administradores e demonstrações financeiras e contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2006.
Jucesc: Registro em 18/09/2007 sob nº 20072400722 - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - Certidão - Certifico que este documento foi registrado e arquivado sob número e data estampados mecanicamente - (Ass.) Fabiana Everling de Freitas - Secretária Geral.

NFF 36586/072 DEM 27483/070

BELLAVISTA S/A - CNPJ Nº 04.784.188/0001-67
EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA EMPRESA BELLAVISTA S/A, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2007.
Horário: oito horas. Local: sede da empresa.
Presença: LPA-Jucesc nº 10070, fl. 06; 100%.
Assunto: 1- Reeleição dos Diretores Piero Mazzaferro e Daniela Mazzaferro, mandato até 30/06/2010; 2-Aprovação sem ressalvas, das contas dos administradores e demonstrações financeiras e contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2006; 3-Aprovação, sem ressalvas, da distribuição do Lucro Líquido do exercício apurado em 31/12/2006, após constituição da reserva legal.
Jucesc: Registro em 18/09/2007 sob nº 20072400730 - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - Certidão - Certifico que este documento foi registrado e arquivado sob número e data estampados mecanicamente - (Ass.) Fabiana Everling de Freitas - Secretária Geral.

NFF 36587/079 DEM 27484/076

PARQUE DAS QUEDAS TURISMO LTDA CNPJ/MF 834016870001-02

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA - ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS - EXTRAORDINÁRIA (Art.1.074 CC)

Ficam convocados os senhores quotistas para a realização de Assembleia de Sócios, Extraordinária, no dia 17 de Outubro de 2007, às 19h00min, em primeira convocação com a presença mínima de sócios, herdeiros, sucessores e cessionários que representem 3/4 (três quartos) do capital social, e, em segunda convocação às 20h00min, com qualquer número. A Assembleia realizar-se-á no Escritório de contabilidade da empresa, na Avenida Getúlio Vargas, nº. 1000 nesta cidade de Abelardo Luz - SC, para fins de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1ª) Apresentação de Herdeiros legalmente habilitados para fazer parte do quadro social;
- 2ª) Chamada de capital;
- 3ª) Autorização para confissão e pedido de parcelamento de débitos junto as Fazendas Públicas, Federal, Estadual e Municipal;
- 4ª) Receber notificação para o exercício do direito de preferência das cotas ofertadas pelos demais sócios interessados em retirar-se da sociedade. A ausência na assembleia ora convocada e o silêncio nas deliberações da mesma autorizam a sociedade transferir-las para terceiros na forma prevista na cláusula quarta do contrato social.
- 5ª) Homologação da transferência de cotas sociais;
- 6ª) Alteração Contratual, com adequação do mesmo à nova legislação societária;
- 7ª) Assuntos gerais de interesse da sociedade.

Abelardo Luz - SC, 01 de Outubro de 2007.
PARQUE DAS QUEDAS TURISMO LTDA
Sócio Administrador

NFF 36533/076 DEM 27475/077

MULTILOG S.A.

CNPJ/MF nº 78.614.229/0001-03 - NIRE 42300024341

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação
Ficam convidados os Senhores Acionistas da Multilog S.A. para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 15/10/2007, às 14h00, na sede social da Empresa, na Rodovia SC 486, km 4, Itaipava, Itajaí, SC, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Proposta de ampliação dos objetivos sociais da Companhia para inclusão da atividade locação e arrendamento de bens imóveis próprios.

Itajaí, 02 de outubro de 2007. Valério Gomes Neto - Presidente

NFF 36466/077 DEM 27469/077

NeoGrid Informática S/A - CNPJ 05.794.609/0001-01. Comunica o extrativo da Nota Fiscal de nº 0005036. Conforme registrado em BO nº 21803. A empresa não se responsabiliza pelo uso indevido das mesmas.

DEM 3174/077

A TRANSCOMIN - Transportes e Mineração Comin Ltda, torna público que requereu junto a FATMA a Licença Ambiental de Operação para Transporte Rodoviário de produtos perigosos no Estado de SC.

DEM 3146/073

Marcelo Rosso Fernandes, CPF: 058.699.969-86, requereu a FATMA, a Licença Ambiental de Operação 48 meses para o transporte rodoviário de produtos perigosos no Estado de SC.

NFF 36579/076 DEM 27486/079

COMUNICO O EXTRAVIO DE LIVROS FISCAIS, CONTÁBEIS E DE NOTAS FISCAIS, MOD. 02 SÉRIE D1 DO Nº 01 À 250 DA EMPRESA MACHADO E LEIPOLD LTDA ME DE CNPJ Nº 04.665.900/0001-09, CONFORME BO. Nº 13781/07-1º DPCAP.

DEM 3180/077

CERAMICA IRMÃOS DAROSSIL, CNPJ nº 01.357.528/0001-85, vem tornar público que requereu a junto a FATMA a Licença Ambiental de Operação para extração de argila. Local Capim Branco, no município de Tijucas/SC. DNPM 815.568/2007 - MIN 178)

DEM 3100/078

EXTRAÇÃO DE AREIA DESCHAMPS., CNPJ nº 83.748.079/0001-60, vem tornar público que requereu a junto a FATMA a renovação da LAO para extração de areia. Local Leito do Rio Itajaí Açu, no município de Ilhota/SC. MIN 187/CFI e DNPM 815.089/90 e MIN 188/CFI e DNPM 815.643/96.

DEM 3204/079

MAKO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS S/A - CNPJ Nº 78.887.817/0001-10

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA EMPRESA MAKO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS S/A, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2007.

Horário: dez horas. Local: sede da empresa.

Presença: LPA-Jucesc nº 0532-89, fl. 08 v; 100%.

Assuntos: 1- Aprovação sem ressalvas, das contas dos administradores e demonstrações financeiras e contábeis relativos ao exercício encerrado em 31/12/2006; 2-Aprovação, sem ressalvas, da distribuição do Lucro Líquido do exercício apurado em 31/12/2006.

Jucesc: Registro em 18/09/2007 sob nº 20072400749 - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - Certidão - Certifico que este documento foi registrado e arquivado sob número e data estampados mecanicamente - (Ass.) Fabiana Everling de Freitas - Secretária Geral.

NFF 36585/076 DEM 27482/073

CORINGA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. AVISO DE EXTRAVIO DE DOCUMENTOS

A empresa CORINGA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. comunica o extravio dos documentos: NOTAS FISCAIS: MOD. 1-001 a 250 - AIDF Nº. 12.388.726; LIVROS FISCAIS: ENTRADAS, SAÍDAS E APURAÇÃO DO ICMS REFERENTE AO PERÍODO DE MOVIMENTO FISCAL DA EMPRESA conforme B.O. 00143-2007-05067 de 27/09/07.

NFF 36623/075 DEM 29154/073

Mário Vieira Comércio de Madeiras e Terraplenagem Ltda., comunica que requereu à Fundação do Meio Ambiente - FATMA, a renovação do Licenciamento Ambiental de Operação - LAO para a atividade de extração de saibro, argila e gnaiss, a ser desenvolvida na Rua Prefeito José Bauer, nº 2.445, localidade de Três Rios do Norte, município de Jaraguá do Sul, Santa Catarina. O prazo de impugnação junto a FATMA é de 20 (vinte) dias corridos a partir da data desta publicação e o licenciamento será concedido se atendida a legislação ambiental.

NFF 36526/070 DEM 27473/074

EXTRAVIO DE DOCUMENTOS

JOÃO BESEN SCHMITZ ME cnpj 02.328.335/0001-69 e IE 253.647.479, foram extraviados, Fac original Todos os bcs de e notas de mod.d1 de 01 a 8000, e not Série I de 01 a 250 E lvs fiscais conforme Boletim de ocorrência nº 0017-2006-10038

NFF 36621/072 DEM 27496/074

Conforme registro no B.O. 0084-2007-05554, na Delegacia Norte de Joinville/SC, a empresa Transporte Mann Ltda., comunicou o extravio da nota fiscal nº. 635267, da empresa Cremer S/A, CNPJ: 82.641.325/0001-18, no valor de R\$ 3.040,00, com destino a Ananindeua/PA, no roteiro de Joinville, Blumenau, São Paulo e Belém, do veículo conduzido pelo motorista Luiz Mario Kulis.

DEM 3114/077

DESCAMPS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA, CNPJ nº. 80.089.683/0001-34, vem tornar público que requereu a junto a FATMA a renovação da Licença Ambiental de Operação para extração de areia. Local Leito do Rio Itajaí Açu, no município de Ilhota/SC. MIN 211/CFI e DNPM 815.642/96.

DEM 3196/070

ANDRÉ DOS REIS FI., CNPJ nº 02.978.830/0001-13, vem tornar público que requereu a junto a FATMA a Licença Ambiental de Operação para extração de areia e argila. Local Capim Branco, Fazenda Casa Branca, no município de Tijucas/SC. DNPM 815.665/2007.

DEM 3100/079

Comunicamos que a empresa Henderson Herlon Pires ME, IE: 25.395.217-4 CNPJ: 03.419.205/0001-02, localizada na Rua Don Fernando Trejo, 103 - Sala 1, centro, São Francisco do Sul - SC, extraviou os blocos de notas fiscais Mod. 1 Série 1 nºs 001 à 500 e Mod. 2 Série d/1 nºs 001 à 250.

DEM 27474/070

NFF 36525/073

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Diretoria de Gestão Documental

Responsável pela impressão,
venda e distribuição do
Diário Oficial do Estado



Fone: (48) 3239-6000 - Fax: 3239-6011
Rua Duque de Caxias, 261
Saco dos Limões
Caixa Postal 138
88045-250 - Florianópolis, SC
dgao@sea.sc.gov.br

VENDAS
Fone: (48) 3251-8950
Rua Tenente Silveira, 225- sala 5
Edifício Hércules
88010-300 - Florianópolis, SC

